



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Cultura: Conceito Sempre em Desenvolvimento

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Cultura: Conceito Sempre em Desenvolvimento

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C968	Cultura [recurso eletrônico] : conceito sempre em desenvolvimento / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. 217 p. : il. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-437-5 DOI 10.22533/at.ed.375190406 1. Cultura. 2. Política cultural. 3. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 353.70981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O presente livro pretende introduzir o leitor ao conceito antropológico de cultura e seu constante desenvolvimento. Tema central das discussões antropológicas nos últimos 100 anos, o assunto tem se demonstrado inesgotável, motivo pelo qual aqueles que tiverem o desejo de se aprofundar recorrem à bibliografia apresentada no final do volume. Destinado essencialmente a um público que se inicia no tema. A nossa intenção foi a de elaborar um livro texto bem didático e, portanto, bastante claro e simples. Os autores procuraram, na medida do possível, utilizar exemplos referentes à nossa sociedade, à escola, instituições que compartilham conosco um mesmo território. Isto não impede, contudo, a utilização de exemplos torna dos emprestados de autores que trabalharam em outras partes do mundo. Tal procedimento é coerente, desde que o desenvolvimento do conceito de cultura é de extrema utilidade para a compreensão do paradoxo da enorme diversidade cultural da espécie humana. Para tornar a bibliografia citada mais acessível aos leitores, O livro se refere ao desenvolvimento do conceito de cultura a partir das manifestações iluministas até os autores modernos, procura demonstrar como a cultura influencia o comportamento social e diversifica enormemente a humanidade, apesar de sua com provada unida de biológica.

Esta reflexão trata da relação cultura, desenvolvimento local e políticas culturais enfatizando os instrumentos normativos de direcionamentos, constituição e orientação de políticas públicas relevantes a apresentação dos elementos culturais, materiais e imateriais, relacionados aos empreendimentos, associações, entidades e pessoas interessadas na melhoria da qualidade de vida por meio de processos populares de geração de renda.

A cultura traz um conjunto de possibilidades harmônicas ao desenvolvimento entre perspectiva do econômico, social e ambiental. Reverbera ressignificações simbólicas, não sem tensão, sobre identidade, valorização do lugar e das coisas do lugar, das concepções de tradicional e moderno, de futuro e passado, de avanço ou retrocesso, de progresso e atraso e de alteridades que aparecem na constituição do imaginário social.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CULTURA, CONCEITO EM DESENVOLVIMENTO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DISCENTE.	
Solange Aparecida De Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro João Guilherme De Carvalho Gattás Tannuri	
DOI 10.22533/at.ed.3751904061	
CAPÍTULO 2	16
POLITICS (AND POLICIES) OF HISTORICAL MEMORY AND VIOLATIONS OF HUMAN RIGHTS: GENDER AND ETHNICITY INTERSECTIONS	
Ricardo Sant' Ana Felix dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3751904062	
CAPÍTULO 3	29
A CULTURA COMO CAMPO POLÍTICO EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL	
Renner Coelho Messias Alves Ingrid Mendes Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.3751904063	
CAPÍTULO 4	42
AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A LEI Nº 10.639/03 NAS QUESTÕES DE ENSINO- APRENDIZAGEM: HISTÓRIA, CULTURA, IDENTIDADE NEGRA E AS COMPETÊNCIAS PARA UM ENSINO MULTICULTURAL	
Francisco Anderson Varela Bezerra Kássia Mota de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.3751904064	
CAPÍTULO 5	51
REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE ALFREDO BOULOS JÚNIOR COM A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639 (2003-2012)	
Vanessa Santos Fonteque Jamaira Jurich Pillati Juliana Ferri Rosa Shizue Abe Sidney Lopes Sanchez Júnior Patrícia Ferreira Concato de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3751904065	
CAPÍTULO 6	63
O “BICHO-MÃE” NO CIBERESPAÇO: GÊNERO E MATERNIDADE NO BLOG MAMÍFERAS	
Clarissa Sousa de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.3751904066	
CAPÍTULO 7	75
MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA, MATERNIDADE E TECNOLOGIAS DE GOVERNO: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO	
Caroline Silveira Sarmiento	
DOI 10.22533/at.ed.3751904067	

CAPÍTULO 8	87
MEMÓRIAS, MULHERES E PODER NA PRESIDÊNCIA DAS COLÔNIAS DE PESCADORES/AS EM PERNAMBUCO	
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão	
DOI 10.22533/at.ed.3751904068	
CAPÍTULO 9	99
IMAGENS DO FORRÓ PÉ DE SERRA NO SUDESTE COMO REPRESENTAÇÃO SOBRE A CULTURA NORDESTINA	
Renner Coelho Messias Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3751904069	
CAPÍTULO 10	117
SECA E DEVOÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO CRUZEIRO DE SÃO BOM JESUS EM CARIUTABA NO MUNICÍPIO DE FARIAS BRITO – CE	
Emanuel Mateus da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.37519040610	
CAPÍTULO 11	124
MITOS E RITOS DOS MUNDOS ÁRABES E INDÍGENAS: A DANÇA COMO UM OÁSIS DE REAFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES	
Luiza Angélica Oliveira Guglielmini	
Romy Guimarães Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.37519040611	
CAPÍTULO 12	140
A MANIFESTAÇÃO DO SAGRADO NA TRILOGIA DO SILÊNCIO DE INGMAR BERGMAN A INFLUÊNCIA DO EXISTENCIALISMO MODERNO NO CINEMA EUROPEU	
Yasmin de Sousa Fontes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.37519040612	
CAPÍTULO 13	151
MOBILIDADE URBANA PELOS MEIOS DE TRANSPORTE ALTERNATIVOS	
Mariana Rei Passos Campos	
DOI 10.22533/at.ed.37519040613	
CAPÍTULO 14	161
CONSUMO NA MEIA IDADE	
Kátia Sayuri Maruyama	
DOI 10.22533/at.ed.37519040614	
SOBRE A ORGANIZADORA	172

CULTURA, CONCEITO EM DESENVOLVIMENTO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DISCENTE.

Solange Aparecida De Souza Monteiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro
João Guilherme De Carvalho Gattás
Tannuri

RESUMO: A presente reflexão surgiu a partir de uma proposta de discussão do conceito de cultura não apenas a partir da antropologia da cultura, mas da compreensão da identidade pessoal e coletiva do discente. Sendo que a identidade coletiva, no mundo atual envolve a discussão sobre o universo interconectado, virtual em que se exige a percepção do espaço local com ambiente em que ocorrem as interconexões. Para isso se apresenta uma antropologia do “eu” e do “outro” a discussão da identificação do eu com a cultura local passa-se a perceber que esta cultura é um elemento identificador e ponto de partida para a definição da identidade e da percepção da subjetividade humana.

PALAVRAS CHAVE: Identidade Cultural e Conceito. Interconexão. Subjetividade

INTRODUÇÃO

A identidade não é algo que pode ser adquirido de forma definitiva e externa. Ela é escorregadiça e constitui-se num espaço e processo de construção, reconstrução

permanente, pois cada lugar e cada tempo demandam redefinições. Trata-se, de um processo de construção do sujeito historicamente posicionado. Ela ocorre, portanto em um determinado contexto social e cultural em constante transformação que se dá na intersecção entre a construção biográfica e a histórica das práticas sociais e educacionais, abrangendo, dessa forma, a simbologia das mais diferentes concepções.

As velhas identidades de acordo com Bauman (2005) e Hall (2003), que se conecta à gênero, sexualidade, classe, etnia, raça e nacionalidade, que no passado anunciava-se sólidas localizações para os indivíduos e consolidavam o mundo social estão em declínio. No espaço delas nascem novas e múltiplas identidades, deixando o indivíduo fragmentado e inseguro. Esse movimento tornou-se particularmente célere a partir da segunda metade do séc. XX, apoiado em acontecimentos-chave como o enfraquecimento do Estado-Nação e das relações de produção mediadas por novas tecnologias de comunicação e da informação. Portanto, a globalização e o colapso do Estado-Nação causam grande impacto sobre a identidade dos indivíduos porque as afiliações sociais mais ou menos herdada e fruto dos processos de socialização

(família, trabalho e vizinhança) necessárias para que os indivíduos construam suas identidades, agora estão se tornando mais frágeis e impermanentes. Ao mesmo tempo, ocorre o aumento da ansiedade por encontrar ou criar novos grupos com os quais se vivencie o sentimento de pertencimento, “mesmo que seja na web”, a fim de que possa facilitar a construção da identidade (BAUMAN, 2005, p. 33). Dessa forma, segundo Hall (2003), a identidade torna-se uma celebração móvel, formada e transformada continuamente no interior dos sistemas culturais que nos rodeiam. “As sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente” (HALL, 2003, p. 14)

Poderíamos estabelecer como identidade um conjunto de particularidades pelas quais alguém pode ser reconhecido na perspectiva sociológica, identidade pode ser definida como: características específicas do caráter de um grupo que se relaciona com o que eles são e como que tem sentido para eles. Qualquer das principais fontes de identidade é um marcador importante da identidade individual, é dar um nome, um ponto de vista da identidade do grupo.¹

A identidade possui uma dimensão individual, isto é, concepções e representações que construímos sobre nós mesmos, e uma dimensão coletiva, os papéis sociais que desempenhamos em cada grupo do qual pertencemos (familiar, profissional, escolar, religioso etc). Para a construção da identidade, portanto, concorrem dois processos distintos, a saber, um processo autobiográfico (a identidade do eu) e um processo relacional (a identidade para o outro).²

Atualmente pode ser afirmação de que vivermos num universo multiconectado, sobretudo para quem já nasceu no mundo dominado pelas tecnologias virtuais, mídias em um mundo tecnologicamente virtual e informacional. Contudo é atraente de significados e de consequências reais. As primeiras e mais significativas implicações e consequências desse mundo que cada vez mais imprime e diminuem distâncias e fronteiras, antes tão grandes e rígidas, hoje quase desapareceram. As fronteiras, de fato continuam a existir, mas passaram a ser quase que somente uma formalidade convencional, pois com o avanço da virtualidade elas deixam de existir como podemos constatar nas transações econômicas; além disso, transita-se pelo mundo com o passaporte da virtualidade. Em virtude disso, as distâncias se encurtam não só pela facilidade de acesso, mas porque tudo que é distante pode ser acessado tornando-se uma presença virtual. O universo infovirtual cria e recria, aproxima extremos, escancara a privacidade. As decisões “citadas” como definitivas nem sempre são, por fatores que dependem ou não dos entrevistados. Isso talvez seja fruto da modernidade líquida como esclarece. Em estágio mais recente, a ‘modernidade líquida’ expressa por esse filósofo revela que o mundo é caracterizado pela mutação constante, pela fluidez de estruturas, determinando flexibilidade estrutural, organizacional e relacional.

1. GIDDENS, 2004, p.17.

2. DUBAR, 1991, p.119.

CULTURA, CONCEITO EM DESENVOLVIMENTO

A Definição de cultura é complexo, por se tratar de interesses multidisciplinares, estudada em áreas como sociologia, antropologia, história, comunicação, administração, economia, entre outras. Em cada uma dessas áreas, é a partir de distintos recortes, enfoques e usos. Tal realidade pertence ao próprio caráter transversal da cultura, que transcorre diferentes campos da vida cotidiana. É complexa a distinção semântica que se deve ao próprio desenvolvimento histórico do termo. A palavra cultura vem da raiz semântica *colere*, que originou o termo em latim *cultura*, de significados diversos como habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração (Williams, 2007, p.117).

Marilena Chauí também chama a atenção para a necessidade de alargar o conceito de cultura, tomando-o no sentido de invenção coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos, “de modo a afirmar que todos os indivíduos e grupos são seres e sujeitos culturais” (1995, p.81).

De acordo com Sainsaulieu (1977), a busca do reconhecimento social é sempre uma experiência conflituosa, na qual o sistema individual da personalidade concorre com o sistema social. Ou seja, de um lado está o sujeito, buscando expressar seus desejos e se apropriar de objetos, e de outro, está a estrutura social, composta por outros sujeitos com desejos que, na maior parte das vezes, concorrem com os seus. A identidade, portanto, é resultante do jogo de relações envolvidas na busca do sujeito pela expressão dos seus desejos individuais, que é sempre uma luta de poder.

Quando tratamos de sujeitos sociais que compartilham territórios, tempos e representações sociais na escola e sobre ela, não poderíamos deixar de considerar o contexto mais amplo em que cada um dos sujeitos está posto intimamente em suas expectativas e percepções.

As identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas.³

Dentro desse círculo de pertencimento, identidade, poucos de nós, ou quase ninguém, está exposto a apenas uma comunidade de ideias e princípios, estamos sempre nos construindo, de acordo com as vivências e experiências do meio em que estamos inseridos.

Em sua trajetória pessoal, o aluno vive em constantes mudanças. O convívio com as diferenças é importante para o reconhecimento e compreensão de sua própria identidade. O aluno de uma instituição de ensino superior carrega uma identidade pessoal formada conforme moldes culturais em que estava inserido antes de adentrar a instituição.

Tornamo-nos conscientes de que pertencimento e a identidade não tem a solidez de uma rocha não são garantidos e de que as decisões que o próprio indivíduo toma os caminhos que percorre, a maneira como age e são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” ideia de ter uma identidade não ocorrer as pessoas enquanto

3. BAUMAN, 2005, p.19.

o “pertencimento” continuar sendo seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa na forma de uma tarefa a ser realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada.⁴

Em sua trajetória pessoal, o estudante vive em constantes mudanças, o convívio com as diferenças é importante para o reconhecimento e compreensão de sua própria identidade. O estudante carrega uma identidade pessoal formada conforme moldes culturais em que estava inserido antes de adentrar a escola.

A necessidade de se tornar membro dessa nova comunidade social (a instituição de ensino) exige dele grande capacidade de adaptação. O estudante deverá internalizar e se adequar às normas, costumes, símbolos e diferenças presentes no novo ambiente, para entender este processo de construção do aluno, faz-se necessário identificar como a auto percepção da identidade influencia sua trajetória acadêmica. A importância da construção da identidade dentro do contexto escolar para interação aluno-comunidade escolar. A não construção da identidade nesse contexto pode levar o aluno à desmotivação, desinteresse, stress, depressão e evasão.

Diminuir o problema da evasão é fundamental, acolher o aluno com um olhar na sua identidade atual. Deve-se apoiar a formação de uma identidade que o faça sentir-se parte integrante da comunidade escolar. A forma como a instituição de ensino se compromete com esse acolhimento é determinante.

Na vida acadêmica, o aluno atravessa fases no processo de aprendizagem, definição de sua identidade e pertencimento à comunidade da instituição de ensino. Ele, com uma concepção de si formada por suas interações com o mundo doméstico e social, apresenta expectativa em relação ao curso pelo qual optou, à universidade, aos professores, aos colegas de curso e traz consigo intenções, objetivos e compromissos.

Cabe à instituição de ensino adotar as medidas concretas que auxiliam na reconstrução da identidade do aluno, minimizando os fatores estressores que trazem maior prejuízo ao desenvolvimento das atividades escolares.

A aproximação entre a identidade da instituição e a identidade do aluno exige que o ensino seja crítico, orientado à realidade e às necessidades sociais. Exige a constante atualização do projeto político pedagógico e o acompanhamento individualizado do estudante, uma vez que a evasão escolar tem causas heterogêneas. Impõe, por fim, o comprometimento do corpo docente com a inclusão dos alunos nesse novo ambiente portando-se como investigadores, pesquisadores, facilitadores, do conhecimento, de modo à efetividade em transmiti-lo, em vez de somente expô-lo.

Dechamps & Moliner (2009) nos orientam para a necessidade de levar em conta na formação da identidade social, a avaliação que o aluno tem de si mesmo, do seu grupo de pertença, do que pensa que outros têm dele, de suas explicações para seu sucesso e seu fracasso e pela forma que encaram o futuro.

Cada organização delimita uma cultura organizacional única, gerada e sustentada pelos mais diversos elementos e formas, isso significa que a cultura de uma organização

4. BAUMAN, 2005, p.17-18.

sofre influência de seus fundadores, líderes de seu processo histórico, de seu mercado.

O aluno precisa perceber que não está adentrando num ambiente impessoal e sim num ambiente em que encontra apoio, no sentido de sentir-se seguro, para poder assim ousar, inovar, progredir, encontrar-se e, conseqüentemente, identificar-se e encontrar objetivos.

Por isso, a identidade precisa ser trabalhada como um processo em constante construção, que exige envolvimento multidisciplinar. Cabe a instituição escolar adotar medidas concretas que auxiliem na construção da identidade do aluno, que exige que o aprendizado seja crítico, orientado à realidade e às necessidades sociais. Torna-se imprescindível, o comprometimento de todos os integrantes da comunidade acadêmica com a inclusão do aluno. Um indivíduo que encontra dificuldade em se situar em uma comunidade, de se sentir parte integrante dela, que não saiba o que dela pode utilizar, o que ela oferece de elementos, não entendendo as regras, não se sentirá confortável em interagir positivamente com essa comunidade, quer participando, quer compartilhando o trabalho. O problema da evasão requer uma posição comprometida da instituição de ensino superior. A atenção a esse problema faz como que a instituição passe a se sentir responsável pelo engajamento do seu aluno. A devida atenção à formação da identidade, e o entrosamento do aluno na comunidade escolar, pode não ser a solução para todos os problemas acadêmicos do aluno, porém sua ausência compromete o todo de sua vida acadêmica.

O processo de construção de identidades profissionais na formação profissional do indivíduo, dos tipos identitários resultantes e de sua continuidade ou ruptura ocorre quando da inserção no mercado de trabalho. Para Claude Dubar (1997), o processo de socialização permite compreender a noção de identidade numa perspectiva sociológica restituída numa relação de identidade para si e identidade para o outro, a identidade é sempre construída e é o resultado do processo de socialização, que compreende o cruzamento dos processos relacionais e biográficos.

O autor também afirma que a “identidade nunca é dada, é sempre construída e a (re)construir, em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos durável” (Claude Dubar, (1997, p. 104). Essa afirmação chega perto de Ciampa (1987), quando diz que a identidade se constrói na e pela atividade. A identificação vem do outro, mas pode ser recusada para se criar outra. De qualquer forma, a identificação utiliza categorias socialmente disponíveis Claude Dubar (1997).

A reconstrução da identidade e a prática educativa para compreender o problema da desmotivação do desinteresse do sentimento de inadequação do aluno, que pode culminar na evasão escolar, compreender o âmbito subjetivo são fundamentais para acolhimento o aluno com um olhar na sua identidade atual. Segundo Sacha (2006), a identidade é um processo contínuo, gerado pelo confronto com o outro, por meio de textos, ideias e situações. Assim, o confronto impacta na identidade do outro e, como consequência, ocorre a reconstrução da identidade. Neste contexto, a prática educativa, o espaço, as relações e o ambiente, neste caso as IES, são fundamentais

para a reconstrução da identidade do discente, o que pode resultar em sucessos ou fracassos do mesmo na sua formação acadêmica, profissional e na vida.

De acordo com Violin (2012), as instituições de educação superior são um ambiente social cuja identidade é esculpida pelos valores de seus fundadores, pela deliberação de seus gestores e pelas identidades individuais de seus discentes e docentes. Acrescenta que o educar deve ser uma prática de aprendizados mútuos entre o aluno e a instituição, em que o ambiente construtor do “saber e do ser” seja um espaço coletivo saudável e interativo. Tendo em vista a prática educativa, na expectativa da aprendizagem, o autor ressalta que a identidade insere-se no Projeto Político Institucional (PPI) e o Projeto Político Pedagógico (PPP) como instrumentos que devem ser construídos com a participação de todos. Isso é fundamental para que a instituição de ensino possa trabalhar com as diferenças, respeitando a cultura e a individualidade dos pares. A avaliação constante permite a identificação dos erros e a correção de rumos. Assim, é necessário o constante estruturar e reestruturar dos projetos – PPI e PPP - possibilitando adotar medidas que auxiliem na reconstrução da identidade do aluno.

Segundo Faria (2011), a essência da identidade constrói-se em menção aos vínculos estáveis que interligam as pessoas umas às outras, construir uma identidade implica em determinar quem a pessoa é, quais são seus valores, as direções que deseja seguir na vida e recebe influência de fatores intrapessoais, interpessoais e culturais.

Boneti (2009), considera que a perda total da identidade social implica numa condição social de extrema vulnerabilidade social, por outro lado, considera que a perda parcial da identidade impõe a este grupo social a condição de vulnerabilidade simplesmente.

Também da perspectiva da Sociologia, mas com foco na modernidade, Bauman (2005) define identidade como autodeterminação, ou seja, o eu postulado, as identidades frequentemente referem-se às comunidades como sendo as entidades que as definem. Existem dois tipos de comunidades: as de vida e destino, nas quais os membros vivem juntos em umas ligações absolutas e as comunidades de ideias formadas por uma variedade de princípios. A indagação da identidade só se põe nas comunidades do segundo tipo, onde comparecem diferentes ideias e, por isso, também a crença na necessidade de escolhas contínuas.

Sendo assim, identidade profissional envolve analisar as exigências da qualificação profissional, as tecnologias, as mudanças no mundo do trabalho, as práticas e as competências profissionais, a conjuntura social em que ele está inserido e os fatores que influenciam este contexto. Comporta ressaltar que o processo de construção da identidade abrange a formação acadêmica e profissional e as experiências em diferentes contextos e espaços de socialização. Consequentemente, pensar sobre profissão implica considerar a socialização profissional, um processo que envolve atitudes, crenças e formas de competências que resultam na definição da identidade

profissional.

A autonomia deve estar presente na educação não apenas como forma de evitar a evasão escolar, mas, acima de tudo, como uma maneira eficaz de resgatar, para o processo educacional, os jovens e adultos que outrora foram agentes evasores.

A CULTURA, IDENTIDADE E A EVASÃO ESCOLAR

A escola busca desempenhar o seu papel de mediadora no processo de transmissão-assimilação do conhecimento científico, de forma que venha a auxiliar no desenvolvimento de cidadãos críticos, capazes de contribuir para a transformação dessa sociedade na qual vivemos em uma sociedade realmente democrática, o acesso à escola está democratizado, mas, mesmo assim, não temos uma verdadeira escola democrática, pois esta escola ainda tem um longo caminho a percorrer, no sentido de democratizar o conhecimento, o que podemos perceber pelos elevados índices de evasão, repetência e aprovação efetuada pelo conselho de classe e colegiados no ensino superior. Neste sentido, surgem algumas indagações: qual seria a concepção pedagógica que mais se aproxima das necessidades da escola pública brasileira? Aquela que venha ao encontro dos interesses daqueles que a frequentam, os filhos dos trabalhadores? Aquela que possa contribuir para o enfrentamento da problemática da evasão escolar e, por consequência, com a verdadeira democratização da escola pública?

Portanto, faz-se necessário que o gestor permita-se enfrentar a problemática da evasão escolar que é um dos maiores desafios enfrentados pela escola que possui esta modalidade de ensino, buscando ações que estimulem a permanência e atendam às necessidades desses jovens, agregando elementos e valores que os levem à emancipação e à afirmação de sua identidade cultural.

A Compreensão de que exige conhecimentos e interpretações dos processos de mudanças pelos quais passam os estudantes durante seu período de formação. É imprescindível entender que a formação acadêmica pode gerar mudanças nos estudantes em diferentes níveis: intrapessoal (afetividade, emoção, cognitiva), intrapessoal (família, relações de amizade, profissional e comunidade) e institucional escolar (exigência, carga horária, currículo, didática e locomoção).

Para Scali (2009), no que se refere aos anos frequentados pelos estudantes na educação superior, a literatura tem apresentado que eles são acompanhados por um amplo e interligado conjunto de mudanças originadas por diferentes experiências que compõem esta etapa superior do processo educacional, nas atividades acadêmicas como as não acadêmicas, as obrigatórias ou as não obrigatórias. Monteiro, 2019, assinala como causas da evasão nos cursos tecnológicos, entre outras: a) definição de curso de ingresso; b) localização da instituição; c) formação e atuação profissional do tecnólogo; d) condições relacionadas ao trabalho e condições financeiras. A autora

constatou, ainda, que 77,2% dos alunos pesquisados já haviam obtido a graduação ou ingressado em outro curso/instituição, nesse caso, em até um ano após o período da evasão.

Lobo (2012) explicita que a evasão é comparável à doença silenciosa, pois por muitas vezes não dá sinais de que vai acontecer ou de que já esteja acontecendo, mas se torna de extrema periculosidade quando manifestada, apud Fialho (2014). Este fenômeno de acordo com Baggi (2010) provoca desigualdades sociais e econômicas. Na percepção de Albuquerque (2008), o fenômeno da evasão deve ser analisado diante de enfoques individual e institucional. No ponto de vista individual, o abandono de um curso pode representar para o estudante o fracasso em atingir seus objetivos, desinteresse ou incapacidade com compromissos acadêmicos. Institucionalmente, pode estar adjunto à gestão acadêmica, questões curriculares e, ainda, ao prestígio da organização.⁵

O acompanhamento e análise individualizados dos fatores envolvidos na evasão possibilitam estabelecer relações e aprofundar as causas e possibilidades de intervenção no processo do abandono. Dentro deste contexto existem diversos elementos que contribuem para a construção do abandono escolar, como evidenciam Fini, Dore & Lüscher (2012), a evasão é um processo dinâmico e evolutivo cujo entendimento requer levar em conta a dimensão temporal em que ele ocorre bem como a articulação de sucessivas experiências individuais e institucionais às quais o aluno perpassou até o momento de decidir por abandonar o percurso escolar.

Marchesi & Pérez (2004) salientam que o fracasso escolar não pode ser explicado apenas por um único fator, mas sim pela observação de níveis ou dimensões e que, portanto, se faz necessária a adoção de um modelo hierárquico para interpretar o fracasso escolar. Para os autores, este modelo seria composto por seis níveis estreitamente relacionados: sociedade, família, sistema educacional, escolas, ensino em sala de aula e disposição dos alunos.

Rumberger (2011) corrobora o conceito de que o processo de abandono escolar é resultante de uma multiplicidade de fatores inter-relacionados. Para este autor existem duas categorias de fatores que contribuem para a evasão escolar: a) fatores individuais do estudante – atitudes e comportamentos, desempenho escolar, experiências anteriores; b) fatores contextuais – família, escola, comunidade. Portanto, o processo de caracterização do fenômeno evasão escolar suscita a necessidade de se conhecer cada uma destas dimensões (níveis) de forma detalhada para que seja possível estabelecer de que forma cada uma delas influencia a ocorrência do processo de abandono escolar.

Do mesmo modo Fini, Dore & Lüscher (2013) evidenciam que o background familiar é um fator preponderante para o sucesso ou fracasso escolar. Para os autores, o status sociocultural e econômico da família de origem influi fortemente sobre a trajetória escolar, determinando oportunidades diferenciadas – possibilidade

5. ALBUQUERQUE, 2008, p.42 apud TINTO, 1975.

de prosseguir nos estudos após completar o nível de educação obrigatória, o acesso aos diversos tipos de escolas pós-obrigatórias, importância ou não da aprendizagem escolar.

Lahire (2004), porém, salienta que não basta apenas à família ser possuidora de um capital sociocultural, é preciso analisar a forma como este é transmitido ao aluno e de como ocorrem as estruturas familiares. Para o autor, o fracasso escolar é o produto de uma interação entre as estruturas familiares, os contextos socioeconômicos, o capital cultural e as formas de vida escolar em um dado período de tempo.⁶

Fini, Dore & Lüscher (2013) apontam que os comportamentos, valores e expectativas dos alunos contribuem para o maior ou menor nível de engajamento, pertencimento, deles para com a vida escolar, apontam que o nível de envolvimento ativo dos alunos com a experiência escolar é um fator preponderante na decisão de abandono e está intimamente ligado ao seu desempenho escolar (rendimento), quanto maior a identificação-integração com a escola melhor será o rendimento escolar e por sua vez os melhores resultados de desempenho ampliam o sentido de pertencimento à escola. Portanto, considera-se de suma importância a investigação referente ao relacionamento entre estes diversos fatores ou dimensões para se construir uma caracterização da evasão escolar.

A PERMANENCIA DISCENTE, CULTURA E A IDENTIDADE EM AÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

As instituições de ensino dispõem de uma função significativa no processo de controle e contenção da evasão no ensino superior, pois através da implantação de políticas institucionais ela poderá conduzir a permanência do aluno, contribuindo a concluírem seus estudos. Tinto (2008) declara que o compromisso com a permanência do aluno deve partir de todos os membros da instituição (servidores administrativos e docentes). De acordo com Tinto (1993), o sucesso dos esforços de retenção institucional consiste na capacidade da instituição de envolver os docentes e os servidores administrativos em todo o campus em um esforço de colaboração para a construção de contextos educativos, dentro e fora das salas de aula, que possam envolver ativamente os alunos no processo de aprendizagem. O segredo do sucesso de se gerir a permanência não está na retenção do aluno, mas em um objetivo mais amplo focado na formação sólida e de qualidade. Tinto (2008), apresenta algumas estratégias importantes que devem ser observadas dentro de um contexto de permanência. De acordo com o autor, a antecipação de esforços é um ótimo plano de ação para se gerir a permanência, pois quando se intervêm de forma preventiva nas possíveis causas que levam o aluno a se evadir no primeiro ano da graduação, maiores serão as probabilidades de mantê-lo na instituição até sua formação. Tinto reforça

6. LAHIRE, 2004, p.74.

que as experiências obtidas no primeiro ano poderão influenciar tanto no processo da permanência e aprendizagem, sendo elas positivas, quanto no processo de evasão, sendo experiências negativas.

Soares & Rezende (2012), dentro do contexto financeiro, apresentam a proposta de bolsas como incentivos de permanência no curso, tais como bolsas de pesquisa, bolsas trabalho, bolsas para custear alimentação, moradia e transporte. Os autores afirmam que tal proposta não significa a garantia de permanência, mas um aumento na probabilidade do discente permanecer na instituição de ensino, o acompanhamento psicopedagógico, verificação das presenças dos estudantes em aula como um alerta de que algo possa estar acontecendo e que deve ser observada, como também uma maior integração entre estudantes, docentes e coordenadores de curso, além da oferta de um ensino diferenciado e de qualidade e uma estrutura eficiente e com capacidade de atender às necessidades do curso e do estudante. Para que o processo de aprendizagem do aluno seja eficiente e aumente o seu sucesso no ensino superior.

As qualidades físicas constituem estímulos institucionais a fim de ampliar as condições de permanência e conclusão do ciclo de formação superior. Além das condições expostas por Tinto, o Instituto Lobo (2012) apresenta uma sucessão de ações que visam à garantia da permanência do estudante no sistema de ensino superior. Segundo Lobo (2012), a primeira ação seria implantar uma equipe designada para gerir a permanência, estabelecendo programas acadêmicos de integração e recuperação dos novos alunos. A segunda ação seria a de avaliar as estatísticas da evasão, levantando os períodos críticos e criando formas de intervenção a partir dos dados. A terceira ação seria a de levantar as causas da evasão, estabelecendo uma relação entre os interesses dos estudantes com a avaliação das atividades educacionais, administrativas e comunitárias. A quarta ação seria a de incentivar a visão da instituição de ensino centrada no estudante, envolvendo a direção, a coordenação, docentes e servidores técnicos administrativos em uma atenção legítima em garantia do sucesso e acolhimento dos estudantes.

A quinta ação seria a de trazer à realidade requisitos que cumprem objetivos de instigarem os estudantes a despertarem à sua carreira acadêmica, buscando não desencantá-los. A sexta ação seria a de tornar o estabelecimento e o acesso fácil aos alunos. A sétima e última ação apresentada por Lobo é a de criar projetos de aconselhamento e orientação dos estudantes, sendo estes proativos e permanentes. Lobo conclui que as instituições de ensino que fazem opção pela implementação das ações e propostas são bem-sucedidas no processo de implantação da cultura de permanência.

Nogueira (2011) aborda que identificar as dificuldades de permanência é fundamental para combater a evasão no ensino superior, tema de grande importância para a Nação, haja vista que índices de evasão no ensino superior se refletem em desperdícios acadêmicos, sociais e econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível estabelecer um conjunto de debates e ações em torno da formação unilateral dos estudantes e, nesse sentido, as instituições escolares, ainda não se organizaram para efetivamente considerarem a cultura imanente em cada sujeito, sua procura pela sua identidade, sua construção e formação integral e integrada em todos os níveis de sua vida acadêmica. A concepção de uma política pública de combate a evasão escolar que esteja internalizada na gestão institucional demandará instâncias voltadas para sua implementação.

Nesse sentido, serão apesar da criação de ações de permanência focadas no acesso, e conclusão com êxito e que seja possível alcançar tais transformações, é importante constituir os instrumentos para se atingir as mudanças necessárias para a consolidação da Instituição na formação unilateral dos seus estudantes. Nesse sentido, propõem-se a o trabalho intensificado de reconhecimento e escuta dos alunos ingressantes, criação e a intensificação da formação continuada dos professores, encontros pedagógicos para integração e interação, apresentação e avaliação de diagnósticos, levantados pela equipe pedagógica. Esta proposição busca realizar monitoramento e o acompanhamento da Evasão no âmbito escolar e estruturará articulação dos diversos sujeitos, com as realizações o debate e a escuta dos sujeitos. Um trabalho com alunos egressos é fundamental para trazer aos ingressantes motivação e espelhamentos de situações vivenciadas ao longo de curso.

Abusca para se compreender as especificidades da evasão escolar, as fragilidades e os gargalos que impedem o êxito dos estudantes sendo mapeados em todos os cursos, vislumbra buscar compreender as razões do fracasso escolar e também no levantamento as experiências exitosas que, porventura, estiverem sendo realizadas isoladamente dentro da instituição escolar

Para que ocorra o fortalecimento da instituição escolar é fundamental aumentar o comprometimento com a formação do aluno, com os indícios de evasão escolar, é imprescindível promover a criação de uma política institucional de combate à evasão e melhorar o envolvimento dos servidores da instituição com as questões pertinentes ao fenômeno. Para o aumento e fortalecimento do envolvimento dos servidores, a instituição tem que solidificar-se no sentido de modificar a visão sobre a função do servidor público.

Espera-se, com esse conjunto de ações, que a instituição possa construir um conhecimento sistematizado a respeito das variáveis associadas à evasão de seus estudantes, tendo como consequências positivas da produção deste conhecimento: a possibilidade de compreender o fenômeno da evasão na instituição; possibilidade de construção de um plano efetivo de combate à evasão; redução da evasão na instituição; e melhoria no funcionamento da instituição.

Monteiro (2018), aborda em sua pesquisa que das 5 principais causas da evasão elencadas, na ótica dos professores, 69% são de fatores externos, já, para os

evadidos, 58% são externos e 42%, internos, o que leva à conclusão de que, mesmo com distorção nos resultados entre professores e alunos, há uma predominância dos fatores externos para o abandono dos cursos. Destacam-se a mudança de objetivo de vida, o curso como segunda opção e a falta de motivação para continuar o curso, o currículo com muita teoria e pouca prática, a falta de orientação vocacional por parte dos evadidos, não sabia o que queria, curso como segunda opção, falta de motivação para continuar o curso, falta de orientação vocacional e mudança de objetivo de vida.

Nestas conjunturas, apreendemos uma ação do indivíduo sobre o seu próprio percurso, na exterioridade, ressaltamos o entendimento da juventude quando considera que esse momento da vida constitui um período no qual conteúdos e práticas construídos na esfera familiar são debatidos, confrontados com novos conhecimentos e experiências, que podem ser vivenciadas tanto em um nível das relações interpessoais de amizade, relacionamentos afetivos, vínculos associativos e religiosos bem como também pelos desafios materializados em determinadas conjunturas políticas, econômicas e sociais nas quais os jovens estão inseridos. (Tomizaki, 2017). Dessa maneira, entendemos que diferentes caminhos constituem formas de os indivíduos se tecerem e se reinventarem estruturalmente dentro desta sociedade. Dentre outras perspectivas esses alunos interagem e atuam em um espaço de probabilidades múltiplas em que são convidados a se assegurarem e a destacarem.

Segundo Sennett (1999), uma das marcas mais profundas deixadas pelo ambiente organizacional na contemporaneidade é “a corrosão do caráter”, caracterizada por uma profunda ansiedade que afeta os comportamentos, as tomadas de decisões e os projetos de vida na sociedade ocidental. Ao adotar o conceito de flexibilidade, cuja ênfase muda os significados do conceito de trabalho, as organizações projetam atividades que passam a ter como objetivo as metas de curto prazo e a execução rápida de projetos, impedindo que os indivíduos fiquem raízes no trabalho e se doem com lealdade; uma vez que a expectativa de retribuição em relação à organização é cada vez mais escassa.

Para Sennett (1999), esse contexto faz com que os trabalhadores não construam as suas experiências profissionais em sintonia com seus objetivos pessoais, porque o foco é a mudança, e por isso todos os indivíduos devem, a priori, assumir riscos e estar em estado constante de “teste” e de vulnerabilidade.

Nesse meio, existe uma busca do indivíduo por questões pessoais que são importantes para ele, pelo menos em um determinado momento da trajetória de vida de cada ex-aluno, e, nessa busca, nem sempre a escola ocupa posição principal. Nesse momento, outras extensões ou campos da vida ganham proeminência, e o baixo envolvimento com o curso reflete na não conclusão da graduação de ingresso. Perante esta situação, consideramos que o trabalho dificulta a conclusão, mas não é fator singular que incide sobre a desistência provisória ou não da graduação. Verificamos, deste modo, questões implícitas a essa esfera, tanto da perspectiva

institucional quanto do estudante, que privam tal êxito.

De outro modo, a perda de empenho pelo curso estudado implica uma avaliação que o sujeito acerca de suas expectativas e probabilidades futuras que, reiteradas vezes, suplantam aspectos relacionados ao seu desenvolvimento de maneira rigorosa. Nos casos aqui analisados, os cursos mencionados nessa apreciação não observam as condições socioeconômicas e culturais desfavorecidas diferentes. Dessa maneira, os cursos não buscaram inserir os alunos diante das perspectivas de formação e os alunos decidiram por não concluir o curso no qual estava matriculado.

Por sua vez, existe ainda um conjunto de carreiras no mercado de trabalho, e quem consegue um certo respaldo e deseja percorrer um caminho mais valorizado profissionalmente, muitas vezes, o faz sem arrependimento da formação de que desistiu, em alguma circunstância da trajetória pessoal de escolarização. Desse modo, temos o tipo de evasão que se caracteriza por aqueles que evadem porque reorientaram a escolha para carreiras de maior afinidade profissional.

Monteiro (2018), concluiu em sua pesquisa de mestrado, que o aluno prescinde de sentir o pertencimento, ficou evidenciado nas entrevistas, o susto que o aluno leva ao ingressar na instituição de ensino. Em outras palavras, o processo de integração do aluno ao novo ambiente, que lhe é desconhecido, é bastante complexo. Do ponto de vista do estudante ingressante isso parece ser importante, mas as queixas em relação à falta de informações sobre o IFSP e o curso são elementos importantes para uma profunda reflexão sobre o papel da instituição na vida dos alunos.

“Concluiu-se que a sensação de abandono induz a sentimento de perda, de fracasso. E tais sensações, nos remetem a um comprometimento maior da instituição nos projetos pedagógicos em curso, reações que considerem ações que otimizem o diálogo, a conversa e podem reverter a desistência do aluno na instituição. Ações mais vigorosas que promovam atuação da coordenação sociopedagógica, propositiva e não apenas reativa diante de um pedido de socorro eventual por parte de docentes ou coordenadores de curso, ou de um alerta de um professor. Ações dessa natureza parecem ser cada vez mais necessárias e urgentes nesse novo cenário estudantil do campus pesquisado”. (Monteiro,2019).

De certa forma, o papel central que a cultura exerce na vida da sociedade contemporânea exige uma atuação efetiva dos poderes públicos através da implantação de órgãos específicos no que concerne a gestão cultural nas esferas municipal, estadual e federal, na elaboração e execução de políticas públicas. Rever os conceitos de cultura em foco na contemporaneidade e a necessidade de políticas públicas que atendam às diferentes demandas da população, continuamente questionar-se as concepções de Cultura e Identidade no Contexto Escolar.

REFERENCIAIS

ALBUQUERQUE, Teresa. Do abandono à permanência num curso de ensino superior. Sísifo - Revista de Ciências da Educação, Lisboa, n. 7, p. 19-28, set./dez., 2008.

BAUMAN, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos. Evasão e avaliação institucional: uma discussão bibliográfica. 2010. 81f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP, 2010.

BONETI, Lindomar Wessler. Políticas Públicas por dentro. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. **A identidade em Psicologia Social**. Dos processos identitários às representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2009.

CIAMPA, A. C. (1987). A estória do Severino e a história da Severina. São Paulo: Editora Brasiliense.

DUBAR, C. (1997). Para uma teoria sociológica da identidade. Em *A socialização*. Porto: Porto Editora.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. Primeira Seção - Capítulo 5./ por Ana Zuleima Lüscher e Rosemary Dore. RBPG - Políticas, Sociedade e Educação, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147-176, dezembro 2011.

FARIA, E.; SOUZA, V. L. T. Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores. *Psicologia Escolar e Educacional*, Maringá, v.15, n. 1, jan./jun. 2011.

GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora,

LAHIRE, Bernard. *Culture écrite et inégalités scolaires. Sociologie de l' "échec scolaire" à l'école primaire*. Lyon, Press Universitaires de Lyon, 1993.

LOBO, M. B. C. M. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. *Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, n. 25, dez. 2012. LOBO, R. L. S. F. et al. *A evasão no ensino superior brasileiro*. Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação 2005.

MARCHESI, Álvaro; PÉREZ, Eva María. *A Compreensão do Fracasso Escolar*. In: MARCHESI, Álvaro; GIL, Carlos Hernández & Colaboradores. *Fracasso Escolar: uma perspectiva multicultural*. Porto Alegre: Artmed, 2004, p 17-33.

Monteiro, S.A.S – *Evasão Escolar nos Cursos Tecnológicos*, UNIARA, 2018.

NOGUEIRA, M. O. G.; LEAL, D. *Psicopedagogia Clínica: caminhos teóricos e práticos*. Curitiba: Ibpex, 2011.

RUMBERGER, R. W. (2006a). Why students drop out of school. In G. Orfield (Ed.), *Dropouts in America: Confronting the graduation rate crisis* (pp.131-155). Cambridge: Harvard Education Press.
Rumberger, R. W. (2006b). What can be done to reduce the dropout rate? In G. Orfield (Ed.), *Dropouts in America: Confronting the graduation rate crisis* (pp.243-254). Cambridge: Harvard Education Press.

SAINSAULIEU, R. *L'identite au travail*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977

SCALI, Danyelle Freitas. *Evasão nos Cursos Superiores de Tecnologia: a Percepção dos Estudantes sobre seus Determinantes*. (2009). 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SOARES & RESENDE, MARIA LILIANA DO AMARAL. *Evasão escolar no primeiro ano do ensino*

médio integrado do IFSULDEMINAS - Campus Machado / Maria Liliana do Amaral Resende. – 2012.

SENNETT, R. A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; MONTEJUNAS, Paulo Roberto et al. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. v. 37, n. 132, p. 641-659. 2007. Cadernos de Pesquisa. Disponível em: <http://goo.gl/qHsfr5> (Acesso em 12 de abril de 2012).

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIP LITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. A Evasão no Ensino Superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas. set/dez. - 2007 v.37, nº 132. Disponível em: <http://goo.gl/k4ciUF>. (Acesso em 20 de junho de 2014).

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo e; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. Esclarecimentos Metodológicos sobre os Cálculos de Evasão. Instituto Lobo. 2012. Disponível em: <http://goo.gl/qYmbcK> (Acesso em 20 de junho de 2014).

SILVA FILHO, R. L. L.; LOBO, M. B. C. M. **Como a mudança na metodologia do Inep altera o cálculo da evasão gerais das causas e soluções.** Instituto Lobo para Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia, 2012. Disponível em: <http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_079.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2016.

SILVA FILHO, R. L. L.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. **A evasão no ensino superior brasileiro.** Cadernos de Pesquisa, vol. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.alfaguia.org/alfaguia/files/1341268055_925.pdf>.

TINTO, V. Dropout from Higher Education: a theoretical synthesis of recent research. **Review of Educational Research.** [S.l.]: 45(1), 1975, p. 89-125.

_____. **Leaving College:** rethinking the causes and cures of student attrition. 2ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

TOMIZAKI, K. Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. Educação & Sociedade, v. 31, p. 327-346, 2010.

WILLIAMS, Raymond. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

POLITICS (AND POLICIES) OF HISTORICAL MEMORY AND VIOLATIONS OF HUMAN RIGHTS: GENDER AND ETHNICITY INTERSECTIONS

Ricardo Sant' Ana Felix dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF)
Niterói – RJ

ABSTRACT: This text aims to explore, from official data that point out the increase of violence against indigenous women in Brazil (2016), those meanings that categories such as gender and ethnicity imprint in politics of historical memory and therefore in the elaboration and apprehension of traumatic events that evolve our recent past (more than 20 years of dictatorship:1964-1985) and the reconstruction of social meanings for current political violence suffered by them. Taking the intersectionalities of social markers of difference into account, besides those narratives that express different levels of dispute, our attention is dragged to a new agenda and towards the redefinition of subject matters traditionally encompassed by the field of politics of transitional justice. It aims to analyze the limits and possibilities of political participation and the democratization of memory, truth and justice rights from victims of human rights violations referring to indigenous context and based on fundamentals of hierarchies of sex/gender system. This research is also supposed to reflect on processes that correspond to the

politics of identitarians representations and to memory narratives on different meanings of experienced violence. It's considered then to be able to make power relations explicit throughout the politics (and policies) of human rights from the results presented by the Truth National Commission on its Final Report (2014) and its repercussions in different sociopolitical ranges.

KEYWORDS: Politics of Historical Memory; Violations of Human Rights of Indigenous Women; State Crimes and Transitional Justice; Activism of Victims.

1 | INTRODUCTION

This work corresponds to a preliminary theoretical-methodological approach in the field of policies of indigenous historical memory in its gender and ethnics implications, in order to proceed and re-elaborate certain problematics that differently imprint the traditional approach of the objects informed by the field of “democratic transition justice policies” regarding violations of indigenous human rights during the last military dictatorship (1964-1985) to the present.

Transitional justice:

is a concrete response to systematic or widespread violations of human rights. Its objective is the recognition of victims and the promotion of possibilities for reconciliation and

democratic consolidation. Transitional justice is not a special form of justice, but a restorative justice in which societies transform themselves after a period of widespread violation of human rights. [...] Some initiatives: application of the justice system in the investigation of crimes committed in dictatorships, especially those considered as crimes against humanity; creation of Truth and Reparation Commissions, which are the main tools for research and information on key abuses of recent past periods; repair programs with state-sponsored initiatives that promote material and moral repair of damages caused by abuses from the past. In general, they involve not only economic reparations but also symbolic gestures to the victims as official apologies; reforms of security systems with efforts that seek to transform the armed forces, the police, the judiciary and those related to other state institutions of repression and corruption into public service instruments and integrity; memory policies linked to an educational intervention directed towards and from human rights, as well as institutional practices that implement memorials and other public spaces capable of re-signifying the history of the country and increasing moral awareness about past abuse in order to reconstruct and invoke the idea of “non-repetition.” (GENRO, ABRÃO, 2010, page 23, free translation).

Thus, as proposed by Judith Butler (2015) regarding the forms of objectification and the demands for the humanization of the subjects become abject, it is intended to problematize the framework given to historical memory and justice policies in Brazil in this period of (re)democratization. This term -”abjection”- refers to the Latin etymology *ab-jectio*, defined as the action of “discarding, throwing away, excluding (...). The dynamics of naturalization and essentialization of the Other, understood as brute – brutalized – denies the affirmation of his/her identity” (SANTOS, 2014, free translation). In this way, we seek to relate them to the productive effects of gender politics and racialization of the bodies there involved (the genderization and racialization of memory policies, as highlighted in the interesting construction of the struggle of the National Commission on the Truth of African Slavery in Brazil) and, therefore, to shift the perspective that has always privileged only some objects of theoretical and empirical consideration to the detriment of others.

In this sense, it is necessary to emphasize the process of subjectivation that is represented in the victimization of specific groups, that is, in the visibility and the claim of the quality of victims with regard to the evocation of categories associated with the violence represented in these contexts. It is important to observe how the strategies of social legitimation and struggle to guarantee access to rights through the vocalization (ROSS, 2001; 2006) of the impinged suffering operate, and how they relate as an expression of power relations, institutionalities, negotiation of identities and processes of signifying those traumatic events based on the production of moralities and the multiple senses of the violence suffered.

In parallel with this first point of view, it is possible to compare such questions with the publication of official data that point to the increase of violence against indigenous women in the present moment, in the context of more than a decade of the promulgation of the Maria da Penha Law (BRAZIL, 2006 - Law 11.340 / 2006) and the Law of Femicide (BRAZIL, 2015 - Law 13.104 / 2015). It seeks, therefore, to explore the senses that the categories gender and ethnicity imprint in this discussion

of legislative production and public policies aimed at specific groups of society, taking as object the vortex of historical continuities that help us to view such contemporary phenomena in a conjuncture of fragmentation and complexification of social relations.

The processes of institutional formation, as well as the inauguration of social processes marked by contradictory negotiations to recognize rights extended to the population as a whole, present the limits of transitional justice, clearly representing differences in the scope of citizenship rights. (In)adequations and even the consummation of reinforcing historical injustices are the result of a complex power play that hinders the social legitimacy of demands that extend over time. It is part of this historical continuum characterized by the precariousness of the conditions of life, the institutional humiliation and the devaluation imposed on those to whom life is not subject to mourning, to retake Butler's argument (2015).

2 | HISTORIES, MORALITIES AND SOCIOPOLITICAL AGENCIES

Starting from intersectionalities and dynamic connections (PUAR, 2013) between social markers of difference, it's important to rethink its links with the processes of institutionalization of practices, values and speeches calling for those needs of convening and investigating the recent past of the country, reformulating political agendas of historical compensation and reparation, problematizing the dynamics of historicization of truths produced and / or silenced in this period. There are discussions about the traumas experienced in past regimes and periods of past and present authoritarianism, leading to a debate about the adequacy of trauma as "a category of thought that reflects the transformation of a system of knowledge and values, a relationship with the truth, and points to the reconfiguration of contemporary moral economy" (VASALLO, 2017, 280).

David Lowenthal, from the reading of Vassallo (ditto),

points to the centrality of the process of victimization in the contemporary world, through which countless minorities begin to define themselves as historical victims. (...) These claims contain a strong moral dimension which condemns the atrocities committed and classifies those who suffered as victims.

Linking this movement with the Holocaust consequences and Nazi practices that culminated in the tragic outcomes of World War II, we have the emergence of the reorientation of human rights in modern times, being at its core one universalizing humanist paradigm that invests its efforts in the development of treaties, conventions, pacts, declarations and, therefore, centered a field of debates around the judicialization and politicization of crimes against humanity.

Reparation, compensation, recognition, memory, truth, among others, become, thus, part of a central lexicon in the repertoire of human rights consolidation in a global dimension, proliferating different strands of action: from international human rights law to humanitarian international law (each with its own specificities). Investments

for democratization, for the enforcement of justice in the face of historical debts and achievements through struggles for social, political, civil, economic, cultural, and environmental rights - from a formally state-sponsored citizenship - reinforce this tendency to broaden the liberal grammar of rights of the victims and of the senses hence produced. It is emphasized that, like any language, it does not dispense with antagonisms, authoritarian deviations and interests in dispute for the interpretation and application of these norms - in spite of the theoretically and legally adopted parameters.

Taking up the issue of inflicted trauma in these contexts of violence, ranging from seemingly consensual way in the figures of violations of human rights standards internalized in the nation-states' legal systems, Vassallo (ditto) rescues the contributions of Fassin and Rechtman, stating that "the trauma consecrates an emergent figure of the victim, legitimizes his/her condition and becomes a key to the interpretation of the contemporary world. Thus we have a restructuring of cognitive and moral foundations that transform the relationship to suffering, memory and subjectivity." That is, there is a certain transversality that operates the conditions of possibility of the systematization of these guidelines in relational and institutional spaces that amplify situations hardly previously thematized and that trigger legal-political responses by various actors - state or non-state actors.

3 | RETHINKING THE NARRATIVES OF HISTORICAL MEMORIES

So, in what way do gender and racialization of bodies matter to memory? Or, putting the question in a different way, what do the categories of gender and race bring to the records of historical memory and the official models by which the "nation" is narrated? In what way can victims' actions be understood by these social markers, which are heterogeneously articulated and respond to a certain structuration whose history is paradoxically to be reconstructed? What are the possible relations of these contemporary dynamics of an alternative framework of violence with the social changes that are present in contexts of intensification of violence and its regulation by the State (legislation judicialization, politicization and militarization)?

This is a question that shifts, or requalifies, the approach that is given to the analysis of historical memory policies and to the whole institutional apparatus created around them (such as justice policies, legislative production and the elaboration, execution and management of public policy), just as it transcends a merely retroactive dimension, since it must be seen in the light of the trends linked to the treatment of sensitive issues at present. The different places of construction and subjects of enunciation of these constant updates of the registers in which are categorized and mobilized differentiations or specific cuts on memories in dispute inaugurate and attribute to the political reconstruction of a historical period - or rather, incorporates to this social formation, to recompose it - the dimension of racialization policies inaugurated by

colonial violence, as well as the mechanisms of gender regulation (and, at the same time, the patriarchal policies of sexualization of adjacent bodies). They are important cleavages for the understanding of the politics of forgetfulness, silencing and negation that operate in the institutional action of the State, in the historiographic production and in the structural sphere of social reproduction.

The existence of a specific chapter on violence against indigenous peoples in the 2014 National Commission on Truth (Comissão Nacional da Verdade - CNV) Final Report, apart from another section specifically devoted to violations in that particular period against women, meant a qualitative leap forward in the state of art of the official political readings of human rights policies related to the rights to truth, memory and justice in Brazil (although with a delay of more than 25 years after the end of the military regime).

According to the agency's institutional electronic address:

The National Truth Commission was created by Law 12528/2011 and instituted on May 16, 2012. Its purpose is to investigate serious human rights violations that occurred between September 18, 1946 and October 5, of October 1988. In December 2013, the mandate of the CNV was extended until December 2014 by provisional measure No. 632 (free translation; available in: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html> . Access in: 03/09/17).

It is important, however, to deepen the possible interfaces from the reflections provided by the data collected by the technical team that composed the brief term of the commission (2012-2014) during President Dilma Rousseff (2011-2016) first government. As the document itself suggests, once publicly known actions of state terrorism through historical research on those archives of the dictatorship that have been duly opened, that is, guaranteeing access to the information currently available, it is above all necessary to advance the understanding of the meanings of the gaps, fragmentations and discontinuities observable in the same historical - and ethnographic - facts in question, in this specific situation of doubly marked women: by the crossings of the sex-gender system (see Gayle Rubin, 2011) and by the crossings of the matrix of coloniality (Lander, 2005) of the ethnicity-raciality regimes underlying them.

The analogies with respect to terror practiced through systematic violations of human rights through torture, imprisonment, enforced disappearances and killings for the control, intimidation and segregation of subjects conceived as "internal enemies" - traditionally associated with the "subversive elements" of national movements of the left, "communists", in the usual category of political persecution - are reconverted, or rather extended, to other sectors of the population. In this sense, the policies of extermination, the implantation of the culture of fear and terror as a form of repression and political stabilization, associated with the expropriation, territorial usurpation and spoliation of the material resources necessary for sociocultural reproduction, are related to the strategies of submission of the bodies to sovereign power and to the sexual dimensions of the war with wholly inspiration in the militaristic doctrines of national security of the second half of the twentieth century. Thus, what has been theorized as

State terrorism (PADRÓS, 2005; SCHULTZ, 2015) is what we would call some of the expressions of the indigenous genocide and the black holocaust carried out in Brazil from the very beginning of its constitution as an inexorably racialized state, because of its complex (pluri)ethnicity.

If, during the period of redemocratization, after more than 20 years of civil-military dictatorship (1964-1985), the emergence of public debate on the agendas postulated by social movements - among them the indigenous movements - informed the process of institutionalization of transitional justice in Brazil with the guidelines on the rights to truth, memory and justice, generated a brief but intense research experience represented by the National Commission and States of the Federation Truth Commissions, it is crucial to return to some elements listed in this Final Report, as they give us clues within the framework of a historical anthropology (OLIVEIRA, 1999), its necessary scopes, possible approaches and initial inputs in this field.

The exercise of reconstruction of intentionally erased historical and cultural traces in order to deepen the recognition in the present of the asymmetric aspects eminently rooted in interethnic relations and in the systematic reproduction of the symbolic, material and institutional structures of human rights violations of the indigenous population expresses the social conditions of giving visibility to the violence suffered by indigenous women in particular. How does this dimension of the politics of otherness production articulate with the representations created for them in this moral and political economy of identities? What do these presuppositions imply in the specific senses of dealing with the violence they suffer and the very vulnerability of their intra-ethnic position?

Some of the aspects highlighted in the report draw attention, such as: spontaneous abortions suffered as a result of violence; systematic practice of rape by state officials (who a priori should protect indigenous interests) and those involved in building the infrastructure mega-projects typical of the dictatorship era of the early 1970s (such as the Transamazon Highway), causing transmission of venereal diseases, blindness and depopulation of indigenous people in the affected areas (BRASIL, 2014, p.230). Existing data on the phenomenon of sexual and gender violence in inter-ethnic contexts can be traced from the documents collected in the report, as well as investigating the reality of latent or explicit conflicts within the indigenous communities that culminate in these social problems. This is crucial to the realization of a more global framework of the phenomenon, without sacrificing particular characteristics that are in mutual relation and which also produce this larger scenario from different nuances.

As can be seen from the fifth text of the second volume of the Final Report, in the specific section devoted to the human rights violations of indigenous peoples specifically in the period 1945-1988 (BRASIL, 2014: 203-264):

These violations are not sporadic or accidental: they are systemic insofar as they result directly from the structural policies of the State, which respond to them both by their direct actions and by their omissions. Omission and direct violence of the State always lived in indigenist politics, but their respective weights suffered variations. (...) The role of the Union in the serious violations of the rights of the

Indians is evident, without any lethal omissions, particularly in the area of health and in the control of corruption, cease to exist. In the wake of the National Integration Plan, large private interests are favored directly by the Union (...). As a result of these State policies, it was possible to estimate at least 8,350 indigenous people killed during the investigation period of the CNV, as a result of the direct action of government agents or their omission. This figure includes only those cases studied here for which it was possible to draw an estimate. The actual number of indigenous people killed in the period should be exponentially greater, since only a very restricted portion of the affected indigenous peoples has been analyzed and there are cases where the death toll is high enough to discourage estimates. (BRASIL, 2014, pp. 204-205)

Due to the poor systematization of this type of violations against indigenous people in Brazil, it was up to the National Truth Commission to bring the matter to light and to point out to society that the Indians in Brazil were also hit by state violence: this investigation needs continuity for that these peoples participate and be benefited by the process of transitional justice in development in Brazil.

(...) Reports of violations committed against indigenous peoples and corruption in the indigenist official institution led to four Parliamentary Committees of Inquiry (Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI) - in the Senate, the 1955 CPI, and in the Chamber in 1963, 1968 and 1977. In 1967, there was an CPI in the Legislative Assembly of the state of Rio Grande do Sul and, in the same year, a commission of investigation of the Ministry of the Interior produced the Figueiredo Report, reason for the extinction of Serviço de Proteção aos Índios (SPI) and creation of Funai (Fundação Nacional do Índio). Three international missions were held in Brazil between 1970 and 1971, one of them being from the International Red Cross. Reports of human rights violations against indigenous people were sent to the Russell II Court, 17 conducted between 1974-1976, and also to the fourth session of this international tribunal, held in Rotterdam in 1980. In that session, Waimiri Atroari, Yanomami, Nambikwara and Kaingang de Manguerinha cases were tried, and Brazil was convicted. (BRASIL, 2014, pp. 207-209, free translation)

If we consider the social segment of indigenous women as “minorities” in the Brazilian social context, it is necessary to problematize the various testimonies about frontal violations of “group rights”, “cultural autonomy” and “equalization policies”. As stated in the CNV’s final report:

In their testimonies given to the study delivered to the CNV, women and adults who were children at the time report how forced confinement resulted in all kinds of deprivation, widespread hunger and the psychological terror of not knowing the whereabouts of forcibly recruited adult men. Preterm births and deaths of newborns due to malnutrition or other related causes have been reported. We highlight part of the testimony of Teriweri, ex-wife of one of the Indians who were forced to guide the military in the woods:

I do not know what happened? I do not know. But I think we got so scared there that we did, right? Because every hour there were shots being given !! All the time!! Wind in any bush couldn't shake a little that they would shot! Yeah ... And we could not go to the countryside any more ... because they [the military] forbade it! Because sometimes the “people of the forest” ... [the guerrillas] ... they [the military] said that the “people of the forest” could kill us there in the bush, right? We could not hunt too ... And then we said like this: How are we going to survive now? Because at that time Indian was not a big thing, right? There was little ... so it was only a small piece of land that they used to sow ...grazed and planted manioc. And then one could not go out! Because I think because of all this, what happened that I had like this ... almost abortion, right? The children did not live because they were so afraid of the shots,

right? So it happened to us, I do not like to remember, you know? I'm telling you here because people like this ... may be the people of Brazil, from all over the world, to know for certain that this horrible event happened. It's "war" right? In the time of the guerrillas, right? That's why I'm telling you here a little bit ... (BRASIL, 2014, p. 246, free translation).

A possible inflexion, however, in the sense of looking at the reconfigurations of the relations between the different actors within this pattern of political organization, reflects the instability of established agencies and the heterogeneity of behaviors and social responses to situations in their different scales and places of elaboration. Although on the margins, it can provide us with valuable clues in the analysis of the process of composition of this scenario, those practices and the speeches in question. At a more global level, we observe in our context an increasing tension of the differentiated cultural rights constitutionally assured to the indigenous peoples (BRAZIL, 1988), provoking an exponential escalation in the rates of violence in the countryside, at first sight caused by territorial disputes.

4 | BETWEEN THE MORAL ECONOMY OF SOCIAL PRACTICES AND THE POLITICS OF STATE MEDIATIONS

As yet little explored, therefore, in their scope, effects and social meanings, the still insufficient, however, indispensable studies on the contemporary data regarding the critical situations of violation of the human rights of indigenous women and the possible relations with a "past" still precariously reconstructed (past-present?) would thus supplement the recentralization of the debate in these themes and in the political subjects whose denunciations of historical exclusion, subalternization and marginalization have recurrently incurred in naturalization by the State, legal operators, and society as a whole.

In this wake, acts reported by institutions of the Brazilian Judicial System (National Justice Council - Ministry of Justice) and by the Public Attorneys of Mato Grosso do Sul based on data from the State Secretariat of Public Security, an emblematic State in how violence in the countryside caused due to pressures from territorial interests, surreptitiously affects women, show that this significant increase in the number of reports of violence against indigenous women began to come to surface due to the sensitive reflexes of the implementation and popularization of information about the Maria da Penha Law (nº 11,340 / 2006), concerning gender violence prevention and criminalization. The entire hidden cipher of cases of assault, rape and other forms of violence would tend to be underreported, as is commonplace in studies of gender violence. Several measures to promote women's rights have been targeted at this social segment, such as official publications, booklets, campaigns conducted by public agencies, educational institutions and civil society organizations. Such actions have apparently had positive effects on raising awareness of the gravity of patriarchal structures in our society that naturalize aggressions against women and normalize

gender inequalities, consolidating recognition of women's rights to legal protection and combating all forms of violence based on gender differences.

The great challenge is precisely in adapting to the particularities of conceptions about what is socially configured as violence, and which are the most effective legal-political instruments - depending on the historical-cultural context - to deal with these structural and socio-individual problems. As Daniel Simião (2006) and Mariana Pulhez (2013) point out, there is a need to denaturalize and problematize certain transfers of legal mechanisms and public policies emerging from very specific and historically consolidated institutional contexts that end up being carried out without the necessary socio-cultural mediations. From these references, certain readings seem to stand out, reflecting and confirming once again privileged places of enunciation power, territorial management - remembering also that the body is also a biopolitical territory (Foucault, 1979) - and application of divergent normativities. This existing pluralism, based on the diversity of juridical systems that coexist but which become competing and necessarily asymmetric in their power to legitimize, validate and reinforce political inequalities that are also the result of cognitive differences (in their cosmogonic meanings), the framework of sensitivities and social moralities mobilized, the meanings of justice in dispute and the exercise of the power of jurisdiction ("to tell one's rights attributes" and, consequently, "to apply it"). To inquire, therefore, the relative autonomy of these systems, or the necessary (and problematic) relationship between them in an intercultural and inter-ethnic friction scenario (OLIVEIRA, 1960), is also a starting point for thinking about these phenomena that are reflected in the very sensitive intra-ethnic dimensions, such as the visible increase in reports of violence against women and the incipient thematization of gender relations in indigenous communities (including by indigenous women intellectuals who have been entering the academic *latifundia*).

Give visibility of the controversies present in these realities and the multiplicity of possible interpretations, especially from the point of view of the indigenous populations themselves and their women, is something that challenges the gaze and the readings still so conventional, because they are marked by problems ruled by the traditional feminist globally hegemonic agenda of the Western Hemisphere and, on the other, by the assumption of the disaffection of the State with respect to moral interference in social practices and socialities.

In this course of state actions to deal with an apparently new situation of gender violence, the Institutional Center for the Promotion and Defense of Women's Rights (Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos direitos da Mulher - NUDEM), of the Public Attorney's Office (Defensoria Pública) of Mato Grosso do Sul, that, together with a multidisciplinary team, "has a cooperative, consultative and operational character, (...) avoiding unnecessary referrals and the so-called 'critical route of violence', when the cycle of violence can be irreversibly aggravated. (free translation)" (DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL, 2016, page 4). The term "unnecessary referrals" in this context is at least intriguing if we reflect on the criteria that distinguish

the sensitivities and moralities in question, beyond the social hierarchies represented by the different subaltern groups that make up the State and the historicity of the humiliation and institutional violence to which they are submitted.

The paradigmatic case of Mato Grosso do Sul is illustrative because it dramatizes the limits and possibilities of public policies to protect women in situations of violence, as well as the contradictions that characterize this conflicting process of the relationship between the limited scope of the State's protection expectations of the collective in a situation of high social vulnerability with respect to this same colonial state that for centuries has been its main tormentor.

In fact, the state government itself has been developing since last July a pilot project that aims to promote the fight against violence against indigenous women. The actions planned to be taken to the villages, through a mobile unit called "Lilac bus", provide reception services, receiving complaints, legal and psychosocial care, lectures, preventive campaigns and access to rights, etc. The idea that is integrated into this project is to establish a kind of community policing, since the bus, offered by the State Undersecretary of Women, will aim to function as a mobile police station, that is, there will be a joint work with the police in order to record occurrence bulletins, require protective measures and other procedures. According to the Delegate of the Woman of the Civil Police of Dourados, Paula Ribeiro dos Santos Oruê,

we know that the reality is much worse than what arrives at the police station. So, therefore, the importance of this project (...) so that women feel more comfortable (...) to make the denunciations. Because only by means of denunciation we will be able to punish the aggressors (free translation).

The spokespersons of the government of Mato Grosso do Sul highlight the drive made by the community itself claiming for measures to combat this reality. According to Luciana Azambuja, Undersecretary of Public Policies for Women,

(...) we went to (the village) Jaguapiru and the indigenous women asked us for help because of the high level of violence, and they are not aware of what the law can do for them. The initial idea was to hold lectures [about their rights], but did not stop there. (free translation).

In this same report of the portal of the government of Mato Grosso do Sul, it is emphasized that the request came from the president of the Council of the Jaguapiru Village, Nilza Meireles. For this indigenous from Terena group,

we don't reach much information for us in the villages. (...) Violence and prejudice against indigenous women is very great. I've been working in the village for eight years, and I know how difficult it is for women to chase after. The indigenous woman never had a voice, they are silent, but now we will have the opportunity to know our rights and defend ourselves (free translation).

With the alarming fact that at least 10% of the cases of violence against women registered in Dourados occur in the villages, the military police, which maintains a program focused on the protective measures known as "Safe Woman", was summoned to compose this itinerant project which aims to be expanded to other areas of the state.

According to Undersecretary Luciana:

We will consolidate the action in Dourados and expand. We already have requests from other indigenous communities. The purpose of all this is to empower, to inform women and girls about their rights and to tell men and boys that certain attitudes violate women's rights. We joined our team, the leaderships and got authorization from the village captain. We have heard from many women that for the first time the State Government gave a voice and heard what they had to say. And for their protagonist role, men are also getting involved in the project. This leaves us quite confident in our work, because it shows that society is mobilizing to confront violence.

5 | CONCLUSIONS

Thinking about how indigenous women have reflected on experiences related to violence, either their own or collective, identified as being against indigenous people, to the point of establishing interactions formally mediated by official institutions, presents itself as central to analyze the diffusion of human rights language in contemporary times. This dynamics, which is open to the privatization of conflicts dictated by the State when it closes itself in the “cycle of violence”, in the scale of interpersonal relations and domestic field, at the same time that it leaves aside a wider context of a socially structured historical conjuncture of institutional violence, postulates within a Western state logic the procedures for the referral of the problems suffered, to which the women did not have access or previous participation in the decision to elaborate. Making it increasingly present the logic of conflicts management that until then was not traditional, or rather, common, there is no doubt that social phenomena can be perceived by very different lenses, denoting very specific legal sensibilities. (GEERTZ apud SIMIAO, 2005, p.135)

To bring tangibility to the true reach of the indigenous politics of extermination and genocide oriented both by racism and sexism that have operated for centuries in Brazil, as the indigenous women's movements denounce, as well as to map the strategies launched by their victims to resist them and confront them, rebuilding common corporate projects, are the goals of this incipient project.

Emphasizing recurrences of state crimes and mapping the history of systematic practices of violence and (para)military state repression, thus contribute to unveil practices in the present rooted in authoritarian historical legacies of oppression, exclusion and violation of human rights through postures denunciation, visibility and radicalization of the collective demands generated by the different social actors and their respective movements. This transnational dynamic, exposed by the articulation and influence of international organizations and international technical cooperation agencies, can also provide us with important elements about the actions and reactions that are postulated as a response to the phenomenon of inequality, exclusion and gender and inter-ethnic violence, as well as institutional limits and constraints.

REFERENCES

- BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal.
- _____. (2006). **Lei 11.340**. Brasília: Senado Federal.
- _____. (2014) **Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos**. Brasília: CNV.
- _____. (2015). **Lei 13.104**. Brasília: Senado Federal.
- BUTLER, Judith. (2015). **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FOUCAULT, Michel. (1979) **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GENRO, Tarso; ABRÃO, Paulo. (2010) Memória histórica, justiça de transição e democracia sem fim. In: SANTOS, Boaventura de Souza et al (org.). **Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro**. Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério de Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- LANDER, Edgardo (org.). (2005) **A colonialidade do saber: o eurocentrismo nas Ciências Sociais**. Buenos Aires: CLACSO.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. (1999). **Ensaio de Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: UFRJ.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de Oliveira. (1960). **O processo de assimilação dos Terena** (Tese doutoral). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ), Rio de Janeiro.
- PADRÓS, Enrique Serra. (2005). **Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional**. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar (Tese doutoral). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS), Porto Alegre.
- PUAR, Jasbir. (Jul./dez. 2013). “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum**, v. 8 (n. 2), pp. 343-370.
- PULHEZ, Mariana. (Ago./2013) “Parem a violência obstétrica!”. A construção das noções de “violência” e “vítima” nas experiências de parto. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 12 (n. 35), pp. 544-564. Recuperado de : <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html> .
- ROSS, Fiona. (2001). Speech and Silence: Women’s Testimony in the First Five Weeks of Public Hearings of the South Africa Truth and Reconciliation Commission. In DAS, Veena. **Remaking a world: violence, social suffering, and recovery** (pp. 250-279). Berkely, Los Angeles, London: University of California Press.
- ROSS, Fiona. (2006). La elaboración de una Memoria Nacional: la Comisión de Verdad y Reconciliación de Sudáfrica. **Cuadernos de Antropología Social**, n.24, p. 51-68.
- RUBIN, Gayle. (2011) **Deviations: a Gayle Rubin reader**. London: Duke University Press.
- SANTOS, Ricardo Sant’ Ana Felix dos. (2014). **Antígonas Tribunal de Mujeres: arte como estratégia política de memória histórica** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis.
- SCHULTZ, Sabrina. (2015). **Terrorismo de Estado: a tortura como uma das formas de sua expressão**. Florianópolis: Em Debate/UFSC.

SIMIÃO, Daniel. (junho/2006). Representando Corpo e Violência. A invenção da “violência doméstica” em Timor-Leste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21 (n. 61), pp. 133-224.

VASSALLO, Simone Pondé. (Abr. 2017). Entre vidas objetificadas e vítimas da escravização: a trajetória das ossadas do Cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro. **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, pp. 277-297.

A CULTURA COMO CAMPO POLÍTICO EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL

Renner Coelho Messias Alves

Secretário Executivo da Reitoria da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Discente do Programa de Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). rennercma@gmail.com.

Ingrid Mendes Miranda

Administradora pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e especialista em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). ingrid.miranda.ufrj@gmail.com.

RESUMO: O objetivo deste ensaio consiste em refletir sobre a cultura como campo político presente na sociedade brasileira. Nesse sentido, os atores sociais externalizam seus anseios em ações e interagem com a dinâmica política de fomento à cultura. Em um cenário ampliado, o Estado brasileiro, por meio de políticas públicas, esboça as complexas tensões do campo da cultura. Admitido como um campo estratégico, a cultura está presente transversalmente a todos os setores da vida humana. No contexto brasileiro, o Estado assume o papel de principal financiador da cultura, o que, por conseguinte, lhe compete as rédeas dos rumos desse campo. De forma complementar, organizações civis e de corporações privadas são atores sociais que

servem de contrapeso ao predomínio estatal no campo cultural. Assim, as questões que tangem à cultura são históricas, objetos políticos de permanente reconstrução social.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Políticas públicas. Atores políticos. Administração pública. Pensamento social brasileiro.

1 | A CULTURA COMO CAMPO POLÍTICO

A cultura, por vezes, tem suas dimensões diretamente atribuídas às manifestações artísticas dos seres humanos, além de também ser referenciada nas configurações civilizatórias de determinada sociedade. Para além dessas duas vertentes relacionadas à cultura, o objetivo deste ensaio consiste em refletir sobre a cultura como campo político presente na sociedade brasileira. Nesse sentido, os atores sociais exteriorizam seus anseios em ações e interagem com a dinâmica política de fomento à cultura. Em um cenário ampliado, o Estado brasileiro, por meio de políticas públicas, esboça as complexas tensões do campo da cultura.

Com isso, é inerente ao Estado brasileiro o desafio de estabelecer políticas públicas que abarquem a diversidade cultural do país, a começar pelas singularidades regionais que integram a nação. A respeito da nação,

admite-se aqui a existência de outras perspectivas, mas, a título de delineamento metodológico, toma-se como base os dizeres de Anderson (2008), nos quais nação pode ser definida como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32). Dessa forma, assume-se o ideário de construção de uma comunidade distribuída territorialmente e unificada em termos políticos.

No cenário republicano, o exercício da democracia no âmbito da cultura perpassa pela arena política. Ao tratar do modo de governo nas cidades (ou principados) que, antes de serem ocupados, viviam com as suas próprias leis, Maquiavel (2005, p. 33) pondera que “nas repúblicas há mais vida, mais ódio, mais desejo de vingança; não deixam nem podem deixar esmaecer a lembrança da antiga liberdade: assim, o caminho mais seguro é destruí-las ou habitá-las pessoalmente”. Resguardadas as singularidades da sociedade italiana contemporânea à Maquiavel, século XVI, para a configuração social brasileira do século XXI, nota-se, em termos políticos, o conflituoso terreno de disputas existentes na democracia.

Como sugestão para equilibrar as tensões e privilegiar os objetivos do estadista, Maquiavel (2005) pondera habitar pessoalmente os territórios politicamente dirigidos. Habitar pessoalmente representa estar envolto pelos ares da sociedade, de maneira a compreender princípios hereditários, regras sociais, anseios, manifestações culturais, enfim, estabelecer proximidade e estar atento às características do povo dirigido. Assim, evidencia-se a tentativa de amenizar a dualidade social, na qual “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’” (GRAMSCI, 2002, p. 62).

Para Gramsci (1978), em textos dedicados à avaliação da obra de Maquiavel, sob o viés da política e do estado moderno, o novo príncipe da modernidade não está caracterizado como um herói pessoal. Ao contrário dessa personificação do príncipe, Gramsci (1978) que o partido político moderno assume o protagonismo anteriormente atribuído ao príncipe. Assim, a condução desse processo diz respeito “sempre e nas diferentes relações internas das diversas nações, aquele determinado partido que pretende (e está racional e historicamente destinado a este fim) fundar um novo tipo de Estado” (GRAMSCI, 1978, p. 22). Ao retomar à arena política, a cultura também está suscetível às forças pulsadas pelos partidos políticos, os quais digladiam pela realização de seus objetivos.

O apontamento de facetas na disputa política do campo cultural faz-se necessário para elucidar o critério metodológico de análise de sua configuração. Conforme mencionado por Gramsci (2002), os papéis de domínio e direção estão inerentes no ato de governar, de forma que um grupo social domine os grupos politicamente rivais. Para além da submissão por meio de força armada, visivelmente identificada em regimes autoritários e ditatoriais, destaca-se, nos termos apresentados por Gramsci (2002), a pertinência da direção de grupos políticos afins e aliados.

No processo de direção de grupos políticos, a contradição é amenizada e tratada

como diversidade. Para Chauí (1990), a prática do discurso adotado pelo grupo político dirigente considera inexistente a contradição, uma vez que ela é visualizada como formas diferentes (e legítimas) de compor a mesma sociedade. De maneira sutil, a diferenciação cultural integra o percurso político do Estado, privilegiar determinada tema em detrimento de outro incorre em compreender tensões e decidir a quais interesses atender. Assim, “a prática e o discurso dominantes, como se sabe, estão encarregados de criar em todos os membros da sociedade o sentimento de que fazem parte dela da mesma maneira” (CHAUI, 1990, p. 42).

De forma integradora, o poder do Estado, considerado como um dos principais instrumentos dos grupos políticos dominantes e dirigentes, assume o posto de delineador das políticas públicas do campo da cultura. Presentes nas instituições estatais como fonte de autoridade, a exterioridade e a transcendência do poder “encarnam-se no instrumento de que os dominantes dispõem para a dominação, isto é, no aparelho do Estado, tomado como poder separado da sociedade, mas na realidade engendrado pelo próprio movimento interno da sociedade” (CHAUI, 1990, p. 42). Para alterar essa conjuntura, os atores políticos precisam organizar-se e estabelecer alianças que sirvam de contrapeso.

Esse esforço para modificar o curso político de uma sociedade, sobretudo as sociedades baseadas no Estado de direito, perpassa pelo caminho da organização burocrática. O destaque administrativo burocrático relacionado ao transcurso político foi evidenciado por Weber (2012, p. 146), ao afirmar que “a questão é sempre: *quem* é que *domina* o aparelho burocrático existente.” Ainda em consonância com as ideias do autor, é revelado outros preceitos de dominação, pois “nem toda dominação se serve de meios econômicos”, sem contar que “ainda *muito* menos tem fins econômicos” (WEBER, 2012, p. 137, grifo do autor). Nessa conjuntura, mais uma vez, as questões culturais tornam-se perceptíveis, já que, de um lado, possuem dimensões econômicas, e, por outro lado, envolvem o pleno desenvolvimento humano.

Cultura, sociedade e Estado, conceitos didaticamente isolados, mas interdependentes. Nessa visão, “a cultura não está nem dissociada da sociedade nem totalmente integrada nesta” (EAGLETON, 2000, p. 19). Intrínseco ao ser humano, o autor ainda evidencia que “a cultura é uma forma de subjetividade universal em laboração dentro de cada um de nós, tal como o Estado é a presença do universal no domínio individual da sociedade civil” (EAGLETON, 2000, p. 19). Assim como Schiller (2002), Eagleton (2000) sinaliza que a cultura emerge do ser humano, o qual, por sua vez, é representado pelo Estado de forma plural, coletiva e objetiva.

Além disso, a tentativa de envolver cultura e políticas públicas também promove amplos debates entre os agentes envolvidos nesse campo. De acordo com as exposições de Garretón (2008, p. 46), a cultura está conectada com “as formas de comunicação, as identidades e a linguagem, com a maneira de pensar, os modelos éticos e de conhecimento, com o significado que damos a nossas ações, com a criatividade e com a maneira como definimos o espaço, o tempo, a natureza e a

relação com os outros”. Nesse sentido, a cultura atua como substrato que permeia a ação humana em suas mais distintas manifestações.

A essa visão sobre cultura também são associadas a organizações, as quais consolidam os símbolos instituídos. Nesse cenário, configuram áreas do aparelho estatal “a educação, a ciência, a tecnologia, a criação artística, as indústrias culturais”, ao passo que “uma política cultural ou o conteúdo das políticas culturais é sempre uma referência a esses campos, reconhecendo a autonomia de cada um” (GARRETÓN, 2008, p. 47). Assim, a cultura permeia transversalmente diversos campos independentes e interconectados (RUBIM; MIRANDA, 2008), os quais são objetos de políticas públicas.

Cabe aqui o destaque à formação da vontade coletiva como ação política. Nesse processo construtivo, os acontecimentos sociopolíticos se sucedem ao longo da história. Pensar em cultura, sociedade e Estado, sobretudo no contexto ocidental, incorre na constatação de que “o homem ocidental nem sempre se comportou da maneira que estamos acostumados a considerar como típica ou como sinal característico do homem ‘civilizado’” (ELIAS, 1994, p. 13). Fatos historicamente sucedidos compõem, portanto, a constituição da arena política.

Em razão da composição histórica das decisões políticas, torna-se imprescindível o caráter de irreversibilidade de políticas públicas que desconsiderem os processos culturais. Pois, “os homens, como as obras de arte, não se recuperam quando sofrem certas lesões” (FURTADO, 1984, p. 10). Isso é mais evidente em situações em que o crescimento econômico se sobrepõe à cultura, como se obtenção de renda fosse estruturalmente suficiente para satisfazer, por conseguinte, todas as demais necessidades humanas, incluindo-se a cultura. Como já mencionado anteriormente, a cultura, ainda que suscetível aos rumos da arena política, é pilar essencial na emancipação humana.

Assim, a cultura disputa espaço na agenda política diante de outras áreas, a exemplo de educação, habitação, segurança alimentar, entre outros segmentos. Ao refletir sobre o papel da cultura para a humanidade, estando propenso à agenda política, Canclini (1987), atores políticos tendem a priorizar problemas considerados mais urgentes, principalmente em momentos “de austeridade, de modo que preferem deixar que as demandas culturais de setores tão pequenos, cujas atividades interessam a minorias e repercutem pouco nos movimentos do eleitorado, se resolvam na competição entre grupos, tendências e organismos privados” (CANCLINI, 1987, p. 13, tradução nossa). Apesar de a cultura estar transversalmente presente em vários setores, como discutido anteriormente, muitas sociedades ainda tratam dessa temática como uma esfera secundária, de valor econômico inferior diante das demais necessidades humanas.

Uma das estratégias para integrar a cultura aos assuntos econômicos consiste no fomento à economia criativa. Diversos fenômenos sociais revelam a aproximação da economia nas temáticas afeitas à cultura (ESPINOZA, 2014). De acordo com Madeira

(2014), a ampliação do valor do bens e serviços de natureza cultural consiste como um objetivo essencial da economia criativa (ou indústria criativa, expressão também adotada em alguns países). De um lado, o mercado financeiro interage com a cultura, com recursos fomentadores. No entanto, por outro lado, o desenvolvimento dos nichos culturais requer a presença de múltiplos atores políticos, além do Estado, para induzir a realização de políticas culturais, quando possível, associadas ao mercado (NUSSBAUMER, 2007).

Encontra-se na esteira desse pensamento a premissa da democracia cultural. A produção, a fruição e o acesso aos bens culturais devem ocorrer de maneira a propiciar que quaisquer cidadãos estejam aptos a desfrutá-los. Novamente, ressalta-se a imbricação entre cultura e Estado, pois “o estado administrativo só conseguirá legitimidade se puder demonstrar capacidade de promover o valor individual, a igualdade entre todos os cidadãos e a participação universal” (DENHARDT, 2012, p. 171). No ideário de uma democracia cultural, Canclini (1987) destacou a importância da diversidade de políticas culturais, de forma a também incluir classes populares socialmente excluídas.

Apesar de ser inviável exaurir as discussões sobre o campo político em torno da cultura, essa complexa temática foi exposta como elucidação do panorama relacionado a cultura, sociedade e Estado. Em continuidade às reflexões aqui apresentadas, faz-se necessário contextualizar o pensamento social brasileiro e suas implicações nas políticas públicas de cultura. Esse exercício consiste em ponderar as contribuições de pensadores que se dedicaram a essa temática. A partir dessa proposição, há, a seguir, as considerações sobre a conjuntura do campo político da cultura no Brasil.

2 | O CAMPO POLÍTICO DA CULTURA NO BRASIL

A política de desenvolvimento de um país também é alcançada mediante o processo de enriquecimento cultural. Nos termos de Furtado (1984, p. 32), “em uma época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social, o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade”. Em sua maneira, o autor defende a necessidade de propiciar espaços para que a atividade criativa floresça em toda a sociedade. Com isso, as divisões entre as elites políticas dominantes e dirigentes do país foram projetadas no campo da cultura.

A obra de Sérgio Buarque de Holanda, intitulada Raízes do Brasil foi publicada e se reuniu a outros títulos consagrados à historiografia da formação da sociedade brasileira, a exemplo de Casa-Grande & Senzala (FREYRE, 2005), e de A Formação do Brasil Contemporâneo (PRADO JR., 1961). Ao estabelecer contato com a obra de Holanda (1995), apresentam-se as primeiras evidências socioculturais dos colonizadores portugueses, de maneira a influenciar a formação da identidade brasileira, pois “podemos dizer que de lá [Portugal] nos veio a forma atual de nossa

cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma” (HOLANDA, 1995, p. 40). Também na obra são evidenciados os pilares da aristocracia agrária, os quais, ao longo do processo de evolução histórica, foram transferidos e mantidos nos centros urbanos.

Entre os traços marcantes desse caráter brasileiro historicamente influenciado pela conciliação com a cultura portuguesa, percebe-se claramente as origens das articulações para alcançar elevados postos administrativos e títulos de distinção, a repulsa ao trabalho regular e às atividades utilitárias, o encantamento atribuído aos assuntos relacionados ao ambiente urbano em detrimento daqueles do rural, entre outras facetas desenvolvidas na sociedade brasileira. Uma vez admitidos como potenciais delineadores da personalidade, esses traços culturais tendem a se repercutir no trato com a coisa pública, com as conseqüentes manifestações de patrimonialismo, clientelismo, coronelismo, enfim, exemplos de disfunções burocráticas.

Permeado pela busca da consciência das raízes herdadas, cabe ao brasileiro adotar uma postura reacionária para transformação de sua realidade, segundo Holanda (1995). Em complemento à visão determinista do autor, postula-se que as alterações sociais também podem ser de ordem estrutural ou desencadeadas a partir da reunião de interesses particulares, sendo desenvolvidos ao longo do tempo. Ou seja, o cidadão brasileiro não é inteiramente cúmplice de um destino histórico fadado ao insucesso, como ator político, ele detém meios de alterar sua realidade historicamente herdada, por menor que seja a margem de manobra.

Em um passado recente do país, mais precisamente no século XIV, “as elites, como que hipnotizadas, voltam-se para os centros da cultura europeia, de onde brotava o fluxo de bens de consumo que o excedente do comércio exterior permitia adquirir” (FURTADO, 1984, p. 23). Diametralmente oposto às elites, “o povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não europeia e recusando-se valia à sua criatividade artística” (FURTADO, 1984, p. 23). Emerge-se, portanto, divergências nos interesses para a formação da agenda política.

Diante do exposto, cidadãos e Estado estão em constante interação para compor a agenda política. Espera-se que o Estado democrático assegure as liberdades inerentes ao desenvolvimento do ser humano (SEN, 1999, 2002). Em variados graus de aproximação, a interação da economia com a cultura torna-se um caminho para viabilizar bens e produtos culturais. Ademais,

Devemos, portanto, começar por indagar as relações que existam entre a cultura como sistema de valores e o processo de desenvolvimento das forças produtivas, entre a lógica dos fins, que rege a cultura, e a dos meios, razão instrumental inerente à acumulação. [...]

Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos pela frente terá que ser uma maior participação do povo no sistema de decisões. Assim, o desenvolvimento futuro poderá alimentar-se da criatividade de nosso povo e efetivamente contribuir para a satisfação dos anseios mais legítimos deste (FURTADO, 1984, p. 31).

Conciliada com a economia, outros desafios carecem de atenção para serem superados. Um desses desafios consiste no respeito ao multiculturalismo dentro do país, sobretudo no que diz respeito à produção cultural de cada região. Com isso, “a diferenciação regional do Brasil deve-se essencialmente à autonomia criativa da cultura de raízes populares” (FURTADO, 1984, p. 23). Parece um paradoxo admitir que a composição da cultura brasileira detém em seu interior traços comuns, de unificação, mas diferentes em suas peculiaridades.

Alguns estudiosos envidaram esforços para melhor compreenderem as dinâmicas culturais existentes no Brasil. A pesquisa de Rubim e Vasconcelos (2017), por exemplo, investigou o financiamento e o fomento à cultura nas regiões brasileiras. Para revelar as características do modo federativo brasileiro, os pesquisadores avaliaram as esferas municipal, estadual e federal. Com isso, a análise de Rubim e Vasconcelos (2017) apontaram semelhanças e singularidades presentes em incentivos, fundos e demais formas de financiamento e incentivo cultural, com destaque para cada região do país.

Essa temática, de fato, concebe o Estado como ator propulsor de fomento no campo das artes no país, propiciando-se a inclusão social, o respeito e o reconhecimento da diversidade cultural. Nesse contexto, ações foram implementadas ao longo do século XXI, a exemplo de unidades da federação cuja realidade demanda reconhecimento de direitos humanos, sociais e culturais relacionados ao mundo rural. No entanto, o tema requer mais estudos para elucidar a compreensão, a elaboração e a melhoria de políticas culturais que valorizem o sentido de ruralidade como modo de vida para além do espaço físico de relações (campo-cidade), em referência aos estudos de Rubim e Rocha (2010) e Santos (2015).

Parte da literatura da área cultural envolve o ambiente urbano, sobretudo em estados brasileiros cujas regiões são economicamente atraentes. Dito de outra maneira, a monocultura difundida pela cidade encobre a existência de outras culturas, ignorando a coexistência da diversidade cultural, como é o caso da representação rural presente em uma parcela significativa do território brasileiro (FREIRE, 2014). Em conformidade com esse panorama, nota-se a necessidade de esforços para amenizar uma lacuna teórica nos estudos de políticas culturais implementadas pela administração pública orientados aos modos de vida rural.

De um lado, a contribuição teórica de potenciais pesquisas contribuiria em discutir um olhar sobre o mundo rural a partir da perspectiva de políticas culturais. Nessa medida, faz-se necessário dar voz à análise da temática cultural no universo rural, no qual, por vezes, esse assunto é ofuscado diante de outras áreas, como economia, educação, saúde ou habitação, por exemplo. Por outro lado, em termos empíricos, pesquisas com essa temática contribuiriam para compreender a (des)valorização do campo a partir de ações governamentais.

Desafios superados, novas barreiras a serem transpostas, o curso político da cultura no Brasil ainda se configura como um campo em oscilação. Entre as tensões existentes, “a primeira dessas questões diz respeito ao desmedido custo social

do desenvolvimento que se vem realizando no Brasil” (FURTADO, 1962, p. 14). O delineamento apresentado pelo autor consiste em uma filosofia que viabilize a ação política baseada no “humanismo e otimismo com respeito à evolução material da sociedade” (FURTADO, 1962, p. 19). Admite-se, portanto, os eixos de liberdade e desenvolvimento econômico como pilares associados e imprescindíveis à evolução da sociedade brasileira.

Alguns dos prenúncios de Furtado (1984) foram emitidos em um momento político que antecedeu à institucionalização da cultura na estrutura da administração pública federal brasileira. Mais precisamente, em 1985, foi criado o Ministério da Cultura (MINC, 2017), órgão estatal responsável por dimensionar, elaborar, implementar e avaliar as políticas públicas pertinentes ao bem coletivo na construção da democracia cultural. Com relação ao direito da cultura, Furtado (1984) prediz que

Na fase em que nos encontramos, de explosão dos meios de comunicação, o processo de globalização do sistema de cultura terá que ser cada vez mais rápido, tudo levando a crer que estamos fechando o ciclo que se abriu no século XVI. Todos os povos lutam para ter acesso ao patrimônio cultural comum da humanidade, o qual se enriquece permanentemente. Resta saber quais serão os povos que continuarão a contribuir para esse enriquecimento e quais aqueles que serão relegados ao papel passivo de simples consumidores de bens culturais adquiridos nos mercados. Ter ou não direito à criatividade, eis a questão (FURTADO, 1984, p. 25).

Suscetível à arena política, o campo da cultura no Brasil revela as disputas relacionadas à criativa produção de bens e produtos culturais, bem como ao acesso àquilo que é ofertado. Ao longo de sua existência, o Ministério da Cultura envidou esforços para estimular o multiculturalismo por todo o território nacional. No entanto, avanços e retrocessos marcaram os períodos governamentais em relação à agenda política voltada para a cultura. Para ilustrar a relação de ocupantes do cargo de Ministros da Cultura, o Quadro 1, a seguir, apresenta os períodos de cada dirigente do MinC, de 1985 a 2018.

Nº	Ministro da Cultura	Mandato		Presidente da República
		Início	Fim	
1	José Aparecido de Oliveira	15/03/1985	29/05/1985	José Sarney
2	Aluísio Pimenta	30/05/1985	13/02/1986	
3	Celso Furtado	14/02/1986	28/07/1988	
4	Hugo Napoleão do Rego Neto	28/07/1988	19/09/1988	
5	José Aparecido de Oliveira	19/09/1988	14/03/1990	
6	Ipojuca Pontes*	14/03/1990	10/03/1991	Fernando Collor
7	Sérgio Paulo Rouanet*	10/03/1991	02/10/1992	
8	Antônio Houaiss	02/10/1992	01/09/1993	Itamar Franco

9	Jerônimo Moscardo	01/09/1993	09/12/1993	
10	Luiz Roberto Nascimento Silva	15/12/1993	31/12/1994	
11	Francisco Weffort	01/01/1995	31/12/2002	Fernando Henrique Cardoso
12	Gilberto Gil	01/01/2003	30/07/2008	Luiz Inácio Lula da Silva
13	Juca Ferreira	30/07/2008	31/12/2010	
14	Ana de Hollanda	01/01/2011	13/09/2012	Dilma Rousseff
15	Marta Suplicy	13/09/2012	11/11/2014	
16	Ana Cristina Wanzeler (interina)	13/11/2014	31/12/2014	
17	Juca Ferreira	01/01/2015	12/05/2016	
18	Marcelo Calero	24/05/2016	18/11/2016	Michel Temer
19	Roberto Freire	18/11/2016	22/05/2017	
20	João Batista de Andrade (interino)	22/05/2017	24/07/2017	
21	Sérgio Sá Leitão	25/07/2017	31/12/2018	

Quadro 1 – Relação de Ministros da Cultura.

* Secretário da Cultura da Presidência da República.

Fonte: Adaptado de MinC (2017).

No que concerne à direção do Ministério, ao longo de seus 33 anos de existência, 21 ministros passaram pelo cargo máximo da instituição, os quais estiveram vinculados diretamente aos Presidentes da República. A atuação do Ministério, por sua vez, esteve suscetível à tradição brasileira de instabilidade das instituições voltadas para a cultura, conforme Rubim (2010) e Rubim e Barbalho (2007). Existem pesquisadores que se dedicaram a investigar cada período governamental relacionado ao Ministério da Cultura. Entre esses estudiosos, citam-se Calabre (2007, 2008), Rubim (2010), Rubim, Barbalho e Calabre (2015).

Em conformidade com os pressupostos de Rubim e Barbalho (2007), o cenário institucional da cultura no Brasil tem sido marcado pelas tristes tradições de ausência, autoritarismo e instabilidade. Como exemplos das oscilações institucionais no âmbito da cultura, menciona-se dois eventos recentes: a) a extinção provisória do Ministério da Cultura, cujos efeitos foram desencadeados pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016; e, b) a extinção definitiva do Ministério da Cultura, a partir da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019.

Além de alterações e, ou, inconstâncias estruturais nas iniciativas estatais em prol da cultura, menciona-se as tentativas poucos consolidadas de promover intersetorialmente a cultura e a educação. O Plano Nacional de Cultura 2010-2010 (PNC) propôs uma abordagem que considerasse as práticas culturais de forma articulada com a educação. Em conformidade com a proposição do PNC, caberia

ao poder público, em suas estratégias e ações, “realizar programas em parceria com órgãos de educação para que as escolas atuem também com centros de produção e difusão cultural da comunidade” (BRASIL, 2017).

Para tanto, alguns programas culturais foram implementados em parceria com instituições educacionais. Um exemplo desse impulso intersetorial consistiu no Programa Nacional de Formação Artística e Cultural (PRONFAC), o qual vislumbrava a educação contextualizada com a cultura e suas práticas no território de inserção de universidades e escolas, em conformidade com a Portaria MinC nº 37, de 5 de maio de 2016 (BRASIL, 2016c). O PRONFAC possuía três frentes de atuação, o ProExt Cultura e Arte, o Programa Mais Cultura nas Escolas e o Programa Mais Cultura nas Universidades. O caso específico do Programa Mais Cultura nas Universidades (PMCU) foi investigado por Cerreti e Barros (2015), Cerreti e Bezerra (2015) e Alves (2018).

A partir das evidências apresentadas por Alves (2018), o PMCU foi uma iniciativa inédita no Brasil, implementada entre 2015 e 2017, e estabeleceu políticas culturais em parceria com instituições federais de ensino superior (IFES). Além disso, o autor ressaltou que, embora “essa política privilegiasse o pluralismo e a democracia cultural, a escassez de recursos comprometeu a implementação da política” (ALVES, 2018, p. 57). Nessa medida, a proposição do Programa contou com os esforços das IFES, os quais sofreram graves reveses para transpuseram problemas orçamentários e mudanças governamentais no cenário nacional.

Essas alterações na administração pública federal brasileira refletem, por conseguinte, a instabilidade das instituições encarregadas dos assuntos culturais. Embora seja um direito elementar, a cultura, por vezes, não detém espaço de destaque na agenda política brasileira (RUBIM; BARBALHO, 2007). Em tempos de austeridade econômica e, ou, de choque de gestão em transições governamentais, as ações políticas no âmbito cultural são interrompidas, de forma que a descontinuidade se consolide em retrocessos para o pleno desenvolvimento humano. Nessa conjuntura de constante mutação histórica, a superação da instabilidade institucional perpassa por mecanismos políticos de planejamento cultural voltados à realidade social do país.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desta pesquisa se pautaram no campo político em torno da cultura. Para tanto, privilegiou-se o cenário brasileiro como recorte de análise, de maneira a evidenciar atores, instituições e características sociais pertinentes à discussão do tema proposto. A descontinuidade das políticas públicas de cultura foi um dos traços marcantes na conjuntura analisada. Como ressaltado, transições governamentais se tornaram terrenos férteis para o surgimento de temas que competiam espaço com a cultura na agenda política.

Além dessa disputa na arena política, outros desafios emergiram na esfera da cultura. Uma dessas barreiras está relacionada à efetiva participação popular nas temáticas afeitas à cultura. Nos embates políticos entre a cultura popular e a cultura elitista, os representantes sociais que dominam e dirigem politicamente o país ponderam com desigualdade as decisões que privilegiariam a plenitude do desenvolvimento humano em comparação às prioridades atribuídas à dimensão econômica. Não se trata, entretanto, de menosprezar assuntos econômicos em detrimento da cultura, ao contrário, trata-se da conciliação da cultura e da economia pautada no crescimento e na emancipação do ser humano.

Admitido como um campo estratégico, a cultura está presente transversalmente a todos os setores da vida humana. No contexto brasileiro, o Estado, por meio de políticas públicas, assume o papel de principal financiador da cultura, o que, por conseguinte, lhe compete as rédeas dos rumos desse campo. Apesar disso, a existência de organizações civis e de corporações privadas serve de contrapeso ao predomínio estatal no campo cultural. No entanto, as pressões exercidas pelos demais atores da arena política demonstraram ser insuficientes para assegurar a permanência de instituições da administração pública voltadas exclusivamente para a cultura.

Distante de exaurir toda a discussão acerca de políticas públicas de cultura, esta pesquisa, em síntese, enfatizou as interrupções dos caminhos em direção ao desenvolvimento humano. Isso serve de incentivo para que investigadores se debrucem em estudos orientados às demais relações sociais presentes na arena política. Assim, as questões que tangem à cultura são históricas, ou seja, precisam ser objetos de permanente discussão e participação de todos os cidadãos, em constante reconstrução, pois somente a efetiva atuação popular influencia o curso político da cultura de maneira a promover o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. C. M. **O Programa Mais Cultura nas Universidades: uma análise de sua implementação nas Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras**. Dissertação (Mestrado). 119 f. Universidade de Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/ Instituto Três Rios/Instituto Multidisciplinar, Programa de Pós-Graduação em Administração, Seropédica, RJ, 2018.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, n. 90-B, 12 maio 2016a. Seção 1, p. 1-7.

_____. Medida Provisória nº 728, de 23 de maio de 2016. Revoga dispositivos da Medida Provisória

nº 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, n. 132, 12 junho 2016b. Seção 1, p. 1.

_____. Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, edição especial, 1º janeiro 2019. Seção 1, p. 1-13.

_____. Portaria Interministerial MinC/MEC nº 18, de 18 de dezembro de 2013. Institui o Programa Mais Cultura nas Universidades e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, n. 246, 19 dez. 2013. Seção 1, p. 102-103.

_____. Portaria Ministerial (MinC) nº 37, de 5 de maio de 2016. Institui o Programa Nacional de Formação Artística e Cultural – PRONFAC. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, n. 89, 11 de maio de 2016c. Seção 1, p. 23.

CALABRE, L. Gestão cultural: análises e perspectivas das propostas da I Conferência Nacional de Cultura. In: CALABRE, L. (Org.). **Políticas culturais: um campo de estudos**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008, p. 117-136.

_____. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, A. A. C. (Org.) **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-107.

CANCLINI, N. G. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, N. G. (Ed.). **Políticas culturales en América Latina**. México, DF: Grijalbo, 1987. p. 14-61.

CERRETI, C. C.; BARROS, J. M. Cultura, educação e políticas públicas para o ensino superior: uma análise propositiva do Programa Mais Cultura nas Universidades. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), 11., 2015, Salvador, BA. **Anais...** Salvador: UFBA, 2015.

CERRETI, C. C.; BEZERRA, T. G. O Programa Mais Cultura nas Universidades como exemplo intersetorial de política pública entre cultura e educação. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 4, Edição Especial, p. 131-142, nov. 2015.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

DENHARDT, R. B. **Teorias da Administração Pública**. Tradução técnica e glossário Francisco G. Heidemann. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Tradução de Sofia Rodrigues. Lisboa: Temas e Debates – Actividades Editoriais, 2003.

ELIAS, N. **O processo civilizador – uma história dos costumes**. vol. 1. 2. ed. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ESPINOZA, L. I. V. Economía política cultural: una nueva propuesta teórica para el estudio de la economía y la cultura. **Polis - Revista Latinoamericana**, v. 13, n. 39, p. 463-486, 2014.

FREIRE, A. (Org.). **Cultura dos sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 50. ed. ver. São Paulo: Global, 2005.

FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

- _____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GARRETÓN, M. A. El espacio cultural latinoamericano revisitado. In: RUBIM, L.; MIRANDA, N. (Orgs.). **Transversalidades da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 45-58.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 5. ed. Tradução de Luiz Mário Gazzano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MADEIRA, M. G. **Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2014.
- MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Jähr, 2005.
- MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC). **Ministério da Cultura**. Disponível em: <www.cultura.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- NUSSBAUMER, G. M. (Org.). **Teorias políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.
- RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (Orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015.
- RUBIM, A. A. C.; ROCHA, R. (Orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: UFBA, 2010.
- RUBIM, A. A. C.; VASCONCELOS, F. P. (Orgs.). **Financiamento e fomento à cultura nas regiões brasileiras**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- RUBIM, L.; MIRANDA, N. (Orgs.). **Transversalidades da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- SANTOS, H. S. N. **Políticas públicas de cultura para as cidades: os casos do Recife e de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2015.
- SCHILLER, F. **A educação estética do homem – numa série de cartas**. 4. ed. Tradução de Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**, v. 1. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. 4. ed. 3. reimp. Brasília: Editora UnB, 2012.

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A LEI Nº 10.639/03 NAS QUESTÕES DE ENSINO-APRENDIZAGEM: HISTÓRIA, CULTURA, IDENTIDADE NEGRA E AS COMPETÊNCIAS PARA UM ENSINO MULTICULTURAL

Francisco Anderson Varela Bezerra

Universidade Federal de Campina Grande
Cajazeiras – Paraíba.

Kássia Mota de Sousa

Universidade Federal de Campina Grande
Cajazeiras – Paraíba.

RESUMO: O presente artigo foi desenvolvido a partir da disciplina de Planejamento e Projetos Educacionais, no curso de Licenciatura plena em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cajazeiras – PB. Tem como principal objetivo discutir e problematizar as atribuições referentes a Lei nº 10.639/2003 no tangenciamento com as relações de ensino-aprendizagem no âmbito escolar. Considerando fatores como a negação identitária dos educandos pertencentes a ancestralidade africana nas escolas; as discussões referentes as políticas públicas que subsidiam no auxílio teórico-metodológico para um ensino multiculturalista; bem como as competências na formação docente para o ensino da história e cultura africana de modo transversal no currículo escolar, contribuindo na constituição de uma sociedade antirracista. Como aporte teórico, utilizo os seguintes autores Alves (2007), Dias (2016), Almeida (2014), Tomaim e Tomaim (2009) e Gomes (2011), que contribuíram sobremaneira para a realização

do trabalho. Metodologicamente o artigo está pautado na revisão de literatura das obras dos autores e autoras supracitados.

PALAVRAS-CHAVE: Relações étnico-raciais; ensino; multiculturalismo; afrodescendência.

ETHNIC-RACIAL RELATIONS AND THE LAW IN QUESTIONS TEACHING-LEARNING: HISTORY, CULTURE, BLACK IDENTITY AND COMPETENCES FOR MULTICULTURAL EDUCATION

ABSTRACT: The present article was developed from the discipline of Planning and Educational Projects, in the course of Full Degree in Pedagogy of the Federal University of Campina Grande, Campus Cajazeiras – PB. Its main objective is to discuss and problematize the attributions related to Law nº 10.639/2003 in tangency with the teaching-learning relationships in the school context. Considering factors such as the identity denial of learners belonging to African ancestry in schools; the debates concerning the public policies that subsidize the theoretical-methodological for a multiculturalist teaching; as well as the competences in teacher education for the teaching of African history and culture across the school curriculum, contributing to the formation of an anti-racist society. As a theoretical contribution, we use the following

authors Alves (2007), Dias (2016), Almeida (2014), Tomaim and Tomaim (2009) and Gomes (2011), That contributed to the accomplishment of the work. Methodologically the article is based on the literature review of the works of the authors mentioned above.

KEYWORDS: Ethnic-racial relations; teaching; multiculturalism; afrodescendence.

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil desde o período colonial com as primeiras escolas de ensino jesuíta, centralizou o saber a partir das perspectivas eurocêntricas, seja em relação a cultura, religião e as próprias formas de produção de conhecimento. Devido às fortes influências e os resquícios deixados pela escravatura no país, essa visão hegemônica perpetuou-se. Mesmo com o final do período escravista a situação relacionada a população negra no país não teve mudanças significativamente positivas, fazendo com que no pós-abolição diversos direitos fossem negados aos descendentes de africanos remanescentes no Brasil.

Dentre todos os direitos que historicamente foram negados, destaca-se o direito a educação, uma das principais formas de manutenção do status quo posta através da visão do colonizador sobre o colonizado. Fato que contribuiu para a invisibilidade da população negra no país, partindo da perspectiva de como o negro(a) foi e ainda é visto nos livros didáticos, de forma negativa, assim, contribuindo coercitivamente para a negação identitária de várias gerações de afrodescendentes no país, com o auxílio da escola como um aparelho reprodutor de discursos hegemônicos de uma cultura universal, isto é, os saberes eurocêntricos.

Considerando os fatores supracitados, o presente estudo aborda a temática referente as relações étnico-raciais e as questões sobre a história, cultura e identidade negra no ensino. A origem do estudo aconteceu a partir da disciplina de Planejamento e Projetos Educacionais, no curso de Licenciatura plena em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cajazeiras – PB. O objetivo central do trabalho é discutir e problematizar a Lei 10.639/03, no que diz respeito às questões de ensino-aprendizagem e as relações étnico-raciais, dando ênfase aos conteúdos sobre a história e cultura africana na sua valorização, no sentido de ressignificar as práticas de ensino numa perspectiva multicultural.

É nítida a relevância socioeducacional da Lei 10.639/03 como promotora de uma sociedade justa, na qual as relações díspares entre a população negra e branca gradativamente possam ser alteradas de modo positivo, para tanto, é necessário repensarmos novas práticas e metodologias de ensino que contemplem as especificidades da referida Lei.

Desta maneira, o estudo foi desenvolvido a partir da seguinte questão problema: como efetivar um ensino plural pautado na diversidade étnico-racial da Lei 10.639/03, considerando a valorização da cultura e história africana nas escolas? Como aporte

teórico utilizo os seguintes autores e autoras Alves (2007), Dias (2016), Almeida (2014), Tomaim e Tomaim (2009) e Gomes (2011) que contribuíram na discussão de forma precisa. A metodologia utilizada para a realização do estudo está pautada na revisão de literatura das obras dos autores e autoras supracitados.

É relevante enfatizar também as dificuldades para implementação efetiva da Lei 10.639/03 nas escolas, tomando como base o argumento de que essa discussão ainda não é considerada como um dos problemas sociais centrais e emergentes no âmbito educacional, mesmo com a orientação da Lei de Diretrizes e Bases e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (LDB), a discussão ainda é negligenciada em grande parte dos casos.

A NEGAÇÃO IDENTITÁRIA E AFRODESCENDENTES NAS ESCOLAS

Por séculos a população afrodescendente sofreu com o período escravocrata, no pós-abolição a situação de marginalização e perseguição da sua estética, costumes, cultura e religião ainda persistiu, fazendo com que houvessem déficits nos mais diversos setores da sociedade, no que diz respeito a situação de igualdade e pertencimento de espaços que historicamente foram negados. Um ponto específico a ser citado está relacionado a educação. Atualmente, os conteúdos que são apresentados nas escolas contribuem para a manutenção e negação da identidade negra, sendo que a centralidade dos currículos ainda está pautada na cultura e visão eurocêntrica,

A demasia na estima de elementos pertencentes à cultura europeia em nosso currículo, fruto da educação jesuítica, no período colonial brasileiro, faz com que todas as adequações no quadro de conteúdos sejam de caráter transdisciplinar e tolera que conservadores fiquem no status quo, criando ao educando impedimentos quanto ao direito de conhecer sua própria história (ALVES, 2007, p.30).

A construção de um currículo que coloca em detrimento as contribuições da cultura e história africana na constituição do país nos aspectos políticos, sociais e econômicos deve ser analisado em uma perspectiva histórica e social, desde a chegada dos europeus no Brasil, com o início do período escravocrata, até o pós-abolição.

Houve todo esse processo de negação e ocultamento relacionado à identidade africana e afro-brasileira. Fato que reflete atualmente no contexto educacional brasileiro, os educandos pertencentes à descendência africana não são contemplados nos conteúdos que são expostos sobre a sua cultura originária, fazendo com que coexista, nesse sentido, tanto a negação da identidade, quanto o desconhecimento das contribuições advindas da cultura e história africana.

A necessidade da efetivação de um ensino plural, que contemple as mais diversas formas de manifestações socioculturais, pode servir de subsídio e base para os enfrentamentos relacionados à segregação e discriminação sofridas pela população negra. Modificando essa visão naturalizada na qual o negro(a) sempre é visto(a) como inferior, como afirma Alves (2007, p. 27),

Não é nada fácil para uma criança negra ver sua identidade se esvaír diante das terríveis afirmações que surgem nas aulas de história com relação ao advento de seu povo. O trabalho dos negros no Brasil não é visto como um ato de terror, no qual, seres humanos são conduzidos criminosamente ao trabalho escravo.

Nesse sentido, é preciso reconhecer a relevância do tratamento positivo no que diz respeito aos conteúdos ministrados nas escolas, tratando-se das diferentes culturas existentes no País, principalmente a cultura africana, que ao longo da história vem sofrendo os mais diversos tipos de perseguições e, muitas vezes, é criminalizada.

É necessário considerar a diversidade étnico-racial do alunado e as consequências futuras para as crianças negras, a não valorização da sua cultura e o total desconhecimento sobre a história dos seus ancestrais pode fazer com que a sua identidade seja negada, partindo da sua subjetividade até o exterior, com a rejeição dos seus traços estéticos, fenótipos e culturais, em busca da aceitação do padrão social imposto, o ser branco.

Como a autora Dias afirma (2016, p. 2) “a abordagem superficial e distante do cotidiano escolar reforça estereótipos, naturaliza os problemas raciais e sociais como algo comum que não deve ser levado em consideração, como, por exemplo: ‘Negro é violento’, ‘índio é preguiçoso’ ...”, a superação dessa visão carregada de estereótipos negativos, construída ao longo da história, só pode ser superada através da educação, uma educação que seja pautada nas múltiplas formas de contribuições e conhecimento advindos da cultura africana. Para que isso ocorra, é necessário que sejam discutidos todos os tipos de culturas e saberes existentes no meio social, e não somente a visão eurocêntrica, que prevalece atualmente nos currículos escolares.

DISCUSSÕES SOBRE AS POLÍTICAS PARA OS AFRODESCENDENTES NO ÂMBITO EDUCACIONAL E A LEI 10.639/03

A implementação e efetivação de políticas e projetos de lei que possam ressignificar as práticas de inclusão para a população afrodescendente nos mais diversos setores da sociedade, também podem ser consideradas como forma de buscar uma sociedade justa e igualitária para todos, independentemente da sua etnia, raça e cultura. O modo como a educação está centralizada nos currículos atualmente necessita de mudanças urgentes, levando em consideração como foi/é colocada nos livros didáticos a figura do negro(a) no meio educacional.

Nesse sentido, as reivindicações do Movimento Negro no país sobre as políticas de implementação da modificação dos currículos na educação, vem em contra argumentação a essa visão,

As questões como a discriminação do negro nos livros didáticos, a necessidade de inserção da temática racial e da História da África nos currículos, o silêncio como ritual a favor da discriminação racial na escola, as lutas e resistências negras, a escola como instituição reprodutora do racismo, as lutas do Movimento Negro em prol da educação começam, aos poucos, a ganhar espaço na pesquisa educacional

do país, resultando em questionamentos à política educacional (GOMES, 2011, p.4).

Fruto de todas essas lutas e mudanças de uma visão na qual os afrodescendentes são inertes há séculos no país, começam a ser reavaliadas a partir da implementação de leis. Segundo Gomes (2011), tanto na Constituinte de 1988 quanto na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), houve participação marcante da militância negra nos anos 80. O Movimento Negro foi bastante decisivo no que diz respeito aos frutos de todas essas lutas e reivindicações.

Como por exemplo, a Lei 10.639/03 com o intuito de inserir no âmbito educacional as discussões relativas a descentralização dos currículos pautados na visão eurocêntrica, com a obrigatoriedade do ensino da cultura e história africana, resignificando os saberes sobre os afrodescendentes no Brasil,

É nesse intuito, de construir um instrumento de reação e prevenção aos comportamentos preconceituosos e discriminadores, institucionalizados quase secularmente pela educação brasileira, que a lei 10.639/03 surgiu, sendo este um utensílio importante para a política pública educacional, pois ao regulamentar a LDB, também fornece subsídios para educação básica, como orientações filosóficas e pedagógicas e com princípios voltados à formação escolar e educacional (DIAS, 2016, p.2).

Deste modo, a prioridade na efetivação de um ensino que possa idealizar mudanças no contexto social que historicamente segregou a população negra, é de extrema importância, levando em consideração que a Lei 10.639/03 vem nessa perspectiva de contribuir na equidade social entre a população negra e branca.

Na cartilha publicada pelo Ministério da Educação em “Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003”, na Proposta do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, é citado no objetivo central a seguinte questão:

Promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano das escolas e nos sistemas de ensino que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas (BRASIL, 2008, p.11).

Apesar de haver todos esses avanços, tratando-se das discussões relacionadas as discrepâncias sociais nas quais a população afrodescendente se encontra, ainda existem inúmeros fatores que antagonicamente se dissociam da realidade que a Lei prioriza. Em seus objetivos específicos, publicado na cartilha, é citado o seguinte argumento:

Promover a institucionalização da lei n. 10.639/2003 no âmbito de todo o Ministério da Educação e nas gestões educacionais de municípios, estados e do DF, garantindo condições adequadas para seu pleno desenvolvimento como política de Estado (BRASIL, 2008, p.11).

O que realmente acontece na prática, no contexto educacional atual, é a parcial falta de conhecimento dos docentes referente a Lei 10.639/03 e as suas atribuições com relação as questões de ensino-aprendizagem. Corroborando com afirmativa, as autoras Nascimento e Costa (2014, p. 2) citam que:

Apesar de ter sido publicada em janeiro de 2003, e tendo em mente a obrigatoriedade do que prevê essa lei, seu cumprimento ainda é bastante escasso nas escolas do Brasil. Ora, haja vista essa pluralidade que originou esse país, deixar de lado o estudo desses conteúdos é praticamente esquecer uma parte de nossa própria história.

Vários fatores contribuem para as dificuldades enfrentadas na efetivação da Lei 10.639/03 nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas dos docentes nas instituições de ensino. Alguns desses podem ser caracterizados pela formação deficitária na graduação dos professores, a negligência em relação a temática por parte dos gestores escolares e a visão errônea de que os problemas sociais relativos as desigualdades sofridas pela população negra devem ser resumidas em uma única data do ano, como no 20 de novembro, dia da Consciência Negra. Corroborando com esse pensamento, Dias (2016, p. 4) enfatiza que,

Além de esbarrar na deficiência da estrutura física e material, com professores sem especialização, a falta de livros didáticos dentre outros. Apesar de algumas escolas, procurarem desenvolver projetos pedagógicos mais progressistas, relacionados ao resgate da cultura afro-descendente, percebe-se que tais tarefas estão associadas à cultura popular como exemplo o folclore. Constata-se com isso uma deficiência para desenvolver uma pedagogia com referencial histórico das culturas afrodescendentes.

A superação dessa deficiência supracitada, parte do pressuposto de que a mudança efetiva deve ocorrer a partir da junção harmoniosa entre todos os setores da sociedade, em busca de combater as desigualdades raciais existentes. Desde as instâncias políticas governamentais, perpassando pelas secretarias de educação, os responsáveis na gestão das escolas e, por último, mas não menos importante, os próprios docentes, que serão os responsáveis por colocar em prática todas as ações idealizadas em relação as políticas educacionais antirracistas, para que possam valorizar todos os saberes advindos da cultura e história africana nas suas múltiplas formas de manifestação na sociedade.

AS COMPETÊNCIAS NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E TRANSVERSALIDADE DO ENSINO MULTICULTURALISTA

Atualmente a formação de professores não atende por completo as demandas teórico-metodológicas no que diz respeito as discussões pautadas em um ensino plural, fazendo com que a educação ministrada no âmbito das salas de aula permaneça de forma segregada, excluindo os saberes da cultura e história afrodescendente. Muitas dessas dificuldades perpassam pela constituição dos currículos nos Centros de Formação

de Professores e a escarcas de conteúdos que contemplem a diversidade étnica e cultural, sendo esse um dos principais fatores para a dificuldade da implementação da Lei 10.369/03,

Faz-se necessário, nos cursos de qualificação docente, discutir e refletir sobre essas representações que eventualmente surgem no cotidiano escolar, uma vez que este é um caminho para que ocorra uma mudança efetiva. Lança-se assim, a possibilidade de termos professores sensíveis e capazes de conduzir as relações entre diferentes grupos étnico-raciais, essenciais para o processo de transformação da educação brasileira (TOMAIM; TOMAIM 2009, p.8).

Esse processo de transformação e sensibilização no âmbito educacional relacionado aos docentes em formação, deve ser trabalhado numa perspectiva de enfrentamento dos problemas sociais e históricos vivenciados pela população afrodescendente no País, sendo assim, necessita-se

Revermos o problema racial no ambiente escolar faz-se necessário um trabalho pedagógico realmente democrático, intencionado em construir e desenvolver uma consciência crítica e emancipadora em todos os envolvidos no processo educacional (TOMAIM; TOMAIM; 2009, p.9).

Essa tomada de consciência emancipatória, a priori, deve ser trabalhada no processo de formação dos docentes na graduação, para que ao adentrar na efetivação da profissão no âmbito da sala de aula, possa realizar atividades educacionais que valorizem as especificidades étnicas e culturais do alunado. Nesse sentido, Dias (2016) Afirma que,

Ao tratar da história da África e da presença do negro no Brasil, os professores devem relatar esta história de forma positiva, para que os alunos afrodescendentes sintam-se valorizados em sua cultura. A escolha de um bom livro didático também é fator importante para a promoção da igualdade social, haja vista que alguns livros reforçam o racismo presente na sociedade brasileira (DIAS, 2016. p.8).

A autora ainda cita outra questão relevante, no que diz respeito aos processos de ensino-aprendizagem e a efetivação da Lei 10.639/03 nas escolas, considerando a seguinte afirmativa,

O trabalho da escola é de suma importância para que a lei seja cumprida, pois sabemos que será no ambiente escolar que se dá a formação do cidadão. Por isso, faz-se necessário e fundamental ampliar as discussões quanto a esta temática, além de criar projetos pedagógicos que privilegiem a igualdade entre os povos, lembrando que os negros foram arrancados de sua terra natal, escravizados e jogados nos navios negreiros para trabalhar sem nenhuma remuneração. (DIAS, 2016, p.11)

Dentre todas as questões que foram citadas, é importante salientar que esses processos de inserção das discussões sobre a valorização da cultura e história africana nas escolas são assegurados conforme documentos legislativos, como a própria Lei 10.639/03 que “Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’.” (BRASIL, 2003). Sendo necessário o conhecimento de todos envolvidos no âmbito escolar para

que a Lei possa ser realmente efetivada.

Outro fator relevante a ser citado, conforme a os Parâmetros Curriculares Nacionais é que, os temas que são considerados como problemas sociais devem obrigatoriamente constar nos currículos escolares e disciplinas ministradas de forma transversal, como está redigido no documento oficial:

As problemáticas sociais são integradas na proposta educacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais como Temas Transversais. Não constituem novas áreas, mas antes um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória. (BRASIL, 1997, p. 45)

O conhecimento dos documentos legislativos que subsidiam no auxílio teórico-metodológico de práticas de um ensino plural que englobe as mais diversas formas de manifestações socioculturais, pode ser considerado como um dos requisitos basilares para que os docentes possam exercer um ensino pautado na diversidade, como é citado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, também na Lei 10.639/03.

CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto ao longo do trabalho, correlacionando as discussões referentes aos desafios e possibilidades das práticas de ensino pautadas na Lei 10.639/03 e as suas atribuições e especificidades tratando-se do ensino da cultura e história afro-brasileira, é possível perceber as inúmeras dificuldades enfrentadas no que diz respeito a efetivação da Lei no âmbito da sala de aula, desde o conhecimento da Lei 10.639/03 por parte de todo o corpo escolar, como também o currículo que privilegia a visão eurocêntrica na formação dos professores, fazendo com que sua formação não ofereça um suporte teórico-metodológico para discutir as questões étnico-raciais.

As práticas de ensino exercidas na sala de aula atualmente, em grande parte dos casos, desconsideram a diversidade sociocultural e étnico-racial dos discentes, fazendo com que os afrodescendentes desconheçam sua história e cultura, contribuindo na negação da sua identidade e na perpetuação de uma sociedade segregacionista e racista. A reversão desse quadro parte da perspectiva da democratização do ensino, na qual o docente deve compreender que existe uma multiplicidade de culturas e costumes no âmbito da sala de aula e não somente uma visão etnocêntrica, que está enraizada nos currículos escolares.

Para tanto, se faz necessário um conjunto de requisitos que possam dar subsídios para um ensino pautado no multiculturalismo e na diversidade étnico-racial, por exemplo, o conhecimento dos documentos legislativos que auxiliam nas práticas de ensino, ter um olhar sensível para os problemas sociais existentes, bem como a busca por formação continuada pautada na diversidade, desta forma, exercendo a docência de modo inclusivo, auxiliando os educandos afrodescendentes no reconhecimento da sua cultura e história.

Somente a partir de novas perspectivas que possam ressignificar as práticas de ensino, enquanto educadores, poderemos contemplar a diversidade existente no âmbito da sala de aula, deste modo, contribuindo na construção de uma sociedade na qual as relações sociais aconteçam de forma equânime.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. M. S. C. **Identidade negra nas turmas de 9º anos do Ensino fundamental na escola maria augusta Russo dos santos em redenção**. CE. 2013. Monografia apresentada como exigência do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Especialização em Culturas e História Afro-Brasileira, Indígena e Africana - UNILAB. Redenção, 2014.

ALVES, R. S. **Ensino de história e cultura afrobrasileira e africana: da lei ao cotidiano escolar**. 2007. 74.p. Monografia (graduação) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2007.

BRASIL, Congresso Nacional Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003.

_____. **Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003**. Ministério da Educação. 2008.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília. 1997.

DIAS, N. M. S. L. **História e cultura afro-brasileira no ensino fundamental: aplicabilidade da lei nº 10.639/03 em escolas estaduais de Aracaju**. Faculdade São Luís de França. 2016. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/Historia_e_cultura_afro_brasileira_no_ensino_fundamental_a.pdf> Acesso em: 16 jul. 2018.

NASCIMENTO, J. S. COSTA, S. S. **A LEI 10.639/03 E OS DESAFIOS DE SUA IMPLANTAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES DE LITRATURA EM LECIONAR O QUE NÃO SE APRENDE NA IES**. In: Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.3, n. 2, 2014.

GOMES, N. L. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. Universidade Federal de Minas Gerais/Brasil. 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2018.

TOMAIM, V. R. R. TOMAIM, C. S. **O professor e as relações étnico-raciais: os desafios e as contribuições da Lei nº 10.639/2003**. 2009.

REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE ALFREDO BOULOS JÚNIOR COM A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639 (2003-2012)

Vanessa Santos Fontequé

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Congonhinhas - Paraná

Jamaira Jurich Pillati

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa – Paraná

Juliana Ferri

Faculdade Cristo Rei
Cornélio Procópio - Paraná

Rosa Shizue Abe

Universidade Estadual do Norte do Paraná
Cornélio Procópio – Paraná

Sidney Lopes Sanchez Júnior

Universidade Estadual do Norte do Paraná
Cornélio Procópio - Paraná

Patrícia Ferreira Concato de Souza

Universidade Estadual do Norte do Paraná
Cornélio Procópio - Paraná

RESUMO: O presente trabalho tem por intencionalidade apresentar uma análise do capítulo “Abolição e República” dos livros didáticos de História, Sociedade e Cidadania do 8º ano do Ensino Fundamental, de Alfredo Boulos Junior, edições de 2003 e 2012, procurando analisar se os mesmos cumprem as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e

Cultura Afro-Brasileira e Africana. Sendo então o livro didático público um instrumento utilizado constantemente no cotidiano de sala de aula, procura-se, neste estudo, verificar quais modificações ocorreram nos livros didáticos ao longo dos anos e de que modo o negro era, e está representado atualmente no capítulo do livro, analisando textos, imagens e atividades que contemplem a representação dos povos africanos na história do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Diretrizes. História e cultura Africana. Representação. Livro didático.

THE BLACK REPRESENTATION IN THE
ALFREDO BOULOS JÚNIOR TEXTBOOK
BY THE IMPLEMENTATION OF THE LAW N.
10.639 (2003-2012)

ABSTRACT: The present study intends to present an analysis of the chapter “Abolition and Republic” from the textbooks of History, Society and Citizenship regarding the 8th year of Elementary School, by Alfredo Boulos Junior, editions of 2003 and 2012, seeking to analyze if they fulfill the determinations of the National Curricular Guidelines for the Ethnic-Racial Relations Education and for the Afro-Brazilian and African History and Culture Teaching. Since the public textbook is an instrument used constantly in the classroom, in this study it is

sought to verify which modifications have occurred in the textbooks over the years and in what way the black was, and is currently represented in the chapter of the book, analyzing texts, images and activities that contemplate the representation of African peoples in the history of Brazil.

KEYWORDS: Guidelines. African history and culture. Representation. Textbook.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira passou por inúmeras transformações nos últimos anos, nos mais diversos segmentos, principalmente no âmbito econômico, político e social, e dentre essas mudanças podemos citar o reconhecimento do papel dos negros africanos para a construção da história e memória do Brasil.

E com a finalidade de perpetuar esse ideário temos diversos aportes legais, dentre eles as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que determinam a valorização da diversidade étnico racial brasileira e à correção de elementos distorcidos e equivocados a respeito da história, cultura e identidade dos povos afrodescendentes, de forma que tal consideração contribuirá para o reconhecimentos dos mesmos.

Este trabalho almeja realizar uma análise comparativa do conteúdo “Abolição e República” presente no livro didático de *História, Sociedade e Cultura* do 8º ano de Alfredo Boulos Junior, com o ensejo de refletir acerca da representação do negro presente neles, a partir da criação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira em todas as escolas, públicas e particulares, do Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

Inicialmente apresentamos informações sobre a legislação que ampara o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira em todas as esferas educacionais, contudo ênfase foi na LEI N° 10.639, de 9 de janeiro de 2003, já que ele apresenta o reconhecimento das contribuições dos povos africanos para o desenvolvimento do nosso país. Após apresentação da legislação que orienta o ensino da história e cultura africana, foram realizadas algumas considerações acerca do livro didático, sua produção e análise de acordo com Guia do Livro Didático.

E por fim, foi realizada uma análise comparativa do capítulo: “Abolição e República” do livro didático do 8º Ano de *História, Sociedade e Cidadania* de Alfredo Boulos Junior edições de 2003 e 2012, identificando as mudanças e continuidades em relação ao conteúdo estrutura e temática, e ainda de que forma eles colaboraram para a valorização da presença dos povos africanos na constituição da sociedade brasileira.

E por meio da análise dos conteúdos selecionados, é que verificamos se eles possuem fontes, informações, leituras e/ou atividades que façam os alunos a refletir sobre a temática da contribuição dos povos africanos em nosso país e se esta forneceu elementos para o desenvolvimento do senso crítico do aluno para que consequentemente os mesmos possam atuar de forma participativa e crítica nas mais

diversas situações do cotidiano.

1 | CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEGISLAÇÃO QUE ORIENTA O TRABALHO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO BRASIL.

O reconhecimento da existência e resistência dos povos africanos para a história do Brasil é algo significativamente recente. Sendo assim, diversas ações foram realizadas a fim de tornar esse reconhecimento consolidado, dentre elas podemos citar, principalmente, ações voltadas na esfera educacional já que nela é que se desenvolverá a formação intelectual dos cidadãos, para que eles atuem de forma participativa em sociedade.

A primeira legislação significativa para tal finalidade foi a Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, em que determina a inserção da História da África e dos Africanos, incluindo a luta e as contribuições dos negros no âmbito social, econômico e político relacionados a história do nosso país, conforme o Artigo 26-A que diz: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. A partir dessa determinação que as instituições de ensino tiveram que adequar seus currículos a essa nova realidade, e conseqüentemente todos envolvidos direta ou indiretamente tiveram que se adaptar a nova realidade.

Outros documentos surgiram com a intencionalidade de complementar e melhorar a Lei Nº 10.639, dentre eles podemos destacar a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, instituída pela Resolução Nº 1, de 17 de junho 2004.

Neste documento encontramos a determinação para que todas as redes ensino privilegiem o desenvolvimento de ações que promovam a educação das Relações Étnico-Raciais, de modo a reconhecer e valorizar a identidade, história e cultura dos afro-brasileiros e, ainda, valorização das raízes de origem africana da nação brasileira.

A luta para o combate ao racismo, com a intencionalidade de extinguir a desigualdade social existente e ainda qualquer forma de discriminação que possa acontecer, é um dos objetivos que fundamentam as Diretrizes:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. (BRASIL, 2004, p. 14-15)

Portanto, o âmbito educacional tem por função de promover espaços democráticos para desenvolver uma sociedade que reconheça sua história e seja mais justa e igualitária. E ainda segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das

Relações Étnico-Raciais:

(...) Todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática. (BRASIL, 2004, p. 5)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais apresentam orientações para o desenvolvimento de atividades voltadas para a valorização da cultura e história africana e afro-brasileira.

Sendo assim, outros setores atrelados ao âmbito educacional tiveram que se adequar as orientações das diretrizes, dentre elas estão às instituições responsáveis pela produção do livro didático, as editoras, produtoras dos livros didáticos que serão utilizados nos segmentos de ensino público no país, na busca de melhorar a qualidade tais materiais que são frequentemente utilizados no âmbito escolar.

As diretrizes orientam que os materiais didáticos contribuam para a disseminação da valorização do ensino da História da Cultura Africana e Afro-brasileira, de forma a divulgar as lutas e as contribuições de tal população para o crescimento de nosso país, de modo que estas temáticas sejam referenciadas em todos os currículos escolares, privilegiando, principalmente, as disciplinas História, Artes e Literatura, é o que podemos verificar no Artigo 3º Inciso 1º:

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação tratada no “caput” deste artigo. (BRASIL, 2004, p. 32)

As Diretrizes ainda determinam que se deve procurar eliminar estigmas ou qualquer outro elemento que tenha causado compreensão equivocada sobre a história das contribuições dos povos africanos para o desenvolvimento da nossa sociedade, é o que podemos confirmar no trecho a seguir:

Edição de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto neste parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26A da LDB, e, para tanto, abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC – Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE). (BRASIL, 2004, p. 25)

A partir disso, podemos verificar que aconteceu um desenvolvimento significativo sobre a legislação que promove o reconhecimento da história e das culturas africana e afro-brasileira, tendo em vista que diversas ações foram realizadas para que de fato esse reconhecimento acontecesse. E, é por isso que a sociedade, juntamente com as instituições governamentais, promovem, constantemente, práticas e políticas públicas direcionadas para relevância que a população africana deve receber por

terem contribuído maciçamente para crescimento de nosso país.

Para dar um suporte com relação à qualidade e produção dos livros didáticos temos o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tem por finalidade fiscalizar e orientar os conteúdos que devem estar presentes nos livros didáticos de todas as modalidades de ensino, para que seja produzido um material de qualidade e que promova a preparação do educando para o exercício da cidadania e conseqüentemente sua preparação para o mercado de trabalho.

O PNLD produz periodicamente o Guia do Livro Didático que consiste em um documento que traz orientações e critérios sobre o que é relevante em um livro didático, que vai desde conteúdos temáticos, abordagem teórico-metodológica, coerência, estrutura organizacional e, principalmente, se respeita a legislação e normas oficiais relativas à respectiva modalidade de ensino.

Ao final do Guia do Livro Didático, encontramos uma ficha que, contempla, no item IV a Formação Cidadão que visa a observância dos preceitos jurídicos sobre a aplicação da legislação que dizem respeito a contemplação de conteúdos referentes à História e às Culturas Afro-Brasileira e Indígena, de acordo com a Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 e a Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. É a partir dos critérios presentes na legislação já citada, nas Diretrizes, no guia do livro didático e análise do livro didático de Alfredo Boulos Junior é que se fundamenta o presente trabalho.

As Diretrizes e o Guia do Livro Didático fazem várias alusões a respeito da valorização das contribuições os povos africanos, e por isso para realização deste trabalho foi selecionada a temática “Abolição República” procurando verificar como é projetada a imagem do negro no livro didático. Contudo, para que possamos realizar essa análise comparativa com os livros didáticos, será necessário tecer considerações sobre ele envolvendo os conteúdos e a vida do seu autor, procurando identificar mudanças e se de fato houve a promoção e valorização da cultura africana e afro-brasileira.

2 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA.

Os livros didáticos de *História, Sociedade e Cidadania* referentes a edição de 2003 e edição de 2012, foram produzido por Alfredo Boulos Júnior, figura representativa no âmbito educacional já que além de produzir coleções de livros didáticos, ele promoveu ações e reflexões significativas a respeito do ensino de história e suas práticas. Doutor em Educação pela PUC-SP, também lecionou no ensino fundamental e médio da rede pública e particular, além dos cursinhos pré-vestibulares, também prestou assessoria para a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação em São Paulo.

A edição de 2003 apresenta reflexões sobre a temática a ser trabalhada, em

seguida traz textos explicativos, informativos, históricos e atividades que visam estimular a construção do conhecimento. Ainda, possui imagens e fotografias contextualizadas com os conteúdos e/ou com a realidade, e por fim apresenta sugestões de leituras complementares para que o aluno possa aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

Vale ressaltar que neste período foi implementada a legislação que defende a valorização da cultura e história africana e afro-brasileira, e não existia uma política rigorosa voltada para controle dos conteúdos dos livros didáticos, podemos inferir que nesse período, sabia-se da necessidade de seguir a legislação, no entanto, não havia parâmetros rígidos para que isso ocorresse, portanto os conteúdos, de certa forma, foram modificados, mas sem muita profundidade, e conseqüentemente sem promover de forma significativa reflexões sobre a temática. E neste período não havia orientações e avaliações específicas acerca dos conteúdos dos livros didáticos.

Já em 2012, devido a diversas ações, práticas e implementação de políticas públicas voltadas para a valorização das contribuições dos povos africanos para o desenvolvimento do país, vale destacar o guia do livro didático que traz uma série de títulos avaliados e que podem ser usados na educação da rede pública, sendo instrumento utilizado em todos os segmentos de ensino.

A coleção do livro didático *História, Sociedade e Cidadania* edição de 2012 está organizada de forma que apresenta a história integrada, organizando-se em ordem cronológica, o livro é bastante rico em diversidade de gêneros textuais e análise de imagens, as atividades são diversificadas e visam promover reflexões pertinentes ao assunto abordado, também estabelece relações com recursos midiáticos de forma que os alunos possam ter outras fontes de informações.

De acordo com o Guia do Livro Didático, o livro de Alfredo Boulos Junior trás uma diversidade textual e atividades que requerem reflexão acerca da história da população africana, além de textos que promovem o conhecimento e análise das leis que permeiam este âmbito, como podemos verificar no fragmento a seguir:

No tocante a inclusão da **história da África e da cultura africana, afro-brasileira e indígena**, há, na coleção, conteúdos, textos diversos e atividades que abordam predominantemente aspectos da história política e cultural desses povos. Destacam-se os textos de apoio sobre a implementação legal das referidas temáticas no ensino básico assim como as indicações de referências bibliográficas sobre a historiografia da África. (BRASIL, 2014, p. 59)

O livro didático aborda conteúdos a respeito da valorização da identidade, da história de lutas coloniais e da diversidade cultural existente, todas elas em defesa do respeito e reconhecimentos das contribuições desses povos.

A seguir apresentaremos a análise comparativa dos livros didáticos procurando identificar as mudanças realizadas nas produções dos livros didáticos ao longo dos anos, sobre a valorização e contribuição dos povos africanos para o desenvolvimento do Brasil e na memória coletiva de história do nosso país construída na escola.

3 | ANÁLISE COMPARATIVA DO CAPÍTULO “ABOLIÇÃO E REPÚBLICA” DOS LIVROS DIDÁTICOS HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA 2003 E 2012.

Sabemos que durante muito tempo perpetuou-se a narrativa dos acontecimentos históricos sob o viés dos colonizadores e das elites da época. Contudo esse panorama começou a modificar-se na década de 1990 na qual personagens históricos que se encontravam a margem começaram a adquirir espaço para expressar-se acerca dos acontecimentos, isso foi possível devido ao surgimento novas correntes teóricas acerca do ensino. É o que afirma Gláucia R. Murinelli (2012, p. 866): “No entanto, foi somente na década de 1990 que algumas questões pertinentes à diversidade étnico-racial começaram a ser abordadas no ensino brasileiro”.

Considerando que o livro didático público é uma ferramenta utilizada constantemente no âmbito escolar, e que muitas vezes, acaba sendo o único instrumento didático de ensino, é importante analisá-lo já que eles exercem influência no contexto social em que se encontra imerso. A autora Julia Silveira Matos afirma que o papel central do livro didático enquanto recurso pedagógico o torna importante veículo de ideologias:

(...) o livro didático se torna o único ou o principal recurso, seja didático, ou de apoio pedagógico do professor, sua estrutura ideológica se torna hegemônica dentro da sala de aula na qual é utilizado. Isso porque o livro didático como produto cultural transmite posicionamentos de seus autores. (MATOS, 2012, p. 167)

Por isso, selecionamos para análise os livros didáticos público “História, Sociedade e Cidadania do 8º ano”, edições de 2003 e 2012, sendo esta última uma edição reformulada de acordo com as determinações do PNL D. Por se tratar de dois livros didáticos extensos, foi então escolhido um capítulo, presente em ambas as edições, como tema “Abolição e República”.

O livro didático consiste em um instrumento utilizado amplamente em todo o âmbito educacional, e ainda, que o discurso textual e imagético presente em suas páginas consiste em representações da história, produzidas por sujeitos, neste caso autor do livro. E ele reproduz aquilo que ele conhece e julga ser significativo para a sociedade, portanto, essa representação do sujeito é que nos levará a compreensão dos conteúdos presentes no livro didático, que estão carregados de valores ideológicos.

3.1 Representação do negro no livro didático nas edições de 2003 e 2012

Em ambas as edições do livro didático História, Sociedade e Cidadania, os capítulos sobre “Abolição e República”, trazem como introdução uma imagem com a intencionalidade de fazer com que os leitores façam uma reflexão inicial sobre o assunto que será abordado.

Na edição de 2003 temos a ilustração de uma campanha abolicionista, feita na década de 1880, que mostra os proprietários fazendo exigências e traz algumas perguntas voltadas para a temática do processo abolicionista e a relação existente

entre a Abolição e a Proclamação da República, são perguntas que não promovem reflexões aprofundadas por parte do aluno. Questões, como por exemplo: Boulos (2003, p. 26) “Afinal, como se deu o processo que conduziu ao 13 de maio?” “Que relação se pode estabelecer entre a Abolição e a Proclamação da República?”, podemos inferir a partir disso que as questões eram amplas e sem objetividade e pouco promoviam a pensamento por parte dos educandos.

Enquanto que a edição de 2012 traz a imagem de uma líder quilombola, acompanhadas das seguintes questões: Boulos (2012, p. 245): “Você já tinha ouvido falar de quilombos liderados por mulheres? Sabiam que os quilombos ajudaram a desgastar a escravidão?”, que procura refletir sobre outros aspectos vivenciados na época, como a existência de quilombos liderados por mulheres, questionando a participação da população livre no período da Abolição e, ainda, as lutas travadas nessa época.

Na edição de 2003 a imagem e a reflexão inicial eram voltadas para abolição e a república, enquanto que na edição de 2012 a ênfase é na representação do negro nos quilombos, o processo de escravidão e suas lutas, direcionado o enfoque para aqueles que se encontravam à margem da história.

Os capítulos “Abolição e República” na edição de 2003 eles estão dispostos com alguns subtítulos, intercalados por fragmentos textuais denominados de “saiba mais”, os textos são bastante extensos, o autor procura desenvolver maior imparcialidade possível, tratando sempre os personagens históricos que são a população escravizada como abolicionistas, em vários trechos ele utiliza essa mesma palavra para se referir aos negros escravizados, como podemos verificar no fragmento abaixo:

Entre os abolicionistas havia pessoas de diferentes grupos sociais: políticos de família tradicional, como Joaquim Nabuco, homens livres e membros de classes populares, como o jornalista negro José do Patrocínio, além de alguns profissionais liberais, provenientes das camadas médias, como o paulista Antônio Bento e o advogado baiano Luis Gama, também negro. (BOULOS, 2003, p. 28).

Podemos observar que determinadas palavras possuem forte caráter ideológico, e que existe todo um discurso imerso por detrás dela, é o que acontece com o termo abolicionista, na qual Boulos, procura tratar os negros como sujeitos atuante, mas de forma tênue enquanto que movimento do branco já se mostra mais resistente e elitista também, ou seja, ele procura apresentar os negros de forma participativa contudo debate-se com a resistência dos brancos que não aceitam essa participação, e isso interfere significativa na compreensão do leitor no momento de ler o texto.

E segundo Orlandi (2009, p. 43) “ Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo o discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”. Isto quer dizer que para o período em que foi produzido o livro didático, a posição de Boulos refletia, o discurso difundido na época de produção e ainda trazia toda a vivência que o autor possuía e ainda de acordo com Matos (2012, p. 167) “(...) o livro didático como produto cultural transmite os posicionamentos de

seus autores”, talvez por isso a tentativa de demonstrar de imparcialidade na produção textual do capítulo, já que isso era uma tendência muito difundida entre os autores de livros didáticos da época.

E ainda, de acordo como Ana Maria Monteiro, o livro didático é resultado de um produto cultural, ou seja, existe uma série de elementos que influenciam os autores a seguirem determinadas vertentes de modo a atender as necessidades de consumo dos envolvidos:

Os autores, ao produzir livros didáticos, interpretam as orientações oficiais ou seja, as reelaboram segundo suas ideias pedagógicas e, ao mesmo tempo incorporam expectativas dos professores, buscando atraí-los para o seu consumo. (MONTEIRO, 2009, p. 176)

A edição de 2012 também está dividida em subtítulos, contudo apresenta textos mais curtos, trazendo o significado de palavras desconhecidas, entre um texto e outro temos um quadro amarelo denominado de “Dialogando” que tem por finalidade contextualizar o período histórico em questão com a atualidade, o autor ainda utiliza a palavra abolicionista, mas com menos frequência e com enfoque diferente, já que procura trazer uma historiografia repleta de personagens históricos e suas atuações e ainda representatividade do negro tornou-se maior procurando valorizar os sujeitos escravizados, que anteriormente não eram valorizados. Como podemos verificar no fragmento abaixo:

(...) Muitos migravam para as cidades onde iam morar em cortiços e morros; uns poucos, no entanto, conseguiam ascender socialmente. Apesar de tantas dificuldades, os libertos não desistiram de buscar uma vida melhor. Para amenizar a luta diária pela sobrevivência, organizavam-se em grupos de lazer, clubes esportivos e centros religiosos. (BOULOS, 2012, p. 251).

Este trecho permite refletir sobre a forma de como as modificações na legislação acerca do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira com o passar dos anos interfere nas ideologias e nas tendências historiográficas colocadas nos livros didáticos, permitindo que o autor, por meio de novos conhecimentos e novas vivências e também o surgimento de novas diretrizes crie novos sentidos e significações.

Segundo Orlandi (2009, p. 31) quando diz que “ (...) o saber discursivo que torna possível todo modo de dizer e que retorna sobre a forma do pré-construído, o já-dito que esta na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra “. E é isso que constituirá a memória discursiva.

Uma característica presente em ambas às edições, é que Boulos consegue de maneira prática e objetiva estabelecer inferências com outros acontecimentos históricos, e que ORLANDI (2009, p. 33) comenta que “a historicidade que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para discursividade”, isto significa que outros acontecimentos do mesmo período permite uma melhor compreensão de um determinado acontecimento ter um desfecho específico.

A presença de imagem num livro permite uma melhor compreensão acerca de um assunto, oportuniza novas interpretações, e novos posicionamentos a respeito da

temática, e que de acordo com ORLANDI (2009, p. 40) “(...) Na relação discursiva, são as imagens que constituem diferentes posições. E isto se faz de tal modo que o que funciona no discurso não é o operário visto empiricamente, mas o operário enquanto posição discursiva produzida pelas formações imaginárias”.

A edição do livro didático de 2003 contém poucas imagens com legendas explicativas, e a maioria delas com homens brancos o que conseqüentemente gera uma menor representatividade dos negros. Enquanto que a edição de 2012 traz um número significativo de imagens com legendas explicativas melhores, procurando retratar as lutas dos negros e seu cotidiano.

Na abertura do capítulo Abolição e República de 2003, temos uma pintura com a presença de Senhores de Escravos, e alguns abolicionistas, a presença de negros é pouca e ao fundo da imagem, a partir disso podemos inferir que, os brancos estavam predominando. Já na abertura da edição de 2012 temos a imagem de uma escultura de uma líder quilombola, do quilombo de Quariterê, no Mato Grosso, essa imagem representa a presença da mulher na luta pela abolição.

Ao final dos capítulos de ambas edições encontramos uma série de atividades para ser realizadas pelos alunos. Sendo que na edição de 2003 encontramos atividades de interpretação textual com questões, em sua maioria, com resposta que não exigem tanta reflexão ou crítica por parte do aluno, ou seja, que pouco fazem refletir sobre a representatividade dos negros durante o período abolicionista, além de ser bastante extensas, há ainda leitura de imagens, sugestão de um debate a partir da leitura de dois fragmentos e por fim a sugestão de leitura de um texto e questões sobre ele.

Na edição de 2012 temos atividades interpretativas não extensas que facilita a leitura e compreensão, temos leituras de fontes históricas diferentes como o fragmento de um texto e uma imagem de modo a estabelecer relação entre ambas, depois a leitura de outra imagem como fonte histórica procurando promover reflexão sobre o contexto histórico da época, e por último sugere a leitura de um texto de caráter crítico reflexivo. Sendo assim, tal edição apresenta mais atividades que visam a reflexão com um caráter mais crítico diante da temática da representatividade dos negros presentes nela.

Na página 39 da edição de 2003 encontramos uma atividade que exige pouca reflexão por parte do aluno, na qual solicita que identifiquem os marcos importantes e reescreva-os, conforme podemos verificar abaixo:

6 - O processo de luta pela abolição foi longo. Em 1850, a Lei Eusébio de Queirós extinguirá o tráfico de escravos para o Brasil. Faça um quadro com os marcos desse processo (as leis abolicionistas) contendo o nome de cada lei, a data de sua aprovação e o seu conteúdo. (BOULOS, 2003, p. 39)

Na edição de 2012 temos uma atividade de caráter mais reflexivo, procurando enfatizar as contribuições dos artistas afrodescendentes no início da República, conforme enunciado a seguir:

2 – Com base no texto e em pesquisa monte uma ficha com a contribuição de

artistas afrodescendentes nas primeiras décadas da República. Acrescente a contribuição de Lima Barreto, um dos maiores escritores da literatura brasileira. (BOULOS, 2012, p. 265)

Em suma, a reflexão do capítulo “Abolição e República” presentes nos livros didáticos edições de 2003 e 2012 de Alfredo Boulos Junior, permitiu que observássemos as mudanças significativas que houve ao longo do tempo com relação a representatividade dos negros no livro didático, ou seja, o caráter ideológico presentes na produção passaram por diversas melhoras devido a maior atenção voltada pra essa temática e o amparo legal mais consolidado.

E essas modificações foram positivas já que permitiu que os negros que se encontravam a margem de todo o processo de desenvolvimento no Brasil, pudesse ser melhor compreendido e reconhecido de acordo com suas contribuições, não somente no livro didático, na escola e na memória dos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente trabalho permitiu um maior conhecimento a respeito da legislação que defende o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino do Brasil. As reflexões sobre representatividade também contribuíram para a compreensão e a importância da mesma para a construção da memória coletiva da população.

A concretização do presente trabalho permitiu observar as mudanças que houve ao longo dos anos de uma determinada produção e se realmente ela está adequado às recomendações da legislação que ampara o ensino da história, cultura africana e afro-brasileira nos mais diversos segmentos da educação.

Considerando de forma particular o livro de História, Sociedade e Cidadania do 8º ano do Ensino Fundamental, de Alfredo Boulos Junior, podemos encontrar elementos significativos que contribuem para a valorização da história e cultura africana e afro-brasileira para a formação de nosso país.

Analisando sob o viés dos elementos representativos presentes no livro didático na edição de 2012, podemos inferir que ele apresenta, de forma positiva, valores que promovem a representatividade dos negros africanos, trazendo-os em maior protagonismo no processo de abolição, por meio de textos e atividades diversificadas que incentivam a leitura, a análise e reflexão a respeito dos temas em pauta e isso contribui significativamente no processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BOULOS, Júnior Alfredo. **História, Sociedade e Cidadania 8º Série**. 1 ed. São Paulo. FTD, 2003.

BOULOS, Júnior Alfredo. **História, Sociedade e Cidadania 8º Ano**. 1 ed. São Paulo. FTD, 2012.

BRASIL. **Lei** n.º10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9394/96, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana**. Parecer CNE /CP 3 / 2004, de 10 de março de 2004.

MATOS, Júlia Silveira. **Os livros didáticos como produtos para o Ensino de História: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD**. *Historiæ*, Rio Grande, v. 3, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3268> Acesso em: 20/04/2014.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, REZNIK, Luís & MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **A história na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 151-172.

MURINELLI, Gláucia Ruivo. **História afro-brasileira nos livros didáticos: um estudo a partir da lei 10.639/03**. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/historia_afro_brasileira_nos_livros_didaticos_um_estudo_a_partir_da_lei_10_639_03.pdf. Acesso em: 29/09/2013.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso, princípios e procedimentos**. Pontes, 2009.

SILVA, Beatriz conceição da; ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. Como é trabalhada a história da África nos livros didáticos sob a ótica da lei 10639/03, no ensino fundamental a partir de 2003. **Revista Fato & versões** / n. 3 v. 2 / p. 123-134 / 2010. Disponível em: <http://200.233.146.122:81/revistadigital/index.php/fatoeversoes/article/viewFile/166/141>. Acesso em: 26/04/2013.

SILVA, Edson Armando; DENIPOTI, Claudio; RODRIGUES, Marília Mezzomo; SANTOS, Francieli Lunelli. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.

SILVEIRA, João Paulo P.1. MOREIRA, Gleidon O. **Identidades e a Diversidade Cultural: Limites Reflexivos do Livro Didático de História**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Inhumas II SIMPOETS: Disponível em: <http://cadernosets.inhumas.ifg.edu.br/index.php/cadernosets/article/viewFile/52/9>. Acesso em: 29/04/2013.

O “BICHO-MÃE” NO CIBERESPAÇO: GÊNERO E MATERNIDADE NO BLOG MAMÍFERAS

Clarissa Sousa de Carvalho

Universidade Estadual do Piauí (UESPI),
Departamento de Jornalismo
Teresina-PI

RESUMO: A maternidade, como construto histórico e cultural, é significada de formas diversas em diferentes culturas e épocas. Este artigo traz alguns achados da pesquisa de Mestrado da autora, no âmbito do programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia da UFPI, que objetivava compreender a construção da maternidade na contemporaneidade, através de uma perspectiva de gênero, buscando os sentidos dados a um modelo específico de maternidade – a maternidade mamífera. Busca-se entender de que maneiras as práticas relacionadas a esse modelo de maternidade se inserem nas relações de gênero, e como as mulheres/mães do blog Mamíferas (www.blogmamiferas.com.br) se utilizam de categorias historicamente ligadas à submissão das mulheres para construir um suposto empoderamento feminino. Através da análise de posts, comentários e entrevistas, buscou-se as estruturas de significação que sustentam tal experiência de maternidade. Ao optar por partos naturais, essas mulheres tentam escapar das amarras da medicalização e tecnologiação de seus corpos. Ao publicizarem

práticas tradicionalmente femininas em um blog, as informantes desafiam a separação ideológica que historicamente define lugares masculinos e femininos. Assim, o ciberespaço configura-se, para essas mulheres, como locus de construção identitária e facilitação do empoderamento feminino, ao permitir a criação de laços, o compartilhamento de experiências e a visibilidade dessas experiências.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Maternidade. Cibercultura. Blog.

ABSTRACT: Motherhood, as a historical and cultural construct, is signified in several ways in different cultures and times. This paper brings some of the findings from the author’s Master’s research, carried out at the Anthropology and Archeology Program, at UFPI, which aimed to understand the construction of motherhood in our days, through a gender perspective, searching for the meanings given to an specific pattern of motherhood – the “mamifera” [mammal] motherhood. We try to understand how the practices related to this pattern of motherhood are part of gender relations and how the women/mothers from blog Mamiferas (www.blogmamiferas.com.br) make use of categories that are historically related to women’s submission to build a supposed feminine empowerment. Through the analysis of posts, comments and interviews, we searched

for the signification structures that support such a motherhood experience. By choosing natural births, these women try to escape from the technologization and medicalization of their bodies. By publicizing traditionally feminine practices in a weblog, these women challenge the ideological separation that historically defines masculine and feminine places. Thus, cyberspace configures, for these women, in a locus of identity construction and facilitation of the feminine empowerment, by allowing bonding, sharing experiences and visibility for these experiences.

KEYWORDS: Gender. Motherhood. Cyberculture. Weblog.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo traz reflexões acerca da maternidade como instância de um dito “empoderamento” feminino, buscando na construção das relações de gênero as lógicas que legitimam as práticas maternas como produtoras de poder. A maternidade, como construto social, passa por ressignificações ao longo da História, assim como as relações de gênero, que se veem permanentemente ressignificadas. Buscou-se entender de que maneiras a adoção de práticas aparentemente tradicionais relacionadas à maternidade se configura no interior das relações de gênero, tomando o ciberespaço e a blogosfera como espaços de sociabilidade, construção e negociação de conteúdos simbólicos, de modo a mostrar como sua utilização por parte das mulheres/mães do blog Mamíferas (www.blogmamiferas.com.br) se dá em um contexto de valorização da maternidade.

Buscou-se as dimensões de sentido que embasam a preponderância dessas mulheres na vida familiar e o esclarecimento das posições de poder e de afirmação identitária do feminino no exercício da maternidade, expressas através do blog mencionado. Para tanto, foi preciso adaptar as técnicas etnográficas tradicionais às circunstâncias da virtualidade, problematizando o conceito mesmo de campo de estudo, que aqui se apresenta como um espaço de fluxos: o blog Mamíferas entendido como uma comunidade fluida onde mulheres/mães constroem sentidos a respeito de suas práticas de maternagem e de sua importância para o “ser mulher”.

Após a análise de posts, comentários e entrevistas, foram identificadas oito categorias que caracterizam o modelo de maternidade mamífera. Apresentamos aqui quatro dessas categorias, de forma abreviada, e suas imbricações com questões concernentes às relações de gênero.

2 | GÊNERO E MATERNIDADE

Refletir sobre a experiência da adoção de uma maternidade intensiva na contemporaneidade é refletir inevitavelmente sobre as relações de gênero, uma vez que a perspectiva de gênero possibilita entender a maternidade como um fenômeno construído historicamente, cultural e politicamente. É preciso, no entanto, enfatizar que a

maternidade é um fenômeno social marcado pelas desigualdades sociais e étnicas/ raciais e, como tal, não é experimentado da mesma forma por todas as mulheres, embora se possa falar em um “modelo de maternidade preponderante nas sociedades ocidentais contemporâneas, que tem como características gerais proles reduzidas e mães que trabalham fora” (SCAVONE, 2001, p. 48).

No livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, Elisabeth Badinter (1980) faz um histórico das representações e papéis sociais da mulher, do homem e da criança, do século XVII até o início do século XIX. Se, no início do período analisado, a criança é considerada fruto do pecado original, com o advento do racionalismo iluminista, a mesma passa a ser entendida como fonte do erro, desprovida de discernimento. No último terço do século XVIII, inicia-se, segundo a autora, uma revolução das mentalidades, quando começa a desenhar-se uma nova imagem da mãe, que se acentua nos dois séculos seguintes. Começa o império do “menino-rei” porque agora a criança tem um valor que nunca tivera: ela passa a ser insubstituível.

Marilyn Yalom (1997) refere-se à “politização do seio feminino” para descrever o processo que posicionou a mulher, como mãe, no centro das políticas de gestão da vida nas sociedades ocidentais modernas. Nesse contexto, há um processo de educação e medicalização dos corpos das mulheres em nome de sua responsabilidade na criação de filhos saudáveis para a salvação da sociedade.

A produção de um saber científico sobre o corpo se dá concomitantemente à politização do corpo, que passa a ser objeto de controle. Nesse contexto, se processa uma medicalização minuciosa dos corpos e do sexo das mulheres em nome da responsabilidade que elas teriam em relação à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade como um todo (FOUCAULT, 2009). Assim, ao longo dos séculos XIX e XX, emergem vários discursos sobre cuidados a serem dispensados aos corpos femininos, principalmente aos corpos de mulheres-mães.

A transição de um modelo tradicional de maternidade, em que a mulher é definida essencialmente como mãe, para um modelo contemporâneo, em que a mulher é definida *também* como mãe, entre outras possibilidades, se dá com a consolidação da sociedade industrial. No decorrer do século XX, com maior acesso à educação formal e à formação profissional, as mulheres passam a ocupar cada vez mais o espaço público. Juntem-se a isso as conquistas tecnológicas no campo da contracepção e, mais tarde, da concepção, e o resultado é que a maternidade adquiriu uma dimensão reflexiva, de escolha: ter ou não ter filhos, quantos, quando, etc. Foi criado, enfim, o dilema ser ou não ser mãe, impensável apenas dois séculos antes. A maternidade como escolha, e não como destino natural, é, portanto, um fenômeno recente, que começou a se consolidar no decorrer do século XX.

O questionamento da limitação da identidade feminina à tríade esposa/mãe/dona-de-casa e a entrada da mulher no mercado de trabalho, especialmente das classes média e alta - já que nas classes populares o trabalho feminino já acontecia -,

trouxe como consequência uma ampliação da identidade feminina a fim de incluir este novo papel de trabalhadora. Tal ampliação tem levado as mulheres a desempenhar papéis múltiplos e conflitantes. Se hoje as mulheres já não se definem unicamente pela maternidade, essa permanece sendo uma possibilidade, que costuma ser conciliada com os desejos e necessidades profissionais e pessoais (ROCHA-COUTINHO, 1994). As informantes dessa pesquisa se incluem nesse perfil conciliatório: todas equilibram obrigações profissionais com as demandas da vida doméstica, e buscam no dia-a-dia soluções para o desempenho satisfatório de todas as funções às quais se propõem.

Cabe aqui levantar a hipótese de que muitas mulheres talvez prefiram conciliar vida profissional e filhos, resistindo a uma divisão mais justa das tarefas domésticas, não porque não tenham outras opções, mas porque continuam a entender o lar como território essencialmente feminino e os/as filhos/as como obrigações suas, negociando ônus e bônus dessa decisão. Ao assumir os cuidados com as crianças como primordialmente seus, algumas mulheres podem estar demarcando um posicionamento em relação aos homens/pais que confere às mulheres/mães uma posição hierarquicamente superior na esfera doméstica. Ou seja, talvez não aceitem abrir mão de um poder que lhes torna figuras centrais na família.

Elas ainda relutam em abandonar o controle do lar que sempre deu à mulher um tipo de poder – manipulando e tentando tornar dependentes dela o marido e os filhos, por trás da máscara de perfeição, compreensão e abnegação – que as compensava da sua falta de poder nesta sociedade dominada por homens (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.121).

Ao refletir sobre as relações de gênero, é válido pensar que homens e mulheres, em suas práticas cotidianas, constituem relações em que há constantes avanços, recuos, negociações, consentimentos, alianças, como em um jogo (LOURO, 1997; ROCHA-COUTINHO, 1994). A categoria gênero é definida por Joan Scott como “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 89). Embora não seja o único campo, parece ter constituído uma forma persistente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas.

Judith Butler (2010) defende que o gênero não pode ser entendido como a simples interpretação cultural do sexo, mas deve designar também o aparato através do qual os próprios sexos são estabelecidos. Dessa forma, a noção de gênero deve ser reformulada a fim de abranger as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discursivo e ocultam a própria operação da produção discursiva, fazendo com que o sexo seja entendido como natural e o gênero como cultural. Tal concepção deriva da teoria de poder foucaultiana, segundo a qual o poder não opera apenas de forma coercitiva, mas também de forma a construir subjetividades. Assim, o caráter produtivo do poder estaria vinculado aos mecanismos de regulação que ele instaura e procura conservar: os discursos reguladores que formam o sujeito de gênero são os mesmos responsáveis pela produção da sujeição. Não haveria uma regulação anterior

em relação ao gênero. Ao contrário, o sujeito gendrado só passa a existir na medida de sua própria sujeição às regulações (ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007).

Assim, nas relações de gênero, os sujeitos se constituem através de diferentes práticas sociais, com negociações, avanços, recuos e ressignificações de práticas cotidianas, conforme afirma Guacira Louro:

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que *instituem* gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas *apropriadas* (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 1997, p.41).

Assim, através do entendimento das práticas de maternagem das mamíferas e dos discursos que sustentam tais práticas, buscou-se a compreensão de como essas mulheres constroem uma identidade de gênero a partir da maternidade, que para elas não é entendida como fenômeno natural, mas como escolha.

Joan Scott afirma que os discursos posicionam os sujeitos e produzem suas experiências.

It is not individuals who have experience, but subjects who are constituted through experience. Experience in this definition then becomes not the origin of our explanation, not the authoritative (because seen or felt) evidence that grounds what is known, but rather that which we seek to explain, that about which knowledge is produced. To think about experience in this way is to historicize it as well as to historicize the identities it produces (SCOTT, 1992, p.25-26).

Se os sujeitos são constituídos discursivamente e o discurso é por definição compartilhado, a experiência é tanto coletiva quanto individual. “Experience is a subject’s history. Language is the site of history’s enactment” (SCOTT, 1992, p.34).

Dessa forma, os discursos das blogueiras sobre maternidade intensiva as posicionam e produzem suas experiências. Através dessas experiências, constroem sentidos de gênero. Indaga-se, pois, que sentidos as blogueiras produzem ao adotar e compartilhar as práticas de maternagem intensiva e de que maneiras a publicização dessas práticas, via internet, flexibiliza as fronteiras entre público e privado, dotando essa maternagem de valores sociais passíveis de reposicionamento das relações de gênero.

3 | RESSIGNIFICADOS DA MATERNIDADE E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO BLOG MAMÍFERAS

O blog Mamíferas (www.blogmamiferas.com.br) foi criado em janeiro de 2008, por três mulheres/mães na faixa dos trinta anos, e atualmente (2019) já não existe mais. A temática principal do blog era a maternidade, e sua atualização acontecia diariamente, com posts de texto, imagens e vídeos. Desde o início até julho de 2011, era mantido por três blogueiras – identificadas no ciberespaço como Kalu, Kathy e Tata – que se revezavam na produção dos posts, sendo cada uma responsável por atualizá-lo

duas vezes por semana. Às segundas-feiras, o blog era atualizado por uma mamífera (ou mamífero) convidada/o – algum/a blogueiro/a ou frequentador/a do blog que era convidado/a a opinar sobre algum assunto ou relatar algo de sua história pessoal. A partir do dia 17 de julho de 2011, uma nova blogueira – Nanda – passa a integrar a equipe, em substituição a Kathy, que teve que deixar o blog por falta de tempo.

Foram realizadas entrevistas com as quatro blogueiras mencionadas acima e com mais três mamíferas convidadas. A partir da análise dessas entrevistas, dos posts e comentários, chegou-se oito categorias que definem e caracterizam a maternidade mamífera. Nesse artigo, trataremos de quatro dessas categorias:

- **Mãe como principal cuidadora: dedicação materna como estratégia de consolidação da presença e importância femininas**

O discurso da maternidade mamífera sustenta que a mãe, mais que o pai, é responsável pelos cuidados e bem-estar da criança, especialmente nos primeiros anos de vida da criança. As práticas relacionadas ao aleitamento são um exemplo. A amamentação prolongada mantém a mãe por mais tempo como fonte de alimentação da criança, e a opção por amamentar de acordo com as necessidades do bebê exige que ela esteja sempre presente.

Tanto nos posts como nas entrevistas foi possível verificar essa predominância materna destacada por Hays (1996). Segundo a autora, o modelo cultural de maternidade contemporânea determina que a criança precisa de um/a cuidador/a principal e que a mulher é quem está mais apta a realizar esse trabalho. Essa aptidão é fruto de um processo de socialização de práticas e comportamentos endereçados ao feminino e corroborados pelas principais instituições sociais, mas que não significa necessariamente ou exclusivamente aprisionamento e alienação, podendo se constituir em estratégia de resistência e de poder feminino. Assumir essa posição de preponderância junto ao/à filho/a significa exercer um poder que torna a mãe insubstituível, o que remete ao exercício de poder capilar que se apresenta em níveis diferenciados, como na concepção de Foucault (1979).

No post do dia 03 de outubro de 2010, com o título *Aprendendo a delegar*, Kathy fala da dificuldade de deixar que outras pessoas cuidem de seu filho:

Acho que uma das maiores dificuldades de uma mãe é aceitar que outras pessoas possam cuidar – e bem – de seus filhos. A gente sempre tende a achar que só nós entendemos aquela criança, que só nós sabemos a forma correta de fazer as coisas, que só nós conseguimos suprir as necessidades deles. Confesso que ainda tenho dificuldades de deixar que o pai dele “assuma o barco”, embora me esforce diariamente para deixar que o relacionamento dos dois flua cada vez melhor. Não é fácil, é como se eu não conseguisse desligar o “botãozinho” de mãe.

Ao mesmo tempo em que se percebe um discurso que parece tradicional sobre a divisão sexual do trabalho na esfera doméstica, essa tradição parece ser resignificada como instância de poder quando reposiciona os cuidados com o/a filho/a como saber exclusivamente, ou primordialmente, feminino. A dificuldade em delegar esses cuidados ao companheiro se justifica pelo entendimento de que esse saber é uma

forma de exercício de poder (SCOTT, 1990; FOUCAULT, 1979).

- **Maternidade reflexiva e transformadora: autoconhecimento e aprimoramento de si**

A maternidade, muito mais que um fato no curso “natural” da vida das mulheres, é entendida como uma instância de transformação, de reflexão e de crescimento pessoal. Para Tata, “ser mãe traz um autoconhecimento que desbanca qualquer terapia. (...) A gente tem que olhar pra dentro, encarar os próprios fantasmas, aceitar as próprias limitações e varrer as poeiras escondidas por baixo de todos os tapetes. É preciso coragem para mudar, revolucionar, crescer” (Post de 09.07.11).

No post do dia 25 de março de 2011, Kalu faz um desabafo motivado pelas críticas de comentaristas de que o blog levanta bandeiras que acabam por discriminar as mães que não seguem uma suposta “cartilha mamífera”.

Estou farta de fábricas de sobreviventes. Ninguém morre porque nasceu de cesárea, porque tomou mamadeira, chupou chupeta, tomou refrigerante, estudou em colégio porque era perto de casa. Sobrevivemos à ignorância dos nossos pais e compreendemos que eles fizeram o melhor que poderiam. Eu fiz minhas escolhas, com mais informação e consciência. Elas não são perfeitas. Mas valorizo cada uma delas porque foi fruto de transformações profundas. Não preciso dizer que aprendi a não ser tão radical porque cedi a isso ou aquilo. Aquilo que é importante para mim, eu vou atrás, busco ajuda, orientação e faço as minhas escolhas, sem precisar colocar rótulo em ninguém.

Na maternidade mamífera, a busca por informações e a reflexão constante devem guiar as práticas maternas. Desde as escolhas relativas ao parto e aleitamento, até aquelas referentes à escola e pediatra, nada se dá por acaso, mas a partir da busca de informações e da reflexão. Tal postura diante da maternidade é entendida pelas blogueiras como geradora de transformações e crescimento pessoal. A maternidade como escolha, vivida de forma inteira, é entendida por essas mulheres como caminho para a evolução pessoal.

- **Maternidade natural e instintiva: o surgimento do “bicho-mãe”**

A maternidade mamífera, como o próprio nome mostra, é estruturada em valores ligados ao natural e ao instintivo. A mãe é a principal cuidadora porque é ela quem gesta, pare e amamenta. O instinto materno, junto a informações relativas às experiências de outras mulheres, serve como suporte para as decisões maternas ao longo da vida do/a filho/a.

Em post do dia 09 de setembro de 2010, Kathy dá sua definição de “bicho-mãe”: “mãe que se deixa agir pelos instintos, intuitivamente. É dessa forma que ela faz suas escolhas, em contato com o lado maternal que vem de dentro, sem livro pra embasar ou pediatra pra dizer amém”. Ao contrário da maternidade intensiva descrita por Hays(1996), na qual as mulheres se apoiavam na opinião de especialistas, na maternidade mamífera o suposto instinto da mãe e as experiências de outras mulheres servem para orientar as práticas e decisões.

A defesa do parto domiciliar se dá exatamente pelo entendimento de que parir

é um ato fisiológico, natural, e não uma doença. As histórias de parto das quatro blogueiras ilustram essa escolha pelo parto domiciliar como algo natural e que não precisa nem deve ser medicalizado. A amamentação prolongada e em livre demanda aparece como fator importante na defesa dessa maternidade instintiva, não apenas pelas qualidades nutricionais do leite materno, mas pela importância do vínculo mãe-bebê e pelo resgate do “bicho-mãe”. No post do dia 01 de junho de 2011, intitulado *Amamentação e a mulher selvagem*, Tata fala da amamentação como um ato natural e instintivo.

É que amamentação é pura entrega, é instinto. Se o racional não desliga, a amamentação não acontece – ou pelo menos não acontece tão inteiramente como poderia acontecer, com aquele vínculo poderoso. Talvez por isso a amamentação tenha sido sempre tão prazerosa para mim: é que sou animal, e amamentação é isso – puro instinto, racionalização zero. Esse meu lado selvagem realizou-se de maneira absoluta e indizível, ao alimentar minhas crias como uma gata do mato amamenta seus filhotes.

A ideia de que o que é natural é melhor embasa e justifica várias das práticas das mamíferas: parto, aleitamento materno, respeito ao ritmo da criança, desmame e desfraldamento naturais, cama compartilhada. E a maternidade traz à mulher a oportunidade de entrar em contato com seu lado mais instintivo e natural. Percebe-se, nos discursos das blogueiras e convidadas, que o instinto é entendido como uma potência, uma força latente, que pode ser acionada pela mulher, desde que ela escolha, desde que se empodere para aceitá-lo e segui-lo.

- **Empoderamento na maternidade mamífera: o direito de escolher, compartilhar, questionar e protagonizar**

A maternidade mamífera se pauta por escolhas. A escolha de ser mãe, de ser dona do próprio parto, e de maternar intensivamente. Ao contrário de suas mães e avós, as mamíferas *optam* por viver a maternidade de forma intensiva, sem delegar tarefas, sem fugir das responsabilidades. Em seu entendimento, essa é uma maneira de retomar o que de forma mais contundente identifica o feminino: a relação da mulher com seu corpo e com a maternidade. Da forma como constroem seus discursos, posicionam-se contra um sistema que objetifica, infantiliza e constrange a mulher e seu corpo. Nessa perspectiva, a adoção das práticas mamíferas de maternagem representa formas de empoderamento e de posicionamento identitário do feminino.

Conforme as informantes, o desenvolvimento de um saber médico sobre o parto tirou das mulheres o protagonismo de parir. Visto pela ótica foucaultiana, o resgate de práticas tradicionais como o parto natural domiciliar e a amamentação, que centram a maternidade no corpo da mulher, permite o exercício de um poder feminino. Como se pode ver abaixo na fala de Kalu em entrevista concedida em 05.07.11, via Skype:

O primeiro parto deitado aconteceu com a Rainha Vitória. O parto deitado, para que o rei e o Clero pudessem assistir ao nascimento do príncipe. A mulher em posição passiva. Logo depois surge a necessidade de anestesia, clorofórmio, e os irmãos forceps criam o aparelho para extrair bebê. Então as coisas saem do lugar quando as mulheres abdicam do feminino. Tomam pilula, deixam de ter ciclos, queimam os

sutias, querem ser iguais aos homens. O homem chega na cena de parto. Década de 70, chega o ultrassom, a cesárea. As mulheres perdem a capacidade de parir. Medicalizam o parto. Homens fazem o parto. Mulheres deixam de amamentar para trabalhar. Nestlé lucra milhões. E estamos retomando esse poder. Porque quem passa pela experiência de parto sai do sistema. E isso é perigoso. A gente começa a questionar um tanto de coisa. Somos um perigo. Questionamos, estamos fora do sistema. Somos donas dos nossos corpos, amamentamos em público bebês grandes. E nosso corpo não é só vitrine masculina, ele funciona. Gozamos. Sabemos o que queremos. Queremos homens que compartilhem de ideais, que nos valorizem. Doces Barbaras, como a Renata lindamente escreveu. E mais que tudo: nos valorizamos, Nos apoiamos. Nos identificamos numa tribo de questionadoras.

Assim, a busca pelo parto domiciliar sem intervenções e pela amamentação prolongada é entendida como uma forma de subversão da ordem patriarcal, uma vez que as mulheres retomam o controle do próprio corpo e de seus processos, e passam a questionar o saber médico, se tornando ativas ou empoderadas (adjetivo usado constatemente por elas).

A escolha pela maternidade vivida dessa forma implica no questionamento de um modelo em que o corpo feminino é destituído de seu poder de parir e de amamentar, sendo substituído pela tecnologia médica e pela mamadeira. Tal modelo é considerado por elas como hegemônico, em que as responsabilidades maternas são constantemente delegadas à escola, a babás, aos/às pediatras, e no qual a maternagem, de maneira mais abrangente, lhes é tirada.

Ao tratar dos tipos de parto e da escolha por parte da mulher no post do dia 14 de julho de 2011, Kalu discorre sobre a necessidade de que a mulher tome para si a responsabilidade do parto, e que se empodere para vivê-lo, sem esperar de outros as decisões que são unicamente dela. É preciso sair da posição de vítima e se tornar protagonista.

Mas afinal nos ensinaram isso: a esperar que o príncipe encantado, com sua espada, nos salve de nossas bruxas, nossas prisões internas. (...) Precisamos do apoio do marido para nossas escolhas de parto, precisamos do apoio da doula, da família, do médico. Aquele médico que vai nos salvar das prisões internas que criamos e garantir nosso desejo profundo de parir. Mas na verdade a gente queria mais uma vez entregar as escolhas para eles que com o bisturi farão o parto que na verdade não queríamos. Sem perceber trocamos os atores e esquecemos-nos de mudar o script da peça. Esquecemos que o parto não é um evento médico, mesmo sendo fora do risco habitual. (...) Não podemos ser salvos de nós mesmos. Não podemos ser salvos de nossas covardias. O pior é que a gente acorda e não quer se levantar e lutar. Infelizmente nadar contra a corrente é uma tarefa que exige lutas, derrotas, buscas e atalhos. Não conheço uma mulher que não tenha enfrentado desafios hercúleos para parir. E cedo ou tarde enfrentaremos nosso maior medo: de que estamos sós e só depende de nós tudo aquilo que nos cabe. (...) Para parir é preciso encarar a solidão mais profunda e fria: não dá para parir sem mergulhar, sem questionar, sem se emaranhar, se revirar. (...) Para conseguir é preciso ser um super herói diante de nossa realidade obstétrica. Esse é o verdadeiro sentido de empoderar-se. Talvez o objetivo final do nosso trabalho de humanização. Empoderar-se é ser protagonista de uma história. É saber das mentiras que os homens contam, de seguir o caminho até o sol para que a nossa lanterna seja acesa. Saber que encontraremos descanso em alguns braços ou palavras, mas que o caminho é solitário e escuro. Até que o que procuramos nos encontre, quando estamos dormindo em nosso sonho real desolados. A lanterna se

acende e podemos iluminar os cantos obscuros de nós.

Aqui, a maternidade e a escolha de vivê-la de uma forma específica aparecem como um caminho para o empoderamento feminino em outras dimensões da vida. Ou seja, o despertar que conduz e ancora a condição de protagonistas na maternidade subsidia mudanças de alcance mais amplo que dizem respeito não só à esfera doméstica, mas também pública, das relações de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tipo ideal de maternidade mamífera implica em parto domiciliar sem intervenções, amamentação materna prolongada e em livre demanda, cama compartilhada com o bebê, educação pela não violência, preponderância da homeopatia em relação à alopatia, desmame e desfraldamento de acordo com o ritmo/vontade da criança.

Esse modelo de maternagem é entendido pelas mamíferas como uma alternativa feminina ao padrão hegemônico de maternidade que se inicia com um parto cirúrgico ou normal hospitalar, separação mãe e bebê no pós-parto, não incentivo ao aleitamento, uso de chupeta e mamadeira, terceirização dos cuidados com a criança, não respeito ao ritmo da criança, uso indiscriminado da alopatia.

No modo de maternagem mamífera, os cuidados com a criança são centrados na mãe, em seu corpo, principalmente quando o/a filho/a ainda é bebê. Ao tomarem as necessidades da criança como fio condutor de suas práticas, essas mulheres tomam para si a responsabilidade de satisfazê-las e o protagonismo da maternidade como espaço de poder feminino, do qual não pretendem recuar.

Ao se apropriar das categorias mesmas geradoras de desigualdade, essas mulheres parecem exercer certo poder no contexto familiar, ao tomar para si o cuidado com os/as filhos/as, construindo-se como insubstituíveis dentro desse contexto. Na concepção foucaultiana, pode-se entendê-las como exercício positivo de poder, de um micropoder que tenta subverter ao seu modo, não radical, o contexto de dominação masculina.

Nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, nem se exprimem sempre pela irrupção singular de um discurso de recusa ou de rejeição. Elas nascem com frequência no interior do próprio consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência (CHARTIER, 1995, p.42).

Pode-se entender, com Chartier, que a preponderância materna se dá de maneira a marcar uma resistência quando ressignifica as práticas tradicionalmente femininas a partir de uma escolha e de uma lógica de valorização e publicização através da internet, tornando-as reduto exclusivo de poder feminino.

Há uma espécie de subversão nos discursos dessas mulheres que constantemente recorrem a termos como “nadar contra corrente”, “desconstruir mitos”. Se, à primeira

vista, esse modelo de maternidade parece tradicional e propenso a subjugar a mulher aos domínios do lar, ao aprofundar-se nos sentidos construídos pelas mamíferas entende-se que a possibilidade de escolha consciente fundamenta esse modelo como subversivo. Escolhem ser mães e escolhem sê-lo de maneira diferente dos padrões ocidentais atuais. O retorno ao “natural” é uma forma de resposta à excessiva tecnologização de processos entendidos como simples, a exemplo do parto. É também uma forma de retorno do feminino que não mais aceita se submeter a uma ordem patriarcal que se insurge sobre os corpos femininos, determinando, inclusive, as posições do parto.

No que se refere às relações de gênero no âmbito da esfera privada, as práticas de maternagem intensiva não são entendidas pelas informantes como simples aceitação feminina de papéis tradicionais de gênero. Também não significam retrocessos ou alienação diante de uma trajetória de lutas e reivindicações femininas por emancipação, liberdade e autonomia. Significam parte e continuidade dessa mesma luta por igualdade de direitos, de liberdade, de autonomia através dos modos de viver a maternidade dessa forma específica.

Aa mamíferas entendem que a opção por assumir práticas que engendram essa forma de maternagem as torna mulheres críticas e conscientes não só das suas escolhas pessoais, mas das imposições endereçadas a elas socialmente como meros objetos de um sistema de medicalização que legitima e determina o que é saúde/doença e como tratá-la. A partir da rejeição consciente desse sistema, se insurgem contra a objetificação de seus corpos e contra a submissão ao patriarcado.

Nos discursos femininos em análise não só é afirmado o exercício de micropoderes na esfera pública e privada, mas também as formas como se instituem, ou seja, nas suas formas simbólicas e sutis, entre avanços e recuos, entre práticas tradicionais e modernas.

REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 28, p. 129-147, jan-jun 2007.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HAYS, Sharon. *The cultural contradictions of motherhood*. New Haven: Yale University, 1996.

LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SCAVONE, Lucila. *Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero*. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v.5, n.8, 2001, p. 47-60. Disponível em: <<http://www.interface.org.br/revista8/ensaio3.pdf>>. Acesso em: 09.06.10.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, Jul./dez. 1995, p.71-99. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/scott_gender#page/n0/mode/2up>. Acesso em: 09.06.10.

_____. Experience. In: BUTLER, Judith; SCOTT, Joan (eds.). *Feminists theorize the Political*. New York: Routledge, 1992.

SCOTT, R. Parry. *O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 73, mai 1990. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741990000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20.08. 11.

YALOM, Marilyn. *A história do seio*. Lisboa: Teorema, 1997.

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA, MATERNIDADE E TECNOLOGIAS DE GOVERNO: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO

Caroline Silveira Sarmiento

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre - Rio Grande do Sul

RESUMO: A pesquisa tem como tema as particularidades das mulheres em situação de rua e os modos como o Estado gere essa população. O trabalho de campo iniciou em 2015 em projeto de extensão e desde então vem sendo realizada etnografia no Jornal Boca de Rua – publicação com mais de 18 anos de atuação que é elaborada por pessoas em situação de rua. Inicialmente, ao perceber nas narrativas das mulheres do Jornal dificuldades de acesso a anticoncepcionais e ao atendimento de saúde, foi realizado um mapeamento das políticas públicas para as mulheres em situação de rua nas áreas de saúde e assistência social e concluiu-se que, à exceção do pré-natal, não existiam políticas para este público. Após isso foram realizadas entrevistas com mulheres em situação de rua e se percebeu a centralidade da maternidade em suas trajetórias, bem como o fato de que a maioria delas havia passado pela experiência de retirada dos filhos logo após o nascimento da criança. Nesse sentido, a presente pesquisa – que se constitui como projeto de dissertação de mestrado em andamento – tem como objetivo compreender os modos de intervenção do Estado no que se

refere à maternidade de mulheres em situação de rua, considerando o que é produzido a partir da retirada dos filhos, quais são seus efeitos e como ela ocorre.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias de governo; Mulheres em situação de rua; Maternidade;

HOMELESS WOMEN, MATERNITY AND GOVERNMENT TECHNOLOGIES: AN ANTHROPOLOGICAL STUDY

ABSTRACT: Homeless women and state management: an anthropological study This research focuses on the particularities of homeless women and the ways in which the state manages this population. The field work began in 2015 in a extension project and since then ethnography has been carried out in the Boca de Rua Newspaper - a publication with more than 18 years of performance that is elaborated by homeless people. Initially, when perceiving in the narratives of the women of the Journal difficulties of access to contraceptives and to health care, a mapping of public policies for homeless women in the areas of health and social assistance was carried out and it was concluded that, except for prenatal care, there were no policies for this audience. After this interviews were carried out with homeless women and the centrality of the maternity in their

trajectories was perceived, as well as the fact that most of them had experienced the withdrawal of their children soon after the birth of the child. In this sense, this research - that constitutes a master's thesis project in progress - aims to understand the State's means of intervention with regard to maternity homeless women, considering what is produced from withdrawal of children, what their effects are and how it occurs.

KEYWORDS: Government technologies; Homeless women; Maternity;

1 | INTRODUÇÃO

Na rua, nenhuma mulher dorme sozinha porque corre risco de ser agarrada a força. Na rua, quase todas foram estupradas na infância ou na adolescência. Na rua, o abuso pode vir de qualquer lado: da polícia, dos monitores dos albergues, dos homens que passam a pé ou de carro ou mesmo dos vizinhos da aba.

Nos últimos anos as especificidades e dinâmicas das pessoas em situação de rua têm despertado maior interesse nos pesquisadores, seja no âmbito acadêmico ou nos governos, especialmente locais. As pesquisas de cunho quali-quantitativo na cidade de Porto Alegre/RS, por exemplo, têm demandando esforço por parte da prefeitura em contratar consultoria especializada para efetivá-las, particularmente nas duas últimas décadas. Muitas das vezes os consultores selecionados para este trabalho são também aqueles profissionais, antropólogos e sociólogos, que se dedicam ao tema da população de rua em suas pesquisas acadêmicas, como é o caso de Patrice Schuch e Ivaldo Gehlen, que coordenaram as três últimas pesquisas dessa natureza. A última pesquisa realizada em 2016 “Cadastro da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre”, encontrou 2115 (duas mil cento e quinze) pessoas vivendo nas ruas da capital gaúcha.

Em que pese a visibilidade produzida por pesquisas como essa, a população de rua enfrenta dificuldades cotidianas e torna públicas suas denúncias de constantes violações de direitos. Uma das principais demandas é a implementação da Política Nacional para a População de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053 de 2009, assinado pelo Presidente Lula que tem como princípios, além da igualdade e equidade: I - respeito à dignidade da pessoa humana; II - direito à convivência familiar e comunitária; III - valorização e respeito à vida e à cidadania; IV - atendimento humanizado e universalizado; e V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009). São diretrizes dessa Política:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;

III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e

X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos (BRASIL, 2009).

A partir da inserção no Projeto de Extensão da Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) intitulado “Direitos Humanos, Moralidades e Subjetividades nos Circuitos de Atenção às Pessoas em Situação de Rua”, coordenado pela professora Patrice Schuch, no ano de 2015, tive um contato mais aproximado com pessoas em situação de rua. E foi esse contato que originou a intenção de desenvolver pesquisa a partir dessa temática, como alguns trabalhos anteriores, a monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais em 2017/2 e a dissertação de mestrado que começo a construir neste primeiro semestre de 2018. Dessa forma, pretendo no presente artigo - que se constitui em uma versão atualizada de texto originalmente apresentado no 18º Congresso Mundial da IUAES (International Union of Anthropological and Ethnological Sciences) realizado em Florianópolis/SC em julho de 2018 - apresentar um pouco da trajetória do que se constitui meu atual projeto de pesquisa, os caminhos percorridos até esse momento, bem como refletir sobre os objetivos inicialmente traçados para a dissertação e, ao mesmo tempo, expor resultados preliminares a partir do trabalho de campo.

O Projeto de Extensão citado no parágrafo anterior tinha como objetivo geral estabelecer um programa de colaboração e de efetivação de ações com os agentes, coletivos e órgãos de intervenção envolvidos na implantação das políticas e promoção dos direitos humanos para as pessoas em situação de rua em Porto Alegre/RS. A atuação por parte dos bolsistas - Bruno Fernandes e eu - ocorria regularmente em três espaços: Jornal Boca de Rua, Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-RS) e Escola Porto Alegre (EPA). O Jornal Boca de Rua é um dos projetos da ONG Alice – Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação -, que consiste em uma publicação desenvolvida e vendida por pessoas em situação de rua, na cidade de Porto Alegre. Em atividade desde o ano 2000, seus textos, entrevistas, fotos e

ilustrações são elaborados pelos componentes do Jornal e o dinheiro arrecadado em sua comercialização é revertido integralmente para as pessoas em situação de rua, constituindo uma fonte alternativa de renda.

O trabalho no Projeto de Extensão nos permitia acompanhar e realizar atividades que repercutiam na formação de um conjunto de ideias em torno dos direitos das pessoas em situação de rua, a partir das próprias experiências dos envolvidos. O local em que atuei de modo mais frequente foi o Jornal Boca de Rua, que é também o espaço de campo de pesquisa, onde venho participando desde maio de 2015. É da capa de sua edição nº 59 a frase da epígrafe deste texto. A matéria - que abordarei com mais detalhes na próxima seção - intitulada “Donas sem Casa” foi lançada em abril de 2016 e é considerada histórica para o Jornal, pois pela primeira vez em 15 anos de existência à época, o Boca de Rua se dedicou a uma reportagem especial sobre mulheres. Tive a oportunidade de participar ativamente da construção desta matéria, para a qual as mulheres em situação de rua compartilharam suas vivências a partir de relatos pungentes e verdadeiramente tocantes.

Tendo em vista as considerações iniciais desta introdução, o presente artigo conta com três seções subsequentes: na primeira será descrito o campo de pesquisa, a segunda se dedicará ao caso de Adriana e a terceira refletirá breves resultados e desafios da própria pesquisa - que está em andamento.

2 | INSERÇÃO EM CAMPO E AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Desde o ingresso no Projeto de Extensão e no próprio Boca de Rua, meu objetivo era criar uma aproximação com as mulheres em situação de rua na tentativa de compreender suas especificidades e dialogar sobre as questões que atingem em particular o gênero feminino. Por essa razão, logo no início, a coordenadora do Projeto sugeriu que eu realizasse um mapeamento das políticas públicas para as mulheres em situação de rua. A investigação acerca das políticas públicas realizou-se em um primeiro momento buscando informações nos sites institucionais da saúde e assistência do município. Não encontrando nenhum dado relevante, entrevistei o responsável pelo Consultório na Rua - serviço que visa a ampliar o acesso da população de rua aos serviços de saúde -, que afirmou não existirem políticas públicas de saúde específicas para as mulheres em situação de rua à exceção do pré-natal. No entanto, informou que às mulheres era ofertado atendimento quando precisassem e que elas poderiam retirar pílula anticoncepcional e preservativo diretamente no posto. Em conversa informal com o presidente da FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania, órgão gestor da Política de Assistência Social de Porto Alegre - à época, Marcelo Soares, foi confirmada a inexistência de políticas de assistência específicas para as mulheres em situação de rua. Ainda no intuito de mapear as políticas, fiz visitas aos equipamentos de acolhimento, próprios e conveniados com a FASC, albergues, abrigos e Centros Pop (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua). Nesses

espaços foi possível verificar a inexistência de políticas específicas para as mulheres ao mesmo tempo em que elas têm prioridade na entrada nos locais, assim como idosos, pessoas transexuais e pessoas com deficiência. Algumas das informações obtidas nesse mapeamento puderam ser discutidas com as próprias mulheres em situação de rua na construção da já mencionada edição nº 59 do Jornal Boca de Rua, cujo processo de criação descrevo na sequência.

Em dezembro de 2015 o Projeto de Extensão foi encerrado, todavia, permaneci no Boca de Rua. No começo do ano de 2016 a jornalista e editora-chefe do Jornal, Rosina Duarte, sugeriu como pauta a realização de uma matéria especial sobre as mulheres. A ideia era inédita: a publicação já tinha mais de 15 anos de existência e aquela era a primeira vez que surgia a proposta de uma reportagem sobre as mulheres em situação de rua, em específico. A sugestão foi aceita pelo grupo e iniciamos sua produção. Diferente do que acontecia nas edições anteriores – a divisão dos grupos para realizar as matérias (cada edição do Jornal possui cerca de três grandes matérias mais as notícias, notas, etc.) se dava de acordo com o interesse de cada integrante –, dessa vez todas as mulheres do Jornal ficaram no grupo que faria a matéria especial. Participei deste grupo como responsável pela escrita do texto e por propor, junto com a editora-chefe, as questões levantadas para o debate. Éramos cerca de quinze mulheres envolvidas em um trabalho de mais de dois meses de discussão e construção da matéria. Debates as dificuldades de ser mulher e viver na rua, as motivações que as levaram para a rua, as estratégias de sobrevivência e segurança e muitos outros temas.

A construção desta matéria suscitou diversas denúncias por parte das mulheres, desde a dificuldade de acessar equipamentos por falta de vagas, passando pelo precário atendimento dos profissionais desses espaços, até a impossibilidade de retirar anticoncepcionais orais – facilmente acessíveis nos postos para mulheres em geral – e preservativos femininos no Consultório na Rua, ao mesmo tempo em que os masculinos eram facilmente distribuídos. Essas narrativas colocavam em contradição o que havia sido informado pelo Consultório na Rua em entrevista anteriormente citada e demonstravam a impossibilidade de autonomia da mulher no que se refere à proteção e anticoncepção.

Ainda para a matéria, muitas mulheres relataram casos de violência física e sexual, tanto advindas da situação de rua, quanto do convívio familiar enquanto viviam em residências. Quando questionadas, quase todas declararam terem sido vítimas de estupro, seja na infância, adolescência ou idade adulta, e algumas afirmaram que esse tipo de violência ocorre com frequência no cotidiano de quem faz da rua o seu espaço privado. Os homens apontados como autores da violência sexual ocupavam lugares distintos na relação com elas: pais, padrastos, policiais, moradores de rua e desconhecidos. Tal narrativa pode ser observada na epígrafe deste artigo, retirada da capa da edição 59 do Boca de Rua, que reproduzo aqui:

Na rua, nenhuma mulher dorme sozinha porque corre risco de ser agarrada a força. Na rua, quase todas foram estupradas na infância ou na adolescência. Na rua, o abuso pode vir de qualquer lado: da polícia, dos monitores dos albergues, dos homens que passam a pé ou de carro ou mesmo dos vizinhos da aba (JORNAL BOCA DE RUA, 2016, capa).

Além dos relatos de violências, outra denúncia gerada a partir da construção da matéria foi quase unânime - entre as mulheres que já haviam sido mães: a impossibilidade de ficar com seus filhos após o parto. Possivelmente estivesse aí a importância do pré-natal como única política de saúde para as mulheres, informação fornecida pelo responsável do Consultório na Rua na entrevista já citada.

Retirar um filho dos seus pais, ou ameaçar fazê-lo, é a arma absoluta nas mãos do Estado e das sociedades de beneficência para impor as suas regras. A norma estatal e a moralização filantrópica colocam a família diante da obrigação de reter e vigiar seus filhos se não quiser ser, ela própria, objeto de uma vigilância e de disciplinarização (FONSECA; CARDARELLO, 1999, p. 109).

Considerando a retirada dos filhos como essa arma na mão dos agentes estatais, é possível inferir que as mulheres em situação de rua são percebidas e “cuidadas” pelo Estado somente quando do pré-natal, momento em que carregam outra vida consigo, uma vida merecedora de atenção.

Em uma terça-feira, dia da reunião semanal do Boca de Rua, enquanto realizávamos a matéria das mulheres, nos chegou o relato da internação compulsória de Rita, mulher em situação de rua integrante do Jornal, que havia ocorrido alguns dias antes. Reproduzo abaixo trecho de diário de campo, baseado na fala emocionada de Ronaldo, integrante do Boca de Rua e amigo de Rita (importante mencionar que, com exceção de Rita, todos os nomes das pessoas em situação de rua citadas neste artigo foram trocados, na tentativa de garantir a proteção de suas identidades):

A gente ficou na frente da polícia pra eles não pegarem ela. Eles empurravam e a gente empurrava de volta, pra não deixar eles pegarem ela. Aí chegou mais uma viatura, os cara pediram reforço. A gente começou a tocar coisa neles e eles vieram pra cima. Chegou mais polícia e a gente não conseguiu impedir. Fizemos um tumulto, mas no final eles levaram ela embora (SARMENTO, 2018).

Rita estava no final de uma gestação quando iniciamos a matéria. Realizava o pré-natal e já tinha a data do parto agendada quando ocorreu a internação. Uma ambulância e várias viaturas da brigada militar chegaram ao local onde ela estava - Centro Pop - e tentaram retirá-la à força. Mas não sem a resistência de seus amigos. O embate e as agressões físicas entre os agentes do Estado e os amigos de Rita dificultaram a ação violenta para internação forçada, mas não foram suficientes para impedi-la. A justificativa da internação era o uso de drogas excessivo durante a gestação e Rita ficou internada por duas semanas, até que o parto foi realizado.

O bebê nasceu no começo de março de 2016 e, ainda no hospital, foi tutelado a um familiar de Rita. Nove meses depois Rita faleceu. Ouvei várias vezes de seus amigos não só que o Estado a havia matado, mas ainda, que ela começou a morrer quando tiraram seu filho recém-nascido de seus braços.

3 | NARRATIVAS DIVERSAS E O CASO DE ADRIANA

Vários foram os relatos apresentados para a matéria nº 59 do Boca de Rua no que se refere a retirada dos filhos ainda no hospital, alguns sem fornecer qualquer informação ou satisfação às mães – que ficaram sem saber o paradeiro da criança. Outras narrativas apontam também casos em que ocorreram audiências enquanto elas ainda estavam hospitalizadas e os bebês foram tutelados a terceiros, como aconteceu com Rita.

No contexto da elaboração da matéria nº 59, Silmara, mulher que vivia em situação de rua, fez um relato de experiência passada alguns meses antes: estava gestante de cinco meses e realizando pré-natal quando sentiu fortes dores que resultaram em um aborto. Ela afirmou que junto da criança estava um DIU (dispositivo intrauterino) que ela não sabia da existência e que foi o causador do aborto. Ela suspeitava que o DIU provavelmente havia sido colocado no seu último parto, doze anos antes, quando era menor de idade com a permissão de sua mãe. Sabrina, componente do Boca de Rua, também relatou suspeitar de alguma intervenção realizada em seu corpo sem consentimento quando no nascimento de seu único filho, ocorrido há mais de 10 anos, pois até então ela tinha relações sexuais sem qualquer proteção e não engravidara.

As experiências destas mulheres me levaram a pensar sobre a importância do pré-natal como única política para as mulheres. Afinal, ao mesmo tempo em que a proteção à gestação (à criança mais precisamente) é efetuada, o direito à maternidade é violado, quando a mãe não pode sair do hospital com seu filho. A partir das narrativas das mulheres que compuseram a matéria especial do Boca de Rua e o mapeamento das políticas públicas, elaborei um pôster que foi apresentado na 30ª RBA, Reunião Brasileira de Antropologia, em agosto de 2016. O processo de escrita do texto de apoio que elaborei para a apresentação do pôster e os diálogos a partir da própria apresentação da pesquisa no evento suscitaram de modo muito contundente a relevância da retirada dos filhos das mulheres. Nesse processo, percebi a centralidade da violação do direito à maternidade enquanto tema de um possível projeto de pesquisa.

Com base no exposto, ingressei no Mestrado em Antropologia Social com o objetivo desenvolver uma dissertação tendo como objeto principal de análise a retirada dos filhos como parte das tecnologias de gestão aplicadas às mulheres em situação de rua, considerando o que é produzido a partir dessa retirada, quais são os seus efeitos e como ela acontece. Desse modo, tenho acompanhado algumas mulheres que perderam a guarda de seus filhos e busco acompanhar também os circuitos pelos quais elas passaram nesse processo. Como é o caso de Adriana, ocorrido recentemente, que descrevo na sequência para ajudar a refletir sobre os modos de atuação do Estado no que se refere a maternidade de mulheres com histórico de rua.

Acompanhei de perto a gestação de Adriana, repórter do Jornal Boca de Rua, que engravidou em meados de 2018. Adriana, mulher negra de 28 anos, descobriu estar grávida ainda no começo da gestação. Há pouco havia rompido o namoro com

o genitor do bebê, que retornou para casa em outro estado do país e ela decidiu não procurar para relatar a gravidez. Iniciou o pré-natal e levava sempre consigo uma pasta cartolina de plástico verde onde guardava organizadamente sua carteirinha do posto (com as marcações de consultas), exames, encaminhamentos e toda série de documentos sobre sua gestação. Fazia questão de atualizar os colegas do Boca de Rua semanalmente em nossas reuniões de pauta sobre o andamento do pré-natal e sobre como estava o bebê. A percepção que tínhamos, enquanto seus colegas, de que ela realizava corretamente e com dedicação o pré-natal, foi confirmada após o nascimento do bebê pela assistente social do hospital que relatou “A Adriana fez direitinho o pré-natal, fez 7 consultas, nunca faltou. Fez muito melhor que muitas mães que chegam até nós sem o histórico de rua” (DIÁRIO DE CAMPO, 18/01/2018).

Adriana havia saído da casa onde cresceu na cidade de Viamão, na grande Porto Alegre, por desentendimentos com os irmãos. Segundo sua narrativa, ela havia sido adotada não legalmente e quando os pais faleceram, os irmãos passaram a tratá-la muito mal, afirmando que ela não tinha o direito de permanecer na residência, única herança deixada aos filhos. Cansada das brigas, ela deixou a casa e sua filha ainda pequena para viver nas ruas, há cerca de 8 anos. Sua irmã mais velha ficou responsável pela criação de Antonella e algum tempo depois recebeu a guarda judicialmente, em comum acordo com Adriana, que visitava a família com certa frequência. A relação com a família havia se tornado menos problemática devido à distância, o que permitia que vez ou outra Adriana passasse temporadas em casa.

Ao descobrir a gestação, no outono de 2018, Adriana cessou o uso de crack, prática que fazia sistematicamente até então. Prosseguiu, segundo ela, apenas com o cigarro. Na primeira consulta de pré-natal a informação do uso pregresso de crack foi inserida em sua ficha pelo médico que a atendeu. Ainda que ela tenha realizado todos os exames, consultas e procedimentos corretamente, foi o histórico de uso de crack marcado em sua ficha médica que, segundo Adriana, provocou a tentativa de retirada de seu bebê. Conhecendo dezenas de mulheres em situação de rua cujos bebês haviam sido retirados ainda no hospital, cerca de 4 meses antes do parto, Adriana retornou para casa. Com apoio da irmã, do irmão e das sobrinhas já adultas, se instalou novamente na casa na qual crescera e iniciou o enxoval do bebê, que àquela altura já sabia se tratar de uma menina, Antônia. A expectativa era de que, não estando mais na rua - e também não fazendo uso de crack -, não haveria motivos para perder a guarda da filha.

Nos primeiros dias de janeiro de 2019, Adriana me chamou no bate-papo de uma rede social avisando que Antônia havia nascido 3 dias antes e que estava com dificuldade de tirá-la do hospital, que é público. Já tendo recebido alta, Adriana iria visitar a bebê no dia seguinte e pediu que eu fosse junto pois precisava desabafar (palavras dela). Nos encontramos às 14h de uma sexta-feira e Adriana relatou que psicóloga e assistente social do hospital estavam em vias de marcar audiência com juiz para decidir se ela poderia ou não levar a bebê para casa. Questionei o motivo,

visto que ela havia realizado pré-natal e saído das ruas, e foi nesse momento que eu soube que foi em função de seu histórico de crack constar na ficha médica. Quando ela deu entrada no hospital para o parto, os agentes da saúde acessaram sua ficha, com informações não apenas médicas, mas também da assistência social, pela rede municipal que existe entre instituições que trabalham com população de rua.

Em conversa com a assistente social questionei o motivo de acionar o sistema judiciário e ela afirmou que foi o fato de Adriana ter feito uso de crack durante quase toda a gestação, ao que respondi:

- Mas ela disse que quando soube da gravidez parou com o uso
- Eu não acredito que ela tenha parado todos esses meses

A questão que fica a partir de tal afirmação é: com base em que a assistente social não acreditou em Adriana? E mais, como é possível, aceitável e legitimado “não acreditar” na afirmação de uma mulher porque essa mulher é pobre, negra, morou na rua e fez uso de substâncias psicoativas? Considerando a dimensão moral presente na forma como o hospital, representado pela assistente social, avalia o caso, é possível perceber a economia moral que atua aqui, sendo que “as economias morais representam a produção, a circulação e a apropriação de valores e afetos em relação a uma dada questão social” (FASSIN, 2013, p. 9, tradução nossa). Ao colocar em suspeição a palavra de Adriana, a assistente social aciona uma rede de outros agentes do estado (equipe da assistência social do município, conselho tutelar, judiciário), os quais irão intervir direta ou indiretamente na decisão da guarda da criança. Tal decisão dificilmente ocorre em hospitais privados, quando mulheres de famílias abastadas - que são ouvidas e acreditadas - têm seus filhos.

é em suas margens, composta ao mesmo tempo em termos de populações, territórios e políticas, que o estado contemporâneo pode ser mais bem capturado - na maneira como lida com seus pobres, seus delinquentes, seus imigrantes e seus detidos, na maneira como administra bairros urbanos sensíveis e zonas de espera na fronteira, estabelecimentos penitenciários e centros de detenção, no uso de práticas ao mesmo tempo opacas e espetaculares, desviantes ou ilegais (FASSIN, 2013, p. 3, tradução nossa)

É importante compreender os modos como ocorre a retirada dos filhos das mulheres em situação de rua - no caso de Adriana justificado pelo uso de crack - acompanhando de perto os caminhos pelos quais essas mulheres percorrem ao se descobrirem grávidas; e todo o histórico de saúde e assistência social que é considerado também. Desse modo, explorar o coração do Estado significa penetrar no funcionamento comum das instituições públicas e também examinar os valores que afetam as políticas e práticas subjacentes (FASSIN, 2013, tradução nossa).

Ainda de acordo com Fassin (2013), a observação das práticas dos agentes do Estado bem como a análise do discurso público e da ação pública, revelam, muitas vezes, lógicas complexas que às vezes são surpreendentemente contraditórias, às vezes simplesmente dissonantes ou diferentes. Algo que pode ser notado com o

desenrolar do caso de Adriana. Na

audiência, realizada na segunda semana de janeiro, a juíza concedeu a guarda de Antônia para a mãe - mesmo que o hospital houvesse sugerido guarda compartilhada com a tia. De todo modo, o “final feliz” daquele momento foi surpreendente para todos os envolvidos, haja vista todos os casos anteriores conhecidos de bebês tutelados a terceiros.

O relato do caso de Adriana é relevante pois permite acompanhar o modo como ocorreu todo o processo a partir do momento que ela deu entrada no hospital para o parto até a audiência, revelando, assim, os caminhos - e manejos empreendidos - que mulheres com trajetória de rua precisam trilhar para conquistar o direito da guarda de seus filhos recém-nascidos.

4 | ALGUNS RESULTADOS E DESAFIOS DA PESQUISA

É importante aprofundar a reflexão sobre as práticas de gestão da maternidade no sentido mobilizar esforços para compreender o funcionamento das grandes estruturas (Estado) junto com o micro (decisão sobre tutela de um recém-nascido). Nesse sentido, é possível lançar mão das tecnologias de governo como categoria analítica que colabora na reflexão proposta. As tecnologias de governo, termo inspirado nas elaborações de Foucault (1979) sobre governamentalidade – formas de controle e gestão de população nas emergentes cidades do século XVII e XVIII na Europa –, se constituem como modos de “intervenção destinadas a guiar, dirigir, orientar, capacitar e regular sujeitos, populações e problemáticas” (FONSECA et al., 2016, p. 10)

Pensando na atuação do Estado que “cuida” das mulheres em situação de rua apenas no pré-natal, momento em que são capturadas pelos serviços de saúde, guiadas, orientadas, reguladas com objetivo de se manter saudáveis enquanto gestam, as tecnologias de governo são como:

formas de intervenção orquestradas através de um agregado de forças (legais, profissionais, administrativas, orçamentárias), técnicas de implementação (capacitação, execução, avaliação) e conhecimentos autorizados cunhados para regular as decisões e práticas de indivíduos, grupos e organizações conforme determinados critérios (FONSECA; MACHADO, 2015, p. 13).

O caso de Adriana, brevemente descrito nesse artigo, fornece pistas sobre os atores envolvidos e órgãos acionados no processo de retirada dos filhos, como Vara do Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público e hospital público, e os modos como atuam nessa questão. Em maio de 2018 foi realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul audiência pública intitulada “Retirada de filhos de mulheres em situação de vulnerabilidade”, na qual compuseram a mesa representantes do Tribunal de Justiça do RS, Defensoria Pública do Estado, Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Secretaria de Saúde do Estado e outros órgãos, além dos deputados Jeferson Fernandes e Manuela D’Ávila. Além de relatos de retirada de filhos, debateu-

se o “Termo de Compromisso e Integração Operacional”, a partir do qual o judiciário é acionado quando mulheres em situação de vulnerabilidade chegam em hospitais públicos para terem seus filhos. Chamo atenção para dois pontos do debate: i) foi unânime a indignação em torno da prática de retirada de filhos; ii) levantou-se a dúvida acerca da categoria “vulnerabilidade”, considerando que mulheres que têm seus filhos em hospitais particulares não acionam o termo de compromisso, ainda que façam uso de tabaco, álcool e outras substâncias.

Diante do exposto, um dos desafios da presente pesquisa é buscar aproximar contato com as instituições e órgãos responsáveis por planejar e difundir normativas e procedimentos como o Termo de Compromisso citado no parágrafo anterior. É objetivo buscar compreender como se dá o processo de produção e gerência de tais regulações em sua origem, visto que casos como os de Adriana nos mostram como a aplicação ocorre na ponta, com os profissionais envolvidos diretamente na prática.

Finalizo o presente artigo - que se constituiu mais como um espaço de reflexão e sistematização do próprio projeto de dissertação - justificando a relevância de desenvolver essa pesquisa a partir de um debate antropológico e feminista interseccional (Crenshaw, 1989) sobre as formas de gestão do Estado com relação às mulheres em situação de rua. Busco compreender quais as moralidades e sentidos envolvidos na decisão de retirar a possibilidade de uma mãe exercer a maternidade. E como questões de gênero, raça/etnia e classe são levadas em conta nesse processo, considerando que mesmo mulheres que não estavam em situação de rua - mas haviam estado em algum momento de suas vidas - tiveram seus filhos capturados pelo Estado. Pensar também no papel que é esperado socialmente da mulher que se torna mãe, a “boa mãe” e em como possivelmente ser pobre vai de encontro a isso. Essas são algumas questões teórico-metodológicas com as quais buscarei refletir no desenvolvimento da dissertação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. DECRETO 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, Brasília, DF. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 18 nov. 2017.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FASSIN, Didier. Preface to the English Edition: ‘Can states be moral?’, Introduction: ‘Governing precarity’ e Conclusion: Raisons d’Etat. In: **At the heart of the state: the moral world of institutions**. London: Pluto Press, 2013.

FONSECA, C.; CARDARELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 10, p. 83-121, maio 1999.

FONSECA, C. et al. Apresentação. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 46, p. 9-34, jul./dez. 2016.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 277-293.

JORNAL BOCA DE RUA, edição nº 59, 2016

SARMENTO, Caroline Silveira. **Diário de campo**. Anotações realizadas no período de 5 de maio de 2015 a 25 de janeiro de 2019. Porto Alegre, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre, 2016. 103 p. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=120>. Acesso em: 30 jun. 2018.

MEMÓRIAS, MULHERES E PODER NA PRESIDÊNCIA DAS COLÔNIAS DE PESCADORES/AS EM PERNAMBUCO

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Departamento de Ciências Sociais
Recife – Pernambuco

RESUMO: Transversalidade de Gênero: Acesso das mulheres a espaços de poder e decisão na pesca artesanal, consistiu numa proposta de pesquisa que resgatou a trajetória de acesso de mulheres, aos espaços de poder e decisão, na Presidência das Colônias de Pescadores/as em Pernambuco na última década do século XXI. No estado de Pernambuco a 1ª pescadora foi eleita presidente de Colônia de pesca em 1989, ela se constituiu na única liderança feminina desta categoria até 2007. A partir desta data, o quadro de lideranças nas Colônias de Pescadores/as tem sido modificado, foram eleitas 06 seis presidentes com o apoio do movimento social Articulação das Mulheres Pescadoras de Pernambuco e destas seis, duas se candidataram à vereadora, uma delas foi eleita para o cargo nas últimas eleições municipais, em 2016. A pesquisa está fundamentada na epistemologia feminista e na literatura que envolve gênero, pesca e meio ambiente. A proposta metodológica de conhecimento situado, contribuiu na elaboração de radionovelas, idealizadas a partir da concepção de trocas de saberes que envolve a

devolução dos dados de pesquisa à comunidade na forma cartilhas, reuniões, palestras e cursos. A pesquisa possibilitou resgatar histórias de superação e visibilizou mudanças nas relações de poder e de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Transversalidade de Gênero, Epistemologia feminista, Pesca Artesanal, Colônias de Pescadores/as.

MEMORIES, WOMEN AND POWER IN THE PRESIDENCY OF THE FISHERMEN/FISHERWOMEN COLONIES IN PERNAMBUCO

ABSTRACT: Gender Transversality: the women's access to power and decision taking in small-scale fisheries consisted of a research proposal that rescued the access trajectory of women to spaces of power and decision in the Presidency of the Fishermen and Fisherwoman Colonies in Pernambuco in the last decade of the twenty century. In the state of Pernambuco, the first fisherwoman was elected president of her fishing colony in 1989. She was the only female leader of this category until 2007. From this date, the leadership framework in the Fishermen and Fisherwomen's Colony has been modified: 6 female presidents have been elected with the support of the social movement called "Articulation of the Fisherwomen of

Pernambuco”. From these six, two were candidates for councillor positions and one was elected to the position in the last municipal elections in 2016. The research bases on feminist epistemology and in the literature involving gender, fishing, and the environment. The methodological proposal of situated knowledge contributed to the elaboration of radiophonic soap-operas idealized from the conception of exchanges of knowledge that involve the devolution of research data to the community in the form of booklets, meetings, lectures, and courses. The research made it possible to rescue cases of overcoming and made visible the changes in the relations of power and work.

KEYWORDS: Gender Transversal, Feminist Epistemology, Artisanal Fisheries, Fishermen’s Colony.

1 | INTRODUÇÃO

Mulheres e pesca artesanal tem se constituído em temática de pesquisa, extensão e ensino em nossa prática acadêmica há quatorze (14) anos, nossa inserção nesta temática iniciou a partir de um convênio com o Canadá, quando realizamos pesquisa de campo em Aver-o-Mar distrito de Sirinhaém, situado no litoral sul de Pernambuco. Naquela ocasião pedimos para falar com as mulheres da comunidade e estivemos em atividades acadêmicas com elas de 2004 a 2007, neste período, a comunidade recebeu pesquisadores/as brasileiros/as, canadenses, chileno/as e cubanos/as. Publicamos uma cartilha neste trabalho em conjunto com as trabalhadoras da pesca e, um livro com docentes e discentes do Programa de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade e do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade, GPDES (www.gpdeso.com), criado em 2002, no qual se incluiu esta nova linha de pesquisa.

Nos anos subsequentes, foram várias pesquisas financiadas, por diferentes instituições, e realizadas em convênios com instituições de diversas regiões do Brasil e uma segunda vez com o Canadá, também se constituiu em tema de dissertações e monografias, na perspectiva de mergulhar cada vez mais em águas profundas deste universo estudado.

Nesta trajetória, Gênero e Pesca: O Conselho Pastoral da Pesca (CPP) e sua contribuição na trajetória do movimento social Articulação de Mulheres Pescadoras, consiste em uma das pesquisas, edital CNPq N° 20/2012, que dialogam com este artigo, nesta investigação que realizou o resgate das ações do CPP no município de Itapissuma, Pernambuco, no período de 1975 a 1995. Na coleta de dados se buscou os elos e as inter-relações entre o CPP e o movimento social *Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras*, movimento social que se organizou também nos seguintes estados: Bahia, Alagoas, Ceará, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Piauí e Pará.

A pesquisa qualitativa e exploratória, fundamentada na epistemologia feminista, o corpus da pesquisa envolve as presidentes de Colônias de Pescadores do estado de Pernambuco, no período de 1989 a 2013. A coleta de dados foi realizada a partir de

roteiro semiestruturado.

A epistemologia feminista possibilita problematizar presenças e ausências das mulheres em espaços de trabalho, de poder e decisão na sociedade. As representações sociais da pesca artesanal no nordeste brasileiro estão repletas de imagens de homens fortes em suas jangadas, que também se constituem em sujeitos nas letras das músicas sobre pesca e mar. Dorival Caymmi, soube expressar com poesia diversos valores andrógenos nas representações deste tipo de pesca em suas canções. A exemplo de “O bem do mar” no qual escreve que “o pescador tem dois amor, um bem na terra, um bem no mar”; em outra letra destaca que “Minha jangada vai sair pro mar, vou trabalhar, meu bem querer, se Deus quiser quando eu voltar do mar, um peixe bom eu vou trazer.

Assim, na pesca artesanal a abordagem de gênero está relacionada ao conceito de patriarcado, o qual nos dá subsídios para compreendê-lo a partir das desigualdades entre as subjetividades relacionadas aos comportamentos considerados masculinos e femininos na sociedade, inclusive na análise da cadeia produtiva da pesca artesanal, que consiste em diferenças sociais, econômicas e históricas, construídas e legitimadas em função das desigualdades vivenciadas e naturalizadas pela sociedade. Neste contexto, vale ressaltar, como lemos nas poesias acima, que na pesca artesanal predomina a divisão social, na qual os homens estão no mar e as mulheres na terra.

Importante ressaltar que para compreender o deslocamento do lugar ocupado pelas mulheres na pesca artesanal, da condição de exclusão e ou invisibilidade à presidência de Colônias de Pescadores/as, faz-se necessário um breve resgate histórico que evidencia situações e momentos de rupturas com modelos cristalizados de divisão sexual do trabalho.

Uma importante fonte de dados neste resgate histórico consistiu no acesso aos documentos reunidos pela religiosa Irmã Nilza de Miranda Montenegro, que esteve por 20 anos trabalhando com as pescadoras de Itapissuma, local onde foi eleita a primeira presidente de Colônia de Pescadores/as no Brasil. O acervo por ela organizado nos possibilitou conhecer o cotidiano das pescadoras de Itapissuma nas décadas de 1970 a 1990 e resgatar as ações do CPP neste período.

A coletânea documental da Irmã Nilza, na forma de um arquivo pessoal, consiste em anotações de seu trabalho de campo, páginas manuscritas, datilografadas, conjunto de reportagens de jornais com notícias sobre Itapissuma durante os anos setenta a noventa do século XX. Todo este material foi catalogado e organizado pelo Prof. Dr. Gilmar Soares Furtado, que também a entrevistou e gravou seus depoimentos nas três visitas a João Pessoa.

O referencial teórico em diálogo com os dados coletados nos possibilitou responder as seguintes indagações: De que modo às transformações sociais iniciadas com a atuação do CPP em Itapissuma contribuiu no acesso das mulheres a espaços de poder nos movimentos sociais da pesca artesanal e na presidência das Colônias de Pescadores/as?

Vale ressaltar que a sistematização do conjunto de dados do presente trabalho esta fundamentada na proposta de *descrição de densa* de (Clifford Geertz 1978). A antropologia interpretativa proposta pelo autor esta assentada na análise do conjunto de práticas e relações sociais mediante as quais o corpo social e suas instituições conjugam o real e produzem sentido.

As coletâneas de textos organizados por (Adomili, G. K. et al. 2012), (Rial et al. 2010) e o artigo de (Dallmann, J. M. A. e Lago, M. C. S. 2011) nos permitiram aprofundar questões interdisciplinares sobre o viver e trabalhar de homens e mulheres que sobrevivem da pesca artesanal.

2 | CONTEXTO HISTÓRICO: MULHERES E PESCA ARTESANAL

A escolha por pesquisar este público específico, mulheres pescadoras, se justifica a partir da história de criação e gestão das Colônias de Pescadores que foram controladas pela Marinha de Guerra, e como esta instituição não aceitava mulheres em seu quadro de trabalhadores até finais da década de 1970, as pescadoras não podiam exercer sua cidadania na instituição que representa os trabalhadores da cadeia produtiva da pesca.

A partir de 1979, as pescadoras solteiras puderam obter seu reconhecimento profissional, mas dependem, até hoje, assim como os homens, que o presidente ou a presidente de colônia e mais duas testemunhas atestem serem profissionais desta cadeia produtiva, para assim poderem acessar o Registro Geral da Pesca (RGP).

Desta forma, as mulheres pescadoras vivenciaram durante várias décadas a precarização do trabalho e a exclusão de direitos sociais. As pescadoras se organizaram desde 2004, no movimento social Articulação das Mulheres Pescadoras, composto por lideranças políticas de pescadoras durante a Conferência Nacional das Trabalhadoras da Pesca em Brasília, movimento este que ainda não possui CNPJ. Entretanto, a não existência jurídica ao longo de mais de uma década não se constituiu em impedimento para sua atuação em defesa da pesca artesanal e dos direitos das mulheres pescadoras (VERAS, D. B. e LEITÃO, M. R. F. A. 2012, p. 203).

A partir de sua organização, a ARTICULAÇÃO além de participar nas ações relacionadas à equidade de gênero no que se refere ao acesso aos direitos laborais das pescadoras, vem sistematicamente, desde 2010, apoiando candidaturas a presidências e secretarias das colônias e das associações comunitárias de pescadores e pescadoras artesanais. Esta inserção tem sido realizada a partir da presença de representantes deste movimento social durante todo o processo eleitoral, ou seja, estes têm construído plataformas de direitos humanos que comportam as suas necessidades enquanto sujeitos subalternos na cadeia produtiva da pesca e construído formações discursivas, por meio de práticas articuladas em rede, que contemplam sua historicidade (SCHERER-WARREN, I. 2011, p. 22).

A construção do agendamento das pescadoras artesanais aos princípios feministas teve como marco referencial a vitória na eleição de uma mulher para o cargo de presidente de Colônia Itapissuma/Pernambuco, em finais da década de 1980. Fato social que possibilitou a estas mulheres o acesso a espaços de poder numa esfera da qual as profissionais da pesca artesanal estavam totalmente excluídas (LEITÃO, M.R.F.A. 2009, p. 163).

3 | GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PESCA ARTESANAL

O ano de 1979 representa um marco no acesso das mulheres às políticas públicas para as pescadoras artesanais, o que inclui acesso aos direitos sociais: licença maternidade, aposentadoria, auxílio doença e o seguro defeso. Trinta anos depois dessa data entra em vigor a LEI nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que estabelece normas gerais da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

Esta Lei propõe em seu discurso formular, coordenar, executar e promover o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura, além do ordenamento, da preservação e do desenvolvimento socioeconômico dessa atividade.

Nesta legislação, o Art. 4 do Cap. III e o seu parágrafo único respondem a uma parcela da demanda das pescadoras ao incluírem na condição de atividade pesqueira a comercialização e o processamento, funções estas desenvolvidas por muitas mulheres inseridas nesta cadeia produtiva.

Na legislação vigente ainda persistem desigualdades nas relações de trabalho, o que têm contribuído para a tomada de consciência das pescadoras por seus direitos sociais e as têm mobilizado em busca de políticas públicas que as contemplem. Sobre o tema, (Farrah, M. F. S. 2004, p. 51) afirma que “políticas públicas com recorte de gênero são políticas que admitem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres”.

Apesar dos trinta anos entre a inclusão das pescadoras nos direitos sociais e da efetivação da Lei da Pesca, as profissionais desta cadeia produtiva ainda identificam uma cultura de invisibilidades da sua autonomia enquanto sujeitos sociais nesta legislação. (SCHERER-WARREN, I. 2011, p. 25) questiona sobre a construção de:

Uma plataforma de direitos humanos que respeite e consolide os “direitos tradicionais” das populações subalternas e que inclua medidas reparadoras de suas condições históricas de sujeitos discriminados, sem que se utilize de políticas meramente assistencialistas ou clientelistas, mas que busque recuperar a história, a cultura, as vozes, os desejos e os projetos das populações subalternas e socialmente excluídas.

As contradições apresentadas sobre a lei da pesca evidenciam o debate sobre a transversalidade de gênero e as políticas públicas. No que se refere à transversalidade do gênero (Labrecque, M. F. 2010, p. 901) apresenta várias dimensões: escolhemos

a concepção defendida por Sylvia Walby que atribui à transversalidade do gênero um conjunto teórico e um conjunto de práticas.

Outro aspecto importante na relação entre gênero e políticas públicas, segundo (Farah, M. F. S. 2004, p. 56-58), consiste no empoderamento/agendamento do tema, que influenciam as Políticas Públicas.

Nessa ótica, os posicionamentos da Articulação de Mulheres Pescadoras se identificam numa agenda positiva de gênero no que se refere ao acesso aos espaços de poder e decisão nas Colônias de Pescadores de Pernambuco, a partir de plataformas mais inclusivas de direitos humanos.

4 | CONTEXTUALIZANDO A ATUAÇÃO DO CPP EM ITAPISSUMA

O golpe militar de 1964, a atuação do *Movimento de Educação de Base da CNBB* foi sendo bloqueada não só pelos órgãos de repressão, mas também pela própria hierarquia católica, transformando-se, na década de 1970, muito mais em um instrumento de evangelização do que propriamente de educação popular. É nesse panorama político que é criada a Comissão Pastoral dos Pescadores, no ano de 1968, hoje Conselho Pastoral dos Pescadores que esteve presente na história das lutas e das conquistas dos pescadores e das pescadoras no Brasil. A proposta do Conselho Pastoral dos Pescadores, segunda a irmã Nilza, consistia em sensibilizar e mostrar as pescadoras que elas se constituíam em sujeitos sociais com autonomia de trabalho.

As reuniões de sensibilização ocorreram no espaço da Colônia, com o objetivo de esclarecer os seus devidos direitos, como também conscientizar essas trabalhadoras da importância dessa associação de classe.

Em 1985, na Constituinte da Pesca, realizada em Brasília-DF, se fez presente Anita de Luna, presidente da Associação dos Pescadores de Ponte dos Carvalhos (município de Cabo de Santo Agostinho-PE) e Margarida Mousinho Rodrigues, presidente da Colônia Z-10 (de Itapissuma-PE), que assumiu o cargo após a renúncia do antigo presidente Genival Aquino de Souza. Assim, tornou-se a primeira mulher a assumir o cargo de presidente de uma colônia de pescadores. Anita e Margarida lutaram e defenderam a aposentadoria para as pescadoras casadas, considerando que desde 1979 as pescadoras solteiras poderiam obter este benefício.

Na eleição de 1989 foi organizada a criação de uma chapa para presidente da Colônia Z-10 e a frente da mesma estava a pescadora Joana Rodrigues Mousinho.

5 | ELEIÇÃO DA PRIMEIRA PRESIDENTE DE COLÔNIA DE PESCADORES/AS

(...) no princípio do ano (1989), percebendo o descontentamento dos pescadores em relação à diretoria da Colônia em exercício, começamos um trabalho de preparação para a eleição de uma nova diretoria a realizar-se em junho. O trabalho de conscientização foi por meio dos contatos informais com os pescadores e de

modo especial com as pescadoras que em número de 40 ou 50, semanalmente se reúnem para debater seus problemas (Nilza Montenegro).

Nilza Montenegro relata que havia um descrédito no sistema eleitoral, uma reação muito negativa sobre a participação, o que conduzia a indagação “para quê votar, se as coisas vão continuar do mesmo jeito?”.

Iniciaram as reflexões sobre a eleição, dando ênfase para as qualidades necessárias para ser presidente da Colônia e neste debate chegaram à conclusão de que “somos pescadoras profissionais, associadas da Colônia, temos direito de votar e queremos lutar pela classe”.

Segundo a religiosa, as mulheres se colocaram à disposição para, dentro das possibilidades, integrarem a chapa e fazerem a campanha. Era muito frequente se ouvir delas: “vamos mostrar a estes homens o que é que pode fazer uma mulher que já descobriu os seus direitos”. Ela afirma que consistiu numa campanha inédita na história das Colônias do Brasil e segundo os depoimentos “elas estavam bem conscientes disso”.

A estratégia utilizada para que as pescadoras pudessem escolher a cédula de eleição foi estabelecer cédulas coloridas, considerando a baixa escolarização da comunidade. Feita uma sondagem, foi escolhida a cor vermelha para a chapa composta por mulheres, para não confundir com a cor da outra chapa. No entanto, faltando poucos dias para a eleição, a Federação Estadual das Colônias de Pernambuco, não aceitou a cor vermelha, porque foi associada à cor do comunismo. Elas substituíram a cor vermelha pela cor verde, segundo elas a “cor da esperança”. A Irmã Nilza nos relatou que “o entusiasmo era tão grande que muitas fizeram um vestido verde para votar”, considerando que todas, estavam pela primeira vez exercendo seu direito de voto na escolha da presidência da Colônia.

A apuração dos votos no fim da tarde do dia 07 de junho de 1989 apresentou o seguinte resultado: dos 679 associados da Colônia, votaram 416 (sendo 178 pescadoras das 240 inscritas naquela época). A “chapa verde” venceu com uma margem de diferença de 126 votos para a chapa branca.

Joana Mousinho saiu vitoriosa e pela primeira vez uma mulher foi eleita ao posto de presidente de uma colônia de pescadores/as no Brasil, . Joana foi reeleita até o ano de 2005, onde foi substituída de forma eletiva pela pescadora Mirian Mousinho da Paz, e mais recentemente em dezembro de 2009 – foi eleita, mais uma vez e ocupa atualmente a posição de presidente da Colônia de Pescadores de Itapissuma.

6 | MULHERES PRESIDENTES DE COLÔNIAS DE PESCADORES/AS EM PERNAMBUCO – 1989 - 2013

A eleição das colônias de pescadores/as tem sido apoiada pela Articulação das Mulheres Pescadoras de Pernambuco se concretiza na condição de movimento social

em 2004 durante o I Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca, em Brasília. No seu discurso, elas argumentaram que estavam insatisfeitas com o não atendimento, por parte do governo federal, de certas demandas levantadas por elas, foi definida uma comissão por estado, responsável por discutir e reivindicar os direitos das mulheres.

As presidentes de colônias sujeitos desta pesquisa são: Joana Mousinho – 62 – Litoral Norte; Lourdinha – 46 - Litoral Norte; Miriam Mousinho – 50 - Litoral Norte; Lucia – 55 -Litoral Norte; Enilde – 52 - Litoral Sul; Josefa – 62 - Litoral Sul; Aparecida – 45 - Litoral Sul (depois 2012); Margarida – 72 - Litoral Sul; Maria das Neves – 60 - Zona da Mata (depois 2012); Yolanda - 43 – Sertão (desde 2012).

As estórias destas pescadoras dialogam com o conceito de empoderamento/agendamento, o qual dialoga com a elaboração da habilidade de refletir criticamente sobre a própria realidade, de construir uma imagem positiva das mulheres e dos grupos de mulheres, desenvolver coesão e colaboração na tomada de decisão do grupo. Algumas referências de pesquisas na pesca artesanal constituíram-se em portos seguros para esta pesquisa exploratória: (Motta- Maués, M. A. 1977), (Alencar, E. F. 1991), (Maneschy, M. C. e Almeida, M. P. 2002). O texto sobre as memórias das pescadoras foi construído a partir de entrevistas concedidas à Livia Tavares Froes, bolsista do projeto CNPq.

6.1 Joana Mousinho – Presidente Da Colônia Z-10/ Itapissuma

Joana Mousinho, primeira mulher eleita presidente de colônia de pescadores/as no Brasil, em 1988, 62 anos, mãe de 4 filhos (2 falecidos).

Antes de ser presidente de colônia, trabalhou na pesca desde os oito (8) anos, vem de uma família numerosa composta por 10 filhos. Além de pescar, ela desenvolvia outras tarefas remuneradas: lavava roupa, carregava lenha e água na cabeça. Aprendeu com seu pai, no cotidiano familiar, a tecer a rede à mão.

Seu ingresso na atuação política da colônia iniciou em meados de 1975. Antes de ser eleita, em 1989, presidente da colônia, Joana compôs diretorias nas funções de membro do conselho fiscal e secretária da colônia.

Enfrentou forte reação masculina ao exercício da presidência, incluindo risco de violação do seu corpo dentro da própria Colônia. Apesar da existência e permanência de homens machistas, ela afirma que boa parte dos associados da colônia reconhece seu trabalho.

6.2 Maria De Lourdes Rodrigues De Oliveira - Lourdinha – presidente da colônia z -03/ponta de pedras

Filha de pescador, desde infância colabora nas atividades de beneficiamento do pescado, especialmente a manjuba pescada pelo pai.

Durante alguns anos trabalhou em pluriatividades, concluiu o magistério e Pedagogia. Na década de 1990 iniciou uma cooperação voluntária na colônia,

relacionada às questões burocráticas. Período em que houve apoio à comunidade do Projeto Prorenda Rural/PE, o qual abordou a temática gênero e pesca artesanal.

Posteriormente atuou como secretária, eleita na colônia e em 2006 candidatou-se à presidência do órgão de classe. A reação masculina contrária a sua gestão foi intensa, foi ameaçada com arma de fogo no dia da eleição, foi reeleita em 2010.

6.3 Enilde Lima- presidente colônia z- 09/são José da coroa grande

Enilde, além de presidente de colônia também foi eleita vereadora em 2016. Filha de pescador e mãe marisqueira, tem 52 anos, viúva e mãe de 04 filhos. Acompanhou desde a família nas atividades pesqueiras.

A cooperação das mulheres da família, a fortaleceu para reagiu à violência doméstica o possibilitou atitudes de superação. Tias, avó, cunhada, irmã contribuíram no cuidado com os/as filhos/as, enquanto ela realizava pluriatividades para sobreviver.

Enilde afirma que o apoio do CPP, os encontros da Articulação das Mulheres Pescadoras de Pernambuco e também as oficinas itinerantes promovidas pelo GPDES/URFPE, constituíram em agentes externos que possibilitaram ela envolver-se gradativamente nas atividades na colônia.

6.4 Lúcia Maria Dos Santos – presidente da colônia z-15/atapuz

Lúcia Maria dos Santos tem 50 anos e nasceu no município de Goiana em Pernambuco. A sua inserção no beneficiamento da pesca começou cedo.

Lúcia foi convidada em 2000, pelo se candidatar ao cargo de tesoureira na diretoria da Colônia. Posteriormente ela se candidata e ganha as eleições, na época das entrevistas estava no terceiro mandato.

6.5 Miriam Mousinho – secretária da colônia z-10/itapissuma

Miriam Sobrinha de Joana e Margarida tem 49 anos, 2 filhos. Formada em magistério, em 2004 teve a oportunidade de trabalhar na alfabetização de jovens e adultos pescadores e filhos pescadores na colônia. Sua rotina no trabalho da pesca começou cedo, aos 8, 9 anos, acompanhava a mãe e as tias Joana e Margarida na coleta do sururu.

Miriam chegou à presidência de colônia e assumiu o cargo por dois mandatos. Desde finais da década de 1990 substituiu o secretário Bio em suas ausências. Após essa experiência, ela participou de uma chapa e foi eleita secretária e, posteriormente ela foi eleita em 02 mandatos. Miriam ao comentar sua experiência relatou: *“No início eu não queria, não queria fazer parte de diretoria, não queria fazer parte de nada!”*. Afirmou que o trabalho é difícil, exige demanda de tempo interno à Colônia e atividades externas que incluem participar de reuniões, formações, viagens.

6.6 Maria Aparecida Santana, Cida – presidente da colônia z-25/jaboatão

Maria Aparecida Santana, atualmente está com 45 anos, é viúva. Relata que ela e as irmãs, 05 filhas no total, eram responsáveis por alguma tarefa nas atividades da pesca. Destaca que apesar de haver desempenhado outras atividades, a pesca sempre foi principal fonte de renda na sua família.

Muito antes de se eleger como presidente da Colônia Z-25/Jaboatão, no ano de 2013, Cida chegou a participar de vários movimentos relacionados à Igreja Católica e também sociais.

Fez parte da diretoria da colônia Z-08, convidada por Josefa. Outras pescadoras como Joana, contribuíram na sua ascensão à presidência da colônia Z-25. Semelhante as outras presidentes de colônias de pescadores/as ela enfrentou a reação masculina, um pescador lhe disse que talvez ela não “conseguisse” terminar o primeiro mandato.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção deste resgate da história das pescadoras de Pernambuco, concordamos com (Scherer-Warren, I 2011, p. 23) ao considerar relevante o posicionamento, a localização e a memória dos atores sociais no debate político e intelectual contemporâneo. A partir desta perspectiva, o relato das pescadoras possibilita “desenvolver um debate crítico em torno da diversidade e das contradições das experiências vividas, dos poderes de representação social e das lutas por reconhecimento”.

As três décadas de inserção das mulheres nos direitos sociais da pesca artesanal e de quase quatorze anos de existência da Articulação de Mulheres Pescadoras, contribuíram no processo de visibilidade e de conquistas destas trabalhadoras.

Sobre a formação deste movimento social, a líder Joana Mousinho relata:

Eu vejo uma coisa muito importante porque a gente no passado, não eu, eu não era dessa época, as mulheres nem tinham direito de chegar dentro da colônia. A colônia era só de homem. Aí, hoje, a gente vê tantas mulheres presidentes de colônia, não só aqui em Pernambuco, mas em todo o Brasil. Essa Articulação das mulheres que até em Brasília é conhecida, muitas vezes vai o pessoal da Articulação pra discutir problemas.

Para a irmã Nilza, uma grande conquista do CPP em Itapissuma foi a participação ativa de quatro pescadoras na Diretoria da Colônia Z-10, desde finais da década de 1980.

Preferimos concluir com as palavras das pescadoras presidentes de Colônias, que chamam a atenção para a necessidade de ocupar os espaços de poder e também da organização e cooperação das mulheres na luta por conquistar e manter-se em cargos de liderança institucionalizada:

“As Colônias que tem os homens na liderança fica difícil, dificulta os trabalho das mulheres. Porque tem muitos que não dão espaços para as mulheres. Sabem que

se der uma brechinha elas chegam junto” (Joana).

”Nós do litoral sul somos mais organizadas, temos uma articulação do litoral. Tem dona Margarida de Tamandaré, tem Cícera de Rio Formoso. Então pra gente fica mais fácil fazer o trabalho” (Enilde).

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna F. **Pescadeiras, Companheiras e Perigosas. Um Estudo sobre a Pesca Feminina em Lençóis. Brasília**, UnB (dissertação de mestrado), 1991.

ADOMILI, Gianpaolo Knoller et al. (Orgs.). **Povos e coletivos pesqueiros: estudos etnográficos e perspectivas sócio-antropológicas sobre o viver e trabalhar**. Rio Grande : Editora da Furg, 2012.

BANDEIRA, Lourdes. **Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. CEPAL, SPM, Brasília. Janeiro, 2005. p. 3-33.

DALLMANN, J. M. A. 2012 DALLMANN, J. M. A.; LAGO, Mara Coelho de Souza. A importância da etnografia nas pesquisas interdisciplinares: uma abordagem para o estudo do Programa Bolsa Família em Florianópolis, SC. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas** (Online), v. 13, p. 60-78, 2012.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas Públicas. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, janeiro-abril, 2004, (56-58).

FURTADO, Gilmar Soares; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade e Cruz. Lançando rede tecida e retecida na esperança de garantir peixe e sonho. In: LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade e Cruz Maria Helena Santana (Orgs.). **Gênero e trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais**. 1ª ed. Florianópolis: Editora de Mulheres, p. 221- 236, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LABRECQUE, Marie France. Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres? **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 336, setembro-dezembro/2010, p. 901 – 912.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **Gênero e trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais**. 1 ed. Florianópolis : Editora de Mulheres, 2012a.

_____. **Gênero e pesca artesanal**. Recife. 1ª. ed. Recife : Linceu, 2012b.

_____. Gênero e políticas públicas na pesca artesanal de Itapissuma. In:

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUK SANTOS. Maria Salett; GEHLEN, Vitória Fernandes (Orgs.). **Comunicação, gênero e cultura em comunidades pesqueiras contemporâneas**. Recife : ed. Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009. p. 161-174.

_____. **30 anos de registro geral da pesca para mulheres**. Recife : Editora FASA, 2010.

LONGO, Roxana. **El protagonismo de las mujeres en los movimientos sociales: innovaciones y desafíos**. Buenos Aires : América Libre, 2012.

MANESCHY, de Maria Cristina e Almeida, MARINEIDE Pereira de. Tornar-se pescadora: associações de mulheres e constituições de sujeitos políticos. In: **No mar, nos rios e na fronteira: faces do**

campesinato no Pará, EDUFPA, 2002, pp. 49-82.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. “**Trabalhadeiras**” & “**Camarados**”: **Um Estudo sobre o Status das Mulheres numa Comunidade de Pescadores**, Brasília, UnB (dissertação de mestrado), 1977.

PENA, Nuria; PEREYRA, Branda; SORIA, Veronica (compiladoras). **Desarrollo y derechos de las mujeres: su participación y liderazgo en organizaciones comunitarias/** Buenos Aires : CICCUS, 2013.

RIAL, C. S.; TOMIELLO, N.; RAFFAELLI, R. (Orgs.). A aventura interdisciplinar - quinze anos de PPGICH/UFSC. 1. ed. Blumenau : **Nova Letra**, 2010. v. 1.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS/CORPO, 1989.

SCHERER-WARREN, Ilse. Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. In: **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Florianópolis : Ed da UFSC, 2011, p. 17-35.

VERAS, Dimas Brasileiro; LEITÃO, Maria do Rosário de F. A. Por uma articulação ambientalmente sustentável: práticas e representações da educação ambiental na articulação de mulheres pescadoras de Pernambuco. **Gênero e Trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais**. 1 ed. Florianópolis : Editora de Mulheres, 2012, p. 201 -220.

IMAGENS DO FORRÓ PÉ DE SERRA NO SUDESTE COMO REPRESENTAÇÃO SOBRE A CULTURA NORDESTINA

Renner Coelho Messias Alves

RESUMO: Esta pesquisa objetiva compreender as representações sobre a cultura nordestina em imagens de eventos de forró pé de serra realizados no Sudeste do Brasil. O forró pé de serra, descrito sucintamente como música e dança ritmados por sanfona, triângulo e zabumba, é proveniente da região Nordeste, de forma a ter sua divulgação intensificada na década de 1950, por meio de Luiz Gonzaga. Passada a fase de sucesso de seu surgimento, essa manifestação cultural brasileira manteve-se distante do cenário midiático até meados da década de 2000, quando diversas bandas, seguidas por uma indústria cultural favorável ao pé de serra, ampliaram a divulgação do ritmo. Esta pesquisa utiliza como metodologia a pesquisa documental, de maneira a coletar, com recorte temporal dos últimos cinco anos, fotografias e representações imagéticas existentes em páginas eletrônicas de festivais e de casas de festas em cidades dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. A análise de dados foi realizada a partir de categorias relacionadas à cultura nordestina, previamente estabelecidas para serem interpretadas nas imagens coletadas, a exemplo de indumentária dos participantes

1. Gonzaga (1986).

e decoração do ambiente dos eventos, entre outras. Diante da propagação forrozeira, o ritmo de raízes brasileiras mantém em sua musicalidade, a rusticidade e os elementos encontrados nas relações homem-natureza, ainda que haja projeção em ambientes com inteira recriação dessas categorias. Assim como reificado nos estados do Sudeste brasileiro, o forró pé de serra, de maneira análoga, repercute em país além-mares, em especial, em países da Europa, por meio de um processo contínuo de diálogos entre culturas.

PALAVRAS-CHAVE: Forró pé de serra. Cultura nordestina. Imagens. Representação.

1 | “ERA FORRÓ DE CABO A RABO”: NOTAS PRELIMINARES SOBRE O “FORRÓ PÉ DE SERRA”

No trinque trinque do triângulo, no bum bum da zabumba, no fom foram fom fom da sanfona, o forró pé de serra ritma as músicas dançantes que contagiam públicos de diversas idades e regiões. Esses instrumentos elementares, ao passar dos anos, conquistam músicos que animam festejos, os quais propiciam espaços de dança e, por conseguinte, de socialização de pessoas. Além de artistas, o ritmo pé de serra” também encanta forrozeiros dispostos

a um arrasta-pé por longas horas. De origem nordestina, o forró pé de serra recria em outros ambientes elementos do universo rural da região Nordeste. Assim, esta pesquisa objetiva compreender as representações sobre a cultura nordestina em imagens de eventos de forró pé de serra realizados no Sudeste do Brasil.

Há, no Brasil, quem reproduz histórias sobre a presença de soldados estadunidenses combatentes na II Guerra Mundial presentes no litoral nordestino, os quais, em contato com o baile popular, diziam em inglês que a dança era *for all* (para todos). No entanto, essa história oral coexistia com outros registros, uma vez que já em 1913, antes da II Guerra Mundial, o Novo Dicionário da Língua Portuguesa (FIGUEIREDO, 1913, p. 909) catalogava o sentido da palavra *fornó* como “*m. Bras. do N. Baile de gente ordinária.*” Em tempos atuais, etimologicamente, o vocábulo *fornó*, segundo Houaiss e Villar (2001) e Michaelis (2018), provém de uma redução do termo *fornobodó*, o qual é associado às acepções de baile popular, com música nordestina em que se dança aos pares.

Nesta pesquisa, concebe-se *fornó* como gênero musical brasileiro, com raízes nordestinas, baseado em canções e danças de casais entoados por sanfona, zabumba e triângulo. Assim, admite-se, ainda, que

a palavra ‘fornó’, segundo a época em que é empregada, não tem exatamente o mesmo significado. Da mesma forma que a palavra ‘samba’, a palavra ‘fornó’ foi evoluindo no decorrer do século. Até os anos 50, *fornó* significa ‘baile’; depois passa a designar o conjunto da música do Nordeste. Hoje em dia, *fornó* é gênero musical. Nordeste, claro (DREYFUS, 1996, p. 198).

Essa manifestação cultural popular adentrou no cenário nacional brasileiro com mais projeção a partir de Luiz Gonzaga do Nascimento, ou, artisticamente, Luiz Gonzaga, nascido em 13 de dezembro de 1912, na fazenda Caiçara, em Exu, PE (DREYFUS, 1996). No percurso de retirante, Luiz Gonzaga reverberou o sertão e seu povo em canções de forró pé de serra. Embora proveniente da região Nordeste e com sucesso intensificado na década de 1950, por meio de Luiz Gonzaga (VELHO; KUSCHNIR, 2001), o forró pé de serra manteve-se distante do cenário midiático até meados da década de 2000, quando diversas bandas, seguidas por uma indústria cultural favorável, reificaram o ritmo.

Dessa forma, outras regiões do país adotaram o forró pé de serra como principal atração cultural mantida por casas de shows e por festivais de bandas. Destino de muitos retirantes nordestinos, São Paulo, SP, conta espetáculos diários no Canto da Ema, uma casa de forró na qual “se pode escutar o mais tradicional forró, com músicas de: Luiz Gonzaga, João do Vale, Jackson do Pandeiro, Dominginhos, Trio Nordeste, Três do Nordeste, Elba Ramalho entre outros” (CANTO DA EMA, 2018a).

Além da capital paulista, o forró pé de serra também pode ser desfrutado em eventos anuais em distintos estados. Por exemplo, em Itaúnas, vila próxima à Conceição da Barra, ES, ocorre, desde 2001, o Festival Nacional de Fornó de Itaúnas (FENFIT, 2018a). De maneira análoga, no estado do Rio de Janeiro, mais precisamente

no município de Silva Jardim, é realizado o Festival de Forró de Aldeia Velha, com edições anuais desde 2009 (FFAV, 2018a). Esses festivais são atrativos para quem desejar forrozear e permanecer em contato com a natureza, uma vez que acontecem em áreas com baixa densidade demográfica, em meio a disperso tecido urbano.

Ainda em referência aos estados da região Sudeste, destaca-se a presença no circuito forrozeiro marcada por Belo Horizonte, MG, local de repetidas edições do Festival Rootstock (2018). Esse festival, desde 2002, caracteriza-se por propiciar “forró tradicional, que reúne alguns dos melhores artistas e trios em atividade, além de muitos forrozeiros vindos de várias partes do Brasil, para curtir muito forró” (ROOTSTOCK, 2018b). Os forrozeiros, portanto, estão presentes em diversos estados do país. Apesar de haver amplo público em outras localidades, para fins desta pesquisa, privilegiou-se a região Sudeste, em especial, as festividades organizadas no Canto da Ema (SP), Festival Nacional de Forró de Itaúnas (ES), Festival de Forró de Aldeia Velha (RJ) e Festival Rootstock (MG).

Para além da compreensão histórica do forró pé de serra a ser explorada a seguir e da manutenção de sua existência no Sudeste, esta investigação se baseia na imagem fotográfica como um recurso utilizado em pesquisas sociais como significativa fonte de representações. A fotografia espelha, conforme os dizeres de Peixoto (2012), dupla relação entre tempo e espaço. Em outros termos, a imagem capturada em uma fotografia consiste apenas em um fragmento de uma realidade social, capturada em um espaço específico e em um tempo exato.

Mais que um ritmo dançante, o forró pé de serra reproduz um cenário social que, em suas origens nordestinas, retratam o sertanejo e sua vida, desde sua vivência no campo até suas aventuras pelas cidades, algumas alhures à terra natal. Nesse sentido, o uso de fotografias nesta pesquisa considera que “imagens não reproduzem o real, elas o representam ou o reapresentam” (NOVAES, 2008, p. 456).

2 | “FOI VOCÊ QUE DISSE QUE MEU FORRÓ É MOLE/QUE MEU FORRÓ É MOLE/QUE ELE NÃO TÁ COM NADA²”: FORRÓ PÉ DE SERRA *VERSUS* FORRÓ ELETRÔNICO

Antes de dar prosseguimento às discussões dos demais temas forrozeiros, faz-se necessário diferenciar o “forró pé de serra” (também conhecido como forró tradicional, forró raiz ou forró universitário) de outras variantes de forró, a exemplo do “forró eletrônico” (forró moderno, forró estilizado ou *oxente music*). Para Santos (2012, p. 677), “o forró se caracteriza por um conjunto definido de regras socialmente partilhadas, as quais ocorrem como eixo de comparação entre os gêneros que demarcam as fronteiras.” Em outros termos, a diferenciação não existe exclusivamente por razões taxonômicas. Existem, portanto, características tanto musicais como sociais

2. Ramalho (2009).

que particularizam os polos opostos “farró pé de serra” e “farró eletrônico”.

Ainda que esses polos sejam tomados como de posições antagônicas, reconhece-se a fluidez entre suas delimitações. Para tanto, admitem-se “farró pé de serra” e “farró eletrônico” como uma manifestação artística, nas premissas de Eagleton (2003), e como um campo social, na perspectiva de Bourdieu (2011). Nessa medida, apontar essas classificações incorre expressar suas principais caracterizações, de maneira a considerar uma área de confluência entre os polos supostamente opostos. Conforme expressou Santos (2012), é inviável mapear todos os códigos existentes no campo do farró, no entanto, é possível apresentar traços mais visíveis e diferenciadores das vertentes de farró.

2.1 Farró pé de serra

De um lado, o “farró pé de serra”, nos termos de Gonzaguinha (TV CULTURA, 2018), é visivelmente identificado nas obras de Luiz Gonzaga, como algo “que abrange toda uma região, no caso, a região nordestina, abrange toda uma problemática social da sua região e de todo um país”. Ou seja, no campo social, o “farró pé de serra” expressa o mundo rural, a seca nordestina, as alegrias e as tristezas da rusticidade da vida no interior, os êxodo rural, os amores e as vivências dos brasileiros, sobretudo, dos brasileiros habitantes do sertão. Sertão, nesse caso, expressa não apenas o sertão nordestino, mas, sim, envolve outras regiões rurais do país. Nesse sentido mais amplo, o sertão brasileiro no “farró pé de serra” também está associado às relações humanas submetidas à monocultura difundida pela cidade moderna (FREIRE, 2014).

Esse contexto social de formação do “farró pé de serra” remete à ideia das raízes da sociedade agrária brasileira. Por conseguinte, os traços dessa sociedade agrária compuseram a identidade regional nordestina, com ampliação do sentimento de reconhecimento e pertencimento por parte de cidadãos vinculados a uma nação repleta de recantos. Eis o porquê de diversas músicas tratarem elementos da natureza (seca/chuva, pássaros, gado, vegetação etc.) e processos produtivos alimentares (plantação, colheita, lida com o gado, entre outros).

Ainda nesse contexto social, menciona-se o deslocamento de habitantes de áreas rurais para os aglomerados urbanos, principalmente das regiões Norte e Nordeste para o Sudeste. Por isso, o farró pé de serra “favoreceu a autoestima do migrante nordestino nas cidades do *sul*, que geralmente ficava subordinado à condição de assalariado mal pago e perseguido pelo estigma de ‘nortista’, ‘pau-de-arara’, miserável e atrasado” (VIANNA, 2001, p. 10). Surgiram-se, assim, as representações musicais sociais do Nordeste. Apenas a título de ilustração, no disco gravado em 1972 (GONZAGA, 1972), Luiz Gonzaga relatou a existência do fenômeno social conhecido como “coronelismo”, compreendido como “uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político

de extensa base representativa” (LEAL, 2012, p. 44).

Além desses aspectos sociopolíticos, o “farró pé de serra”, em termos culturais, possui uma musicalidade à base de sanfona, zabumba e triângulo, um trio com sonoridade dançante. Apesar de admitir instrumentos musicais, a exemplo de flauta, rabeca, agogô, entre outros, o farró pé de serra mantém-se basicamente pelo trio sanfona-zabumba-triângulo. Isso significa que os demais dispositivos sonoros, para além do trio instrumental, assumem o papel exclusivo de complementaridade.

Tomado como bandeira sociomusical, estudantes universitários, conforme anunciado por Luiz Gonzaga (TV CULTURA, 1972) e Velho e Kuschnir (2001), adotaram o estilo musical como entretenimento e rerepresentação social de um país rural. Assim, nos festejos, revela-se o potencial de sociabilidade do farró pé de serra, uma vez que o ritmo é dançado aos pares.

Nesse sentido, os representantes do farró pé de serra relatam, conforme Caitano e Sé (2008), permite estabelecer novos laços de amizade, assim como expressa a potencialidade de relacionamentos amorosos. Nos termos de Gonzaga, “todo tempo quanto houver pra mim é pouco/prá dançar com meu benzinho numa sala de reboco”. Na figuração festeira, nota-se que, “onde há sanfona, há poeira. Onde há farró, há uma alegria tão espremida entre a dor e a tristeza, que chega a ser um milagre, ver nos rostos sofridos e encardidos, o riso derramado, corrido, que quase não saía, mas acabou saindo, arrebatando a rudeza, caído em torrente atrás da sanfona” (TUNHOLIO, 2012).

O gênero considerado genuinamente brasileiro, inicialmente, remetia aos recantos nordestino. Com sua projeção no Sudeste, em meados da década de 1950 (CAITANO; SÉ, 2008), casas de shows, festivais e apresentações públicas passaram a reunir tanto retirantes nordestinos como pessoas locais interessadas em vivenciar o ritmo dançante. Ao passar dos anos, o farró pé de serra se desenvolveu como música e dança incorporadas por outras partes do país, além de expandir-se para outras nações (FORRÓ DUBLIN FESTIVAL, 2018; PSIU! FORRÓ FESTIVAL BERLIN, 2018; ROOTSTOCK, 2018c).

2.2 Farró eletrônico

Por outro lado, geralmente tomado como anteposto ao “farró pé de serra”, surgiu o “farró eletrônico”. Também conhecido como “farró moderno”, “farró estilizado” ou “*oxente music*”, o “farró eletrônico” repercutiu no cenário midiático nacional na década de 1990, com a incorporação de outras temáticas musicais e novas representações da identidade nordestina. Entre as bandas emergidas nesse período, citam-se Mastruz com Leite, Aviões do Farró, Calcinha Preta, entre outros exemplos. Grupos musicais que adotaram elementos típicos da música pop internacional, a exemplo de “teclados, bateria, baixo, guitarra, saxofone (com ênfase na bateria e no teclado), introduz coreografias sensuais (bailarinos), casais de cantores, aumento exponencial nos

equipamentos de iluminação e de amplificação sonora, foco no público jovem etc. É o fenômeno da espetacularização do forró” (SANTOS, 2012, p. 679).

A reunião desses modernos instrumentos musicais, por conseguinte, produz uma musicalidade intrínseca, com influências do pop, do rock, do sertanejo, do axé music e da lambada. Com isso, Marques (2011) sinaliza que as apresentações musicais possuem semelhanças com os shows de bandas musicais de universo pop, por exemplo, sobretudo no aspecto modernizado da apresentação com fogos de artifício, jogos de luzes, estruturas móveis nos palcos, com amplo espaço para abrigar multidões na plateia. Nesses espaços, a indumentária feminina baseada em saias e vestidos coloridos e floridos, em alusão ao rural, típicos do “forró raiz”, é substituída por roupas que expressam a atualidade da moda na cidade.

Alinham-se assim tecnologia, alteração e deslocamento, alegorias realçadas a cada aparição dos ônibus das bandas customizados com imagens dos artistas, ou pelos efeitos de reverb no corpo a partir da presença fluida dos “carros-pancadões”, veículos com sons acoplados que ecoam as músicas de forró pelas ruas da cidade ou estacionados em postos de gasolina, praças e calçadas, atestando a possibilidade, e o privilégio, de modificar o espaço urbano pela presença/autoridade do homem-máquina, pelo poder de conectar-se com os admiradores do ritmo ou perturbar o cotidiano pela intensidade do som e sua impertinência (MARQUES, 2014, p. 357).

A composição das canções do “forró eletrônico”, por sua vez, passou também por um processo de modernização, conforme Marques (2011). Com essa atualização, as temáticas retrataram o consumo expressivo de bebidas alcoólicas, referências aos novos meios de locomoção (carros, aviões), aos aparelhos eletroeletrônicos (celular, aparelho sonoro) e aos relacionamentos amorosos. Além disso, por se tratar de uma festa regional, a vaquejada (conjunto festivo de provas envolvendo cavaleiros e bovinos) também está inserida em boa parte das canções do “forró eletrônico”. Em síntese, o duelo entre “forró tradicional” e “forró eletrônico” se baseia nos antagonismos antigo-novo, rural-urbano, velho-moderno.

3 | DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS PARA CAPTAR REPRESENTAÇÕES DO SERTÃO NORDESTINO NO FORRÓ PÉ DE SERRA

Este trabalho envolve a compreensão qualitativa do fenômeno (MINAYO, 2009), pois a dimensão deste estudo favorece a discussão de conceitos admitidos como itens socialmente construídos, em sintonia com as exposições realizadas por (DEMO, 1985). Assim, foram realizadas buscas bibliográficas a respeito do forró pé de serra, bem como o contexto social no qual emergiu esse gênero musical. Por conseguinte, esta pesquisa utiliza como metodologia a pesquisa documental, de maneira a coletar, com recorte temporal dos últimos cinco anos, fotografias e representações imagéticas existentes em páginas eletrônicas de festivais e de casas de festas em cidades dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Ressalta-se a diversidade de suporte dos arquivos reunidos nesta pesquisa, os quais envolvem textos, imagens, sons e vídeos. Essa variedade emergiu a partir da tentativa de abarcar as distintas manifestações culturais existentes, as quais são produzidas pelas pessoas envolvidas pelo forró pé de serra. Portanto, a questão “é justamente como apresentar e representar a percepção do outro concretamente, isto é, como usar as falas, discursos, intervenções, explicações, críticas e diferentes pontos de vista produzidos não mais por um objeto, mas por sujeitos de nossa investigação” (GONÇALVES; HEAD, 2009, p. 18). Nessa medida, as narrativas dos sujeitos são registradas em fotografias, entrevistas, filmes, músicas, cartas, diários, livros biográficos, entre outras modalidades documentais.

Com isso, nesta pesquisa, texto, imagem e áudio são tomados em sua complementaridade, como um *continuum* de registros de acontecimentos interligados. Nessa perspectiva, ao discorrer a respeito das particularidades do uso de texto e de imagens para maximizar a quantidade de informações apresentadas, Becker (1996) considerou que os artistas “podem usar múltiplas imagens, grande quantidade de informações primárias como o texto, a linguagem da ciência altamente objetiva, a manipulação da cor característica da arte expressionista ou a combinação não convencional de vários desses planos” (BECKER, 1996, p. 96-97). Diante disso, privilegiou-se nesta pesquisa a análise de fotografias, entretanto, de maneira a contribuir para a compreensão dos temas elucidados nas imagens, textos e registros audiovisuais também foram consultados.

Ao consultar as fontes documentais relacionadas ao forró pé de serra, evidenciam-se os processos de reconstrução de um passado, no qual a musicalidade entoava temas emergidos em determinado espaço geográfico, no caso, o sertão brasileiro (compreendido ora como Nordeste, ora como mundo rural). Por isso, “podemos falar, a propósito destas retrospectivas de imagens, da potencialidade ficcionalizante de um tempo reconstruído, de alguma coisa que abole de certa maneira a fronteira que nós traçamos frequentemente como uma fronteira intangível entre realidade e ficção” (PIAULT, p. 154). Em outros termos, avaliar os documentos em seus diversos suportes representa a elucidação de uma narrativa protagonizada por personagens reificados ao longo do tempo.

Nesse sentido, apesar de haver forrozeiros dispersos por várias localidades no país, para fins desta pesquisa, privilegiou-se a região Sudeste, em especial, as festividades organizadas no Canto da Ema (SP), Festival Nacional de Forró de Itaúnas (ES), Festival de Forró de Aldeia Velha (RJ) e Festival Rootstock (MG). Admitiu-se, ainda, que imagens representam ou o reapresentam o real (NOVAES, 2008). Ou seja, as fotografias selecionadas para esta investigação não são exatamente a realidade, trata-se de uma representação capturada pelas lentes dos aparelhos fotográficos.

A análise de dados, seguindo-se os preceitos de Vergara (1998), foi realizada a partir de categorias relacionadas à cultura nordestina, previamente estabelecidas para serem interpretadas nas imagens coletadas, a exemplo de indumentária dos

participantes e decoração do ambiente dos eventos, entre outras. Com isso, os temas centrais da obra musical de Luiz Gonzaga também foram empregados por outros forrozeiros, sejam contemporâneos de sua época, a exemplo de Marinês, sejam de seus sucessores e demais seguidores, como Dominginhos. Para Santos (2004), podem ser encontrados os seguintes temas centrais na obra musical de Gonzaga: a) a crueldade da seca e a migração; b) a proteção divina; c) a relação homem-natureza; e, d) o desejo de retorno e o contraste entre o Nordeste e o Sudeste.

Nesse sentido, as cantorias de Luiz Gonzaga e de outros forrozeiros assumiram temáticas relacionadas ao sertão nordestino. Refletir sobre esse sertão contribui para melhor compreender as inspirações provenientes dessa realidade no imaginário dos forrozeiros. Entre suas canções, a relação homem-natureza pode ser percebida por meio das músicas *O xote das meninas* (Mandacaru quando flora na seca/É um sinal que a chuva chega no sertão) e *Asa Branca* (Por farta d'água perdi meu gado/Morreu de sede meu alazão). Além disso, a migração, a cidade moderna, a saudade da terra natal, enfim, a relação campo-cidade esteve presente em obras como *Pau de arara* (Quando eu vim do sertão,/seu môço, do meu Bodocó/A malota era um saco/e o cadeado era um nó/Só trazia a coragem e a cara/Viajando num pau de arara/Eu penei, mas aqui cheguei), *No meu pé de serra* (Lá no meu pé de serra/Deixei ficar meu coração/Ai, que saudades tenho/Eu vou voltar pro meu sertão) e *Riacho do Navio* (Dormir ao som do chocalho/E acordar com a passarada/Sem rádio e sem notícia/Das terra civilizada).

Além disso, um dos temas recorrentes das músicas forrozeiras está relacionado ao amor, isto é, às relações amorosas, envolvendo paixão, casamento, filhos, novos amores, solidão etc. Em Luiz Gonzaga, essa temática pode ser percebida em *Numa sala de reboco* (Todo tempo quanto houver pra mim é pouco/Pra dançar com meu benzinho numa sala de reboco), *Xote machucador* (Eita! Xote veio machucador/Veio machucador/Que tanta coisa faz lembrar, ai, ai/Ela aí dançando/E eu sentindo o cheiro dela, ai, ai) e *Xamego* (O xamego dá prazer, o xamego faz sofrer/O xamego às vezes dói, às vezes não/O xamego às vezes roi o coração).

Por fim, as festas forrozeiras, com cantores e tocadores, dança e muita alegria, integram uma categoria retratada nas canções. Exemplificando-se, Luiz Gonzaga produziu *O fole roncou* (O fole roncou no alto da serra/Cabroeira da minha terra/Subiu a ladeira e foi brincar), *Forró no escuro* (O candeeiro se apagou/O sanfoneiro cochilou/A sanfona não parou/E o forró continuou) e *Lenda de São João* (Eu vou, vou soltá foguete/Eu vou, vou soltá balão/Eu vou festejá São Pedro/Eu vou festejá São João). Por conseguinte, a musicalidade forrozeira adotada pelas bandas da atualidade também seguem essas temáticas, de maneira a reapresentá-las em símbolos, imagens, indumentária, decoração de ambientes, entre outras formas de reapresentação.

4 | “EU PENSEI QUE O FORRÓ IA CAIR/MAS O FORRÓ NÃO CAIU NÃO³”: O PÉ DE SERRA NO SUDESTE

Posteriormente ao sucesso midiático alcançado por Luiz Gonzaga, em meados de 1950, o forró pé de serra prosseguiu com suas melodias de forma mais discreta, ora nos interiores do país, ora nas festas nordestinas organizadas nas grandes metrópoles. Segundo Dreyfus (1996), Luiz Gonzaga permaneceu em sua carreira de sucesso por meio de caravana pelo país, em cada povoado, uma nova parada, uma nova apresentação que arrastava multidão. Paralelo a esse universo, no Sudeste, formaram-se casas de shows exclusivas para o forró pé de serra, ainda que esse gênero musical já não ocupasse o mesmo espaço de repercussão nos meios midiáticos.

A nordestinidade, por meio do forró pé de serra, foi recriada no cenário nacional. Entre os traços dessa identidade regional, cita-se o chapéu de vaqueiro, confeccionado em couro, alguns com adornos em prata, ora em formato de estrela, ora em formato circular. Esse chapéu, conforme TV Cultura (1972) e Dreyfus (1996), passou a integrar a indumentária do Rei do Baião, Luiz Gonzaga. Assim, na fase de ressurgimento do forró pé de serra no Sudeste, esse acessório pode ser encontrado em diversas imagens que aludem a esse cenário.



Figura 1 - Integrantes do Trio Virgulino, banda forrozeira projetada no ambiente universitário no início do século XXI.

Fonte: Canto da Ema (2018b).

O Trio Virgulino, formado por Enok Virgulino (sanfona), Adelmo Nascimento (triângulo) e Roberto Pinheiro (zabumba), apresentado na Figura 1, foi criado em 1982. No entanto, o trio se projetou entre estudantes universitário do estado de São

3. Trio Forrozão (1999).

Paulo já na virada do século XX para o século XXI. Os trajes de vaqueiro, no resgate das raízes culturais, assumem a representação forrozeira inicialmente difundida por Luiz Gonzaga, ainda na década de 1950.



Figura 2 - Publicidade do Festival Rootstock, com tocador caracterizado com sanfona e chapéu de vaqueiro nordestino.

Fonte: Festival Rootstock (2018b).

O movimento de resgate das raízes musicais brasileiras ocorreu na virada do século XX para o século XXI, quando estudantes de universidades do Sudeste elegeram o forró pé de serra como autêntico gênero musical brasileiro. Fomenta-se, portanto, o diálogos entre culturas. Ou seja, a nordestinidade musical é mesclada com aspectos da vida urbana das cidades modernas do Sudeste. Por exemplo, em 2002, criou-se o Festival Rootstock (Figura 2), evento que possui alusão fonética ao festival de rock estadunidense, o Woodstock Music & Art Fair. Nesse sentido, o Festival Rootstock associa também em seu nome o termo inglês *root* (raiz), como forma de evidenciar a busca pelas raízes culturais brasileiras. Além da imagem de raiz, o forró pé de serra alimenta a categoria de rusticidade, recriada a partir de artefatos de madeira, de acessórios em couro, decorações de ambiente com objetos de um passado rural do interior nordestino.

Com isso, a Figura 3, a seguir, recria, ao fundo, um palco com cenário de casa de pau-a-pique barreada, circunda por galhos retorcidos de árvores, como se pertencessem aos arredores da habitação. Já no primeiro plano da imagem, sobre um rústico tamborete de madeira, são apresentados os troféus em madeira confeccionados com sanfona e chapéu de vaqueiro nordestino, os quais são distribuídos como premiações pelo Festival Nacional de Forró de Itaúnas (2018a).



Figura 3 - Troféus em madeira confeccionados com sanfona e chapéu de vaqueiro nordestino.

Fonte: Festival Nacional de Forró de Itaúnas (2018a).

Além desses exemplos de reificação do Nordeste por meio do forró pé de serra no Sudeste, notam-se os diálogos entre culturas. Percebe-se, portanto, a utilização de símbolos tomados no imaginário da região Sudeste como representantes do ambiente rural nordestino. Exemplificando-se, o cacto, conforme demonstra a Figura 3, a seguir, contracena de chapéu de vaqueiro nordestino sobre as areias das dunas das praias do vilarejo de Itaúnas, ES. Ainda na Figura 4, entre outros traços culturais, notam-se os óculos solares Aviator, da Ray-Ban®, originalmente projetados para os aviadores estadunidenses em 1937, sendo utilizados nos ambientes urbanos da modernidade como reflexo de estilo icônico, “com excepcional qualidade, desempenho e conforto” (RAY-BAN, 2018).



Figura 4 - Publicidade de divulgação de classificação do FENFIT 2017.

Fonte: Festival Nacional de Forró de Itaúnas (2018b).

A rusticidade e a simplicidade do ambiente e os elementos da natureza são itens retratados como características marcantes do forró pé de serra (CAITANO; SÉ, 2008). Dentro dessa perspectiva, existem eventos que são realizados em ambientes rurais, áreas com baixa ocupação populacional, de maneira a propiciar aos forrozeiros turistas “o contato com a natureza”, nos termos de Williams (1989) e de Carneiro (2012). Assim, o mundo rural “não é mais o lugar do trabalhador rural, mas do habitante desocupado, cansado da cidade, tem uma atribuição terapêutica e temporária” (WILLIAMS, 1989, p. 70).

Na união de forró e natureza, o Festival Nacional de Forró de Itaúnas ocorre dentro do Parque Estadual de Itaúnas, reserva que apresenta “apresenta ambientes como a mata de tabuleiro, fragmento florestal em extinção no Espírito Santo, restinga, dunas, ambientes estuarinos de mangues, uma extensão expressiva do rio Itaúnas e a mais representativa região de alagados do Espírito Santo” (IEMA, 2018). Em outros termos, um ambiente ideal para quem deseja forrozear com os pés na terra.



Figura 5 - Forrozeiros dançando na terra, com destaque para sandálias e acessório femininos confeccionados em couro.

Fonte: Festival Nacional de Forró de Itaúnas (2018b).

De modo equiparável ao Festival Nacional de Forró de Itaúnas, o Festival de Forró de Aldeia Velha também associa o forró ao contato com a natureza. A Figura 6, a seguir, divulga a proximidade da cachoeira em relação à área de *camping*, localizada na beira do rio. Além disso, a imagem também revela a realização de “festa junina (pau de cebo, casamento da roça, barraca do beijo, comidas típicas),” como recriação de tradições do mundo rural.

Figura 6 - Forrozear na natureza em meio às tradições festivas rurais.

Fonte: Festival de Forró de Aldeia Velha (2018b).

Ao passar do tempo, o forró pé de serra resiste às adversidades presentes na indústria cultural. Ao resistir, ele passa por um processo de recriação, com incorporação de novos traços culturais, ora provenientes das raízes rurais nordestinas, ora presentes nos centros urbanos. Esse diálogo entre culturas transcende as localidades do interior do Brasil e alcança outras nações. Já em 1986, conforme Dreyfus (1996, p. 298), Luiz Gonzaga forrozeava e levava a imagem do vaqueiro nordestino para Paris, na França. Nessa medida, existem diversos eventos forrozeiros promovidos por brasileiros no contexto internacional.



Figura 7 - Festival de forró em Berlim, na Alemanha, reúne forrozeiros de diversas nacionalidades.

Fonte: Psi! Forró Festival Berlin (2018).

A Figura 7, acima, revela como os símbolos reapresentados pelo universo forrozeiro são cultuados. Ao centro da fotografia, um cartaz demonstra o anúncio do festival, no qual, com o chapéu de cangaceiro, Lampião forrozeira com Maria Bonita, tomados como desenhos caricaturados, em alusão ao par dançante de forró. Além do Psi! Forró Festival Berlin (2018), em Berlim, na Alemanha, retratado na Figura 7, cita-se o Rootstock Europa (ROOTSTOCK, 2018c), tendo como cenário Zurique, na Suíça, com apresentações de trios forrozeiros brasileiros. Já em Dublin, Irlanda, o Forró Dublin Festival (2018) contagia o público forrozeiro. Diante dessa propagação forrozeira, o ritmo de raízes brasileiras mantém a musicalidade, a rusticidade e os elementos encontrados nas relações homem-natureza, ainda que haja projeção em ambientes com completa recriação dessas categorias. Assim como reificado no Sudeste brasileiro, o forró pé de serra, de maneira análoga, repercute em país alémmars.

5 | “ISSO AQUI TÁ BOM DEMAIS/OLHA, QUEM TÁ FORA QUER ENTRAR/MAS QUEM TÁ DENTRO NÃO SAI”⁴: CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS IMAGENS DO FORRÓ PÉ DE SERRA

Desde sua fase inicial, no meio do século XX, o forró pé de serra conquistou

4. Dominginhos (1985).

artistas musicais, dançarinos e leigos interessados em apreciar o gênero musical. Como discutido ao longo desta investigação, o forró pé de serra reapresentou características regionais do interior nordestino brasileiro, a exemplo das festas juninas e da música presente na relação homem-natureza. No entanto, conforme demonstrado, esses símbolos foram submetidos às influências do processo de diálogos entre culturas, uma vez que sua apropriação por culturas distintas daquela de sua origem impregne adicionais significados aos símbolos.

Sol, lua, chuva, pássaros, terra, enfim, diversos elementos da natureza são retratados pelas canções de pé de serra. Por conseguinte, as imagens produzidas no âmbito forrozeiro remetem a elementos presentes na relação do homem com a natureza. Com o intuito de propiciar a vivência da simplicidade e da rusticidade do mundo rural retratados pela musicalidade forrozeira, notam-se eventos no Sudeste realizados em ambientes rurais, distantes dos grandes centros urbanos, o que permite aos frequentadores forrozear e usufruir a natureza.

Além disso, em seu percurso, o forró pé de serra migrou da região Nordeste para a Sudeste. Reconhece-se, nesta pesquisa, a existência de inúmeros representantes forrozeiros pertencentes a essa fase de surgimento e consolidação, a exemplo de Marinês, Sivuca, Dominginhos, entre outros. Contudo, na busca por exhibir as raízes históricas e compreender a permanência de seus traços, tomou-se Luiz Gonzaga como ícone dos primórdios do forró pé de serra. O Rei do Baião inspirou seguidores, de forma que, no século XXI, haja nos estados do Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro) eventos diários, além de um calendário de festivais anuais, em alguns casos, com duração de até uma semana. A expansão forrozeiro, ademais, superou a regionalidade nacional e alcançou países europeus. Assim, o forró pé de serra está submetido a um processo de diálogos de culturas, de maneira a estar em constante transformação, ainda que mantenha seus principais aspectos inicialmente projetados por seus idealizadores.

REFERÊNCIAS

BECKER, H. Explorando a sociedade fotograficamente. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, n. 2, p. 95-98, 1996.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CAITANO, A.; SÉ, G. **Por amor ao forró**. 2008. (27min55s). Disponível em: <<http://forropedeserradf.blogspot.com/2010/10/por-amor-ao-forro-esta-no-ar.html>>. Acesso em: 20 jul. 2018

CANTO DA EMA. **A casa**. Disponível em: <<http://www.cantodaema.com.br/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Fotografias**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cantodaema>>. Acesso em: 13 maio 2018.

CARNEIRO, M. J. (Org.). **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na

sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2012.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

DOMINGUINHOS. **Isso aqui tá bom demais**. Composição de Dominginhos e Nando Cordel. RCA: 1985.

DREYFUS, D. **A vida do viajante**: a saga de Luiz Gonzaga. São Paulo: Editora 34, 1996.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Tradução de Sofia Rodrigues. Lisboa: Temas e Debates – Actividades Editoriais, 2003.

FESTIVAL DE FORRÓ DE ALDEIA VELHA (FFAV). **Forró de Aldeia Velha** - Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/festivaldeforrodealdeia/>>. Acesso em: 1º jun. 2018a.

_____. **Fotos** - Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/FestivaldeForrodeAldeia/>>. Acesso em: 1º jun. 2018b.

FESTIVAL DE FORRÓ DE ITAÚNAS (FENFIT). **Festival**. Disponível em: <<http://www.forrodeitaunas.com/>>. Acesso em: 15 maio 2018a.

_____. **Forró de Itaúnas** – Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/oficialfenfit/>>. Acesso em: 15 maio 2018b.

FIGUEIREDO, C. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 15. ed. Venda Nova: Bertrand Editora, 1913.

FORRÓ DUBLIN FESTIVAL. **Festival 2018**. Disponível em: <<https://forrodublin.com/festival-2018/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

FREIRE, A. (Org.). **Cultura dos sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014.

GONÇALVES, M. A.; HEAD, S. Confabulações da alteridade: imagens dos outros (e) de si mesmo. In: GONÇALVES, M. A.; HEAD, S. (orgs.). **Devires imagéticos**: a etnografia, o outro e suas imagens. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras/Viveiros de Castro Editora Ltda/FAPERJ, 2009. p. 15-35.

GONZAGA, L. **Forró de cabo a rabo**. Composição de Luiz Gonzaga e João Silva. São Paulo: RCA, 1986.

_____. **Forró no escuro**. RCA: 1998.

_____. **Lenda de São João**. Composição de Zé Dantas e Luiz Gonzaga. Revivendo: 1999.

_____. **No meu pé de serra**. Revivendo:1999.

_____. **Numa sala de reboco**. Composição de Luiz Gonzaga e José Marcolino. RCA: 1998.

_____. **O fole roncou**. Composição de Nelson Valença e Luiz Gonzaga. Sterns Music: 2000.

_____. **O xote das meninas**. RCA:1996.

_____. **Pau de arara**. Composição de Luiz Gonzaga e Guio Moraes. RCA: 1996.

_____. **Riacho do Navio**. RCA:1996.

_____. Álbum Volta pra curtir ao vivo. RCA: 1972.

_____. **Xamego**. RCA: 1998.

_____. **Xote machucador**. Composição de Dominginhos e João Silva. RCA: 1986.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBRANTINA, G. C. L. **Sociedade dos forrozeiros pé-de-serra e ai!**: entre a memória e a mídia. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (IEMA). **Parque Estadual de Itaúnas**. Disponível em: <<https://iema.es.gov.br/PEI>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARQUES, R. **O Cariri do forró eletrônico**: Festa, gênero e criação no Nordeste contemporâneo. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2011.

_____. Quem “se garante” no forró eletrônico? - produzindo diferenças em contextos de fronteira e ebulição social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 347-383, dez. 2014.

MICHAELIS MODERNO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (MICHAELIS). **Forró**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

NOVAES, S. C. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 455-475, out. 2008.

PAES, J. M. LUIZ GONZAGA: Tradutor da discursividade de nordeste. **Revista do Centro de Pesquisa Comunicação e Cultura: Barroco e Mestiçagem**, [S.l.], n. 2, abr. 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/algazarra/article/view/19111>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

PEIXOTO, C. E. The photo in the film: public and private collections in video-portrait. **Vibrant, Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 344-360, dez. 2012.

PIAULT, M. H. Real e ficção: onde está o problema? In: KOURY, M. G. P. (org.). **Imagem e memória**: ensaios em Antropologia Visual. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 151-172.

PSIU! FORRÓ FESTIVAL BERLIN. **Festival 2019**. Disponível em: <<https://forrofestivalberlin.jimdo.com/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

RAMALHO, D. **Lá vai pedrada!** SOLU: 2009.

RAY-BAN. **Aviator**. Disponível em: <<https://www.ray-ban.com/>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

ROIZEMBLIT, S. **Milagre de Santa Luzia**. 2008. (1h41min11s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IPfoD8cdBy8>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

ROOTSTOCK. **Festival Rootstock Oficial** - Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/festivalrootstock/>>. Acesso em: 20 maio 2018a.

_____. **Festival Rootstock**. Disponível em: <<http://festivalrootstock.com/>>. Acesso em: 15 maio 2018b.

_____. **Rootstock Europa**. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/events/1488441077943194/>>. Acesso em: 3 jun. 2018c.

SAMAIN, E. (org.). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, C. O. Forró x forró: discursos, polarizações e diversidade num campo musical. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA (SIMPOM), 2., 2012, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: SIMPOM, 2012, p. 676-686.

SANTOS, J. F. **Luiz Gonzaga**: a música como expressão do Nordeste. São Paulo: IBRASA, 2004.

TRIO FORRÓZÃO. **Agitando a rapaziada**. Composição de Gavião e Marrom. Rio de Janeiro: Natasha Records, 1999.

TRIO VIRGULINO. **Vida de forró**. Disponível em: <<http://triovirgulino.com.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

TUNHOLIO, M. **Dominginhos Canta e Conta Gonzaga** - filme. Direção de Maurício Machado e Wagner Malagrine. 2012. (1h17min43s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gKVavm_QiZ4>. Acesso em: 20 jul. 2018.

TV CULTURA. **Luiz Gonzaga**. Programa Proposta. 1972. (53h45min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=E6fsltmgm9k&t=2404s>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Orgs.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
VIANNA, L. C. R. Movimentos musicais e identidades sociais no contexto da cultura de massa no Brasil - uma reflexão caleidoscópica. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 25., 2001, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2001, p. 1-28.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Tradução de Paulo Henriques Britto. 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SECA E DEVOÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO CRUZEIRO DE SÃO BOM JESUS EM CARIUTABA NO MUNICÍPIO DE FARIAS BRITO – CE

Emanuel Mateus da Silva

Universidade Regional do Cariri – URCA – Crato
- CE

RESUMO: Seca fenômeno natural que assola a vida do agricultor e do povo sertanejo; devoção, comportamento de fé em algo que condiz a esperança por dias melhores. É sobre essa junção entre Seca, Fé e Devoção que o estudo trata, sobretudo da construção do Cruzeiro de São Bom Jesus. O campo de estudo foi o Distrito de Cariutaba localizado na zona rural a 18 km da sede do município de Farias Brito – CE. Para realização da pesquisa utilizamos como instrumento metodológico a aplicação de entrevistas, visitação ao *locus* em destaque buscando delinear de fato o como, quando e por que da construção desse espaço de cultuação de fé cristã. A discussão inicialmente procura apresentar a relação entre o fenômeno natural e a religiosidade do povo sertanejo. Em seguida apresentaremos o contexto histórico, político e geográfico do Distrito de Cariutaba e especificamente a do Cruzeiro. A partir do embasamento teórico e da oralidade das pessoas mais velhas da comunidade que o *corpus* foi escrito. Vale salientar que a pesquisa histórica é inconclusa tendo em vista que ela é construída a partir do viés de cada cidadão, entretanto, esse trabalho nos permitiu

compreender que o sagrado entra em simbiose com as questões da seca e religiosidade popular.

PALAVRAS-CHAVE: Seca. Devoção. Memória.

ABSTRACT: Dry natural phenomenon that plagues the life of the farmer and the sertanejo people; devotion, behavior of faith in something that matches hope for better days. It is about this junction between Seca, Faith and Devotion that the study deals with, especially the construction of the Cruzeiro de São Bom Jesus. The study area was the District of Cariutaba located in the countryside 18 km from the headquarters of the municipality of Farias Brito - CE. In order to carry out the research, we use as methodological tool the application of interviews, visitation to the highlighted locus, seeking to delineate in fact the how, when and why of the construction of this space of Christian faith. The discussion initially tries to present the relation between the natural phenomenon and the religiosity of the sertanejo people. Next we will present the historical, political and geographical context of the District of Cariutaba and specifically the one of Cruzeiro. From the theoretical foundation and orality of the older people of the community that the corpus was written. It is important to point out that historical research is inconclusive in view of the fact that it is constructed from the perspective of each citizen, but this work has

allowed us to understand that the sacred enters into symbiosis with issues of drought and popular religiosity.

KEYWORDS: Drought. Devotion. Memory.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da construção do Cruzeiro de São Bom Jesus no Distrito de Cariutaba, município de Farias Brito – CE e como esse monumento de fé cristã passou a ser ponto de cultuação religiosa e ecoturismo local para os moradores dessa localidade e dos sítios circunvizinhos. Destarte, torna-se necessária a valoração dessa história por está presente na vida de todos os sujeitos, mesmos os que não sejam católicos.

O presente artigo foi desenvolvido a partir das análises literárias da geração de 30 e pós-moderna da literatura brasileira, especificamente das obras dos autores nortistas que na maioria das vezes trazia como pano de fundo a Seca, a Fé, a Devoção presente nos enredos de seus romances e escritas. Tais autores destaque: Graciliano Ramos com “*Vidas Secas*”, Rachel de Queiroz com “*O Quinze*”, João Cabral de Melo Neto com “*Morte e Vida Severina*”, e o poeta regional Patativa do Assaré que muito escreveu sobre a saga do sertanejo. Vale salientar que não foram somente estes que trataram sobre a temática em questão.

Foi a partir dessas análises que busquei compreender o por quê da construção de um Cruzeiro em meio ao Serrote distante a 6 km do Distrito de Cariutaba. E ainda, o que fez desse local um espaço de cultuação de fé em que corriqueiramente sobem pessoas para agradecer e rezar por algo alcançado. Além disso, busquei compreender qual a relação existente entre o fenômeno natural que é a Seca e a Fé cristã do povo sertanejo.

Para construção da pesquisa, optei pela leitura e análises de obras e estudos que trata sobre a questão da relação entre Seca e Devoção. Além das análises textuais, fiz a opção pela história de vida dos povos da localidade, como metodologia embasada numa abordagem qualitativa de pesquisa.

Trabalhei com entrevistas em que as pessoas foram motivadas a discorrer oralmente sobre a história local, a construção do cruzeiro e a relação entre os indivíduos da comunidade e o espaço em estudo.

É importante dizer que o texto foi construído a partir das análises textuais e da oralidade, está ainda fundamentado nos estudos de Paul Thompson quando diz que “Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta”. (THOMPSON, 1992, p. 197).

Portanto, segue abaixo algumas considerações acerca da pesquisa.

A RELAÇÃO ENTRE SECA E DEVOÇÃO: A ÍNTIMA RELAÇÃO RETRATADA PELA CULTURA

Conforme o dicionário Saraiva Jovem (2010), “seca é uma estiagem muito longa”, e “devoção é sentimento religioso de adoração”.

Característica peculiar que define a região Nordeste a Seca faz parte da vida do sertanejo e é retratada nas mais variadas expressões culturais. Na música, a seca é cantada pelos versos dos sertanejos, tendo como um dos maiores intérpretes o pernambucano Luiz Gonzaga; na Literatura Brasileira, ela serve de pano de fundo para as obras desde o pré-modernismo, “Os Sertões” de Euclides da Cunha, como também, das obras da escola Modernista de 30 na sua fase regional de autores como Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos dentre outros que utilizaram desse fenômeno natural como mecanismo para construções de seus romances.

A cultuação a divindade faz parte da cultura popular brasileira. É perceptível no dia a dia e em muitas localidades a vocação por milagres e a crença popular nas atitudes feitas cada vez que seus pedidos são atendidos por meio da fé. Quanto a sua relação com a Seca percebemos a pregação e a crença de que sempre no mês de março será chuvoso no Estado do Ceará por se mês de São José. De acordo com Matheus Ribeiro (2016), *o santo, padroeiro do Ceará, é reconhecido pela sua tradição de chuvas. Para os religiosos, caso neste dia chova, é sinal de que o ano será de muita chuva, garantindo a safra e a mesa farta.*

No livro “O Quinze” de Rachel de Queiroz, percebemos nitidamente as falas das personagens rogando por chuvas aos santos. Nas músicas interpretadas por Luiz Gonzaga é perceptível a saga do povo nordestino por chuva, onde é demonstrado o fato da migração existente por conta do fenômeno natural. Nos escritos de João Cabral de Melo Neto, especificamente na obra “Morte e Vida Severina” ele demonstra os costumes de um retirante nordestino que foge da fome e da seca e a sua relação íntima com o Rio Capiberibe.

Na música *Seca do Nordeste* interpretada por artistas como Clara Nunes (1972), Fagner (1995), notamos a relação da seca com a devoção nos seguintes trechos da canção:

“(…) Dias e dias, meses e meses sem chover

E o pobre lavrador com a ferramenta rude

Bate forte no solo duro

(…)

Não adianta o meu lamento meu senhor

Ó ó ó ô e a chuva não vem

Chão continua seco e poeirento

No auge do desespero uns se revoltam contra Deus

Outros rezam com fervor (...)

A partir do exposto acima, fica claro que existe uma relação entre o fenômeno natural e a crença, seja essa relação internalizada ou externalizada por meio da cultura de um povo.

DELINEANDO O CENÁRIO DA PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DO CRUZEIRO DE SÃO BOM JESUS

O Distrito de Cariutaba localiza-se na Zona Rural do município de Farias Brito, Região Cariri Sul do Estado do Ceará. Com uma paisagem natural do semi-árido nordestino, com flora e fauna específica da região, é cortado pelo Rio Cariús com característica intermitente é um dos maiores distritos em termos populacionais após a Sede. Faz fronteira limítrofe com os municípios de Cariús e Várzea Alegre.

Sua região e população é formada pelos sítios circunvizinhos (Cajueiro, Caiçara Cachoeira, Carnáúbas, Juá e Pedra Preta). Cada uma dessas localidades apresenta realidades específicas, como população, costumes etc. Quase toda população sobrevive da agricultura de subsistência e trabalham na lavoura como rendeiros e/ou posseiros. Os não agricultores se sustentam de aposentadoria, emprego no serviço público e informal. O comércio tem características simples, sendo a maioria para venda de produtos alimentícios.

Os entrevistados que desvelaram os fios condutores dessa pesquisa são moradores mais antigos do Distrito e os familiares do fundador do Cruzeiro. Aqui utilizaremos somente as iniciais buscando preservar a identidade dos investigados.

OS PERCAMINHOS PARA CONSTRUÇÃO DO CRUZEIRO DE SÃO BOM JESUS

Em busca de informações sai atrás de coletas de informações na casa de alguns moradores do Distrito, que conheciam a história da localidade e tinha uma relação com a agricultura e com a crença religiosa.

Dentre as pessoas uma das entrevistas foi uma professora de aposentada da Rede Estadual de Ensino, formada em História e que por muitos anos tem uma relação com a cultura religiosa local. Conversei ainda com dois agricultores aposentados; uma representante da militância política do Distrito e os familiares do Senhor Pedro Correia. Como dito anteriormente iremos utilizar as iniciais dos nomes dos entrevistados para preservá-los.

Quando conversamos perguntei se poderiam me contar um pouco sobre a história do Cruzeiro.

O cruzeiro surgiu por uma atitude de Pedro Correia. Foi o primeiro a chegar lá e com isso se tornou fundador. É uma história muito restrita porque não há documentos de origem. (M.L.O, 2018)

Foi um tempo que não tinha legumes, e as pessoas comiam casca de banana e também quando tinham mungunzá. Pedro Correia, por ser dono de muitas terras fez uma promessa se caso chovesse colocaria uma cruz em cima do serrote, parte de suas terras. (J.S.P, 2018)

Lembro demais, 1930. Seca grande e quase todo gado morrendo. Pouca chuva, pouco legume, muita fome. Sobre o Cruzeiro, nasceu dessa seca por conta da promessa de Pedro Correia, se chovesse ele colocava uma cruz. Choveu, mas num foi muito. E ele colocou a cruz. (A.P.A, 2018)

Tempo em que as condições financeiras eram ruins. A ajuda política era somente emergencial. A crença religiosa fez nascer aquele local em meio a seca que devastava a população. (O.D.O, 2018)

Meu avô, desmatou o local e pôs uma Cruz para agradecer as chuvas que ele pedira. Sempre ia visitar o local quando mais novo, suas visitas fizeram dessa parte de sua terra um santuário, onde as pessoas iam agradecer a São Bom Jesus por alguma graça alcançada. (L.U.P, 2018)

É notável nas palavras acima, que mesmo sem uma documentação formal a história da construção do Cruzeiro está interligada com a devoção de um cristão chamado Pedro Correia e a sua relação com a seca. Nota-se que esse monumento foi construído a partir de uma promessa por dias melhores.

Logo em seguida os indaguei se existia alguma relação interpessoal com o Cruzeiro.

Quando jovem gostava muito de ir lá, rezar terços e olhar a paisagem. Ele faz parte de minha história. Tenho história de vida sobre aquele local. (M.L.O, 2018)

Eu acho muito bom lá. É a melhor viagem que faço. Lembro da infância, dos meus familiares. Lembro de várias bagunças de criança. Faz 45 anos que visito aquele local, e todos os anos não fico sem ir. (J.S.P, 2018)

Faz parte da vida de meu pai. Faz parte de minha vida. Sou devoto de São Bom Jesus. Fico aqui de casa imaginando como deve estar. Já que não posso mais ir. Mas o tenho na minha memória e isso não apaga. (A.P.A, 2018)

É cultura. É vida. É a história de meu povo. Da localidade que me recebeu de braços abertos há anos. Quando podia sempre visitei. Hoje mando e indico as pessoas a visitarem. (O.D.O, 2018)

É uma ligação familiar. Lá está traços de meu avô. Parte da história da minha família. (L.U.P, 2018)

As passagens acima, revela a cumplicidade que as pessoas tem para com o local em destaque. O cruzeiro de São Bom Jesus, faz parte do nascimento e da vida de muitos dos moradores. Já sabemos que ele foi construído a partir de uma graça alcançada pelo seu fundador. Nesse momento, perguntamos aos entrevistados de algum testemunho de graça alcançada que não fosse somente a do Senhor Pedro

Correia.

Tenho um testemunho meu. Fui pagar uma promessa lá porque comecei a faculdade e aí me apeguei muito a Bom Jesus da Lapa para que conseguisse alcançar minhas metas. Foi muito sacrifício, mas consegui. Assim que me formei, fui junto com a comunidade e levei uma imagem de Bom Jesus para lá, soltei fogos de artifício e festejei muito [risos e lágrimas]. (M.L.O, 2018)

Meu filho tinha quebrado a perna e não tinha dinheiro para levar pro doutor. Passei 3 dias com ele em casa e a perna estava ficando preta. Depois fui a cidade e meu filho foi encaminhado pra Crato. Uns dizia que a perna ia ser cortada e outros dizia que ele ia morrer. Como não sabia ler, fiquei sem saber o que fazer. Minha mulher, fez uma promessa pra São Bom Jesus que se a perna de meu filho ficasse boa, nós ia levar uma de madeira pra lá. Num foi preciso cortar e nós fomos deixar a perna de madeira. (J.S.P, 2018)

Sentia forte dores de cabeça. Fiz uma promessa que se deixasse de sentir. Ia deixar uma cabeça de madeira na cruz de São Bom Jesus. Tomei remédios por anos, fiquei bom através da minha fé, pois o remédio num servia muito. (A.P.A, 2018)

Sempre acreditei nos santos e no povo. Como política, sempre fazia promessas pra ganhar uma eleição. Sempre fui atendida e ia pagar as promessas. (O.D.O, 2018)

Já paguei algumas promessas na antiguidade. Hoje tenho outras crenças. Não creio em milagre por meio de santos. Mas muita gente sim. [risos] (L.U.P, 2018)

Por fim, perguntamos se hoje as visitas ao local ainda tem o mesmo propósito de antigamente ou outros motivos.

Ainda hoje é considerado um ponto turístico religioso de nossa comunidade. Mas também muitos vão para pratica de esporte em meio a natureza, trilhas. (M.L.O, 2018)

Eu vou para agradecer alguma graça. Mas meus filhos e netos vão somente para andar, ver o lugarejo de cima. (J.S.P, 2018)

Sempre vão por conta de alguma graça alcançada por um amigo ou parente. Tem alguns que vão somente para andar outros para rezar. (A.P.A, 2018)

Muitos vão por questões religiosas, outros somente para andar. O governo municipal tem investido no local, fazendo escadas para o povo subir. (O.D.O, 2018)

Eu quando vou é somente para ver o distrito do alto da serra. Muitos ainda vão para agradecer algo alcançado. (L.U.J, 2018)

Mesmo com o passar dos anos, a visitação ao Cruzeiro ainda continua sendo por conta das graças alcançadas e que a crença popular ainda é viva na cultura do povo. É preciso destacar ainda, que o ambiente tornou-se um ponto turístico religioso da comunidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada me permitiu a ter uma maior compreensão sobre a inter-relação existente entre o Cruzeiro de São Bom Jesus e os moradores do Distrito de Cariutaba localizado no município de Farias Brito – Ce. A partir da oralidade, percebemos o passado de um povo vindo ao encontro com os costumes da atualidade, além do mais, notamos a similaridade das informações e emoções contidas em cada palavra ditas pelos sujeitos da pesquisa.

Com o estudo ficou evidente de que existe uma relação entre Seca, Fé e Devoção. Fenômeno cultural, sentimento humano que foi retratado nas mais variedades correntes artísticas por aqueles que fazem parte da cultura sertaneja, por aqueles que um dia estudaram ou conheceram o Nordeste.

O Cruzeiro de São Bom Jesus foi construído a partir deste tripé, onde por conta da Seca e Devoção um agricultor, donos de algumas terras finca um Cruzeiro no alto da serra que é avistado por todos aqueles que adentra as terras do distrito.

É preciso dizer que mesmo sem um registro documental dos fatos históricos, podemos verificar a partir da oralidade que há uma verossimilhança na história de fundação do Cruzeiro.

REFERÊNCIAS

MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral e Memória a cultura popular revisitada. Editora Contexto, 2000.

OLIVEIRA, Rogério Carlos Gastaldo; SARAIVA, Kandy S. de Almeida. **Saraiva Jovem**: dicionário da Língua Portuguesa lustrado. Editora Saraiva: 2010.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

<https://www.lettras.mus.br/fagner/256802>. acessado em 09 de Agosto de 2018.

<https://tribunaceara.uol.com.br/noticias/ceara/mito-de-que-chuva-no-dia-de-sao-jose-significa-bom-inverno-nao-tem-fundamento-cientifico/> acessado em 09 de Agosto de 2018.

MITOS E RITOS DOS MUNDOS ÁRABES E INDÍGENAS: A DANÇA COMO UM OÁSIS DE REAFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES

Luiza Angélica Oliveira Guglielmini

Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Amazonas

Romy Guimarães Cabral

Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Amazonas

RESUMO: O artigo “Mitos e Ritos dos Mundos Árabe e Indígena: a dança como um oásis de reafirmação de identidades”. Caminhos entrelaçados, vidas, culturas, é um exercício na irmandade. Acima de tudo, uma aliança que contém dimensões étnicas, éticas, políticas e práticas. É uma construção contínua, uma costura de mundos, e como um xamã, é uma reunião de conhecimento, percepções, de toda a informação possível, em suas versões mais variadas, sem reduzi-los, mas ampliando-os, em uma multiplicidade de experimentos. Assim, é um oásis no mundo árabe, um ponto no deserto árido, agradável e fértil, onde há abrigo, comida e diariamente, permeado pela música, dança e oralidade, tudo passou através das gerações. No contexto amazônico, é possível dizer que um oásis pode voltar-se para a situação de manifestações de abrigo, organizacional e cultural (ritual), despertando as mais variadas complexidades, com a vitalidade

adequada à música, a preparação do corpo para o fluxo ritual de representação na dança. Uma euforia que mistura a aprendizagem e as emoções, puro encanto em uma extraordinária imersão étnica, que tem nas indumentárias, adornos e ornamentos, profundamente enraizados, sentimentos de prazer-percepções do incessante entrelaçamento de mundos, distintos em suas origens e concepções, mas aqui, da comuna em essência - Árabe e Indígena. Assim, os limites étnicos fortes e simultaneamente fluidos, tanto para os povos indígenas como para os povos árabes, neste ensaio, unem e harmonizam os sons da vida contemporânea, em que esta aponta para identificações e reafirmações identitárias em contexto urbano amazônico.

PALAVRAS-CHAVE: intersecções; indígenas e árabes; mitos e ritos.

MYTHS AND RITES OF THE ARAB AND INDIGENOUS WORLDS: DANCE AS AN OASIS OF REAFFIRMATION OF IDENTITIES

ABSTRACT: The article “Myths and Rites of the Arab and Indigenous Worlds: dance as an oasis of reaffirmation of identities”. Intertwined paths, lives, cultures, is an exercise in fellowship. Above all, an alliance that contains ethical, ethical, political, and practical dimensions. It is

a continuous construction, a seam of worlds, and as a shaman, it is a gathering of knowledge, perceptions, of all possible information, in its most varied versions, without reducing them, but enlarging them, in a multiplicity of experiments . So, it is an oasis in the Arab world, a point in the arid desert, pleasant and fertile, where there is shelter, food, permeated by music, dance and orality daily, all passed through the generations. In the Amazon context, it is possible to say that an oasis can turn to the situation of manifestations of shelter, organizational and cultural (ritual), arousing the most varied complexities, with the vitality appropriate to music, the preparation of the body for the ritual flow of representation in dance. An euphoria that mixes learning and emotions, pure enchantment in an extraordinary ethnic immersion, which has in deeply rooted attire, adornments and ornaments, feelings of pleasure-perceptions of the incessant interweaving of worlds, distinct in their origins and conceptions, but here , of the commune in essence - Arab and Indigenous. Thus, strong and simultaneously fluid ethnic boundaries, both for indigenous peoples and Arab peoples, in this essay, unite and harmonize the sounds of contemporary life, in which it points to identifications and reaffirmation of identity in an Amazonian urban context.

KEYWORDS: intersections; indigenous and Arab peoples, myths and rituals.

1 | INTRODUÇÃO

O presente ensaio é o resultado de um exercício antropológico que, de forma ousada, foi composto tendo como recorte de ancoragem os rituais de dança e expressões dos mundos indígenas e árabes, evidenciados nas atividades festivas e folclóricas realizadas na cidade de Manaus-Am. O Festival Marquesiano foi o lugar escolhido para a composição antropológica deste artigo, onde, metaforicamente constitui-se, sob o olhar das pesquisadoras, como um oásis de interfaces e reafirmações identitárias, demarcadoras da diversidade étnica e cultural existentes no cenário amazônico.

O nome do festival foi atribuído em razão do nome da “Escola Estadual de Tempo Integral Marquês de Santa Cruz”, criadora do evento. O Festival Marquesiano foi criado no ano de 1972, pela Escola Estadual de Tempo Integral Marquês de Santa Cruz. Este ano de 2018, esteve em sua 46ª edição, com o tema “Ame a natureza e a cultura popular”. As apresentações artísticas e culturais contam, anualmente, com cerca de vinte (20) grupos de dança, além dos convidados especiais. Os grupos de dança são avaliados por comissão julgadora composta por artistas e profissionais renomados no Amazonas e no Brasil. Essa comissão, é levada a premiar, com troféus, os grupos concorrentes pela divisão de três categorias: regional, nacional e internacional.

Nesse entrelace e (des)lace, o mundo da comuna requer que estejamos imersos em suas ações, atitudes, e principalmente, nas escolhas de estar unidos, ainda que pelo universo da música e da dança, o que em toda e qualquer cultura designa momentos de confraternização. Considerando as etapas e relações conflitantes nesse processo.

Dantas (1999, p.12) apud Soares (2014, p.12), sublinhava nos encontros de

orientação: “escrever sobre dança é uma outra forma de dançar”. Como alento, destaca-se a fala de Overing (1992, p. 89) ao discorrer sobre o trabalho de Nelson Goodman na Amazônia a respeito do Xamã como construtor, o qual já salientava que nosso conhecimento e percepções são constituídos por informações de diversas versões de mundo, que provém de várias ciências, de obras de pintores, de escritores, da execução de sinfonias e assim por diante, e que muitas vezes podem ser dramaticamente contrastantes, mas não são redutíveis, pois participam do processo do conhecer, e cabe a cada um fazer e refazer mundos descritos de modos diversos, e é esta multiplicidade que nos permite conhecer, perceber, compreender e, portanto, experimentar “o mundo”, seja ele permeado de tradições árabes ou indígenas.

Adentrar nas incursões literárias sobre a dança, seja ela árabe ou indígena, exige mais que dançar, verifica-se de modo decisivo a exigência da ‘consciência corporal’, tão solicitada nas salas de aula em cursos de dança, que aqui é empregada tal qual afirma Bakhtin (2003a, p.105) apud Reis & Zanella (2010, p.151), sentir-se por dentro, no sentido visceral dos efeitos do movimento sobre o corpo: músculos, ossos e articulações. Uma consciência sensível, cinestésica, relativa ao corpo interior, quando o eu vivencia a si próprio enquanto corpo exterior, constituindo-se em relação ao outro, e que também atua em bailarinos durante a improvisação, quando não há tempo para imaginar ou planejar mentalmente a sequência de passos na dança.

Esse exercício cultural é considerado aqui como um costurar de mundos, experiência que reúne conhecimentos, informação, percepções. E em ambas culturas (árabe e indígena), manifestações de abrigo, organizacional e cultural (ritual), despertando as mais variadas complexidades, com a vitalidade adequada à música, tendo a preparação do corpo para o fluxo ritual de representação na dança, pois é nisto que consiste a “ ‘eficácia da arte’ - se constituir nesta capacidade agentiva da forma, das imagens e objetos, que não necessita ser bela, mas deve agir sobre o mundo ao seu modo, e surtir seus efeitos” (LAGROU, 2009, p.31). Assim iniciamos essa caminhada no universo árabe e indígena, pelos vieses da dança, da música e das expressões e imersões corporais, enquanto possibilidade de entendimento e construto de registro.

Os árabes, de acordo com El-Moor (2013, p.2) fazem parte de um grupo de povos que aportaram no Brasil ao longo de quase dois séculos, trazendo diversas culturas estrangeiras e contribuindo para a construção de uma identidade nacional. Falar da cultura árabe no país, é segundo esta autora, fazer referência àqueles imigrantes – na sua maioria sírios e libaneses – que aqui desembarcaram a partir da segunda metade do século XIX, bem como é, reconhecer uma herança cultural que se instalou na forma de hábitos e costumes por meio dos portugueses e espanhóis após quase oito (8) séculos de influência islâmica na Península Ibérica.

Os indígenas, de forma histórica e inegável, aparecem no cenário brasileiro desde antes de sua “certificação de existência”, ilustrada e referendada por emissários da corte portuguesa desde o ano de 1500 do século XVI. De acordo com Pacheco de

Oliveira (2016):

A conhecida pintura de Victor Meirelles, *A Primeira Missa no Brasil*, baseada na carta do escrivão da frota portuguesa, Pero Vaz de Caminha, retrata a chegada às costas do Brasil da frota de Pedro Álvares Cabral. Ela será saudada por Capistrano de Abreu (1931-1934) [1883], destacado historiador e intelectual influente, como legítima “certidão de nascimento do Brasil”. [...] Se formos buscar nos arquivos coloniais imagens mais aproximadas do que poderia ser um tal “nascimento”, certamente a gravura de Jean-Baptiste Debret, colocada na capa deste livro, poderia ser muito mais sugestiva. A transformação da população autóctone, antes livre e autônoma, em subalterna, processo indissociavelmente violento e arbitrário, respondeu aos interesses econômicos dominantes, como a apropriação da terra e a obtenção de mão de obra, articulada com a consolidação da classe dirigente e de uma estrutura de governo. Ela não prescindiu jamais de um processo de genocídio – chamado de forma eufemística de “pacificação” – que correspondia à fabricação de um permanente estado de guerra que justificasse, na prática, a completa negação de quaisquer direitos à população autóctone. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 16.17).

Com base nessas históricas colocações, vê-se que a esse período o indígena era concebido pelos primeiros exploradores, como índios genéricos, sem pertencimento a um povo com língua e costumes próprios. À essa época seus rituais de organização social, expressão e celebrações eram considerados, pelos enviados da corte portuguesa, como indicadores de “fidalguia e naturalidade”, costumes que, em suas visões, eram apenas distintos dos costumes europeus (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 27).

Essas visões não contribuíam para o desenvolvimento e exploração econômicos tencionados pela coroa portuguesa, ao passo que logo se trabalhou no sentido da percepção de ver os povos indígenas como selvagens, perigosos e de práticas inconcebíveis, para a corte, como o canibalismo. Assim, esse imaginário foi incutido na memória brasileira, como bem se pode exemplificar, tendo como mostra, os livros de história usados nas escolas, que, em muito, continuam a contribuir para apresentar os povos indígenas como “populações primitivas, rudimentares e neolíticas” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 27).

Ainda segundo Pacheco de Oliveira (2016), no período da República, resgata-se a imagem do índio ideal, emblematicamente romantizado pela literatura brasileira. Este índio se encontra “nas regiões mais remotas do Brasil atual, numa espécie de coração ou núcleo da nacionalidade, no meio das florestas intocadas, que reproduzem a natureza do país antes do descobrimento”. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 28).

Em contraposição à essa imagem estereotipada de “ser índio”, as organizações, movimentos e representações indígenas e indigenistas, nos dias atuais, desenvolvem uma postura coerente e política, expressando suas identidades, diversidades e especificidades, através:

de elementos diacríticos de sua alteridade: as pinturas corporais, os adornos e os cocares [...]. As ações culturais e performances rituais deixam de ser um saber restrito aos mais velhos, e passam a envolver crescentemente os jovens e as mulheres, incorporando também contextos cotidianos, como as atividades escolares, as manifestações artísticas e as mobilizações políticas. (PACHECO DE

Dessa forma, as representações indígenas vão ganhando espaço no contemporâneo cenário brasileiro. No recorte aqui pretendido, as danças e os rituais indígenas, inicialmente, refletiam o índio genérico e romantizado, através de festividades folclóricas apresentadas, em geral, nos meses de junho a agosto e em datas comemorativas escolares, como o Dia do Índio e Dia do Descobrimento do Brasil.

O exercício que por ora nos impomos, de estudar a dança como tomada de identidade, se ampara dentro da Antropologia no que Travassos (2007, p.196) destacou como fala de Blacking em 1973, reivindicando para a área, o estudo da estrutura e qualidade dos afetos entendidos como fenômenos simultaneamente internos, subjetivos e externos, comunicados a outros e capazes de exercer efeitos sobre a cognição e a ação na busca em explorar os vínculos entre mental e corporal, biológico e cultural, hemisférios direito e esquerdo do cérebro, comunicação verbal e não-verbal, habilidades inatas e adquiridas.

Percebe-se que tanto para os árabes quanto para os indígenas, a dança, antes de ser milenar e sagrada, pode ser entendida como uma linguagem de sobrevivência, resultado bem sucedido de expressão ritual e de “adaptação” longa e dolorosa, tal como apontam os estudos de Zemp (2013, p.31), que descreveu a música e a dança como um vetor poderoso de identidade e herança cultural de um povo, que pode ser compreendida através de múltiplas abordagens.

E não por acaso, aos que conseguem esse descortinar cultural, e aproximam-se na participação dos ritos, aprendem sobre suas cosmologias, sentem algo inexplicável, mas que de algum modo perpassa o lúdico e seu intenso transbordar na dança ritual. De modo que a admiração nos faz dar vazão aos desejos em participar, tal como Montardo (2009, p. 18) coloca sobre os Guarani: “vamos com o objetivo de aprender”.

Nessa composição, busca este o entendimento das danças e suas ritualísticas com maior poder de representação folclórica na cidade de Manaus/AM, e que terminam tendo como principal preocupação, reforçar o construto de identidade de seus respectivos povos representantes. O Festival Marquesiano é o lócus investigativo nessa construção teórica, deste extraindo as danças indígenas e árabes, como importantes expressões de fortalecimento identitário em contexto manauense.

Dos povos árabes escolheu-se o estudo do Dabke, que em árabe significa “sapateado”, surgiu entre o Líbano e a Palestina, é uma dança folclórica muito comum no Oriente Médio. Trata-se de um ritmo de coreografias de grupo, pisadas de pés (ou dabke), aplausos e gritos. É tradicionalmente dançada também durante a primavera, e a estação chuvosa e em casamentos na época da colheita. É uma dança em que os participantes, homens e mulheres, estão em linha e executam os passos que o líder (Al-Lawaah) do grupo faz. É uma mistura de passos, sapateados e saltos, sendo as dançarinas alternadamente separadas, de mãos dadas ou de ombros, por isso requer energia e força, e assume a forma de um semicírculo, geralmente entre 6 e 15

dançarinos. (ZAIN, 2017).

Para Weiss (2013), uma possível teoria de sua origem (Dabke) é que talvez tenha sido uma necessidade, isto porque na antiguidade as casas eram construídas de pedra e argila com seus tetos de madeira, também em palha e argila. Eram colocados tirantes nos telhados e depois faziam uma camada de palha e lama com 50cm de espessura. Com o passar do tempo, esta camada se quebrava e ocorriam infiltrações da água de chuva dentro das casas, então o teto tinha que ser reparado. A maneira de repará-lo era umedecendo a argila e pisoteando-a; desta forma eram reparadas as rachaduras do telhado das casas. Um trabalho que envolvia muitas pessoas e muito tempo, por isso era realizado em grupos de vizinhos que se encontravam para ajudar uns aos outros. Então, eles se alinhavam, agarravam as mãos e avançavam um passo e pisoteavam, depois dava um passo à direita e pisoteavam novamente. Para evitar que o trabalho se tornasse monótono e cansativo, alguns cantavam poesias e dançavam ao ritmo delas, dando um passo à frente, um pisoteio e um passo à direita e outro pisoteio.

Com o passar do tempo, instrumentos de música foram adicionados às essas cantorias, originando assim a dança e a música do Dabke. Atualmente há uma variação da dança em um círculo, virando à direita, com as mãos agarradas, com um ou vários ponteiros que são chamados de “ras”, que em árabe significa cabeça.

De acordo com Karim Nagi (s/d) o dabke (também escrito Dabka, Dubki, Dabkeh, plural Dabkaat) é uma dança de grupo encontrada nos países árabes orientais. Realizada principalmente como uma dança de linha unisex, e é feito em festas de comunidades libanesas, sírias, jordanianas e palestinas. Uma versão também pode ser encontrada no Iraque, conhecido como Chobie. Há muitas performances de palco e teatro que mostram o Dabke como uma forma de protesto social não-violenta durante a guerra e conflitos. Em cenários sociais, os dançarinos dão as mãos, movendo-se em linhas e girando em círculos e semi círculo. É uma dança apreciada por todas as idades e ambos os sexos. Na cidade de Manaus, o Dabke palestino tem como principais representantes, no festival folclórico Marquesiano, a Cia El Fanoum e o Dabke libanês a Cia Al Karak.

Os estudos das danças do povo indígena Sateré-Mawé, aqui em análise o Ritual da Tucandeira. Ritual de passagem, que mostra o crescimento do menino sateré até a fase adulta. Para completar a passagem o rapaz deve ter colocado as mãos na luva por vinte (20) vezes, no correr dos anos. Essa é a preparação para o ser guerreiro, adulto capaz de conceber, manter e repassar os conhecimentos tradicionais sateré e a língua mãe para sua família.

A luva da tucandeira, assim chamada, é feita de teçume de palha, onde são colocadas cerca de duzentas (200) a quatrocentas (400) formigas, da espécie tocandira/tucandeira, colocadas uma a uma, com o ferrão para dentro. Essas formigas são conhecidas por picada fortemente dolorosa, mas que para o povo Sateré funciona, também, como uma espécie de vacina, capaz de fortalecê-los contra doenças variadas,

dentre elas o reumatismo. Esse relato feito pelo cacique Antônio Tibúrcio, cacique local da Aldeia Vila Nova, situada no rio Marau, e cacique geral da Terra Indígena Andirá-Marau.

A dança, no Ritual da Tucandeira, é executada pelos mais velhos, homens conhecedores de todo o processo, um cantor, seguido por outros e depois muitos homens. O(s) menino(s)/rapaz(es) escolhidos para a passagem de fase, são acompanhados/ segurados por dois homens, um que canta e outro que vai entoando falas que provocam o menino a se encorajar, a ser homem durante e depois da participação no processo. Para adentrar ao ritual, o “escolhido” é preparado da seguinte forma: passam-lhe as mãos numa tintura de jenipapo e colocam-lhe adornos nas pernas – espécies de chocalhos - , na altura da panturrilha, e nos braços. Esses adornos funcionam dando ritmo à cantoria, além de aquecer o sangue para minimizar as dores, enquanto dançam, batendo com os pés no chão, geralmente a perna direita que dá a marcação forte e rítmica. Inicialmente, a dança inicia em formato de cobra, qual vai se movendo conforme juntam-se à esta outros participantes, hoje compondo-se também por mulheres e crianças, além de visitantes aceitos pelo povo como aliados.

O ritual da Tucandeira é realizado em festividades diversas, tanto pode ser realizado no final de uma colheita, como pode ser uma das atividades em alusão ao Dia do Índio e também para comemorar a finalização de conquistas, como a formação em nível superior de professores Sateré-Mawé.

Apenas para destacar, a formação acadêmica dos professores Sateré, são processos desenvolvidos desde o final dos anos 90 e meados de 2000, que iniciou com a formação no nível fundamental ao nível médio, através do Programa de Formação de Professores Indígenas, Projeto Pyra-Yawara, da Secretaria de Educação e Qualidade no Ensino (SEDUC/AM). Depois, com formação continuada nas graduações em licenciatura e bacharelado, por turmas específicas e/ou por sistemas de cotas ofertados pelas Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM).

Voltando ao ritual da Tucandeira, é um dos muitos rituais que são representados nas danças indígenas apresentadas em Manaus e em festivais renomados de dança no Brasil, onde as batidas fortes dos pés no chão, os sons dos chocalhos, a entonação das vozes e os passos da dança, são folclorizados, permitindo que o imaginário da população, manauense e brasileira, generalizem essa representatividade de como é ser índio. Para o movimento e associações indígenas, essas manifestações, na atualidade, podem e devem contribuir para fortalecer o ethos cultural de cada povo indígena do território nacional, bem como de reafirmar suas lutas e existências.

Vale lembrar que, o povo Sateré-Mawé, de língua Tupi, habitante da Terra Indígena Andirá-Marau, ficou conhecido por essa nomenclatura devido a necessidade de junção de dois clãs (sateré: lagarta de fogo; Mawé: papagaio falante) pertencentes ao mesmo grupo e que, com as investidas opressoras do governo local e nacional, além dos missionários religiosos, uniram-se como estratégia de continuidade e perpetuação

de seus rituais e língua originária.

Os registros aqui feitos, sobre o Ritual da Tucandeira e sobre o povo Sateré-Mawé, são resultado de pesquisas de campo realizadas nos anos de 2001-2013, nas Aldeias Nova Esperança, Vila Nova, Ponta Alegre e Vila Batista (esta localizada na Terra Indígena Kwatá-Laranjal, terra Munduruku, no Amazonas).

Tanto o Dabke quanto a Dança da Tucandeira, aparecem nas coreografias, nas letras das músicas, nos acessórios, figurinos, indumentárias, pinturas e nos elementos de cada apresentação, tendo tal qual Marques (2011, p. 34) aponta, o corpo como canal de expressão, utilizando técnicas adequadas para despertar a energia psíquica que necessita fluir com o despertar criativo, com o propósito de concretizar, dar forma, ao que é intangível, difuso, desconhecido ou reprimido.

Ritualística esta que, ao ser desenvolvida, dá mais beleza às apresentações e no dia a dia em qualquer lugar que seja executada, ao ser permeada pela música, dança e oralidade através das gerações, fortalecem a identidade. Numa certa euforia, ressalta-se uma mistura de aprendizagem e emoções. Além do encanto visualmente proporcionado, o posicionamento político de reafirmação identitária, aparecem como uma extraordinária imersão étnica, que tem nos adornos e ornamentos profundamente enraizados, sentimentos de prazer e de pertença. Percepções de um incessante entrelaçamento de mundos, da comuna em essência, seja ele árabe ou índio.

Assim o objetivo geral deste ensaio foi analisar por meio do processo interpretativo da dança executada no cotidiano, a construção de eventuais bailarinos/dançarinos (termos utilizados aqui como sinônimos para designar aquele/a que pratica a dança), demonstrando por meio da pesquisa bibliográfica as diversas nuances dos estudos e pesquisas acadêmicas já realizadas, as suas facetas enquanto arte, sensibilizando quanto as suas múltiplas interpretações, percorrendo por fim na contextualização da experiência das autoras nas respectivas danças.

De modo que inicialmente nos propusemos a buscar e selecionar o material encontrado, separando e fichando os textos julgados mais relevantes, além de recorrer a anotações de aula e festivais já participados, verificaram-se vídeos, releam-se textos trabalhados em sala de aula, o que denota que ao menos para este ensaio, o enfoque seja eminentemente descritivo.

Todavia conforme apontado por Montardo (2009, p. 22) apesar do foco do trabalho ser a dança, a música e o corpo surgem como elemento principal para o entendimento cultural. Isto porque a dança somente pode ser entendida propriamente nos contextos de uso e dos mundos conceituais de seus praticantes (BLACKING, 2013, p. 78), pois o corpo é um tema incontornável quando se pesquisa dança, por ser o veículo próprio dessa forma de expressão (XAVIER, 2006, p. 65).

2 | A BUSCA DO INDIVIDUAL NO PREPARO DO COLETIVO: A TRADIÇÃO DO OUTRO NA ARTE DO APRENDER E ENSINAR

O corpo tem sensações que são vias de acesso ao inconsciente. Estas são precisamente algo que se cria na relação individual com o mundo, para além da percepção e do sentimento, quando uma sensação se produz no mapa dos sentidos, torna-se um signo que necessita ser decifrado (MARQUES, 2011, p. 23).

Tal como Xavier (2006, p. 65) relata, “inicie a prática da dança quando meu corpo não mais podia executar movimentos bruscos, saltos ou permanecer de cabeça para baixo”. E esse movimento foi um descobrir-se! A motivação da persistência vem a partir desta sensação, tal como a relatada por Montardo (2009, p. 50), de abrir, revelar, que remetem à noção do que já existe, mas que está sendo aberto, revelado, naquele exato momento para determinada pessoa.

Mas como bem disse Geertz (1997, p. 180), é importante buscar a raiz das formas ao que o autor chamou de “história social da imaginação”, isto é, na construção e desconstrução dos sistemas simbólicos, na medida em que indivíduos, ou grupos de indivíduos buscam fazer sentido da profusão de coisas que lhes acontece.

Para Blacking (2013, p.78.80), a música tal como a dança é vista como um sistema significativo pleno (signos) e uma linguagem de emoções (sentimentos), e deve ser estudada transculturalmente, através das ‘linguagens’ cotidianas em cada cultura. De acordo com Travassos (2007, p. 199) a inteligência musical agrega indivíduos em grupos, coordena ações e integra os hemisférios do cérebro. Isto adquire relevância, na medida em que aponta para os estudos de Seeger (2008, p.239) sobre a etnografia da música, que aponta para o registro escrito de como os sons são concebidos, criados, apreciados, e como influenciam em outros processos musicais e sociais, indivíduo e grupos.

Na academia de dança e nos ensaios em preparação para o festival, apurar o ouvido para a música, os passos das danças, tanto árabe quanto indígena, é solicitado como requisito para melhora do ritmo, do acompanhamento e discernimento dos instrumentos utilizados. E ainda que o foco do trabalho de sala de aula seja o corpo e os movimentos possíveis, os fundamentos históricos da dança são posteriormente sugeridos como pesquisa para melhor compreensão do ritmo, imprescindível para o entendimento da cultura, conforme Vidal & Silva (1992, p. 283), novamente aqui vai aparecer o universo dos sons e da afinidade que é preciso ter com a música:

O porto seguro, o manancial criativo da dança é a música. Este gênero de dança está vinculado à música em todos os aspectos, portanto, um trabalho que não oferece conhecimento e pesquisa das estruturas rítmicas e melódicas, está no mínimo pela metade. Assim sendo, recriações, teatralidade e artifícios cênicos vêm sendo explorados e pode se utilizar deles para construir em sala de aula a atmosfera de criação expressiva interna. (CUNHA, 2010, p. 82).

É a partir da intimidade com a música, com os acessórios e os movimentos, que se permite o espelho cada vez mais, e observa a beleza do movimento projetado e

passa a sentir-se cada vez mais seguro e feliz. E é essa relação com o espelho, com outro ausente, que ocupa a posição de contemplador da dança, que é muito utilizada em sala de aula de dança, pois assim é possível saber de antemão numa dança não coreografada, ou até mesmo no improvisado que vez ou outra é solicitado, como fazer ou não para ficar com os movimentos esteticamente melhores (REIS, 2007, p. 89).

Na vida agimos julgando-nos do ponto de vista dos outros, tentando compreender, levar em conta o que é transcendente à nossa própria consciência: levamos em conta o valor conferido ao nosso aspecto em função da impressão que ele pode causar em outrem. (...) Na vida, depois de vermos a nós mesmos pelos olhos de outro, sempre regressamos à nós mesmos; e o acontecimento último, aquele que parece-nos resumir o todo, realiza-se sempre nas categorias de nossa própria vida. (BAKHTIN, 1997, p.36.38).

Importa observar o que nos sinaliza Marques (2011, p.41-42) de que a dança pressupõe um trabalho com a emoção, seja no expectador como a de quem produz a obra, e este processo artístico é um caminho para transformações pessoais, uma vez que envolve além da técnica, a comunicação, a estética, a criatividade, a percepção e a atitude.

Por isso Trevisan (2000, p.107) aponta que além das técnicas de movimentos, quando se opta pela dança, é preciso buscar sentir como é bom dançar, demonstrar os sentimentos, saber improvisar, ter ritmo, simpatia, desenvoltura para palco, e somente assim conseguirá conquistar o público com a sua arte, sorriso e alegria, demonstrados através do completo conhecimento que se tem do próprio corpo.

A beleza dos acessórios que passamos a conhecer e ou a usar no cotidiano, fortalecem a relação com o espelho a cada dia. O que por vezes ocasiona tal como as sensações de Luísa descritas por Eça de Queiroz:

[...] Sentia um acréscimo de estima por si mesma, e parecia-lhe que entrava enfim numa existência superiormente interessante, onde cada hora tinha o seu encanto diferente, cada passo conduzia a um êxtase, e a alma se cobria de um luxo radioso de sensações! (...) Veio-lhe uma alegria: sentia-se ligeira, tinha dormido a noite de um sono são, contínuo, e todas as agitações, as impaciências dos dias passados pareciam ter-se dissipado naquele repouso. Foi-se ver ao espelho: achou a pele mais clara, mais fresca, e um enternecimento úmido no olhar. (QUEIRÓZ, 1878, p. 151).

Mas, importa salientar que os acessórios não por acaso estão para uso, que tanto nas danças árabes quanto nas indígenas, eles auxiliam na marcação e lembrança dos movimentos. Uma vez que o som deve ser uníssono, ou seja, elas devem bater iguais, no mesmo ritmo da música e é também assim, que sabemos quem está ou não fazendo o movimento corretamente.

E são essas ações físicas, provenientes de uma grande fonte interior de energia, pertencente ao ser como um todo, que impõe o grau de intensidade dos sentimentos e que na verdade comandam as manifestações do corpo, transformando seus gestos em um significado (MARQUES, 2011, p. 23).

Aqui vale lembrar as palavras de Scherer (2011, p. 219) de que a compreensão

da intensidade da performance, perpassa pela descoberta de como esta se constrói, acumula ou usa a monotonia; como ela atrai participantes ou intencionalmente os barra; como o espaço é projetado ou manipulado e finalmente de como o cenário ou roteiro é utilizado.

Uma vez que a arte vive nos homens e nas mulheres e são acionadas ao público por meio de processos especiais de interação, por ser um sistema modelar primário do pensamento humano, a música faz parte da infraestrutura humana, sendo o fazer musical um tipo especial de ação social que pode ter consequências importantes para outros tipos de ação social, tornando-se para além de reflexiva, gerativa, tanto como sistema cultural quanto como capacidade humana (BLACKING, 2007, p. 201-202).

E é por considerar a dança uma arte que recorremos a Domínguez (2011/2012, p. 272) que explica na história da arte, que o conceito de apropriação, em geral, é utilizado em sentido formal, significando basicamente a tomada de elementos de um contexto que se integra a outro, e nessa perspectiva de práticas de apropriação, tanto o objeto apropriado como o sujeito que se apropria se transformam.

Sendo a coreografia passada paulatinamente pelo (a) professor (a) coreógrafo (a), que a cria a partir dos movimentos aprendidos em sala de aula e em cima da memória muscular, de cada um dos (as) alunos (as), que irão compor cada coreografia a partir do seu nível. Após as repetições, quando já ocorre uma unidade quanto ao tempo da coreografia o estudo e a música, faz-se um vídeo da mesma para que seja possível ensaiar em casa.

E ocorre tal como nos fala Blacking (2007, p. 215) a respeito da compreensão intuitiva da música, esta é possível porque tanto os performers quanto ouvintes possuem, tal como os criadores de música, a mesma “competência” ou “inteligência” musical inata e por serem estes sentimentos parte essencial das atividades do corpo humano, eles acompanham as experiências de plenitude, satisfação e de bem-sucedida autorrealização.

A técnica do vídeo pode ser facilmente identificada como a antropofagia na dança de Mônica Dantas, utilizando-se do Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade (1928), para pensar a dança em sua tese de Doutorado, defendida em 2008 no Québec, na qual o corpo assimila movimentos, técnicas e digere-os revelando-os por meio de sua corporeidade (SOARES & DANTAS, 2013, p.5).

Acredita-se também, conforme os apontamentos de Bencardini (2002, p.141-142) que para “criar” a dança, é importante ter inspiração para fazê-lo. Para dançar, é necessário estar inspirada seja pelas emoções (amor, paixões, desejos, vingança, luxúria - emoções viscerais) pela técnica, capacidade quase mecânica de pôr o movimento certo no momento exato, através de um intenso esforço que adequa o físico, ou que a inspiração pode vir também, de um condicionamento, resultado do estudo constante para a realização do todo, ou ainda pode vir de um conteúdo devocional que gere o processo criativo. Esse é o que a autora chama de exercício da sensibilidade e que, muitas vezes, vem acompanhado da intuição.

Essa mesma intuição, auxilia e guia o trabalho, uma vez que quase sempre as apostilas de dança correspondem a movimentos soltos e explicações resumidas (material de estudo conferido com grupos de dança que participam do Festival Marquesiano). É nesse ritmo que nos chegamos às coreografias realizadas no Festival nas apresentações em festas, festivais, minicursos e mostras de dança.

Aqui fazemos como Cardoso (2013, p. 44) acerca de sua “Confabulação de estória sobre os espíritos dos pretos velhos”, transitamos por muitos caminhos que de um modo ou outro buscam executar a reflexão sobre narrativas, performance, cotidiano e história, ficção e etnografia, buscando relacionar e estabelecer entre estas coisas, a pretensão de tecer nossa própria narrativa.

E mesmo que possamos saber de todo arcabouço histórico a respeito da dança, terminamos por nos ver cultuando a força que reverencia o feminino, pois nos sentimos inebriadas por seu poder:

Um pensador sufista moderno chamado Burke descreveu em 1973: ‘Uma dança é definida como movimentos corporais ligados a um pensamento e a um som ou uma série de sons. Os movimentos desenvolvem o corpo, o pensamento concentra a mente e o som funde os dois e orienta-os em direção a uma consciência do contato divino que é chamada de ‘hal’ e significa ‘estado ou condição: o estado ou condição de estar em êxtase. Êxtase é uma condição física que permite que determinadas experiências interiores sejam sentidas e compreendidas; não é simplesmente um estado prazeroso, de super estimulação. O corpo é a fonte de experiência, é o canal através do qual a experiência passa. (BURKE, 1973 apud BENCARDINI, 2002, p.44).

Por alguns meses imersas nessa pesquisa, vimos as intensas marcações, passos, ritmos e cadências, em que o preparo físico se evidencia para além da dança, na academia de musculação, caminhadas, aulas de bike e pilates, situações que apontam um (des)envolver na dança.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como Xavier (2006, p. 16.20.61) este trabalho buscou inserir a dança no discurso acadêmico como uma manifestação artística que possibilite discussões e reflexões profundas, pois ainda que haja um crescente esforço em inseri-la no âmbito dos estudos das ciências humanas e das artes, as danças árabes e indígenas, em particular, ainda são tratadas superficialmente e de modo fragmentado, e é comum que a referência seja feita a conjuntos de pessoas, com discursos cristalizados, como se a coletividade fosse entendida por sua homogeneidade. Importa o alerta para a percepção das subjetividades que podem compor os conjuntos.

Por isso mesmo, é possível perceber as diversas possibilidades de pesquisa que partem da dança. Aqui optamos em discorrer sobre as experiências e descobertas que a dança nos trouxe, seja em relação a possibilidades de movimento em sala de aula, seja como motivação de pesquisa.

Reis (2012, p. 75-76) propõe para além, o estudo da Biodança, uma vez que parte das vivências estimulando o contato com as emoções e a genuína expressão, na qual a afetividade permeie o modo de ser de cada indivíduo, como um ato de cuidado.

A solicitação maior quando vamos a fundo nessa investigação, é tempo para que pesquisássemos grupos específicos com observação atenta para os movimentos de braço, perna, cabeça e seus respectivos estilos e especificidades, que são pontos centrais tanto nas danças árabes como nas danças indígenas – aqui encontramos a comuna. Para Borges (2015, p.23), assistir a vídeos de estilos diferentes, ainda que a princípio não haja identificação com nenhum, importa perceber a interpretação e a leitura musical da dança vista e aperfeiçoar a própria dança, bem como a compreensão dos ritmos, para que seja possível encontrar o próprio estilo, para que então, os coreógrafos e professores possam reinterpretar e adicionar aos passos das danças para o festival.

Tão importante quanto saber dos principais grupos que em nossa cidade transmitem parte da cultura de povos distintos, é buscar saber o que inspira a esses movimentos, quais os seus significados, enquanto uma prática local, ainda que transnacionalizada, tornada um fenômeno global.

Ao cogitar a possibilidade de aulas, confirmamos o que Borges (2015, p.22) orienta quando diz que o (a) bailarino (a) é capaz de traduzir a música de maneira tridimensional, através de seus movimentos, ao dominar os ritmos, tendo maior facilidade para criar suas próprias coreografias. Isto posto,

devido a música ser considerada portadora de poderes encantados em diversas culturas ao redor do mundo, e poder proporcionar transformações, seja na esfera mitológica ou ritualística, uma vez que ativa os atributos de resplandescência e radiância, deslocamentos e comunicações com divindades e seres espirituais, atuando enquanto rituais diários, no sentido de trazer para perto dos corpos essa presença e interação, proporcionando alegria, saúde e beleza. (MONTARDO, 2009, p. 273).

Em todas as turmas de aula que estivemos, foi possível observar que as matriculadas em geral e mesmo as professoras, com exceção da proprietária da escola, não fazem da dança o ‘seu ganha pão’, estão e estiveram lá testando suas habilidades, descobriram suas possibilidades. Essas pessoas possuem outras ocupações, estudantes ou profissionais de diversas áreas, que garantem seu sustento, e fazem da dança seu hobby, primeiramente. Seguidamente, encontram afinidades de relações de pertencimento, seja com o grupo do bairro e até mesmo por vieses sociais e de relação identitária, em que descendentes podem demarcar suas raízes e/ou evidenciar essas raízes como existentes, através da corporificação da personagem.

Indicamos que dançam com graça, talvez por terem “almas de bailarinas(os)”, pois pensamos ser algo intuitivo também, pois o participante troca o ver pelo ouvir, tal como relata Montardo (2009, p. 254) ao referir-se a escuta no xamanismo Guarani, que esta é feita com o corpo, e somente se manifesta nos cantos e na dança que acompanha o escutar, afirmando a autora, que o sentir é consequência imediata desse

escutar.

Segundo Pacheco de Oliveira (2016), quando discorre sobre a situação histórica dos povos indígenas no Brasil, mas aqui, suas colocações serão tomadas como parte da comuna em perceber as nuances de encontros das danças indígenas e árabes, nas quais:

A autorrepresentação instaura uma interlocução duradoura, cria um sujeito histórico e institui um projeto coletivo, se apoia em vozes e aromas locais, engendra muitas expectativas e possibilidades novas. Ela pode permitir tanto vislumbrar ou enunciar coisas não evidentes e não ditas, no contexto de sua criação, quanto recuperá-las pela memória muito tempo depois. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 10).

Assim, os limites étnicos fortes e simultaneamente fluidos, tanto para os povos indígenas como para os povos árabes, neste ensaio, unem e harmonizam os sons da vida contemporânea, em que a vida hesita na busca da reafirmação das identidades.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mykhailovitch. **Estética da criação verbal**. Trad.: Maria Emsantina Galvão G. Pereira. Revisão da tradução Marina Appenzellerl. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Coleção Ensino Superior.

BENCARDINI, Patrícia. **Dança do Ventre: ciência e arte**. São Paulo: Textonovo, 2002.

BLACKING, John. **Música, cultura e experiência**. Trad.: André Kees de Moraes Schouten. Rev.: Daniela do Amaral Alfonsi, Paula Wolthers de Lorena Pires e Thaís Chang Waldman. São Paulo, 2007. Cadernos de Campo, n. 16, p. 1-304.

BORGES, Janaína Sampaio. **Ritmos Árabes: Manual de Estudo**. Pelotas, 2015. 68p. E-book disponibilizado por: Central Dança do Ventre. www.centraldancadoventre.com.br/publicações. Acesso em 19/8/2017.

CARDOSO, Vânia Z. Contar o passado, confabular o presente: performances narrativas, poéticas e as construções da história. In: **A terra do não-lugar: diálogos entre antropologia e performance**. Santa Catarina: Editora da UFSC, 2013. Coleção Brasil Plural, p. 44-59.

CUNHA, Adriana Miranda da. **Reflexões sobre o ensino de Dança do Ventre: Laban e biomecânica como base para sistemas de aprendizagem**. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Artes Cênicas. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis: UDESC, 2010.

DOMÍNGUEZ, Maria Eugenia. **Irreverência e tradição em uma orquestra de tango: a versão como transgressão**. Revista Ilha, v.13, n.2. p. 269-288, 2011/2012.

EL-MOOR, Patrícia Dario. **Alimentação, memória e identidade: hábitos e tradições culinárias árabes no Brasil**. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia de 10 a 13 de setembro de 2013, Salvador (BA). Grupo de Trabalho Memória e Patrimônio. Universidade de Brasília. 20p. Disponível em: www.academia.edu/. Acesso em abril/2015.

GEERTZ, Clifford. **A arte como um sistema cultural**. In: **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Trad.: Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LAGROU. Els. **Arte Indígena no Brasil: agência, alteridade e relação**. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.

MARQUES, Luciene Barboza. **Dança do Ventre como Expressão Corporal. Monografia para o Grau de Especialista no Curso de Arteterapia em Educação e Saúde.** Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro/ RJ: Faculdade Integrada AVM, 2011.

MONTARDO. Deise Lucy Oliveira. **Através do Mbaraka: Música, Dança e Xamanismo Guarani.** São Paulo: EDUSP, 2009.

NAGI. Karim. **Stomps. Sticks. Spins: Arab Folk Dance with Karim Nagi.** Disponível em: www.karimnagi.com/arabfolkdance/info/. Acesso: 23 de junho de 2018.

OVERING, Joanna. **O Xamã como construtor de mundos: Nelson Goodman na Amazônia.** In: Man (n.s.). Texto apresentado em Conferência ao IFCH/UNICAMP. Trad.: Nádia Farage. Departamento de Antropologia, IFCH/UNICAMP. Abril de 1992. Vol. 25: 602-619.

QUEIROZ. Eça de. **O Primo Basílio. Universia: rede de universidades, rede de oportunidades.** Obra de 1878. 392p. Disponível em <http://livros.universia.com.br>. Acesso em 17/08/2015.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **O Nascimento do Brasil e outros Ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

REIS, Alice Casanova dos. **A Atividade Estética da Dança do Ventre.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis, 2007. 145p.

REIS, Alice Casanova dos. **A Dança da Vida: A Experiência Estética da Biodança.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia. São Paulo, 2012, 142p.

REIS, Alice Casanova dos & ZANELLA, Andréa Vieira. **A constituição do sujeito na atividade estética da dança do ventre.** Psicologia & Sociedade, 2010. 22(1), p. 149-156. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 04/08/2015.

SALGUEIRO. Roberta da Rocha. **Um Longo Arabesco – corpo, subjetividade e transnacionalismo a partir da dança do ventre.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Departamento de Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília, 2012. 191p.

SCHENER, Richard. **Pontos de Contato entre o Pensamento Antropológico e Teatral.** Trad.: Ana Letícia de Fiori. Rev.: John CowartDasey, Diana Paola Gómez Mateus. São Paulo, 2011. Cadernos de Campo, n. 20, p. 1-360.

SEEGER, Anthony. **Etnografia da música.** Trad.: Giovanni Cirino. Rev.: André-Kees de Moraes Schouten e José Glebson Vieira, 2008. Cadernos de Campo, n. 17, p. 1-348.

SOARES, Andréa C. Moraes. **Raqsel Jaci / Dança de Jaci: Híbridação por Antropofagia entre a Dança do Ventre e a prática de Eva Schul.** Memorial parcial para o Título de Mestre em Artes Cênicas. Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, 2014. 169p.

SOARES, Andréa Cristiane Moraes & DANTAS, Mônica Fagundes. **Conexões Contemporâneas: repensando a dança do ventre.** Anais do III Encontro Científico Nacional de Pesquisadores em Dança. Comitê Dança em Configurações Estéticas. Maio de 2013. Disponível em <http://portalanda.org.br/index.php/anais>. Acesso em 04/08/2015.

TRAVASSOS, Elizabeth. **John Blacking ou uma humanidade sonora e saudavelmente organizada.** São Paulo, 2007. Cadernos de Campo, n. 16, p.191-200.

TREVISAN, Claudia Simões. **Dança do Ventre: considerações sobre a sua história e o seu ensino.** Monografia de Graduação em Educação Física na modalidade Licenciatura. Faculdade de

Educação Física. São Paulo: UNICAMP, 2000. 146p. Disponível em www.bibliotecadigital.unicamp.br. Acesso em: 04/08/2015.

VIDAL, Lux (org.); e SILVA, Aracy Lopes da. Antropologia estética: enfoques teóricos e contribuições metodológicas. In.: **Grafismo indígena: estudos de antropologia estética**. São Paulo: Studio Nobel: Editora da FAPESP, 1992.

WEISS, Philip. Turns out the dabke is an Israeli dance, according to The New York Times. In.: **Mondoweiss**. 4 de agosto de 2013. Disponível: <http://mondoweiss.net/2013/08/turns-out-thedabke-is-an-israeli-dance-according-to-the-new-york-times/>. Acesso: 23 de junho de 2018.

XAVIER, Cíntia Nepomuceno. **...5,6,7,... Do Oito ao Infinito: por uma dança sem ventre, performática, híbrida, impertinente**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Instituto de Artes. Programa de Pós-Graduação em Arte. Brasília, 2006. 120p.

ZAIN, Aziza. 5 coisas que você precisa saber sobre Dabke libanês. In.: **Belly Maníacas**. Disponível: bellymaniacas.com/5-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-dabke-libanes/. Acesso: 23 de junho de 2018.

ZEMP, Hugo. Para entrar na dança. In.: **Antropologia da Dança I**. Giselle Guilhon Antunes Camargo (org). Trad.: Maria Acselrad. Florianópolis: Insular, 2013. p.31-56.

A MANIFESTAÇÃO DO SAGRADO NA TRILOGIA DO SILÊNCIO DE INGMAR BERGMAN A INFLUÊNCIA DO EXISTENCIALISMO MODERNO NO CINEMA EUROPEU

Yasmin de Sousa Fontes dos Santos

Centro Universitário Senac

São Paulo – SP

RESUMO: Na década de 1960, o cineasta Ingmar Bergman dirigiu uma das trilogias que mais se destacou na história do cinema moderno: a *Trilogia do Silêncio*. Esses filmes enfatizam em sua construção narrativa a importância e a dificuldade da comunicação com o divino. A trilogia varia entre momentos sagrados e profanos, que carregam uma constante simbologia da falta de amor, do distanciamento da fé e do sofrimento humano. A pesquisa evidenciou o segundo filme da trilogia, *Luz de Inverno (1962)*, e se baseou na concepção de modernidade e existencialismo sartreano para compreender o comportamento de descrença que está enraizado em nossa contemporaneidade e, que se espelha em nossa vivência e expressão artística atual.

PALAVRAS-CHAVE: Ingmar Bergman; Trilogia do Silêncio; Manifestação do sagrado; Cinema Moderno;

ABSTRACT: In the 1960's decade, the filmmaker Ingmar Bergman directed one of the most famous trilogies of the modern cinema history: the Faith Trilogy. Those movies emphasize the significance and the distress of the communication

with the divine in their narrative construction. The trilogy interlard between sacred and profane moments, that express the lack of love, the distance of faith and the human affliction. The research evidenced the second movie of the trilogy, *Winter Light (1962)*, and was based on the conception of the Sartre's modern existentialism to understand this modern behavior that is settled in our contemporaneity and is reflected in our routine and artistic expression.

KEYWORDS: Ingmar Bergman; Faith Trilogy; Manifestation of the sacred; Modern Cinema;

1 | INTRODUÇÃO

A importância de analisar a produção cinematográfica através das influências da manifestação do sagrado está relacionada com nossa organização social, provinda da ética e da moral que possuem um vínculo antigo e profundo com a fé.

Ingmar Bergman, principal diretor do cinema sueco, trabalha constantemente em seus filmes a expressão do sagrado. Na chamada Trilogia do Silêncio: *Através de um Espelho* (Sasom i em spegel, 1961), *Luz de Inverno* (Nattvardsgästerna, 1963) e *O Silêncio* (Tystnadem, 1963), presenciamos a relação de suas personagens com suas crenças, envolvendo questões emocionais e conflitos

internos entre o psicológico e o espiritual. Seus filmes, mesmo depois do fim, perduram na mente do espectador, pois produzem questionamentos existencialistas sobre as consequências das atitudes humanas e a reflexão sobre a divergência entre a dificuldade e a necessidade de ter fé. Nessa pesquisa, os três filmes serão discutidos mais adiante, porém, o foco principal estará no segundo filme da trilogia: *Luz de Inverno*.

Alguns costumes culturais e aspectos da formação da individualidade humana são consequências dessa religiosidade, que nos move ou nos angustia dependendo de nossas vivências sociais. A sacralidade em nosso mundo é diversificada e cada pessoa possui o seu próprio paradigma sobre a relação e a forma de vivenciar tempos sagrados e, em oposição, tempos profanos. A palavra *profano* aqui não é dada como desrespeito religioso, mas sim como um tempo distinto do sacro, podendo ser uma rotina ordinária ou momentos onde a fé é preterida.

Esses tempos, que serão discutidos ao longo do artigo, são explicados por Mircea Eliade como eterno (sagrado e cíclico) ou linear (profano).

Tal como o espaço, o Tempo também não é, para o homem religioso, nem homogêneo nem contínuo. Há, por um lado, os intervalos de Tempo sagrado, o tempo das festas (na sua grande maioria, festas periódicas); por outro lado, há o Tempo profano, a duração temporal ordinária na qual se inscrevem os atos privados de significado religioso. (ELIADE, p. 38)

Inferindo o homem moderno, sabemos que a construção da sociedade se estabelece com uma notável influência destes questionamentos da angústia humana, que designa o que é sacro, o significado da liberdade e o pertencimento do homem à humanidade⁴. Esta questão moderna da aflição humana perante o divino afeta diretamente a criação artística, incluindo a produção cinematográfica.

O sagrado influencia e modifica a vida do ser humano regularmente, porém a ideia de sacralidade também é alterada conforme os valores éticos, culturais e morais.”[...] para o homem de todas as sociedades pré-modernas, o sagrado equivale ao poder e, em última análise, à realidade por excelência.” (ELIADE, p.13). Em uma sociedade estes valores são substituídos com o tempo e, em nossa contemporaneidade, observamos a quebra e o vazio de comportamentos antes tidos como absolutos e corretos.

A pretensão da pesquisa consiste no aprofundamento na percepção do sagrado no cinema, analisando como o diretor constrói seus personagens em uma narrativa centralizada neste tema. Compreenderemos no objeto da pesquisa como esse paradigma é espelhado em discussões filosóficas existencialistas e porque houve esse processo de ressignificação do sagrado, ressaltando a representação do homem no cinema moderno.

2 | DESENVOLVIMENTO

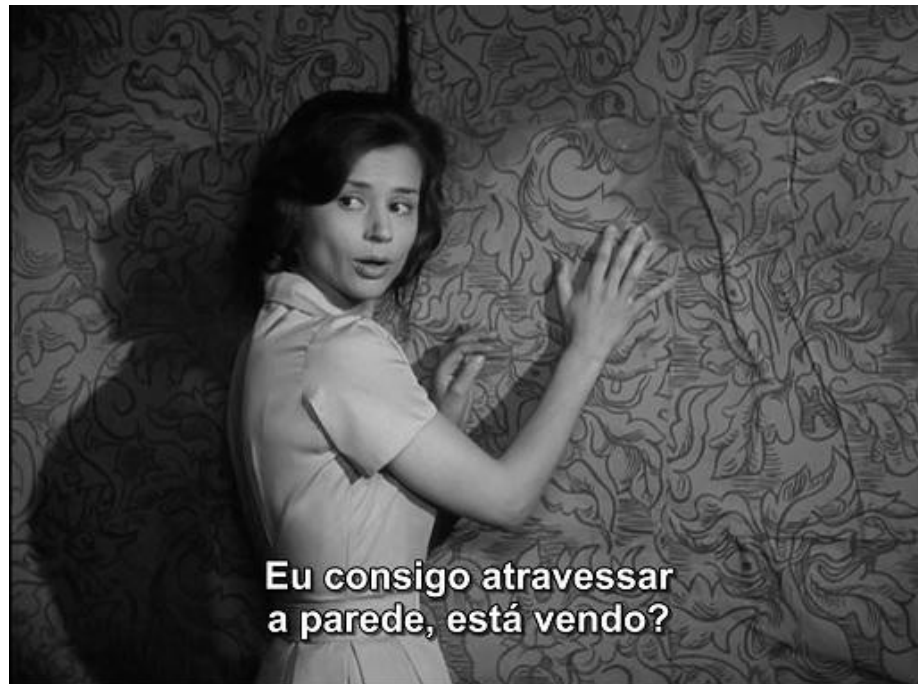
A resenha crítica dos três filmes citados anteriormente (Trilogia do Silêncio) está

baseada no processo de análise de um mito, ou seja, usamos uma linguagem analógica que tenta contemplar alguns símbolos existentes nas obras cinematográficas. A intenção de comparar os filmes ao entendimento de um mito, logo, entendê-los como um processo cíclico que se relaciona ao caos sucedido pela criação do mundo, é uma forma de afirmar a posição sagrada e profana que a narrativa assume em sua totalidade.

A ideia de que os mitos tenham sido criados para explicar os fenômenos da natureza, tão difundida hoje em dia, por isso mesmo, nem sequer merece nossa atenção. A função do mito por excelência, como veremos, é a de apresentar verdadeiros “roteiros de iniciação”, visto que seu único propósito é o de permitir ao homem descobrir o enigma de sua existência, que poderíamos resumir no mistério de quem somos, de onde viemos, e para onde vamos. Dessa forma, todos os mitos podem ser lidos como processos desenvolvidos dentro do homem, em sua trajetória rumo ao conhecimento do universo e dos deuses. (FARJANI, p. 10)

A incapacidade de comunicação com Deus e o vazio da existência humana, provocado pelo distanciamento do sagrado, é visto de forma recorrente nas obras de Ingmar Bergman, logo, o silêncio nada mais é do que o distanciamento de Deus (ou da ideia de Deus) e o questionamento de sua possível existência. *Através de um Espelho* estrutura o início do rompimento com a fé, *Luz de Inverno* representa o confronto com essa dúvida, e *O Silêncio*, a constatação da ausência de Deus.

Analisando o primeiro filme da trilogia, *Através do Espelho*, baseado na passagem bíblica “Porque agora vemos por espelho em enigma, mas então veremos face a face; agora conheço em parte, mas então conhecerei como também sou conhecido.” (BÍBLIA, 1 Coríntios 13:12). Visualizamos a história de uma família que se reúne em uma casa para aproveitar um momento de descanso. Karin (Harriet Handerson), a personagem principal, é uma jovem que sofre de uma doença mental incurável. Encontra em seu pai (Gunnar Björnstrand) a representação da figura desse deus ausente e egoísta, a quem ela deveria confiar, mas que se mostra indiferente diante de sua doença. Quanto mais se afasta de seu pai e de seu marido Martin (Max Von Sydow), encontra na loucura um refugio que incentiva a sua busca por Deus, e nos propõe o questionamento acerca do estado de insanidade e desespero ser condição necessária para o ser humano encontrar o sagrado.



**Eu consigo atravessar
a parede, está vendo?**

(ATRAVÉS de um Espelho, 47m31s)

Porque a crença de Karin também pode ser entendida como a doença da fé que não tem “recuperação”. Sua busca por esse Deus, que está atrás da parede de um cômodo da casa, se encerra no momento em que ela, finalmente, enxerga essa divindade como uma aranha, uma experiência *numinosa* ou seja, inspirada por uma divindade. O termo Deus-Aranha, encontrado frequentemente nos filmes de Bergman poderia ser explicado pela sua visão de Deus como uma entidade miserável, que abusa de seu poder para o caos.

O segundo filme da trilogia, *Luz de Inverno*, sobre o qual esta pesquisa busca um aprofundamento maior, possui um roteiro estruturado onde os significados se completam. Para a compreensão da narrativa, é importante nos atermos aos diálogos onde os sentimentos e descrenças dos personagens estão expressados. Na primeira cena nos deparamos com o padre Tomas (Gunnar Björnstrand) rezando uma missa com seis pessoas. Depois de todos os processos de perda de crenças e ceticismo que o filme nos leva a acompanhar, a narrativa termina como começou: a última cena encerra-se com uma missa, desta vez totalmente vazia. Apenas a personagem Marta (Ingrid Thulin) está presente, porém não está por fé, mas por amor pelo padre (sentimento que trataremos mais adiante). Em sua última fala há, talvez, o que entendemos como a morte de sua esperança: “Se ao menos houvesse uma verdade para crer”.

O primeiro questionamento em relação à crise da fé envolve a imagem de Cristo na cruz, imagem essa considerada ridícula por Tomas. A cena é seguida por um diálogo com Marta, onde ele se aflige pelo silêncio de Deus e se julga abandonado. Marta responde que Deus não existe e esta afirmação sustentará todo o processo do diálogo seguinte.

Interessante pensar que Tomas, ao tentar confortar Jonas (Max Von Sydow), o pescador que também passa por uma crise de descrença e medo, reforça a ideia de que Deus não existe e retorna ao Deus-aranha, já mencionado no primeiro filme da trilogia, *Através de um Espelho*. A conversa é marcada pelo eterno tic-tac do relógio, um tempo que não tem misericórdia assim como a imagem de Deus para os dois. Como dito anteriormente, o Tempo sagrado é o tempo eterno e recuperável de estado ritualístico religioso, porém em contraposição o Tempo profano, o mesmo que o filme nos apresenta nesse momento, enfatiza a angústia sem intervalo e sem comunicação com o divino, representa o tempo que leva à morte.

Para o homem não religioso o Tempo não pode apresentar nem rotura, nem “mistério”: constitui a mais profunda dimensão existencial do homem, está ligado à sua própria existência, portanto tem um começo e um fim, que é a morte, o aniquilamento da existência. (ELIADE, p. 39)



“Toda vez que confrontava Deus com questões reais, percebia que ele se transformava em algo feio e revoltante um Deus-aranha, um monstro.” (LUZ de Inverno, 40m31s).

Notamos que Tomas possui uma presença desconfortável e egoísta, comparando seus problemas com o do pescador, agravando seu sentimento de desolação. Para o padre, é indiferente se Deus existe ou não. Jonas, por outro lado, está totalmente enlouquecido por essas dúvidas que o consomem e, quando procura uma palavra de amor, recebe a confirmação de seus medos. Tomas não possui vocação, comenta mais tarde que foi um desejo dos pais que ele se tornasse sacerdote, e assume uma postura apática com o que acontece ao seu redor, como se já estivesse morto igual ao seu Deus.



(LUZ de Inverno, 22m17s)

Após ler a carta de amor de Marta e encontrá-la olhando através de uma janela da igreja, Tomas fica de joelhos e, em desespero, se diz livre. Assume que teve uma esperança passageira em Deus e chora no colo dela. Logo depois, recebemos a notícia, já esperada, de que Jonas se matou. O padre vai ao encontro do corpo e, diferente do último encontro dos dois, não há mais o som do relógio, tudo está em silêncio. O corpo do pescador é retirado rapidamente e colocado em um carro sem qualquer sentimentalismo. Como se sua morte não importasse e, sem qualquer conotação sagrada, Tomas vai embora em direção à casa de Marta.

Retomamos aqui a ênfase na importância dos diálogos. Tomas, com uma imensa severidade, distancia-se, com repulsa, de Marta. Comparando-a com sua antiga esposa e citando todos os defeitos dela que o incomodam. Enquanto ela chora e se desculpa, a cena nos mostra o quão Tomas está parecido com o Deus impetuoso. Ele julga, afasta e novamente a chama de volta, como um ciclo vicioso e abusivo de confiança, resignação e descrença.

Analisando a relação de Tomas com as três mulheres presentes no filme, compreendemos, agora com uma visão mais aprofundada, a sua personalidade. Em relação à sua esposa, já morta e só mencionada, notamos uma obsessão desmedida. Assim que ela morreu, ele considerou que fosse sua morte também. Carrega várias fotos dela em sua carteira, enaltece sua imagem e reduz a presença de Marta. Não consegue se livrar do que ela representou na sua vida, talvez ela fosse o seu "Deus", pois no momento em que o padre tenta confortar Jonas, ele menciona que apenas sua mulher sabia da sua visão de Deus-aranha e que a presença dela era o seu único conforto diante da vida. Em uma conversa de Marta com o tocador de órgãos, ele cita

vagamente a relação complicada de Tomas com sua esposa: “As pessoas vinham à igreja, mas a esposa acabou com ele [...] ele tinha os olhos apenas para ela. Ele estava enlouquecido. Tanto a dizer sobre a história de amor deles. Deus é amor, e amar é Deus.”.

A esposa do pescador Jonas, Karin (Gunnel Lindblow), aparece em poucas cenas, mas é uma presença importante. Para ajudar seu marido, ela acha que a melhor opção é conversar com um padre. Após a notícia do suicídio de Jonas, que recebe, com certa frieza, do sacerdote, ela se diz sozinha, grávida e com seus três filhos. Não menciona a companhia de Deus, porque também já não crê nesta existência divina e recusa-se a ler a Bíblia oferecida por Tomas. “Eu falei com ele, mas não tinha muito a ser feito”, o padre se desculpa de cabeça baixa e recebe uma resposta indiferente e irônica “Certamente o senhor fez tudo o que podia.”

A última e mais complexa personagem feminina é Marta. Percebemos um enorme cuidado e carinho desde seu primeiro diálogo com Tomas, ela é a única que se importa e cuida dele. Talvez como oposição à sua esposa, Marta represente um “Deus” cuidadoso, que já não possui mais relevância depois de tanto sofrimento. Em sua carta para Tomas, Marta rememora o primeiro término da sua relação com ele e, a repugnância que ele sente por ela. Revela a incompreensão e a falta de fé e amor de Tomas e com uma oração em pedido de uma tarefa digna, percebe o amor que sente pelo sacerdote e o considera como uma missão da sua vida.

Conforme dito anteriormente, é a única pessoa a acompanhá-lo até o fim. Como a personagem Eve do conto “O Quarto” de Jean-Paul Sartre, Marta enxerga que está tudo errado, recebe diversos avisos para ir embora, mas decide ficar e participar da “loucura” de Tomas, talvez pela esperança no amor e pelo desejo de participar inteiramente da vida do outro, como se Deus realmente desse a incumbência da salvação a ela.

O último diálogo de Tomas acontece com o sacristão, que de forma simples e poética diz que a maior dor de Jesus não foi a dor física e sim a dor do abandono, da traição, da dúvida e, por fim, o silêncio de Deus. Essas afirmações são a confirmação dos questionamentos de Tomas durante todo o filme, em relação a Jesus na cruz e ao silêncio, sempre mencionado e presente.

No último filme da trilogia, *O Silêncio*, encontra-se ainda mais evidente do que nos outros dois filmes já citados, que a interferência divina (ou a falta dela) age de alguma forma no comportamento social e mental das personagens. A atmosfera de tensão e angústia é ainda mais presente. O nome de Deus não é citado em nenhum momento, mas sentimos que a sua ausência é um peso presente, o que afeta na incomunicabilidade das duas irmãs Ester (Ingrid Thulin) e Anna (Gunnel Lindblow). A narrativa também é circular, começando e terminando dentro de um trem. No começo, duas irmãs que se relacionam de forma conflituosa e o filho de uma delas se hospedam em um hotel. Ao longo do filme acompanhamos a relação de proteção sufocante de Ester para com Anna e a sexualidade reprimida da irmã mais nova, que a impede de

se relacionar de forma saudável até mesmo com o próprio filho.

A doença é presente na trilogia, Karin com sua doença mental incurável, Tomas com sua gripe e Ester que fica de cama diversas vezes ao longo da narrativa, com sintomas de euforia e alucinação. Assim como o pai de Karin é indiferente a sua doença, Anna não se interessa pela irmã adoentada, sendo apenas seu filho que observa a doença da tia atormentá-la. Observamos a perda total de conexão com o mundo, com os outros e consigo mesmo, no estado frágil das personagens e pelos processos dolorosos que as mesmas enfrentam.

Não encontramos em nenhum desses três filmes uma resposta concreta em relação a cura do sentimento de dor perante ao silêncio divino, mas sim o desenvolvimento e aprofundamento de questões internas que, direcionando-se ao espectador, nos faz questionar o que faremos com esse estado humano de angústia perante o sagrado e, com o peso da responsabilidade de nossas ações no mundo.

3 | CONCLUSÃO

É preciso acrescentar que uma tal existência profana jamais se encontra no estado puro. Seja qual for o grau de dessacralização do inundo a que tenha chegado, o homem que optou por uma vida profana não consegue abolir completamente o comportamento religioso. (ELIADE, p.18)

Considerando toda a trajetória de análise fílmica, o entendimento dos símbolos que compõem as qualidades de sacralidade e profanidade e o período histórico do filme, encontramos uma relação entre a dúvida da existência de Deus e a difusão da filosofia existencialista presente na época. Segundo Jean-Paul Sartre, o que amedontra na doutrina existencialista é a possibilidade do ser humano escolher o seu próprio destino. Esse medo está relacionado à noção de que não existe natureza humana, ou seja, nossa existência precede nossa essência, que por sua vez é construída por nossa inteira responsabilidade.

A angústia dos personagens, ainda dispendo da doutrina existencialista, pode estar relacionada ao entendimento de que, como seres humanos que convivem em sociedade, parafraseando Sartre, a partir do momento que escolhemos por nós, também escolhemos pelos outros. Seja em ações pequenas do dia-a-dia ou em situações que exigem uma responsabilidade maior, como o posicionamento político ou religioso.

Tudo acontece para cada homem como se a humanidade inteira estivesse sempre com os olhos sobre o que ele faz para agir de maneira semelhante. E cada um deve se perguntar: sou eu mesmo o homem que tem o direito de agir de forma tal que a humanidade se oriente por meus atos? E se ele não se colocar esta questão, é porque está mascarando a angústia. Não se trata, aí, de uma angústia que leve ao quietismo, à inação. Trata-se de uma angústia simples, que todos aqueles que já tiveram responsabilidade conhecem. (SARTRE, 2014, p 30)

Esta ideia de que o homem está “condenado à liberdade”, nos impulsiona ao questionamento: como a moral e a ética se estabelecerão em uma sociedade em que o homem não precisa mais de um deus? Não existe uma resposta concreta, pois a sociedade não rompeu totalmente com a crença no sagrado, mas a consciência humana sobre os próprios atos é o que motiva a estruturação da modernidade até hoje. Isto é, Deus existindo ou não, os valores morais e éticos já pertencem ao campo racional de convivência social. O ser humano, como observamos nos três filmes, torna-se desamparado por essa distância de Deus, apesar disso, o otimismo existencialista advém justamente da possibilidade do homem ser seu próprio criador, sendo assim, construir a si mesmo do jeito que lhe convém, sem um determinismo religioso.

Observando os personagens de Ingmar Bergman, notamos uma angústia que, vinda da incerteza da existência de Deus, não tende a romper totalmente com a ideia de sagrado, mesmo que a consciência das ações e a responsabilidade humana estejam colocadas. A angústia dos personagens talvez não esteja totalmente intrínseca à responsabilidade estabelecida pelo existencialismo, mas sim ao desprendimento de um deus silencioso. Tomas, personagem do filme *Luz de Inverno*, por exemplo, age de forma que poderíamos entender como a explicação de Sartre sobre a má-fé, porque já está consciente de si e não acredita mais em um deus, mesmo assim pratica o papel de sacerdote e celebra missas religiosas. Este papel social, ao qual ele se julga preso e que o faz reproduzir ideais cristãos nos quais ele não acredita, é uma escolha conformista e perversa.

O existencialismo sartreano de forma alguma tende a ser uma crítica à religião, nem é o motivo central do desespero humano relacionado à descrença. Porém, ele nos leva a entender que o que move o mundo é a ação humana, não a espera por uma resposta de Deus. Mas enquanto o homem aguardar a salvação divina, o desespero causado pela descrença o deixará cada vez mais angustiado. Se o homem aceitar a responsabilidade por si mesmo, acreditando em Deus ou não, pensamos que o otimismo possa retornar.

A tentativa de afastamento das crenças relacionadas com o sagrado, que estão arraigadas culturalmente, parece impossível. A angústia dos personagens de Ingmar Bergman, além de originar-se da responsabilidade da liberdade, surge da impossibilidade de abandonar a religiosidade absolutamente. A melancolia do que deveria existir, mas que em nosso tempo não existe mais.

O desespero encontrado nos filmes da trilogia condiz com o desespero cristão, onde a descrença é ausência da esperança. No existencialismo humanista de Jean Paul-Sartre, esta descrença é o que move o ser humano em busca de si mesmo e da compreensão de sua liberdade.

O existencialismo não é, sobretudo, um ateísmo no sentido de empenhar-se para demonstrar que Deus existe. Declara, ao contrário que, mesmo que Deus exista, isso não mudaria nada; este é o nosso ponto de vista. Não quer dizer que creiamos que Deus existe, mas que achamos que o problema não é sua existência ou não. O homem precisa encontrar-se ele próprio e convencer-se de que nada poderá

salvá-lo de si mesmo, mesmo que houvesse uma prova incontestável da existência de Deus. (SARTRE. 2014, p. 61)

A questão existencialista da dúvida humana, do questionamento de si e de assumir a responsabilidade sob suas ações é a representação do homem moderno, que já não consegue mais crer e nem recriar o sagrado em gestos ou entendê-lo em significações e rituais. Todos os personagens citados, por mais que tentem, não possuem uma conexão com o cosmos sagrado e se veem perante a missão de confrontar a sua realidade de microcosmos e assumir sua consciência.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

BÍBLIA, N. T. Primeira Epístola aos Coríntios. In BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada Católica**: Antigo e Novo Testamento. p. 1076. Disponível em: <<http://sanderlei.com.br/PDF/Biblia/Biblia-Sagrada-Catolica.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BERGMAN, Ingmar. **Imagens**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **A Lanterna Mágica**. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FARJANI, Antonio Carlos. **A Linguagem dos Deuses**. São Paulo: Mercuryo, 1991.

SARTRE, Jean-Paul. **O Existencialismo é um Humanismo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

_____. **A Náusea**. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1986.

_____. **A Idade da Razão**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. **Entre Quatro Paredes**. São Paulo: Oficina de Teatro, CEFET-SP, 2001.

_____. **O Muro**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1963.

TODOROV, Tzevtan. **O Espírito das Luzes**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2008.

Filmografia

ATRAVÉS de um Espelho. Direção: Ingmar Bergman. Svensk Filmindustri (SF). Suécia, 1961. 89 min. Son., B&W, Formato: 35 mm.

FONTE da Donzela, A. Direção: Ingmar Bergman. Svensk Filmindustri (SF). Suécia, 1960. 89 min. Son., B&W, Formato: 35mm.

ILHA de Bergman, A. Direção: Marie Nyneröd. Sveriges Television (SVT), Svensk Filmindustri (SF), Danmarks Radio (DR). Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia, 2004. 174 min. Son., Color, Formato:

35mm.

LUZ de Inverno. Direção: Ingmar Bergman. Svensk FilmindCustri (SF). Suécia, 1963. 81 min. Son., B&W, Formato: 35mm.

SÉTIMO Selo, O. Direção: Ingmar Bergman. Svensk FilmindCustri (SF). Suécia, 1957. 95 min. Son., B&W, Formato: 35mm.

SILÊNCIO, O. Direção: Ingmar Bergman. Svensk Filmindustri (SF). Suécia, 1963. 96 min. Son., B&W, Formato: 35mm.

MOBILIDADE URBANA PELOS MEIOS DE TRANSPORTE ALTERNATIVOS

Mariana Rei Passos Campos

Centro Universitário Senac

São Paulo, São Paulo

RESUMO: O estudo analisa os meios de transporte atuais e alternativos com enfoque na bicicleta e no uber e investiga o porque do que é diferente ou inovador incomodar as pessoas levando-as a violência com os usuários.

PALAVRAS-CHAVE: mobilidade urbana, bicicleta, uber, inovação

URBAN MOBILITY BY ALTERNATIVE MEANS OF TRANSPORT

ABSTRACT: This study analyzes the means of transportation current and alternative focusing on the bike and on uber and search the reason why the different and innovator bothers people taking them to violence against the users.

KEYWORDS: urban travel, bicycle, uber, innovation

1 | INTRODUÇÃO

Com o constante aumento da população, o assunto mobilidade urbana tem estado entre os temas mais comentados no Brasil, e principalmente no estado de São Paulo. As

grandes metrópoles estão se conscientizando de que investir em opções de transporte público e coletivo são as melhores soluções para o problema de trânsito, e com isso vem buscando meios alternativos para suprir as necessidades da população.

” Este ano o prefeito da cidade de São Paulo Fernando Haddad investiu no estímulo à utilização da bicicleta como meio de transporte e o investimento na implantação e ampliação da infraestrutura cicloviária. No Município de São Paulo existem atualmente 477,8km de infraestrutura cicloviária, composta por ciclovias, ciclorrotas e ciclofaixas operacionais de lazer.”(O AUMENTO...,2015).

Em maio de 2015 chegou ao Brasil o aplicativo que permite que seus usuários usufruam do serviço de motorista particular e pago por alguns momentos, parecendo-se com o táxi, no entanto com a tarifa mais baixa e um tratamento diferenciado e mais atencioso, o sistema Uber. Hoje o aplicativo já conta com mais de 500.000 usuários cadastrados, até o momento apenas nos estados de: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte.

Com estes meio de transporte em evidência pela população e pela mídia, vemos surgindo tendências de pessoas que adotam um novo estilo de vida, como é o caso do autor

Luis Patricio que aborda em seu livro: minha garagem é uma sala de estar (2013), como foi o processo de vender o carro para utilizar a bicicleta como o principal meio de transporte para toda a família.

2 | OBJETO DA PESQUISA

Pretende-se ao longo da pesquisa analisar os principais e atuais meios de transporte alternativos com o enfoque voltado para a bicicleta e para o sistema de caronas pago uber. Pretende-se também abordar a questão: Porque o que é diferente ou inusitado incomoda? Uma vez que em alguns casos específicos mostra-se de grande ajuda em longo prazo, e no entanto sofre a rejeição e muitas vezes a hostilidade de parte da população. A hipótese dessa pesquisa é a de que as pessoas estão passando por uma fase de transição onde a qualidade, o custo e os costumes se chocam entre si.

3 | METODOLOGIA

Para realização dessa pesquisa o método utilizado será a pesquisa bibliográfica, para que seja possível o entendimento do cenário da mobilidade urbana no mundo, e para que possa ser comparado ao Brasil e à São Paulo. Para ser obtidas informações e dados específicos de cada lugar e cada área.

Ao longo do projeto serão feitas entrevistas com ciclistas, usuários de uber, assim como com os motoristas do aplicativo para que seja possível ter uma visão ampla sobre cada meio de transporte por diferentes pontos de vista.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Bibliografias lidas

No livro minha garagem é uma sala de estar (Patrício, Luis, 2013) o autor relata sua trajetória de vida correlacionada à bicicleta, contando como se iniciou a prática e a transformação de uma prática voltada ao lazer para um meio de transporte ativo.

O autor reside em Curitiba e em determinadas partes o livro transforma-se em um manual para uso da bicicleta geral assim como para uso da mesma na cidade de Curitiba, dando dicas de qual bicicleta escolher, tipos de materiais, tipos de roupas adequadas, ensinando a diferenciar ciclovias e ciclo faixas e a identificar caminhos melhores.

Durante a trajetória de militância causada pelo uso da bicicleta mudanças acontecem na vida de Luís, a família cresce, são três filhos ao todo e agora sua esposa também é ciclista e eles decidem vender o carro. O desafio cresce e mesmo assim o

autor encara e continua dando preciosas dicas de adaptação às mudanças e mostra as diferenças no estilo de vida de sua família.

Ao longo do livro Luís narra os desafios que a cidade ergue aos ciclistas e a falta de incentivo desta prática como meio de transporte e sua luta para que a cidade se torne mais amigável aos ciclistas. “Idealismo, sonho, ousadia, radicalismo... são as palavras com mais frequência ouvidas, quando algo que nossa vida moderna decidiu que deveria pertencer ao espaço infantil decide pular a cerca do parque e invadir a vida.” (Oliver em Patrício, pag 4, 2013).

No livro Diário de bicicletas (Byrne, David, 2009) o vocalista da consagrada banda “Talking Heads” viaja ao redor do mundo em turnê carregando sua bicicleta dobrável e explorando as cidades em que passa com ela. Diferente da maioria em sua escolha de meio de transporte para turismo, David tem percepções diferente das usuais dos mesmos locais.

Durante a narrativa muito é apontado para a reação das pessoas ao meio utilizado para a locomoção do cantor, este conta que em diversos lugares foi avisado previamente dos perigos da prática, das condições não favoráveis e aconselhado a não fazê-lo.

Em cada cidade que o vocalista visitava ele observava as características para ciclistas, se possuíam muitos declives, a iluminação, a qualidade do asfalto e a quantidade de pessoas que utilizavam o veículo de locomoção. Em alguns lugares as condições físicas realmente não eram agradáveis, no entanto ele percebeu que um dos principais motivos que as pessoas rejeitavam a prática era por questão de status, andar de bicicleta é algo considerado de classes mais baixas e por isso ninguém além das próprias gostarão de ser taxadas como tal.

Assim como Luís Patrício em Curitiba, David Byrne ao redor do mundo, acredita que um dos principais empecilhos para a utilização da bicicleta como meio de transporte efetivo é a visão da sociedade a respeito do veículo, andar de bicicleta não apenas como forma de lazer é considerado sinal de baixa renda e isso inibe que pessoas potencialmente interessadas realmente comecem a prática. Outro fator decisivo para os futuros ciclistas são as condições de sua cidade, se possuem ciclo faixas e bicicletários em seus trabalhos.

4.2 Novas tecnologias que podem ajudar a aumentar o uso de bicicletas

Foi desenvolvido na China um sistema android para bicicletas que possui memória de 4 GB e processador de 1.3 GHZ onde é possível atender a ligações e ouvir música uma vez que também foi instalado dois alto falantes na própria bicicleta. O sistema de bordo ativa algumas questões de segurança importantes para os ciclistas. Para começar a pedalar, o usuário deve passar pelo leitor de impressões digitais - caso não haja o reconhecimento não será possível conduzir a bicicleta, o que diminui as chances de roubo. Em ambientes escuros, sensores ligam automaticamente luzes a

laser para ajudar os ciclistas a guiar à noite. A “Le Super Bike” já é vendida na China por aproximadamente 800 dólares (cerca de 3.200 reais) e, por enquanto, ainda não houve uma expansão de mercado para o produto.

A empresa italiana Pineda Movilidad criou o kit Adapta que consiste em uma pequena modificação na bicicleta para que esta possa conectar-se a uma cadeira de rodas e já é possível encomendar para o Brasil.



Fonte: Site Pineda Movilidad. Disponível em: <http://www.pinedamovilidad.com/wp-content/uploads/2015/08/kit-adapta-y-bicicleta-pineda-movilidad.jpg>. Acesso em: 30/11/2016.

4.3 Aplicativos de carona compartilhada

Em maio de 2015 chegou ao Brasil o aplicativo que permite que seus usuários usufruam do serviço de motorista particular e pago por alguns momentos, parecendo-se com o táxi, no entanto com a tarifa mais baixa e um tratamento diferenciado e mais atencioso, o sistema Uber. Hoje o aplicativo já conta com mais de 1 milhão usuários cadastrados e mais de 10.000 motoristas até o momento nos estados de: São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do sul, Santa Catarina, Ceará, Goiás, Parnaíba, Alagoas, Rio Grande do norte, Bahia, Espírito Santo.

No dia 10 de maio de 2016, após muitos protestos e agressões aos motoristas do aplicativo Uber na cidade de São Paulo, o prefeito Fernando Haddad autorizou a circulação legal do aplicativo na cidade e regularizou o mesmo resolvendo a situação polêmica do aplicativo.

Este ano com a popularização do Uber, novos aplicativos de transporte individual chegaram ao Brasil, dentre eles destacam-se o Cabify, “T81” e o “Will Go”. Cada aplicativo desses possui sua peculiaridade, no entanto o que mais chamou a atenção

e coincidentemente o mais semelhante ao Uber é o Cabify.

Ao conectar-se ao Cabify possui-se as mesmas opções de modelos de carros que o uber apenas com nomes diferentes. Existe a categoria econômica, a convencional e a de luxo. O diferencial é que se pode previamente ainda no aplicativo escolher a estação de rádio desejada e se gostaria do ar ligado ou desligado. A faixa de preço é praticamente idêntica a do Uber.

A principal diferença do T81 é a possibilidade de selecionar a opção de motodelivery e mototáxi. O motodelivery realiza entregas de um lugar para outro e o mototáxi funciona como táxi convencional só que ao invés do carro é feito o transporte do passageiro em uma moto.

O Will go possui como diferencial uma ponte direta entre o motorista e o passageiro, um chat que facilita a comunicação entre os dois e existe a possibilidade de ser agendado um carro com antecedência.

A tabela abaixo exemplifica os principais diferenciais dos aplicativos de transporte individual em evidência, assim como é comparado à forma de pagamento, o tempo estimado de chegada do carro e os tipos de veículos disponíveis.

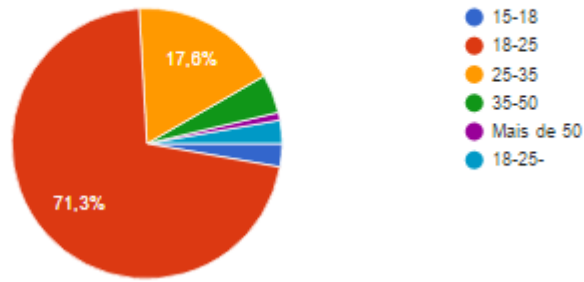
UBER	<p>UberBlack: Carros executivos</p> <p>UberX: Modelos mais simples</p> <p>UberPool: Encontra quem deseja ir para um destino próximo ao seu.</p>	<p>UberBlack: R\$4 + R\$0,23/min + R\$2,00/km Pagamento mínimo: R\$8</p> <p>UberX: R\$2 + R\$0,15/ min + R\$1,40/km Mínimo: R\$7</p> <p>UberPool: A viagem pode ser até 40% mais barata que no UberX.Preço fechado.</p>	<p>Cartão de crédito</p> <p>UberBlack: R\$8</p> <p>UberX: R\$7</p> <p>UberPool: R\$ 4</p>	Até 5 minutos
T81	Moto-delivery, mototáxi, carro popular e executivo.	<p>Mototáxi e moto-delivery: R\$ 1 + R\$0,92/km + R\$ 0,15/min. Mínimo: R\$1,92</p> <p>Carro popular: R\$2 + R\$1,60/km + R\$0,17/min. Mínimo: R\$ 3,60</p> <p>Carro executivo: R\$ 3 + R\$ 1,99/km + R\$ 0,25/min. Mínimo: R\$ 4,99</p>	<p>Cartão de crédito ou dinheiro</p> <p>Sem taxa de cancelamento</p>	Não informada
WILLGO	Transporte de passageiros e objetos por moto	<p>Moto (só objetos)-tarifa por km: R\$ 1 Por min: R\$ 0,20. Mínimo: R\$ 5</p> <p>Carro popular - tarifa por km: R\$ 1,61 + por min: R\$ 0,32. Mínimo: R\$ 4</p> <p>Carro executivo- tarifa por km: R\$2,72 + por min: R\$ 0,43. Mínimo: R\$ 10.</p>	<p>Cartão de crédito</p> <p>Cancelamento = tarifa mínima</p>	De 10 a 15 min
EASY TAXY	Conecta passageiros com táxis e tem opção de compartilhamento de corridas	<p>Bandeira 1 - R\$ 5,40 + R\$2,30/km</p> <p>Bandeira 2 - R\$5,40 + R\$2,76/km</p> <p>Hora parada - R\$28,98 (base de cálculo da hora parada)</p>	<p>Dinheiro, cartão de crédito ou débito e faturamento a empresas</p> <p>Não há taxa de cancelamento.</p>	3 minutos
99TAXIS	Conecta passageiros com táxis. Tem carros com suporte para bikes, porta-malas grande e transporte de animais de estimação	<p>Bandeira 1 - R\$ 5,40 + R\$2,30/km</p> <p>Bandeira 2 - R\$5,40 + R\$2,76/km</p> <p>Hora parada - R\$28,98</p>	<p>Cartões de crédito, débito ou dinheiro.</p> <p>Não há taxa de cancelamento.</p>	Até 5 minutos

Fonte: site O dia. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/observatorio/2016-06-11/vai-de-taxi-uber-t81-ou-willgo-saiba-o-que-e-mais-vantajoso.html>. Acesso em: 30/11/2016.

4.4 Questionário

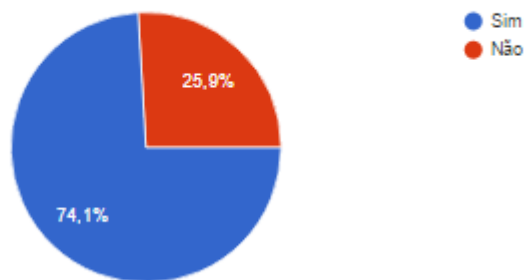
Foi feita uma pesquisa online onde 108 pessoas responderam o questionário com alternativas objetivas sobre questões de vivência relacionadas aos meios de transporte: uber e bicicleta. Abaixo estão os gráficos ilustrados com as respostas.

Qual a sua faixa etária de idade? (108 respostas)



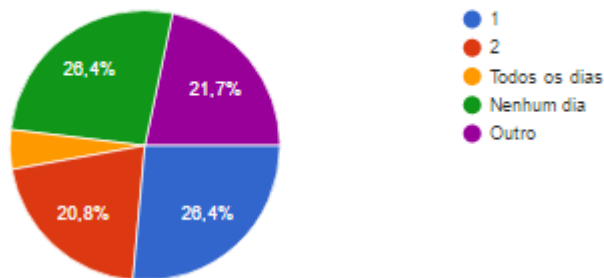
Fonte: Google formulários

Você utiliza uber? (108 respostas)



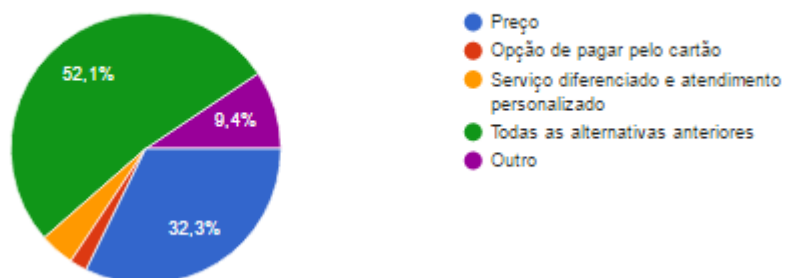
Fonte: Google formulários

Você utiliza o serviço de uber quantas vezes por semana? (106 respostas)



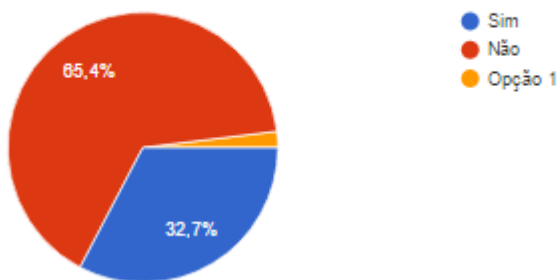
Fonte: Google formulários

Por qual motivo você utiliza o uber? (96 respostas)



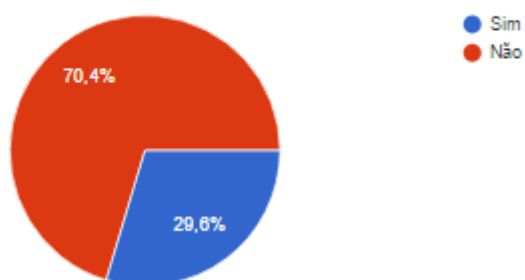
Fonte: Google formulários

Você utiliza o uber pool (serviço de carona compartilhada)? (104 respostas)



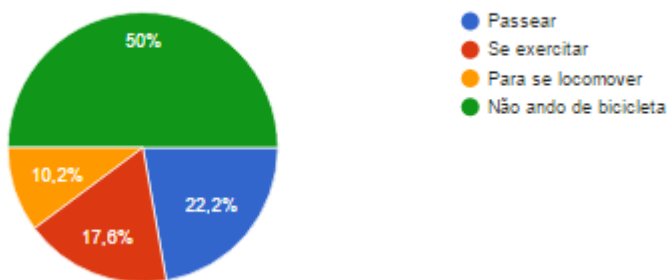
Fonte: Google formulários

Você continua utilizando o táxi? (108 respostas)



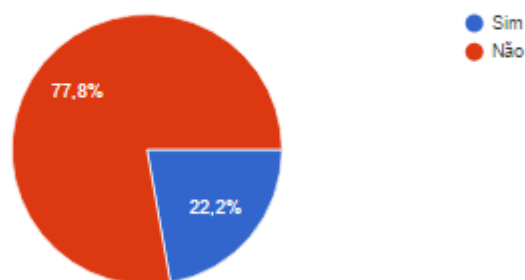
Fonte: Google formulários

Você anda de bicicleta para: (108 respostas)



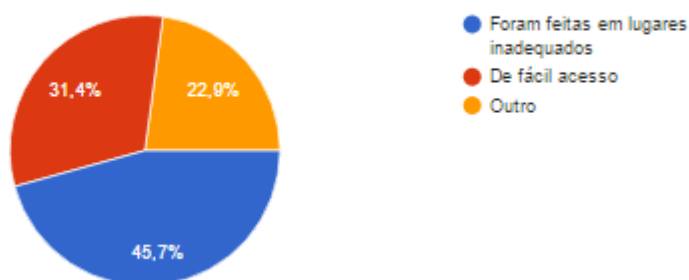
Fonte: Google formulários

Você utiliza as ciclovias de São Paulo? (108 respostas)



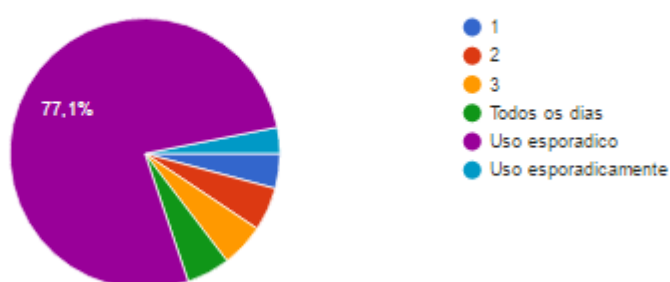
Fonte: Google formulários

O que você acha das ciclovias de São Paulo? (105 respostas)



Fonte: Google formulários

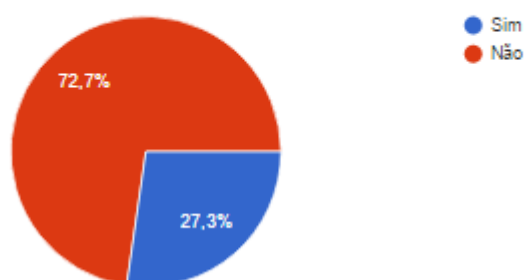
Quantas vezes por semana você utiliza a bicicleta? (96 respostas)



Fonte: Google formulários

Andando de bicicleta já sofreu algum tipo de agressão por parte de motoristas de carro ou pedestres?

(99 respostas)



Fonte: Google formulários

Pode-se observar que o questionário explora a opinião pessoal e as histórias de cada pessoa que respondeu referentes ao Uber a bicicleta. A partir do questionário pode-se afirmar que mais pessoas utilizam o uber como meio de transporte à bicicleta e que esta muitas vezes ainda é considerada uma forma de lazer primordialmente.

De acordo com a pesquisa as ciclovias da cidade de São Paulo não possuem uma aceitação popular muito alta pelos usuários mais ativos e os mesmos sofreram ou presenciaram poucos casos de agressão por decorrência do uso da bicicleta.

Em relação ao Uber a grande maioria que respondeu esta pesquisa, uma faixa

etária predominantemente dos 18 aos 25 anos possui o hábito de utilizar o uber ao menos com a frequência de uma vez por semana, possuindo como principal motivação o preço, as vantagens e confortos que o Uber oferece. Sendo assim a maioria deixou de usar os serviços oferecidos pelos táxis convencionais, desta forma substituindo pelo Uber. Uma vez que não necessariamente o preço é o atrativo mais chamativo do aplicativo, a maioria dos usuários optam por não utilizar o serviço de caronas compartilhadas (uber pool).

4.5 Entrevistas

Alguns motoristas de Uber foram entrevistados para este projeto e todos receberam as mesmas perguntas. Todos os entrevistados atuam como motoristas de uber na faixa entre cinco a oito meses e possuem as mais variadas idades, entre 26 a 50 anos sendo que, na totalidade dos entrevistados nenhum havia trabalhado como motorista para nenhuma plataforma anteriormente.

Na totalidade dos entrevistados todos optaram por trabalhar na empresa Uber devido à crise financeira no país com o objetivo de complementar a renda ou obtê-la por completo e nenhum possui a intenção de mudar para outra plataforma de transporte particular devido à liberdade de horários e a não obrigatoriedade de uma carga horária que segundo os próprios apenas o Uber oferece.

Nenhum motorista entrevistado sofreu ou presenciou algum tipo de agressão por parte de motoristas de táxi, assim como os mesmos não testemunharam ou sofreram algum tipo de assédio dentro do ambiente de trabalho, no entanto a maioria acha que ao optar por utilizar o Uber Pool o risco de sofrer algum tipo de assédio ou de discussões e agressões aumenta consideravelmente.

Majoritariamente todos os entrevistados não possuem preferência pelo Uber pool devido à baixa remuneração que recebem com esta modalidade do serviço, muito embora reconheçam que para o cliente é interessante à proposta, no entanto pelos motivos listados no parágrafo de cima e pela renda adquirida estes não recomendam.

5 | CONCLUSÕES

Com este estudo podemos entender que conforme a concorrência aumenta maior a demanda se torna, novas opções surgem para inovar nos meios de transporte antigos e estes precisam de alguma forma trazer algo de novo e “inusitado” para poderem competir com as novidades inseridas no mercado, com essa adaptação de antigas realidades para as novas ocorreram casos de agressão por parte dos taxistas contra os motoristas de uber, no entanto depois da regulamentação do aplicativo essas incidências diminuíram e conforme relatado pelos motoristas entrevistados recentemente não foi presenciado nenhum tipo de agressão.

Novos aplicativos com o mesmo intuito surgiram no mercado porém não houve a

mesma polêmica uma vez que tanto os motoristas quanto os usuários dos aplicativos já estavam acostumados com a opção variada de meio de transportes e também não houve a mesma repercussão do uber mantendo assim, este e os táxis como os principais meios de transporte individuais até o presente momento.

Conclui-se a partir do estudo que a migração dos usuários de táxi para uber deve-se ao preço mais baixo oferecido em um momento de crise financeira no país, no entanto o principal motivo relatado pelos entrevistados aponta como o conjunto do aplicativo: o preço mais baixo, o serviço diferenciado e o atendimento personalizado, elevando assim o padrão de transportes individuais.

Pode-se concluir também segundo as bibliografias e o questionário estudados que a adesão de ciclistas como meio de transporte ainda é muito pequena no Brasil e os principais influenciadores disso são os preconceitos sociais sofridos pelos ciclistas assim como a falta de estrutura das cidades para esse tipo de transporte, fazendo com que dessa forma o ciclismo possua primordialmente a conotação esportiva e de lazer.

REFERÊNCIAS

Byrne, David. **Diários de bicicleta**. Barueri, editora Amariyls, 2009.

Google docs . Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/1zhLVvoK45KlyjYySpFqDJPBdFLEKaK0cx21JYpyzY/edit#responses>. Acesso em 24 de novembro de 2016

G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/haddad-assina-decreto-e-libera-uber-em-sao-paulo.html>. Acesso em 14 de junho de 2016.

O dia. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/observatorio/2016-06-11/vai-de-taxi-uber-t81-ou-willgo-saiba-o-que-e-mais-vantajoso.html>. Acesso em 23 de novembro de 2016.

Patrício, Luís. **Minha garagem é uma sala de estar**. Curitiba, editora Inverso 2013.

QC veículos. Disponível em: <http://qcveiculos.com.br/concorrentes-uber-no-brasil/>. Acesso em 23 de novembro de 2016.

Revista bicicleta. Disponível em: http://www.revistabicicleta.com.br/bicicleta_noticia.php?kit_conecta_bicicleta_e_cadeira_de_rodas&id=33668. Acesso em 14 de junho de 2016.

Veja. Disponível em: https://www.google.com/url?hl=pt-PT&q=http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/bicicleta-inteligente-com-sistema-android-e-apresentada-na-mwc-2016&source=gmail&ust=1466043441371000&usg=AFQjCNEtr3GJd_QaMA5axW0D9MLzJgt_A. Acesso em 14 de junho de 2016.

Veja. Disponível em: <http://vejasp.abril.com.br/materia/concorrentes-do-uber-aplicativos-carro>. Acesso em 23 de novembro de 2016.

Kátia Sayuri Maruyama

Centro Universitário Senac Santo Amaro
São Paulo – SP

RESUMO: O projeto da pesquisa discute sobre o consumo na meia idade de 40 a 59 anos, segundo Queiroz (2005). Nos campos do vestuário, lazer e estética, sendo assim necessário entender primeiramente a relação e o comportamento daqueles que estão envolvidos diretamente com a geração da meia idade. Essa questão pôde ser melhor esclarecida com a pesquisa sobre, os diferentes ritmos que as pessoas têm em seu ambiente de trabalho e suas mudanças de cargos e carreiras dentro de uma empresa, que se reflete diretamente nos assuntos da aposentadoria e seu futuro. No primeiro momento as pesquisas bibliográficas foram direcionadas a entender melhor como se dão as relações entre as idades, para então no segundo momento da pesquisa entender o consumo da meia idade, e de que forma essa classe de pessoas veem o modo como o mercado oferece serviços e produtos, no campo do vestuário, e estética. E dessa forma compreender como esse sistema entre a meia idade e o consumo se desenvolve.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo, Meia Idade, Lazer, Moda.

ABSTRACT: The research project discusses consumption in middle age from 40 to 59 years, according to Queiroz (2005). In the fields of clothing, leisure and aesthetics, it is therefore necessary to first understand the relationship and behavior of those who are directly involved with the generation of middle age. This question could be better clarified with the research on the different rhythms people have in their work environment and their changes of positions and careers within a company that is reflected directly in the subjects of retirement and its future. In the first moment the bibliographical researches were directed to understand better how the relations between the ages occur, for then in the second moment of the research understand the consumption of the middle age, and in what way this class of people see the way the market offers services and products, in the field of clothing, and aesthetics. And in this way understand how this system between middle age and consumption develops.

KEYWORDS: Consumption, Middle age, Leisure, Fashion.

1 | INTRODUÇÃO

A aparência jovem que a meia idade de 40 a 59 anos, segundo Queros (2005), tenta manter tem como principal causa a sociedade que exige a boa aparência, e principalmente no

trabalho, lugar em que não só o empregador solicite que se mantenha a boa aparência, mas a concorrência que existe dentro do trabalho entre os empregados.

Comparar o sistema previdenciário brasileiro, com outros países é possível entender melhor como funciona o sistema previdenciário e porque em países como o Japão e Canadá a previdência funciona melhor, mesmo que a população tenha que trabalhar por um longo período de tempo.

Em meio a uma grande população brasileira a meia idade faz parte de uma das faixas etárias que mais consomem produtos, pois segundo a SEBRAE aqueles que estão entre 25 e 44 anos fazem parte de 63% dos consumidores, mas é pouco reconhecida como um público em potencial pelas marcas quando se trata do vestuário, pois não se é dada a devida atenção em relação a modelagem das roupas, que não acompanham as mudanças que o corpo sofre.

Entender se realmente existe algo que defina um estilo para a meia idade ou se vestir aquilo que atualmente se veste é o caminho que se deva seguir, para oferecer ao público, conforto e bem-estar sobre aquilo que realmente a meia idade queira vestir é um dos pontos mais importantes no momento.

2 | OBJETIVO

O objetivo proposto para esse projeto no primeiro momento é identificar quem é essa faixa etária da meia idade, que consomem. Entender como se dá a relação deles com os mais jovens que estão entrando para o mercado de trabalho, com menos experiência, mas com mais agilidade e criatividade para resolver problemas.

Outro objetivo para o projeto é comparar a previdência, de outros países que apresentem características semelhantes com a do Brasil, para melhor compreender como essas mudanças no mercado de trabalho estão se decorrendo, já que a longevidade está cada vez maior e a população tem que se manter ativa por mais tempo no mercado.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa pretende estudar e analisar bibliografias que são pouco discutidas, sendo elas sobre a meia idade, relacionadas com o comportamento entre as diferentes faixas etárias, o ritmo de trabalho e a aposentadoria. A pesquisa também busca dados sobre a previdência de outros países e do IBGE, para se tornar mais completa e compreensível o objetivo dessa pesquisa.

4 | RESULTADOS

A princípio foi pesquisado o comportamento dos jovens adultos em relação à

velhice e em seguida a relação deles com as pessoas da meia idade, quanto ao ritmo de trabalho e qualidade que cada faixa etária pode oferecer no meio profissional. Além disso foi analisado a possibilidade da transição de carreira na meia idade, pelo fato de que aqueles que correspondem a essa faixa etária estão em busca de satisfazer profissionalmente, deixando a estabilidade de lado e indo em busca de um ofício não realizado quando jovem. Foram acompanhados também o sistema da previdência, comparando com a de outros países em situação semelhante ao do Brasil e como eles se comportam diante do alto índice de envelhecimento.

Outro ponto importante foi pesquisar a transição sobre se tornar idoso, pois hoje o ato de envelhecer é considerado algo pejorativo e ruim, e assim não sendo aceito em meio a sociedade, o que de alguma forma obriga a meia idade a se vestir e se comportar como jovens, evitando ao máximo se parecer velho. Esse sistema que torna o envelhecer desagradável restringe e ignora as mudanças que o corpo sofre, não dando atenção a um público que tem poder de compra, mas não é bem atendido, pois em sua maioria os produtos são pensados para o público jovem, um exemplo desse fato é a modelagem da roupa que não respeita as transformações do corpo que a meia idade sofre.

4.1 Comportamento e juventude

Dizer exatamente a classificação de uma faixa etária se tornou complicado, já que essa definição acaba mudando em um curto período de tempo. Dizer se uma pessoa se classifica como jovem ou idoso passou a se agregar ao comportamento das pessoas. Hoje as pessoas acabam transitando entre as faixas etárias, podendo se ver jovens assistindo programas infantis e da mesma forma ver o interesse de pessoas de 50 anos em atividades feitas para atingir grupos de 70 anos.

Essa transição de faixa etária também pode ser vista no mercado da moda, em que Debert (2010) cita o relato de Tufi Duek, pelo Caderno Mais da Folha de S.Paulo, sobre uma pesquisa de consumo, das marcas Forum e Triton, em que grande parte dos consumidores masculino e feminino estão acima dos 30 anos, pois eles querem se apresentar de forma mais jovem.

Essa aparência jovem que as pessoas querem manter, não vem apenas da parte estética e sim do comportamento, de adultos que agora compartilham da mesma situação que seus filhos e aproveitam de novas possibilidades e experiências, mas que apesar dos adultos se “adolescentizar”, ainda há a importância da idade na sociedade em relação ao *status*. O comportamento pode ser considerado como aquilo que mantém o indivíduo jovem. Assim como aqueles que são chamados de *ageless*, que não aceitam ser rotulados como velhos, mantendo a criatividade e autonomia ao longo do tempo, mudando a forma de como eles devam parecer, por serem ou estarem se tornando velhos. Um dos exemplos de *ageless* são Rita Lee, Caetano Veloso e Marieta Severo.

Ser, manter se jovem, ter a imortalidade, é um assunto muito comum no mundo fictício do cinema das séries e dos livros, em muitas das histórias, como A incrível história de Adaline (2015), em que Adaline sofre um acidente de carro e se torna eternamente jovem ou em histórias de vampiros que nunca envelhecem. O envelhecer se tornou pejorativo, com a imagem de que se tornar velho é ficar em casa tricotando ou fazendo palavras cruzada sem uma vida social, mas hoje a classe ageless está mudando essa concepção, mostrando quão ativo a vida depois da meia idade pode ser, sem a necessidade de manter o corpo jovem para sempre.

No livro de Goldenberg (2013), *A bela velhice*, a autora mostra através de entrevistados que se tornar velho e ser velhos são fases difíceis, principalmente para as mulheres que são constantemente julgadas, e que pelos olhos da sociedade devem sempre ser sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas, apagadas. Quando estão envelhecendo elas deixam de usar muitas peças de roupa, como minissaia, shorts, roupas justas e decotadas, para se tornarem senhoras respeitáveis. Enquanto os homens, eles não precisam de passar por esse processo para serem respeitados.

No Brasil, a juventude na velhice se torna contraditória, pois a sociedade exige que as mulheres da meia idade não se pareçam velhas, principalmente em relação ao corpo, mantendo se jovem com cirurgias plásticas, tingimento de cabelo, exercícios e entre outros processos para se manter, escondendo as imperfeições que vão surgindo no corpo com a idade. Este fato pode ser percebido em sites e blogs que dão dicas de como disfarçar a idade e parecer mais jovem, mas ao mesmo tempo essas mulheres não podem usar roupas curtas, decotadas e justas, pois são consideradas ridículas por querer uma imagem jovem.

Hoje, com a ascensão da inclusão dos idosos na sociedade o envelhecer se tornou muito mais um tema do que uma realidade, principalmente dentro das marcas de roupa que usam a meia idade e terceira idade como forma de marketing, fazem eventuais desfiles com homens e mulheres que participam dessa faixa, colocam as como tema, mas seu verdadeiro público alvo como marca é vender roupas para pessoas jovens, com corpos magros. Alguns dos exemplos de marcas que fizeram isso foram, Glória Coelho, Ronaldo Fraga e Bottega Veneta.



Figura 1 – Desfile Glória Coelho, Coleção Verão 2018

Fonte: <https://elle.abril.com.br/moda/gloria-coelho-quer-mostrar-que-ha-beleza-em-todas-as-idades/>



Figura 2: Desfile Ronaldo Fraga, Coleção 2015

Fonte: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/ronaldo-fraga-moda-envelhecimento-consumo-depois-dos-60>



Figura 3: Desfile Bottega Veneta

Fonte: <http://www.telegraph.co.uk/fashion/milan-fashion-week/lauren-hutton-and-gigi-hadid-walk-in-bottega-venetas-triumphant/>

4.2 Quando a juventude termina e quando começa a velhice?

Pensar na juventude e na velhice, quando ela começa e quando termina se tornou uma questão importante para a pesquisa, já que no estudo apresentado na seção Cotidiano da Folha de S. Paulo (1991) há uma grande variação de opinião por diversas idades, que podem variar de 14 anos até 130 anos. Mas entre tantas opiniões a média de idade que termina a juventude é aos 37 anos e a média para o início da velhice é aos 64 anos.

A partir dessa pesquisa é possível entender que o aumento da estimativa de vida, aumenta a idade da juventude e retarda a idade da velhice, pois as pessoas respondem as perguntas baseando se pela sua idade. Além disso a pesquisa diz que para os idosos escolarizados a juventude só acaba aos 51 anos, essa informação indica que os idosos mais ativo se veem velhos mais tardiamente.

4.3 Ritmo de trabalho

A relação entre os jovens e a meia idade dentro do ambiente de trabalho se tornou um assunto relevante para a pesquisa, pois com o aumento da população idosa, houve maior necessidade de pessoas da meia idade no mercado de trabalho, para manter a previdência, mas que ao mesmo tempo está concorrendo com a juventude que está se iniciando no mercado, com alta produtividade econômica e vitalidade para trabalhar, enquanto a meia idade detém da prática e conhecimento dos serviços na empresa.

Da mesma forma que essa faixa de idade está ativa no mercado de trabalho, há uma porcentagem que tem interesse em mudar de carreira realizando desejos que não puderam ser realizados em sua juventude e se redescobrimo profissionalmente,

visando sua auto realização profissional.

Segundo Neri (1993), a meia idade é um período de transição, e em sua maioria acompanhada de crises, que podem se dividir em cinco fases: a fase pré-transição que é identificada por falta de energia e emoções negativas, a fase descontentamento marcada por emoções negativas mais intensas, a fase crise, caracterizada pelo estado de choque, raiva, depressão, ansiedade, desespero e alienação, e a fase do redirecionamento, representado pela diminuição de sentimentos negativos e por fim a fase de estabilização, na qual o indivíduo apresenta otimismo sobre o futuro. Esse tipo de situação ocorre em sua maioria, nos casos em que as pessoas não passam por transições de carreira e não tem convicção em seu potencial.

A transição na meia idade também está relacionada com a necessidade dessas pessoas de darem um retorno a sociedade por meio do trabalho, considerando o outro e ensinando os tudo sobre o que aprenderam no decorrer de sua carreira.

4.4 A relação entre a aposentadoria e a meia idade no Brasil

Pensar sobre a aposentadoria no Brasil se tornou um assunto muito mais distante da realidade da população brasileira, já que a população idosa tem aumentado e a taxa de natalidade diminuindo segundo o IBGE. Com a previdência social em ritmo de mudança, o brasileiro poderá ter que contribuir por 49 anos, para receber a aposentadoria integral, com idade mínima de 65 anos, para homens com menos de 50 anos e mulheres com menos de 45 anos (mínimo de 25 anos de contribuição) além de ter a idade mínima ajustável conforme a evolução demográfica. Conforme o site da previdência social essa mudança na previdência está sendo feita pelo fato das despesas do INSS ser de 8% do PIB brasileiro e que poderá ser de 18% em 2060 se nada for feito para resolver esse problema.

Com a nova reforma da previdência a faixa etária da meia idade ainda terá que se manter no mercado de trabalho por um longo período de tempo, mantendo se no cargo, de forma que se renove, para conseguir concorrer com a juventude que está se introduzindo na carreira e pode oferecer maior agilidade e criatividade no trabalho.

4.5 A previdência em outros países

O Canadá é um país que tem uma pequena população em relação ao seu tamanho e sofre de baixa natalidade, seu plano governamental exige que a contribuição da população seja de 35 anos, mas apenas quem tem acima de 65 anos, começam a receber o valor integral da aposentadoria.

No Canadá há dois tipos de previdência privada bastante utilizada para que a população possa poupar até a terceira idade, sendo eles a Canada Revenue Agency (CRA) e a Registered Retirement Saving Plan (RRSP), e que segundo a Statistic Canada, 62% dos jovens maiores de 18 anos já tem algum investimento pensando em seu envelhecimento, ao contrário do que ocorre no Brasil.

Outro exemplo de país que tem baixa natalidade é o Japão, que há muito tempo

já se relaciona com o alto índice de população idosa. Para que homens e mulheres possam se aposentar eles devem ter 65 anos e 40 anos de contribuição, para receber o valor integral. No Japão a previdência é dividida em duas linhas, a Kiso Nenkin, que exige que todos os residentes maiores de 20 anos contribuam e o Kousei Nenkin, que deve ser pago pelas pessoas que estão inscritas na Shakai Hoken (seguro social), que são os trabalhadores empregados. Para aqueles que não trabalham ou tem seu próprio negócio, esses devem contribuir pelo Kokumin Nenkim (previdência nacional).

4.6 Poder de consumo

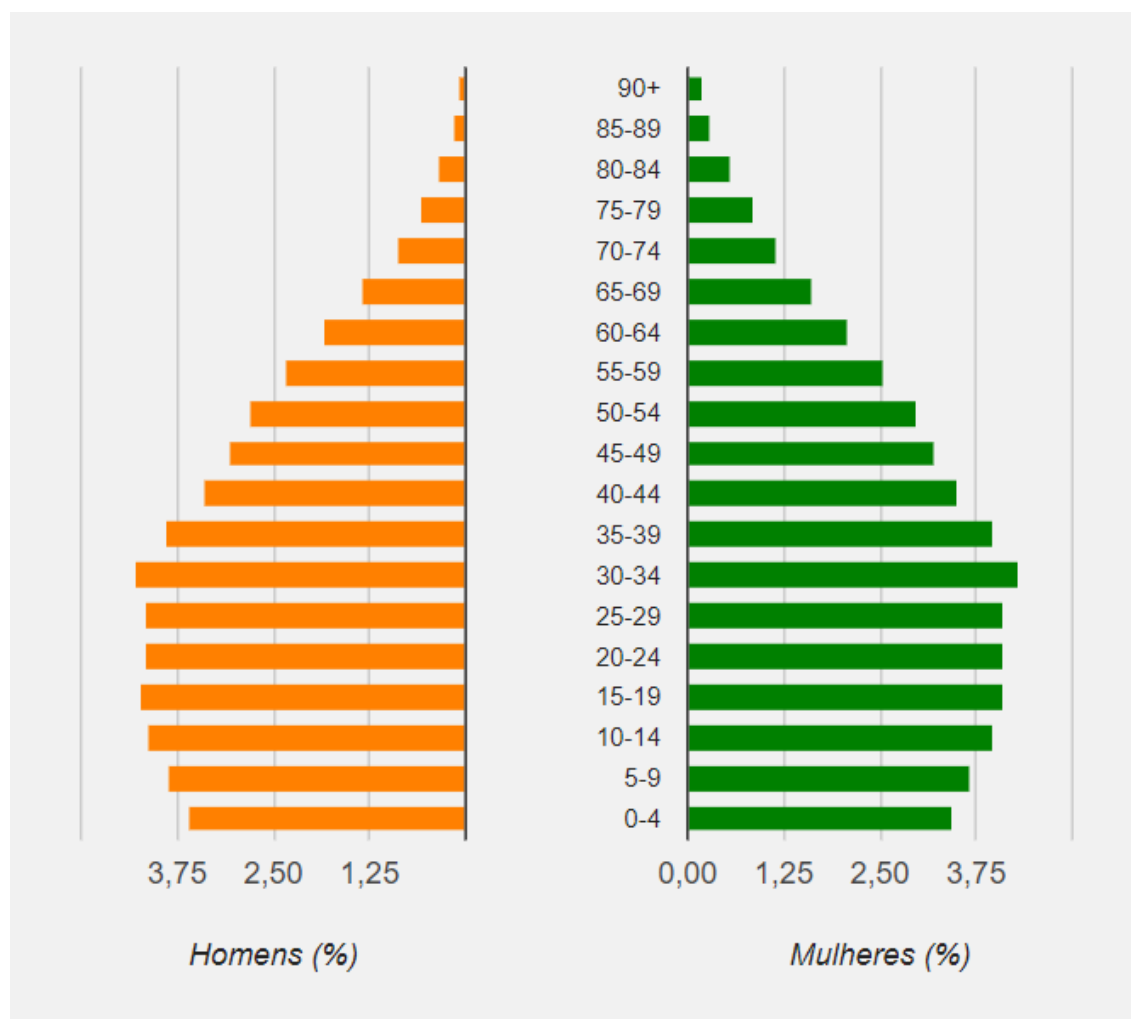


Figura 4: Pirâmide etária (Brasil-2016)

Fonte: <https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/piramide-etaria.html> (2017)

No Brasil, a meia idade está se tornando um número maior a cada ano, o que mostra que o número de consumidores dessa faixa etária está aumentando, sendo que segundo o IBGE o número de casais sem filho aumentou de 13% em 2000, para 17,7% em 2010 e o número de casais com filhos, diminuiu de 56,4% em 2000, para 49,4% em 2010. Assim sendo possível concluir que com o crescimento de casais que decidem não ter filhos, o valor da renda que esse casal acumula será maior e consequentemente poderá gastar mais com o lazer, vestuário e estética.

Em meio a pesquisa feita com 13 pessoas, foi possível perceber que a meia idade, tem mais poder de consumo, com gastos mensais em roupas e cosméticos que variam de 100 reais à 2000 reais, pois o trabalho exige a boa aparência, as viagens se tornaram mais constantes e a agenda de compromissos mais cheias.

4.7 Consumo

Conforme a pesquisa feita com 11 mulheres e 2 homens, entende-se que entre os entrevistados a maioria do público da meia idade, mesmo com a constante pressão de se manter jovem, busca primeiro o conforto e bem-estar na hora de comprar algum produto. Com relação ao vestuário, isso é visível, pois o processo de envelhecimento do corpo exige que as roupas sejam mais confortáveis, principalmente no caso das mulheres, que passam pela menopausa. Mas este fato não impede que elas busquem a aparência jovem.

Uma das entrevistadas relatou:

Não tornou diferente de quando era mais jovem, porque ainda trabalho e o trabalho exige boa aparência, bem como, o convívio com outras pessoas estimula a compra de roupas e produtos de beleza, porque indiretamente tem a concorrência da boa aparência, até mais do que quando era mais jovem, porque com o passar da idade, ficamos mais exigentes e investimos mais para manter as aparências.

Outro ponto importante da pesquisa foram as reclamações relacionadas às modelagens, que muitas vezes são inadequadas e causam desconforto, mas são as mulheres que enfatizam muito mais os problemas de modelagem.

Uma das entrevistadas disse:

A modelagem deve acompanhar as transformações que o corpo sofre com a idade, por exemplo, a barriga aumenta, então tem que ter modelo que disfarça barriga. Com o passar da idade, a tendência é encolher, então, as calças não tem necessidade de ser muito compridas. Na menopausa se sente muito calor, então, precisa de roupas confortáveis, de preferência tecido de algodão que são raridade atualmente.

No caso dos homens, eles não buscam tanto a aparência jovem, são muito mais práticos, e compram por necessidade, por isso sua média de gastos é de 200 reais, mas não são mensais, eles compram apenas quando veem que a roupa está desgastada e velha, até em eventos e viagens não compram roupas, somente compram se for algo específico.

Um dos entrevistados reclamou sobre os modelos das peças de roupa:

Não tem roupa para gente velha, todo mundo está se vestindo igual novinhos.

Também foi pesquisado a relação do consumo de roupas esportivas para o lazer, muitos dos questionados responderam que compram roupas para fazer atividades físicas, mas que são muito caras e além disso apertam o corpo, marcam demais e que são quentes, principalmente por serem feitas de material sintético. Outros responderam que não compram, por causa do preço ou porque não acham necessárias em alguns tipos de atividades.

5 | CONCLUSÃO

Ao final da pesquisa concluiu-se que a meia idade, principalmente entre as mulheres, ainda elas são muito julgadas pelo que vestem, assim sendo possível perceber que manter-se jovem na meia idade tornou-se contraditório, pois a sociedade exige que elas se mantenham jovens, já que ser velho é algo ruim, mas ao mesmo tempo elas não devem vestir roupas curtas e decotadas, por serem mal vistas para a idade delas.

Dentro da moda, estar na meia idade ou na 3ª idade tornou-se muito mais um tema, uma forma de marketing do que uma realidade, pois as marcas usam essas faixas de idade para dizer que estão agregando às dentro da marca, com eventuais desfiles, já que ao acessar os sites de compra ou de anúncio, vendo outros desfiles não foi identificadas roupas para essas pessoas, pois com o passar do tempo o corpo sofrerá mudanças e as modelagens utilizadas para produzir essas peças são para corpos que não sofreram com essas mudanças. Sendo assim um grande erro dessas marcas, pois a classe que detém a maior renda no Brasil e gasta mais em produtos como estes, ainda é a meia idade, e será por um longo período de tempo pois o sistema da previdência aumentou o tempo que essas pessoas devem trabalhar para se aposentar.

Ao realizar entrevistas com a meia idade, entendeu-se que por ter que trabalhar por mais tempo essas pessoas consomem mais o vestuário e os produtos de beleza, por serem exigidos a boa aparência no trabalho. Em relação ao lazer, a maioria acaba comprando roupas, para manter a aparência, mas sem deixar o conforto de lado na hora de escolher algum produto.

REFERÊNCIAS

BALLSTAEDT, Ana Luiza Maia Pederneiras. **Comportamento e estilo de vida da população idosa e seu poder de consumo**. Disponível em: <http://fido.palermo.edu/servicios_dyc/encuentro2007/02_auspicios_publicaciones/actas_diseno/articulos_pdf/A004.pdf> Acessado em 26/11/2017

CASADO, Tania. QUISHIDA, Alessandra. **Adaptação à transição de carreira na meia-idade**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902009000200009> Acessado em 13/05/2017

DEBERT, Guita Grin. **A dissolução da vida adulta e a juventude como valor**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v16n34/03.pdf>> Acessado em 29/03/2017

EL PAÍS. **Reforma da previdência: entenda como ela afeta sua aposentadoria**. Edição online, 09.dez.2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/06/politica/1481041835_244735.html> Acessado em 13/05/2017

EXAME. **Como funciona a aposentadoria em outros países**. Edição online, 12.dez.2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/como-funciona-a-aposentadoria-em-outros-paises/>> Acessado em 13/05/2017

FOLHA DE S. PAULO. **Brasileiro diz que juventude acaba aos 37 e velhice começa aos 64**.

Edição online, 26.nov.2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1938234-brasileiro-diz-que-juventude-acaba-aos-37-e-velhice-comeca-aos-64.shtml?loggedpaywall>> Acessado em: 26/11/2017

G1. **Famílias chefiadas por mulheres são 37,3% do total no país, aponta IBGE.** Edição online, 17.out.2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/10/familias-chefiadas-por-mulheres-sao-373-do-total-no-pais-aponta-ibge.html>> Acessado em: 27/11/2017

GOLDENBERG, Mirian. **A bela velhice.** 6.ed Rio de Janeiro: Record, 2015.

IBGE. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios 2002.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>> Acessado em 15/05/2017

IMMI-CANADA. **Previdência privada: Brasil x Canadá.** Edição online, 03.jan.2017. Disponível em: <<https://www.immi-canada.com/previdencia-privada-brasil-x-canada/>> Acessado em 05/06/2017

IPCDIGITAL. **Tire suas dúvidas sobre a previdência social no Japão.** Edição online, 27.mar.2015. Disponível em: <<http://www.ipcdigital.com/espaco-do-trabalhador-brasileiro/tire-suas-duvidas-sobre-a-previdencia-social-no-japao/>> Acessado em 05/06/2017

NERI, Anita Liberalesso. **Qualidade de Vida e Idade Madura.** 7.ed Campinas: Papyrus, 1993.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Reforma da previdência.** Edição online, 21.mar.2017. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/reforma/>> Acessado em 05/06/2017

QUEROZ, Nelma Caires. **Bem-estar Psicológico e Inteligência Emocional entre Homens e mulheres na Meia-idade e na Velhice.** Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/188/18818218/>> Acessado em: 03/12/2017

SEBRAE. **Saiba mais sobre o perfil dos consumidores de moda.** Edição online, 24.07.2015. Disponível em: <<http://www.sebraemercados.com.br/saiba-mais-perfil-consumidor-moda/>> Acessado em: 03/12/2017

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena .

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-437-5



9 788572 474375